



Terras
do Côa

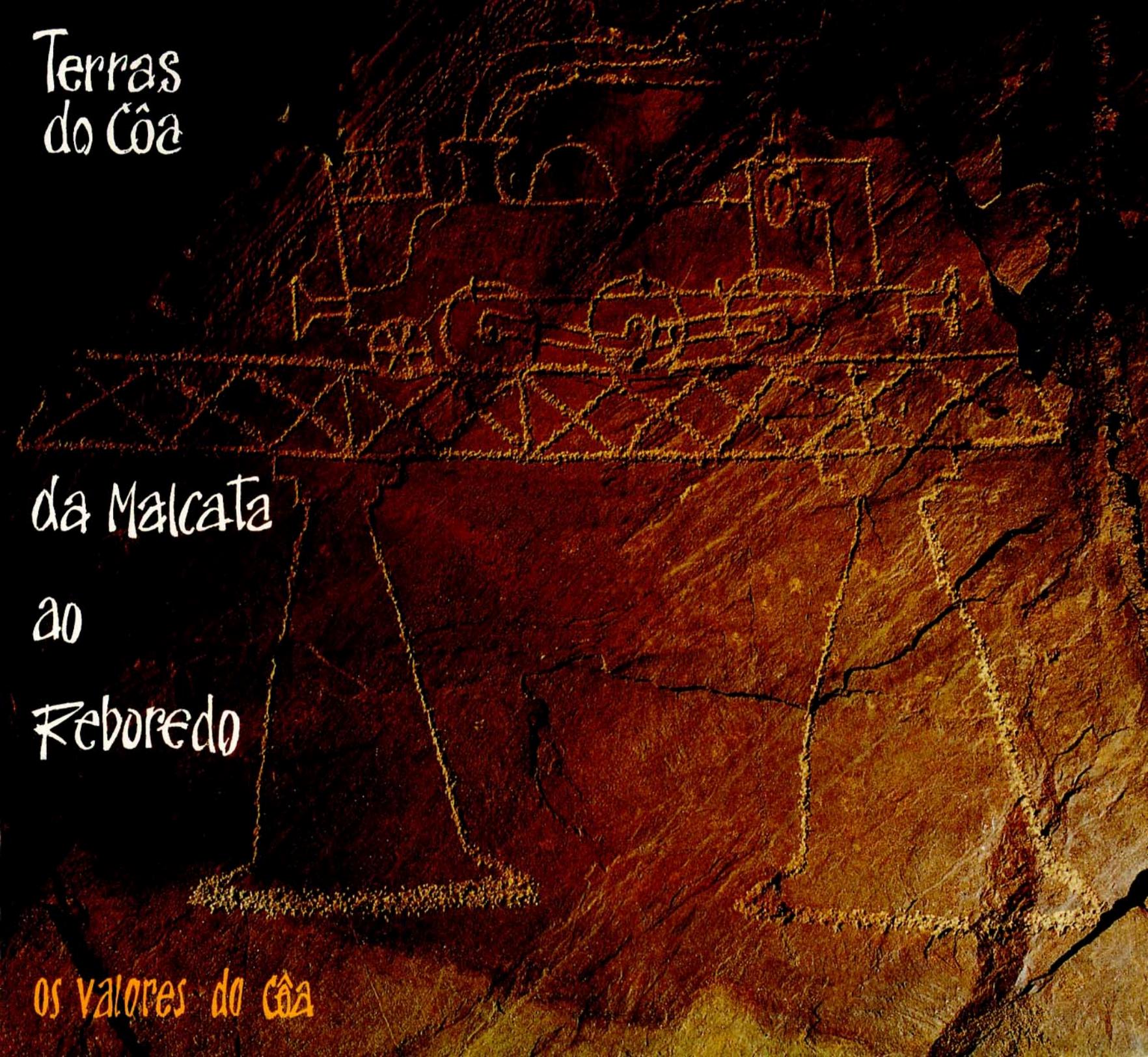
da Malcata ao Reboredo

os valores do Côa

Terras
do Côa

da Malcata
ao
Reboredo

os valores do Côa



Terras do Cão da Malcata ao Reboredo

os valores do Cão

Ficha Técnica

Título

Terras do Côa / da Malcata ao Reboredo
Os Valores do Côa

Promotor e Editor

Estrela-Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda

Concepção e Coordenação

Parque Arqueológico Vale do Côa

Fotografia e Secretariado

Centro Nacional de Arte Rupestre

Edição co-financiada por

Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA)
Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR)

Design Gráfico

José Luís Madeira

Execução

SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Tiragem

1500 exemplares

Depósito legal

124831/98

ISBN

972-97832-0-9

1998

Fotografia da capa

Gravura rupestre de 1944, Foz do Rego da Vide, Vale do Côa (CNART)

Nota Introdutória do promotor e editor

A Estrela-Côa no âmbito do seu projecto "Promover um modelo de consolidação do Desenvolvimento Integrado, auto-sustentado e fomentador da coesão socioeconómica do território, no respeito pelas especificidades dinâmicas zonais e locais", entendeu promover e realizar a edição deste livro "Terras do Côa da Malcata ao Reboredo" – "Valores do Côa", de acordo com o seu plano de actividades 1998-2000.

A riqueza, em parte descrita por esta obra, é o resultado do esforço do "Homem" ao longo de milénios e representa hoje uma das maiores riquezas do Vale do Côa que importa aproveitar a favor do desenvolvimento das gerações futuras.

Deste modo, presta-se uma singela homenagem a quem nos legou esta nobre herança, que permite promover um melhor futuro em benefício da Humanidade, no respeito pelo seu passado e no reforço da Identidade do Vale do Côa.

A todos os que permitiram esta edição o nosso Bem Haja!

Estrela-Côa, Agência de Desenvolvimento

Terras do Côa Da Malcata ao Reboredo

COORDENAÇÃO:

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima

FOTOGRAFIA:

Manuel Almeida

AUTORES:

ALEXANDRA CERVEIRA PINTO S. LIMA

Mestre em Arqueologia (Instituto de Conservação da Natureza, colaboradora do Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANA MARGARIDA CARVALHEIRA

Mestre em História de Arte

ANTÓNIO FAUSTINO DE CARVALHO

Mestre em Pré-História e Arqueologia (Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA

Arqueólogo (Director do Centro Nacional de Arte Rupestre)

FERNANDO MAIA PINTO

Arquitecto (Director do Parque Arqueológico Vale do Côa)

FRANCISCO SANDE LEMOS

Doutorado em Pré-história e História da Antiguidade (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

GASPAR MARTINS PEREIRA

Doutorado em História Contemporânea (Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; coordenador do Grupo de Estudos Históricos da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto - GEHVID)

GONÇALVES GUIMARÃES

Mestre em Arqueologia (Director da Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, V.N.Gaia; assistente convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique)

HELOÍSA SANTOS

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

ISABEL ALEXANDRA LOPES

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

ISABEL MARIA FERNANDES

Bolseira de Doutoramento do Praxis XXI / Universidade do Minho

JORGE ARGÜELLO

Doutorado em História (pela Univ. de Oviedo) e bolseiro de pós-Doutoramento da *Fundación para el Fomento de la Investigación Científica Aplicada y Técnica del Principado de Asturias*

JORGE FORTUNA

Ecólogo (colaborador do Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos)

LAURA CASTRO

Mestre em História de Arte (Departamento de Museus e Património da Câmara Municipal do Porto)

MARCOS OSÓRIO

Arqueólogo (Câmara Municipal do Sabugal)

MIGUEL AREOSA RODRIGUES

Mestre em Arqueologia (Instituto Português do Património Arquitectónico/Porto; investigador do GEHVID)

PAULA BARREIRA ABRANCHES

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

PAULO DORDIO

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

RICARDO TEIXEIRA

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

SUSANA COSME

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

SUZANA FARO

Pós-Graduada em Museologia (Responsável pelo Museu da Indústria Têxtil, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão)

THIERRY AUBRY

Doutorado em Arqueologia (pela Univ. de Bordéus) (Parque Arqueológico Vale do Côa)

Introdução

A ideia e preparação deste livro nasce de uma colaboração frutuosa entre organismos que, sediados no mesmo edifício, operam no Côa na sequência do processo de descoberta das gravuras rupestres e decisão da sua preservação. O Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (ProCôa) tornava possível trazer à estampa uma obra sobre as *Terras do Vale do Côa*, de divulgação mas alicerçada em estudos e abordagens que emprestavam o correcto contexto histórico e despertavam o olhar para aspectos do património edificado, das paisagens, das produções *tradicionais*... Competiu ao Parque Arqueológico, no âmbito da colaboração agenciada, coordenar a obra e compor um conjunto de artigos que dão conta da investigação que desenvolve. Ao Centro Nacional de Arte Rupestre coube o trabalho de fotografia e múltiplas tarefas de secretariado.

Concebida a estrutura a traço grosso, foram convidados pela coordenação vários investigadores cuja pronta colaboração foi decisiva. Dado o prazo estreito para a sua concepção e redacção, deixou-se essencialmente ao critério de cada autor o carácter da sua participação: mais sistemático e abrangente ou monográfico; extensão maior ou menor da escrita; abordagem essencialmente didáctica de um tema ou construção de um esboço de roteiro. Julgamos que desta liberdade procedeu uma mais-valia ainda que introduzindo certamente desequilíbrios – alguns textos resultaram concisos, outros mais analíticos, mais pormenorizados.

Os autores ligam-se à região por laços de diferente natureza. Nuns casos, trata-se de investigadores que de há muito dirigiram o olhar para estas terras fronteiriças e fazem delas o seu local de observação por excelência. Noutros casos, são autores com raízes neste espaço geográfico e que, tratando habitualmente de outras áreas, acederam ao desafio de deslocar o seu interesse momentaneamente – e, quem sabe, com feição perene – para estas paisagens que lhes serão sempre familiares. Finalmente, numa ou outra ocasião, são autores que, investigando um tema dado no contexto do território nacional ou do norte peninsular, se dispuseram a fazer um *zoom* aos nove concelhos abrangidos pelo ProCôa. Queremos aqui prestar tributo à celeridade com que responderam ao repto e à qualidade que emprestaram aos textos, tornando este volume possível em tão exíguos prazos.

A elaboração de um roteiro pormenorizado do património histórico e arqueológico, ainda que já em projecto, não cabia nas balizas temporais para a edição desta obra. Procurou-se por isso escolher uma gama diversificada de perspectivas sobre a região, distintas e complementares, mas centradas essencialmente na paisagem que se foi construindo desde a Idade Média, transformando ao longo da Época Moderna e marcando tão profundamente a realidade contemporânea. Um olhar sobre a ocupação datável de época romana parte também dessa mesma perspectiva *actual*, uma vez que os vestígios desse período são omnipresentes a quem percorra com atenção cidades, vilas e quintas do Vale do Côa. Apenas no capítulo final se conta com a colaboração de investigadores que, trabalhando na área delimitada como Parque Arqueológico, investigam passados infinitamente mais recuados. Mas se as gravuras paleolíticas estiveram na base da decisão fundamental de alicerçar o desenvolvimento de uma região em torno do património, tratando-se de um roteiro de cariz histórico-arqueológico, era imperativo dar conta dos trabalhos que se têm vindo a realizar neste espaço constituído no único parque arqueológico do país.

O livro inicia-se com uma leitura quase monográfica, caso a caso, das antigas vilas baixo-medievais cuja criação e construção marcou decisivamente a paisagem, a organização do povoamento e o ordenamento do espaço. Por vezes, do que se construiu na Idade Média restou muito, outras vezes sobram somente leves indícios. Nuns e noutros casos, o autor procura mostrar o que, na malha urbana actual, resulta da construção muito padronizada da época. Algumas destas vilas desertificaram-se tornando-se sítios de eleição para o estudo arqueológico.

Por isso mereceu tratamento particular Numão, objecto de um projecto de investigação. Estamos convictos que esta contribuição que constitui o primeiro capítulo possibilitará certamente que uma visita se faça agora de modo mais avisado e atento, percebendo a traça da antiga cerca, o lugar do castelo, o que resta das primitivas igrejas...

Depois de considerar os centros políticos e administrativos do território, importava tratar algo fundamental no ordenamento do espaço: a exploração dos recursos. Na exigência de eleger um foco principal de atenção, escolhemos a vinha, traço que aparece tão justamente colado à imagem da região. O autor, que há muito estuda o tema, dá-nos o contexto da sua introdução e exploração na zona permitindo um olhar mais sapiente e integrador sobre as quintas e os vinhedos e levando-nos a ler na paisagem os movimentos pioneiros e de continuidade que a constituíram e transformaram. Traço com que se confronta desde logo quem percorra a pé estes vinhais, que as grandes e pequenas quintas laboriosamente mantêm, é a recorrência de materiais arqueológicos atribuíveis à *romanização*. O autor a quem foi pedido que fornecesse o contexto desta realidade foi mais longe e dá-nos conta do estado da investigação, do sentido destas marcas, mas sugere também pistas para itinerários regionais que nos permitem intuir no presente um espaço romanizado.

Quisemos, nesta passagem por diferentes leituras, perscrutar a paisagem do ponto de vista do espaço sagrado construído: as igrejas que marcam centros dos termos rurais ou urbanos, os mosteiros cujo papel no ordenamento do território se reveste de importância capital.

É feito com particular mestria pela autora que trata o tema um apanhado geral que nos enforma o olhar para depois descer, caso a caso, em exemplos que escolheu, num convite a uma visita atenta e minuciosa a uma misericórdia, uma matriz... O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar é objecto de uma abordagem individualizada por uma investigadora que longamente o estudou no âmbito de um trabalho académico. A construção dos imóveis civis, da casa, ao lugar, à vila, à cidade, mereceriam tratamento profundo que o tempo impediu. Deixaremos o desafio para próxima edição.

Centrados na *sociedade tradicional* – paisagem e recursos – quisemos dar uma pincelada sobre dois ou três traços de produções importantes à época. A escolha foi feita pela conjugação de dois factores: a relevância das actividades e a existência de investigação em curso centrada nessas produções. Nuns casos contou sobretudo o primeiro factor, noutros casos essencialmente o segundo. Foram assim tratados a Olaria, o Ferro e a Seda por autores eles próprios artesãos e mestres mas do conhecimento das artes que estudam, em abordagens que nos aguçam a vontade de averiguar o que dessas actividades resta ainda com vida ou como marca no espaço e na memória dos povos.

Como quem fornece o ingrediente último para que o visitante possa compor a seu gosto a melhor receita – o mais feérico itinerário – escolhemos um conjunto de pontos dominantes a partir dos quais é possível ter uma visão global do território. Partindo, de forma coerente com os capítulos antecedentes, de sítios com uma ocupação actual, são quase sempre capelas de romaria que sacralizam antigos centros de povoamento. A norte do Douro, povoados cuja ocupação ronda os alvares do primeiro milénio, ora recuando umas centúrias ora avançando em direcção ao presente. A sul do Douro, escolheram-se três povoados medievos e um interessante sítio cuja escavação arqueológica, prevista para breve, elucidará a cronologia que se supõe de época romana. A partir desses locais cimeiros e dominantes, postos de vigia e observação, o olhar viaja no espaço – apreendendo as variações da paisagem nos nove concelhos que nos importam – e no tempo, apercebendo-se da densidade de ocupações que se sucedem – sítios que foram eleitos numa dada época como bom local para viver, para edificar o povoado e que, com o fluir da história, se desertificam, dando lugar à capelinha e à romaria. Caminhos tomados pela vegetação que foram outrora eixos centrais no território, nos quais se lançaram pontes sempre que havia a vencer uma linha de água ou que chamaram a si o casario ditando mesmo a deslocação da antiga aldeia. A acrescentar o interesse desta perspectiva panorâmica sobre a paisagem, pediu-se a um autor de distinta formação que nos emprestasse o seu olhar conduzindo o nosso para outras realidades, sublinhando que

esses locais são também ponto de observação privilegiado para quem busca um contacto estreito com a natureza. Basta que o interesse seja despertado, basta que se esteja atento.

Uma vez que a delimitação de um Parque Arqueológico foi e será determinante na região, ideia versada num texto em jeito de introdução, quisemos dar conta da investigação que aí decorre. No contexto da estrutura do próprio PAVC, os investigadores que têm em mãos o estudo da ocupação pré-histórica da área falam-nos dos trabalhos que desenvolvem e conhecimentos que produziram. Referem-se também os trabalhos executados pelo Centro Nacional de Arte Rupestre a quem está cometido o estudo das gravuras. Um pequeno texto, apenas de enquadramento, pretende revelar algo da perspectiva sob a qual decorrerá a investigação de ocupações mais recentes desse território, medievais e modernas.

No interior da área delimitada como Parque Arqueológico, desenvolviam-se já dois projectos de investigação: um na *Quinta da Ervamoira*, um outro na área do *Monte do Castelo*, em *Almendra*, este no contexto do GEHVID¹. Os autores elaboraram também textos em que apresentam projectos e resultados².

Uma infinidade de outras abordagens seria possível. Uma outra estrutura certamente viável, porventura mais eficaz e apelativa. Julgamos, no entanto, que deveremos entender esta obra como uma contribuição para o valorizar de *paisagens* e *patrimónios* das bacias do Côa e Douro Superior. Da sua variedade e riqueza brotarão sempre interesses novos e renovadas interpretações.

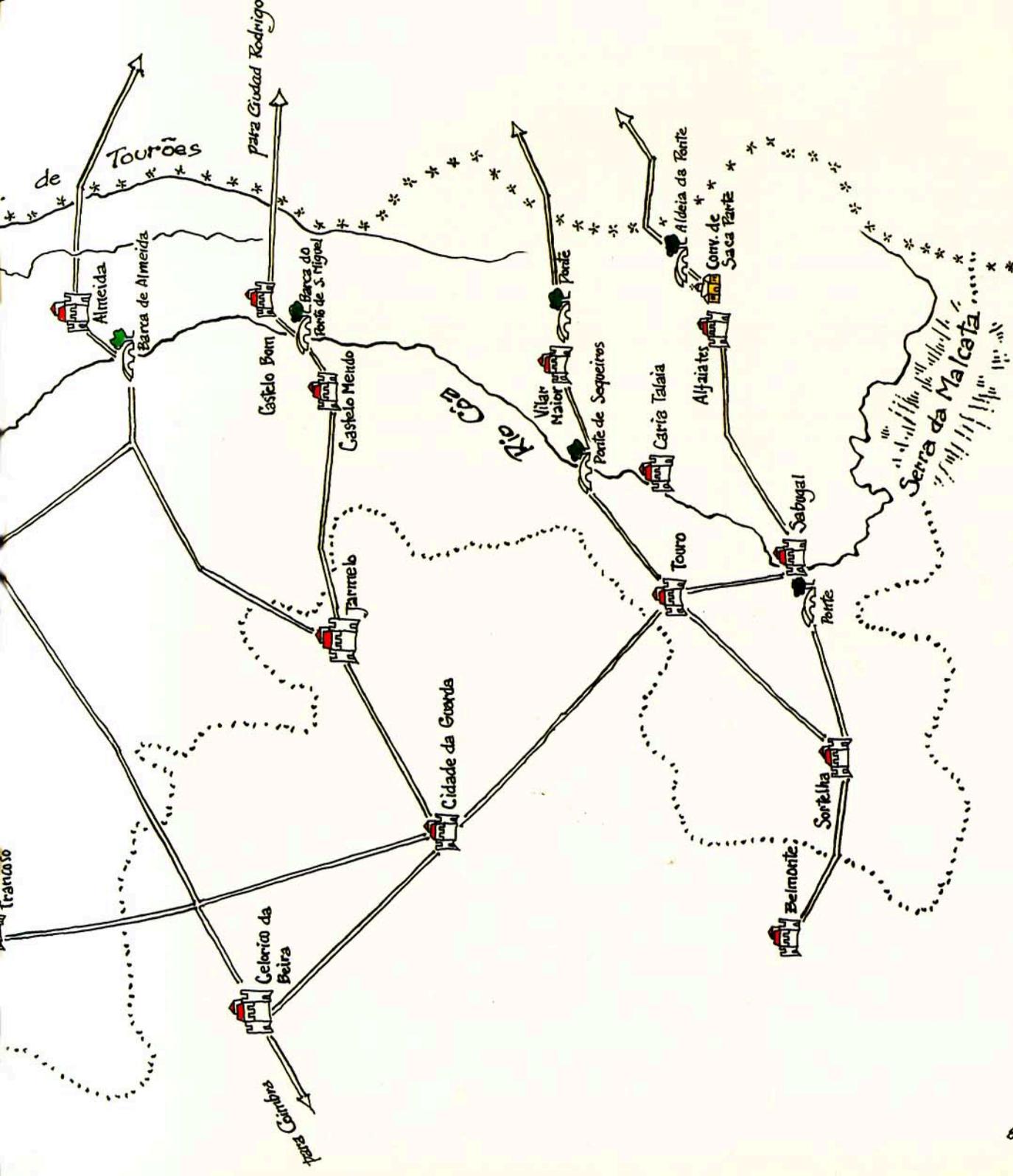
Não queríamos terminar sem sublinhar o contributo de todas as entidades e instituições que vieram a tornar possível esta edição; salientar o entusiasmo e incentivo do coordenador do ProCòa, Feliciano Martins; relevar a colaboração e compreensão do director do PAVC, Fernando Maia Pinto e do director do CNART, António Martinho Baptista, pela disponibilização de meios humanos e facilidades de toda a ordem. Destacar também, desde logo, o empenho do Manuel Almeida que lutou denodadamente contra o tempo, pouco e tão obstinadamente encoberto, para fazer as fotografias algumas delas de ângulos tão elucidativos quanto exigentes e agradecer à Zulmira Martins que não só secretariou com o profissionalismo que tem como apanágio como auxiliou na revisão, dactilografia e tradução. Uma palavra de agradecimento ao João Félix, de colaboração sempre pronta e preciosa, e ao Fernando Barbosa, mestre do desenho. Ainda a todas as pessoas do Parque Arqueológico que cooperaram, sobretudo aos autores dos textos e àquelas cuja competência ou solicitude facilitarão sempre qualquer trabalho e gostaríamos de referir, para este livro, a Fernanda Boto, o António Carvalho e ainda a Evelina Pereira. Finalmente agradecer a todos quantos facultaram a tomada de fotografias e as visitas aos sítios, e àqueles que, envolvidos com empenho nas várias fases que transportam o texto escrito até à página impressa, tornaram a edição possível. E se não lembramos alguém, fique certo que o esquecimento é apenas no papel, que não na gratidão.

À memória da Teresa Fonseca, que acompanhou a sua preparação e, para nosso irreparável desgosto, já não o verá, dedicamos este livro.

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima

¹ Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.

² Entretanto, iniciou-se o estudo arqueológico e levantamento topográfico de Castelo Melhor por uma equipa da Universidade da Beira Interior, Covilhã (Dir. de Michael Mathias, do Centro de Estudo e Protecção do Património, UBI). O desenvolvimento das escavações ainda ao longo do corrente ano permitirá certamente a elaboração de um futuro e interessante itinerário interpretado de visita ao local.



Jose Luis Madeira, 1998

Area dos concelhos abrangidos pelo PROCOA
 fronteira
 vilas e concelhos medievais (com castelo
 ou muralhas)
 Ponte ou Barca
 Mosteiros
 Estradas e caminhos antigos





Capítulo I

Centros de povoamento:
um percurso
pelas
Vilas medievais

NOTAS DE VIAGEM PELAS VILAS DO RIBA CÔA E ALGUMAS VILAS NO RIBA DOURO

I - Quatro antigas vilas que guardavam o Douro: Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros e Alva

Actualmente, destas quatro antigas vilas, apenas Freixo de Espada à Cinta mantém o estatuto de vila e sede de concelho. Mós e Urros são aldeias do concelho de Torre de Moncorvo e Alva é um conjunto de ruínas no topo de uma colina sobranceira ao Douro. É nas respectivas cartas de foral concedidas por D. Afonso Henriques que três destas vilas são pela primeira vez mencionadas. Freixo de Espada à Cinta entre 1155 e 1157¹, Mós um pouco mais tarde em 1162² e Urros em 1182³. Alva, de que se não conhece a concessão de foral, surge pela primeira vez mencionada juntamente com Freixo e Urros, como um dos castelos tomados pelos leoneses na invasão de Junho de 1212⁴. Eram com toda a certeza comunidades de há muito instaladas na região que, na 2ª metade do séc. XII, por via de uma nova proximidade e aliança com o rei de Portugal, expressa pela concessão do foral, se integram no plano reordenador da Monarquia.

O tipo de implantação e de organização do povoado destas comunidades mostra um padrão semelhante. Não são implantações roqueiras mas cabeços pouco elevados situados na borda de plataformas rodeadas por linhas de água. O povoado era constituído por uma pequena cerca de contorno ligeiramente ovalado deixando no seu exterior próximo a igreja. A dimensão dos respectivos termos parece ter sido também reduzida, correspondendo aproximadamente ao de uma freguesia actual.

A partir do século XIII, as trajectórias destas comunidades vão revelar-se divergentes. Freixo, sempre com o apoio

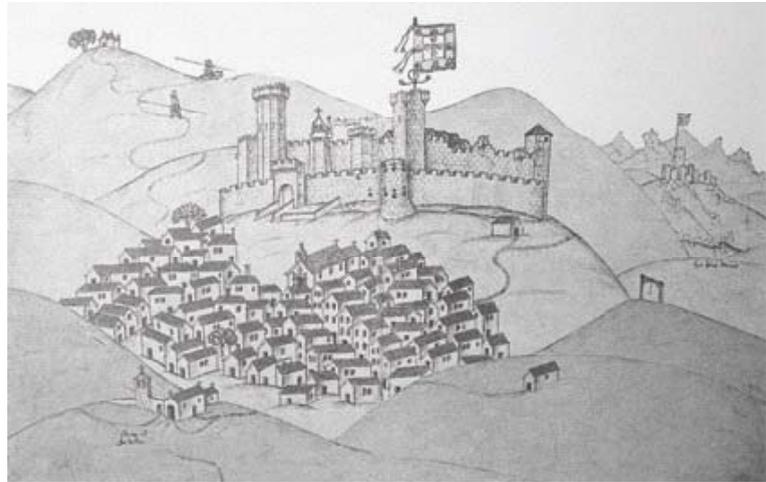


Fig. 1 – Freixo de Espada à Cinta - vista Sul no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 2 – Freixo de Espada à Cinta - vista Sul

No séc. XVI, a primitiva cerca ovalada, possivelmente em alvenaria de xisto, estava transformada num forte castelo de silharia de granito com numerosas torres adossadas e rodeado pelo muro baixo da barbacã tendo as principais obras decorrido nos reinados de D. Dinis, D. Fernando (1376) e D. Manuel I (1513). Intra-muros já não vivia senão o alcaide enquanto a população, que constituía a terceira maior concentração em Trás-os-Montes, habitava no extenso arrabalde em expansão a partir do largo da igreja de S. Miguel. Nos altos sobranceiros à vila destacavam-se a ermida de Santa Maria do Vilar (onde estão hoje as ruínas do convento de S. Filipe de Néri), a ermida da Senhora dos Montes Ermos e o Cabeço da Forca (designação por que é ainda conhecido).

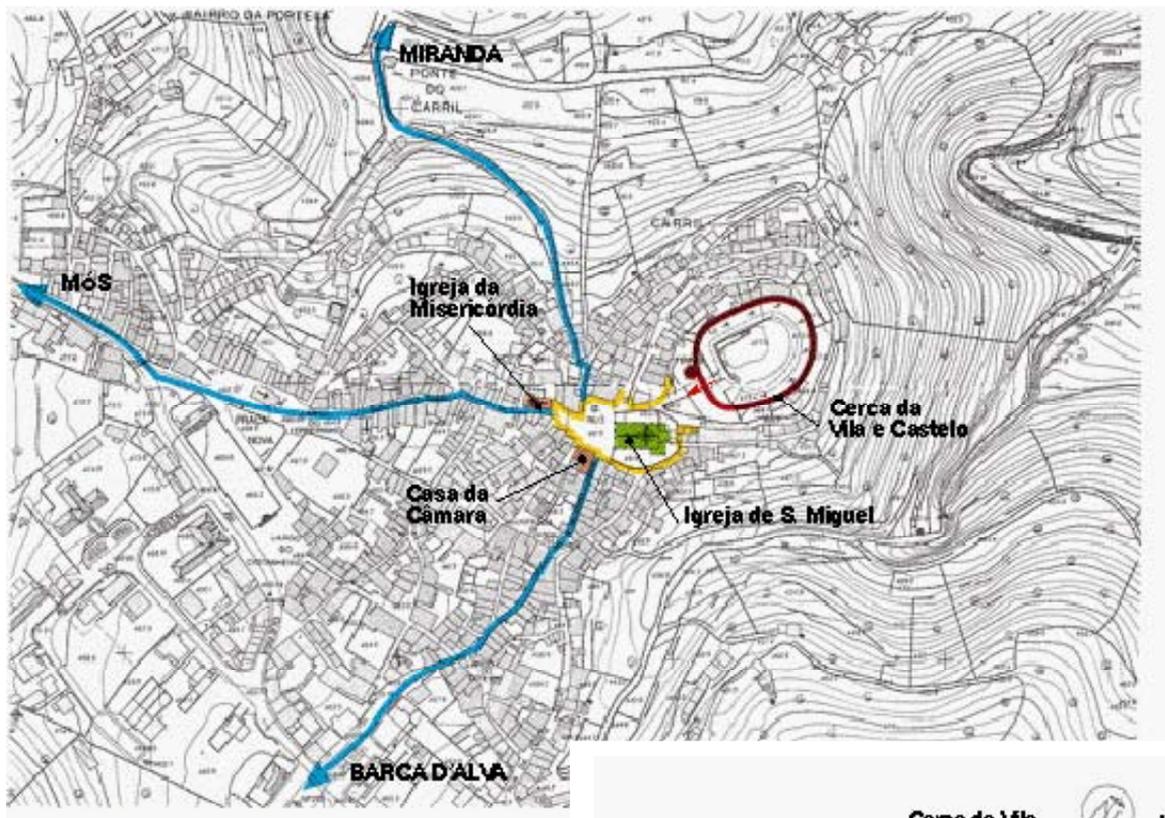
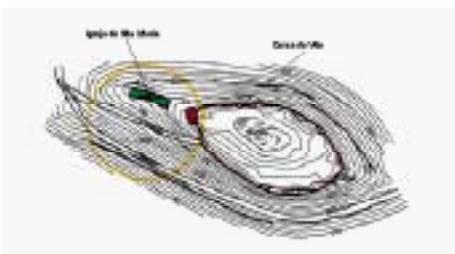
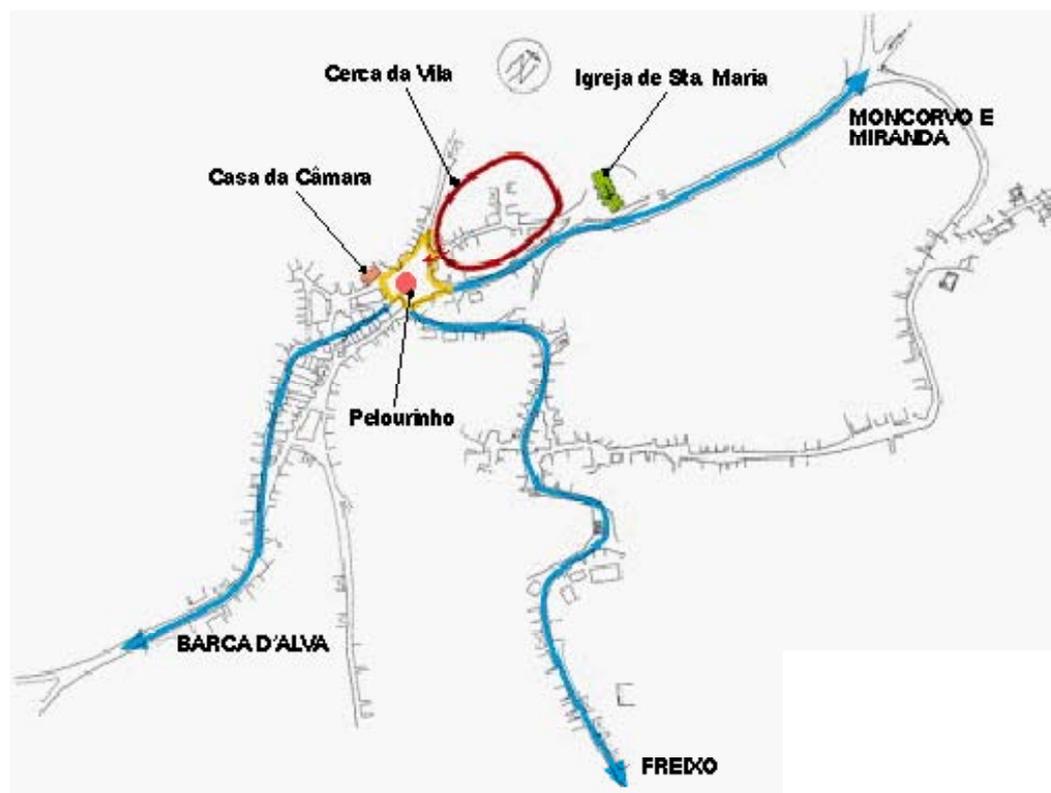


Fig. 3 – Freixo de Espada à Cinta - planta interpretada

Fig. 4 – Alva - planta interpretada

Fig. 5 – Mós - planta interpretada

As três plantas mostram idêntico padrão urbano vendo-se pequenas cercas de contorno ovalado que deixam no exterior a única igreja existente em cada uma das vilas; junto da porta principal da cerca delimita-se um largo - a Praça central - de onde arrancam os principais eixos de saída da vila que estruturaram a formação do primeiro arrabalde no exterior e depois a continuação da expansão urbana; é neste largo que mais tarde se virão a implantar a Casa da Câmara e o Pelourinho; nos casos de Freixo e de Alva é também neste largo que se localiza a igreja paroquial. Em Mós ergue-se do lado oposto.



0 50 100 200m

régio, alarga o termo subordinando Alva e Urros, ao mesmo tempo que investia fortemente na transformação das suas fortificações e concentrava população. Assim, tendo Alva sido ocupada pelos leoneses com o acordo dos seus habitantes, em data anterior a 1236, D. Sancho II faz doação deste lugar ao Concelho de Freixo – como sua aldeia – mandando expulsar os que aí moravam quando os leoneses se apoderaram dela⁵. Também as inquirições de 1258 referem-se a Alva testemunhando que D. Sancho II tinha dado aquela povoação por termo à vila de Freixo⁶. Já no reinado de D. Dinis, o Concelho de Alva pedia ao rei para aumentar a sua povoação com 400 moradores. A oposição do Concelho de Freixo levou o rei a recusar o pedido por carta de 1311⁷.

Pela mesma época em que Alva passava a integrar o termo de Freixo, o rei D. Sancho II concedia-lhe também o lugar de Urros que, sendo fortificado, estava ermo, pelo que temia pudesse ser ocupado pelos seus inimigos para a partir daí fazerem guerra⁸. Urros parece ainda ter mantido uma certa jurisdição pois era designado no final do século XIV por julgado. Acabaria por ser integrado no termo da vila de Torre de Moncorvo como se colhe de quatro cartas do rei D. Fernando datadas de entre 1366 e 1376. Na primeira daquelas datas, os moradores de Urros e do Peredo eram obrigados a trabalhar na obra da fortificação de Torre de Moncorvo. Quatro anos depois, o rei D. Fernando dava por termo desta vila os julgados durros [e] do predo com seus termos. Outra carta do mesmo rei, datada de 1376, confirma a anterior doação pois o logo d'Urros era terra chã e de pouca campanha e que non auya nem huma fortalleza, donde se conclui que as fortificações que aí existiam na 1ª metade do século XIII tinham já desaparecido. Ainda outra carta do mesmo rei, datada daquele ano, parece conservar memória da antiga subordinação mandando que as aldeias de Urros e de Maçores, termo da vila de Torre de Moncorvo, devem deixar de dar adua para as fortificações da vila de Freixo como costumavam e passar a servir nas obras da vila de Torre de Moncorvo⁹.

Paralelamente ao alargamento do termo, as fortificações da vila de Freixo também sofrem importantes transformações. Nas Inquirições de 1258 é referida a igreja de S. Miguel da qual o

Concelho levava duas partes da renda para as obras do castelo¹⁰. Estas fortificações parecem ter tido também forte intervenção de D. Dinis afirmando Rui de Pina na Crónica daquele rei que ele povoou de novo, e fez o castelo de Freixo¹¹. Uma carta de D. Fernando datada de 1376 refere-se à construção de hum apartamento da alcaçere que aquele rei mandou fazer em Freixo de Espada à Cinta¹². Segundo o Numeramento de 1527-32 a vila de Freixo tinha um bõ castello, forte, cerqado, omde nam vyve mais que o alcaide. O número de moradores (= fogos) na vila e arrabalde atingia a elevada soma de 447, apenas ultrapassada, na Comarca de Trás-os-Montes, por Bragança e Vila Real (com 481 e 478). Os desenhos de Duarte D'Armas, mostram a antiga cerca ovalada transformada num castelo com numerosas torres adossadas e rodeado pelo muro baixo da barbacã ao mesmo tempo que um já extenso arrabalde se expandia a partir da igreja de S. Miguel.

Entretanto a aldeia de Alva já não existia no séc. XVI, não sendo mencionada no Numeramento de 1527-32. António Coelho Gasco, juiz de fora, dos orfãos e capitão-mor na vila de Freixo pelos anos 30 do séc. XVII, descreve o estado de abandono em que a encontrou no Antiquario discurso apresentado em homenagem à visita do arcebispo de Braga D. Rodrigo da Cunha, repleto de notas eruditas colhidas quando fazia o tombo, por mandado de Sua Magestade¹³. Aí se menciona a descoberta de uma ara romana dedicada a Júpiter, por entre as ruínas da vila. No final desse século, o Pe. Carvalho da Costa dizia na Corographia Portugueza que no limite do lugar de Poiars, termo da vila de Freixo, estava a Ermida de Nossa Senhora de Alva, & junto a ella hum arruinado Castello com suas muralhas, aonde antigamente esteve fundada a Villa de Alva lembrando ainda que D. Sancho II a privou dos privilegios de Villa, dando-a por Aldea do termo a Freixo e que depois de todo se despovoou, & arruinou, ficando sómente a barca, que ainda navega no rio com o nome de barca de Alva, & a referida Ermida de Santa Maria, que tem annexo hum beneficio simples do Padroado Real¹⁴. Actualmente, sobre uma colina que se destaca na paisagem dominando o Douro, ainda se observam as ruínas da cerca da vila de Alva e da igreja de Santa Maria.

O desenvolvimento da vila de Mós foi desde cedo acarinhado pelo poder régio. D. Sancho I, em Maio de 1200, vindo de Trancoso em direcção a Bragança, e encontrando-se em Chacim, não muito longe de Mós, doa o reguengo de Cilhade aos seus povoadores afirmando que o fazia por Deus e pelo bom serviço que havia recebido e esperava continuar a receber do seu castelo de Mós¹⁵. A intervenção régia nas obras das fortificações da vila são também referidas em documentos dos sécs. XIII e XIV. Nas Inquirições de 1258 refere-se que o concelho guardava a terça das dízimas da igreja de Santa Maria de Mós que se destinava à reparação e manutenção do castelo da vila¹⁶ e uma carta régia datada de 1335 testemunha a mesma situação declarando D. Afonso IV que concedia a terça da (...) Igreja de Móos a Pedro Dias, seu procurador na terra de Bragança, se o muro do dito Lugar de Móos he acabado, e que de futuro quando comprir de se adubar esse muro em alguma cousa, que el o adube pela renda da dita Igreja¹⁷.

A vila era defendida por uma pequena cerca de contorno ovalado com muros de alvenaria de xisto. O urbanismo intra-muros é hoje difícil de caracterizar dado o estado de abandono desse espaço. Distingue-se porém um eixo estruturador de sentido N/S a que chamam Rua Direita. A igreja de Santa Maria localizava-se no exterior, do lado Norte. Junto da porta principal do muro da cerca desenvolveu-se o arrabalde em torno do largo onde se localizavam a Casa da Câmara e o pelourinho, recentemente restaurado. O arrabalde cresceu ao longo dos principais caminhos de saída em direcção a Freixo de Espada à Cinta, Barca d'Alva, a Torre de Moncorvo ou Miranda.

Porém a trajectória desta vila no final da Idade Média e durante a Idade Moderna parece ser mais de decadência e despovoamento, observando-se em paralelo o crescimento da única aldeia do termo, Carviçais. Em 1372, no contexto das guerras com Castela, D. Fernando dava a Torre de Moncorvo, por termo, os lugares de Mós e de Vilarinho da Castanheira, visto que non som taaes que se defendam nem possam defender por ssy¹⁸. Antes de 1450, foi aqui instituído um couto de homiziados, pedindo o concelho à coroa novos privilégios com ele relacionados porque a vila estava mujto desfallecida de jentes que em ella soiam dauer por as guerras e

grandes pestelencias que sse sseguyrom¹⁹. O Numeramento, em 1527-32 referia que era a vila cerçada e a cerca em alguas partes derribada. No termo, a aldeia de Carviçais tinha quase tantos moradores como a vila: 43 para 54. O Pe. Carvalho da Costa, no final do século XVII, também regista esta mesma situação de decadência escrevendo que nesta Villa se vê quasi hum arruinado Castello com sua cisterna dentro delle, que mostra ser a Villa antigamente povoação de mais conta²⁰. Nessa altura, já a aldeia de Carviçais, que continuava a ser o único lugar do termo, atingia os 250 fogos quando a vila estava reduzida a 90. A antiga vila e concelho não sobreviveria depois às reformas administrativas do séc. XIX que a transformaram numa aldeia de Torre de Moncorvo.

II - No final do séc. XIII a aldeia de Torre de Moncorvo substituiu a vila de Santa Cruz da Vilarça

As ruínas da vila velha de Santa Cruz, situadas no topo de uma colina dominando o vale da Vilarça, conservam a memória de uma vila nova de fundação régia que se deve às iniciativas do Rei D. Sancho I e que recebeu carta de foral de D. Sancho II em 1225²¹. No extenso termo, que abrangia todo o Vale da Vilarça, estavam incluídas muitas outras comunidades. A uma delas – Junqueira da Vilarça – o rei tinha mesmo reconhecido anteriormente autonomia através da concessão de carta de foral. O testemunho das Inquirições do rei Afonso III em 1258 esclarece que quando quiseram povoar a Santa Cruz no tempo do avô [= D. Sancho I] do rei que agora reina deram à Ordem do Hospital uma herdade reguenga localizada em Samões em troca da herdade onde está a vila de Santa Cruz e que era propriedade daquela Ordem. Em seguida, o mesmo texto acrescenta que os homens da Santa Cruz quando povoavam a vila deram nela a D. Ponço Afonso uma herdade e casas²², o que poderia datar de entre 1211 e 1217 quando D. Ponço Afonso de Baião tinha a tenência da terra de Bragança²³. Ainda nas mesmas inquirições várias testemunhas referem que os povoadores da nova vila eram provenientes das aldeias reguengas de Cernadela

e Vale de Cortiços, situadas a Norte, actualmente no concelho de Macedo de Cavaleiros, e que um Mordomo do Rei chamado Aparício levou os homens daquelas aldeias para o Castelo da Santa Cruz para que o povoassem ²⁴.

A criação da vila de Santa Cruz mostra a tentativa de aplicar no Alto Douro o esquema utilizado nas fundações novas de Trás-os-Montes, que Sancho I tinha inaugurado com Bragança, em que o termo das vilas correspondia aos extensos territórios das antigas Terras. Durante a década de 1280 porém, D. Dinis promoveu aqui uma importante reorganização tendo-se deslocado à vila da Santa Cruz em finais de Novembro de 1281. No interior do termo desta vila, que parecia pecar por excessivo, promove de seguida a fundação de três novas vilas - Torre de Moncorvo, Vila Flor e Alfândega da Fé - entre as quais reparte aquele território. A dificuldade em concretizar o modelo transmontano numa região em que os territórios das vilas tenderão sempre a ser miniaturizados parece evidente. A vila velha da Santa Cruz despovoar-se-ia depois e em meados do século XV só existiam as ruínas e a memória: na Ribeira da Vallariça em huu oteiro alto que está acerqua della fora pouoraçom em outro tempo. E por que era doentijo se mudaram hijr uiver aa dita uilla da Torre e ficara o cerco deribado e destroido de todo ²⁵.

Torre de Moncorvo era ainda em meados do século XIII uma aldeia do termo da vila de Santa Cruz da Vilarica. A aldeia, mencionada nas inquirições de 1258 com a sua igreja de Santiago, situava-se na encosta onde está hoje o cemitério, tendo a igreja - mais tarde também designada por capela de Santo Cristo - sido demolida no século passado para a ampliação do cemitério ²⁶, mas subsistindo ainda nas imediações a Calçada e a Fonte de Santiago. Muito provavelmente em 1285 D. Dinis concedeu a Torre de Moncorvo uma carta de foral ²⁷, que é a transcrição do foral concedido por Sancho II em 1225 à vila de Santa Cruz, ao mesmo tempo que lhe atribuía o termo daquela vila. No ano seguinte, toda a parte Norte desse termo seria concedida a uma nova vila entre-



Fig. 6 – Santa Cruz da Vilarica - vista a partir dos Estevais da Adeganha

A vila da Santa Cruz da Vilarica, abandonada na passagem do século XIII para o XIV, implantava-se na coroa de uma colina que, não apresentando uma cota muito elevada, destaca-se na paisagem dominando as terras baixas e planas do amplo Vale da Vilarica. Uma cerca de alvenaria de xisto circunvalava a coroa da colina existindo uma única entrada a NO ladeada por duas torres tronco-cónicas maciças. No espaço delimitado pela cerca (com uma área aproximada de 1.2 ha) são visíveis vestígios de casas e arruamentos observando-se no topo da colina as ruínas da igreja com um pequeno adro e neste uma torre arruinada.

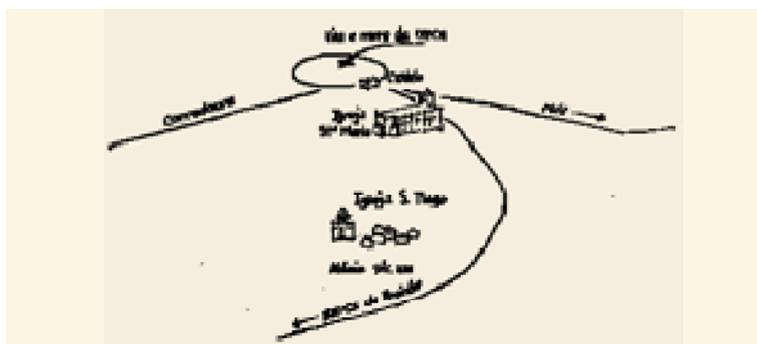


Fig. 7 – Torre de Moncorvo - vista geral

Fig. 8 – Torre de Moncorvo - foto interpretação

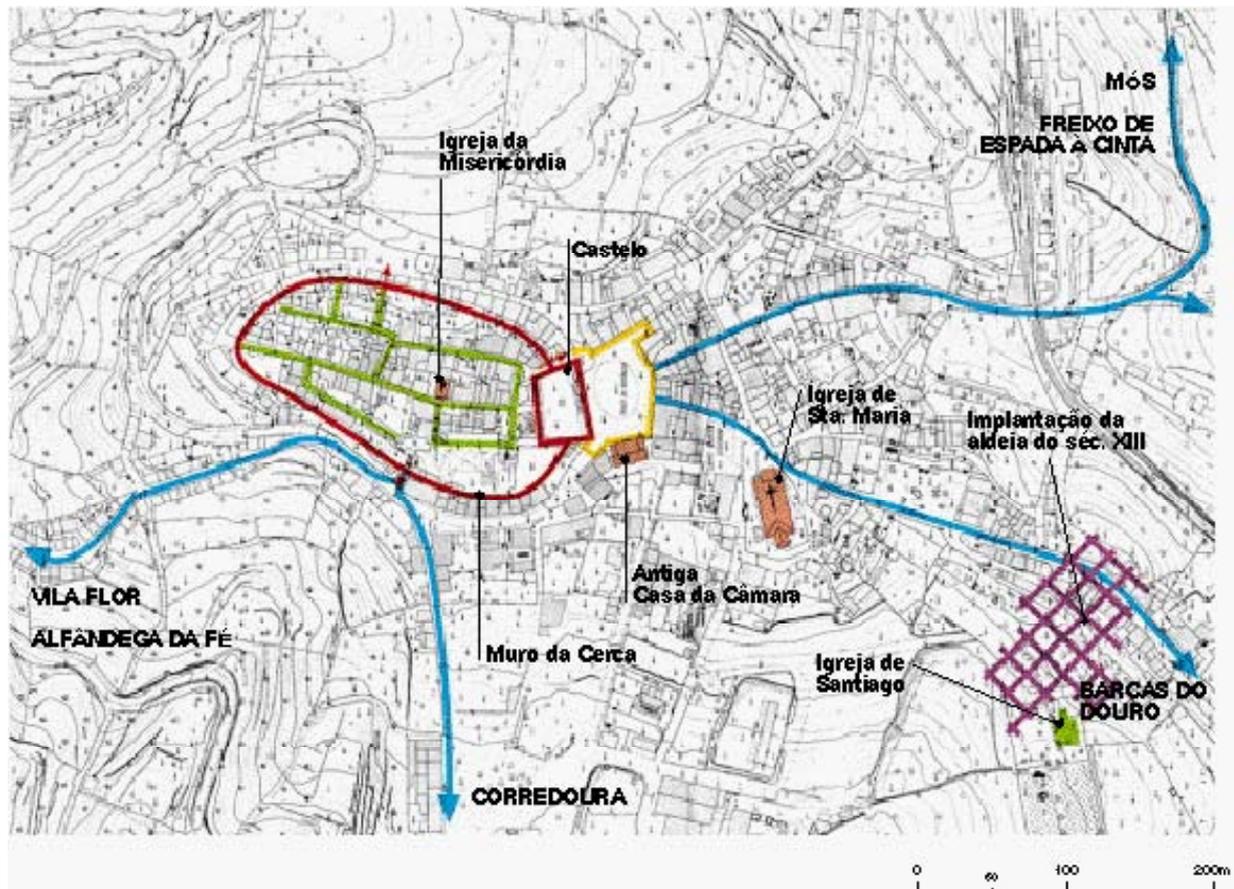


Fig. 9 – Torre de Moncorvo - planta interpretada

Até finais do séc. XIII, Torre de Moncorvo era uma aldeia do termo da vila da Santa Cruz da Vilarça que se implantava em redor da desaparecida igreja de Santiago, a primeira igreja paroquial. A elevação a vila e a reformulação urbana dionisinas ditaram a procura de uma nova implantação onde, no interior de um muro de cerca de contorno alongado, foi estabelecido um traçado regular com três eixos longitudinais e diversas travessas perpendiculares. Junto da porta do lado Sul, uma das três existentes, ergueu-se o castelo da vila, de planta quase rectangular, hoje completamente entulhado e transformado numa plataforma elevada mas que recentes escavações arqueológicas trouxeram de novo à luz do dia. O castelo dominava o largo central (actual Praça da República) formado no exterior da porta Sul, onde esteve o pelourinho e a antiga Casa da Câmara e donde partiam os dois principais caminhos de saída que se transformaram nas duas ruas estruturadoras do arrabalde. Foi numa delas, a que tomava a direcção da barca do Douro, passando no local da antiga aldeia e igreja de Santiago, que se construiu a nova igreja matriz de Santa Maria, terminada no séc. XVII, reflectindo a pujança da vila e sede de comarca.

tanto criada na Vilariça, a póvoa de Vila Flor. Na carta de foral atribuída em 1286 a esta vila nova, transcrição também do foral da Vila de Santa Cruz da Vilariça, diz D. Dinis que dava e concedia aos povoadores da sua póvoa que era chamada de Além Sabor o foro da Santa Cruz da Vilariça e que lhe punha o nome de Vila Flor²⁸. Alguns anos depois, em 1294, D. Dinis concedia outra carta de foro para todo sempre aos pobradores e moradores da mha uila e do meu Castelo de Alfandega de ffe sobre valariça²⁹ fazendo Vila Flor perder para aquela outra nova vila a parte do termo a Este da Rib.^a da Vilariça. A intervenção de D. Dinis nas obras de fortificação destas novas vilas ficou ainda registada numa carta do rei datada de 1295, onde se resolve uma contenda entre os concelhos de Vila Flor e Torre de Moncorvo por razom da fortaleza que mandei fazer em essa vila da Torre de meencorvo, e porque eu mandey que metesedes as terças das eigrejas de vila frol primeyramente, e depois que er metesedes as terças da Torre de meencorvo na fortaleza de vila frol³⁰.

III - Vila nova do rei D. Dinis na foz do rio Côa

Na área adjacente ao curso terminal do rio Côa, dominando uma vasta plataforma agrícola, D. Dinis promoveu no final do séc. XIII a criação da póvoa de Foz Coa tendo-lhe concedido carta de foral em 21 de Maio de 1299³¹. A nova vila surge estreitamente relacionada com uma importante passagem no Douro que, não longe da foz do rio Côa, assegurava a ligação da Beira às áreas mais periféricas de Trás-os-Montes como Miranda. A essa passagem se refere o Rei D. Dinis, em 1306, numa carta ao concelho de Foz Côa, a que chama minha pobia, determinando que a justiça constringesse os moradores de Freixo e Muxagata a fazerem o caminho por dentro da vila quando se dirigissem às barcas do Douro³².

A póvoa parece ter tido alguma dificuldade inicial em afirmar-se. A construção do muro da cerca da vila só se viria a concretizar no séc. XV, no reinado de D. Afonso V³³. Em relação à igreja, não se lhe faz ainda menção no Rol das Igrejas de 1320-21. A paróquia em

que a vila se incluía por essa altura deveria ser a de Santa Maria da Veiga, actual capela de romaria situada mais a Norte, junto das barcas do Douro. Com efeito, uma carta de apresentação do abade desta última igreja, datada de 28 de Março de 1488, refere a sua anexa de Foz Coa³⁴. No entanto, em 1537 o pároco de Vila Nova surge já designado por abade³⁵, relacionando-se talvez esta elevação à dignidade paroquial com a construção do novo e prestigioso templo de fábrica manuelina. Ao pequeno espaço urbano delimitado pelo muro da cerca acrescentou-se também um extenso arrabalde que em 1527 tinha 108 moradores (= fogos) enquanto na vila dos muros a demtro viviam apenas 44³⁶. No final do século XVII eram já 500 os vizinhos (= fogos) nos arrabaldes para apenas 60 dentro dos muros³⁷.

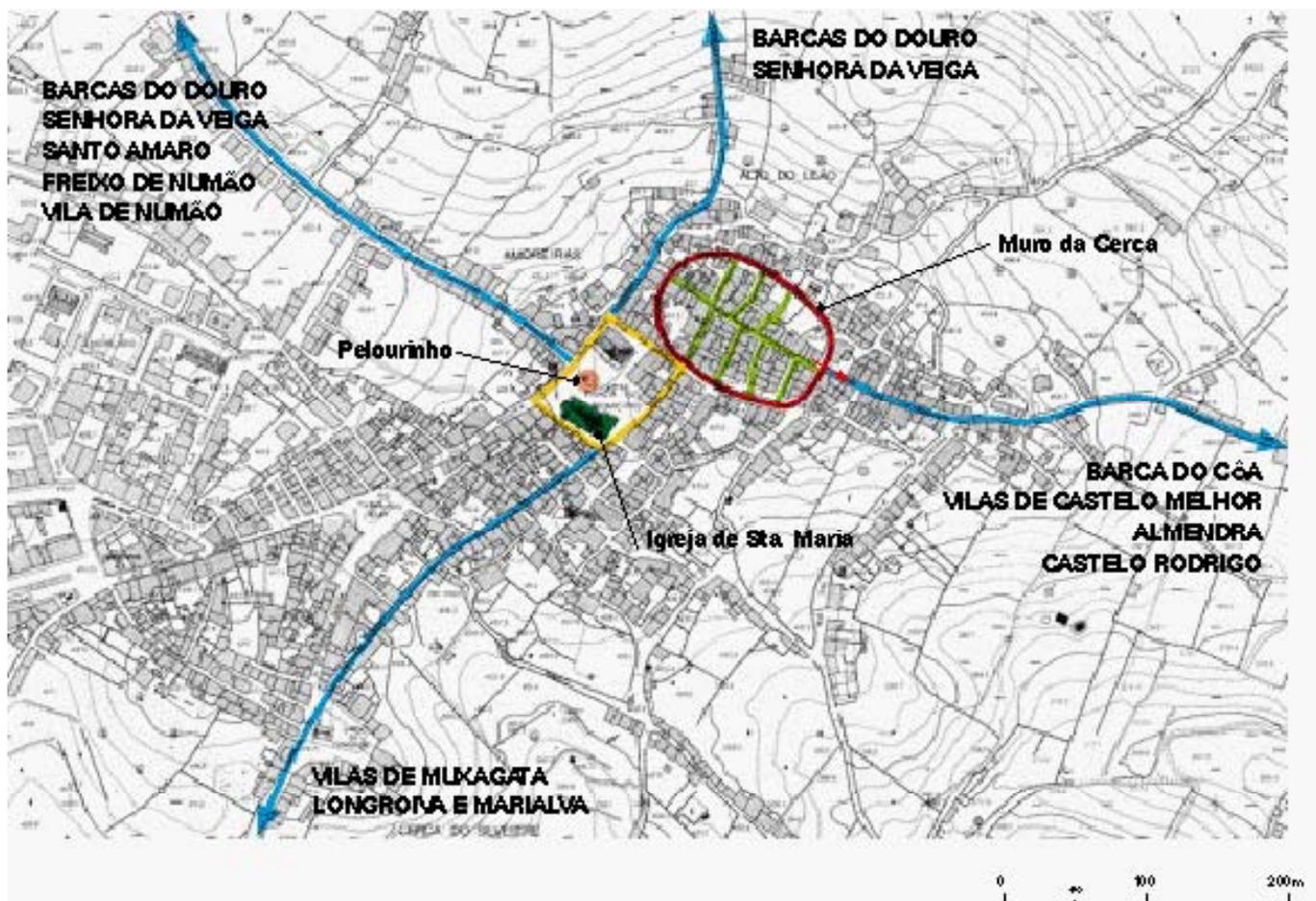


Fig. 10 – Vila Nova de Foz Côa - planta interpretada

A observação do tecido urbano actual permite perceber onde se implantou o muro da cerca de contorno ovalado delimitando no interior um plano muito regular: o eixo central que corre à cota mais elevada e diversas travessas cortando-o ortogonalmente. A Praça do Município — com o pelourinho, a igreja matriz (ambos construídos no séc. XVI) e o edifício oitocentista da Câmara Municipal — corresponde ao antigo largo formado no exterior da porta da cerca de onde partem os caminhos de ligação ao termo e às vilas vizinhas. A expansão urbana transformou depois os troços iniciais destes caminhos em ruas que estruturaram o arrabalde onde em 1527 habitavam já 108 moradores quando dentro dos muros eram recenseados apenas 44.

IV - Vila Velha de Numão, um projecto de investigação arqueológica em curso

Alexandra Lopes
Heloísa Valente
Paula Barreira

Quem visita Numão, depara com um imponente recinto fortificado (Fig.1), dominando uma vasta área. Centro administrativo, militar e político esta vila desempenhou durante o período da Reconquista e da definição de fronteiras um papel de pólo aglutinador e reestruturador desta região.

Estando no Castelo e subindo pelo caminho que dá acesso à vertente Norte, depara-se com o que resta de um pequeno edifício religioso. A Capela de S. Pedro, da qual existem apenas três toscos muros, apresenta uma planta rectangular (Fig. 2), que se estrutura em dois espaços distintos. O corpo principal, do qual se destaca o lajeado interior constituído por pequenas e irregulares lajes de granito que formam um corredor central perfeitamente delimitado a Este por duas sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. O acesso ao segundo espaço, o nártex (Fig.3) , faz-se atra-



Fig. 11 – Numão - vista geral

Fig. 12 – Numão - planta interpretada (alta idade média)

Fig. 13 – Numão - planta interpretada (baixa idade média e idade moderna)

A ordenação alti-medieval (séc. IX - XI) do povoado, já referido num documento de 960, deveria ter um carácter acentuadamente roqueiro. É possível que uma primitiva estrutura defensiva, cerca roqueira ou torre, tivesse existido sobre o penedo granítico mais proeminente, sobranceiro à igreja de S. Pedro e à necrópole anexa de sepulturas escavadas na rocha. Outros núcleos de sepulturas do mesmo tipo registam-se ao longo do caminho que desce deste ponto em direcção à aldeia, junto das ruínas da igreja de Santa Maria e ocultas sob o adro da matriz actual de N.ª S.ª da Assunção.

A vila baixo medieval (sécs. XIII - XV) foi rodeada com uma cerca defensiva que teve de se ajustar ao acidentado do terreno e às construções pré-existentes, reforçada pela barbacã e por várias torres, com acesso por três portas. Junto de duas destas localizavam-se as igrejas: S. Pedro, no exterior da saída que tomava a direcção do Douro; Santa Maria, do lado de dentro, quase cortada pela inflexão do muro da cerca, ao pé da saída virada à aldeia actual. Ao longo do caminho que se iniciava nesta última porta, desenvolveu-se um arrabalde que era habitado em 1527 por 41 moradores (= fogos) enquanto à época, dentro da cerca, só existiam 15. No final do séc. XVII já não havia moradores dentro dos muros, habitando todos os vizinhos (= fogos) que eram em número de 60, no arrabalde. Entretanto, neste, tinha-se constituído um segundo núcleo, mais a Sul, em torno da nova igreja paroquial de N.ª S.ª da Assunção.

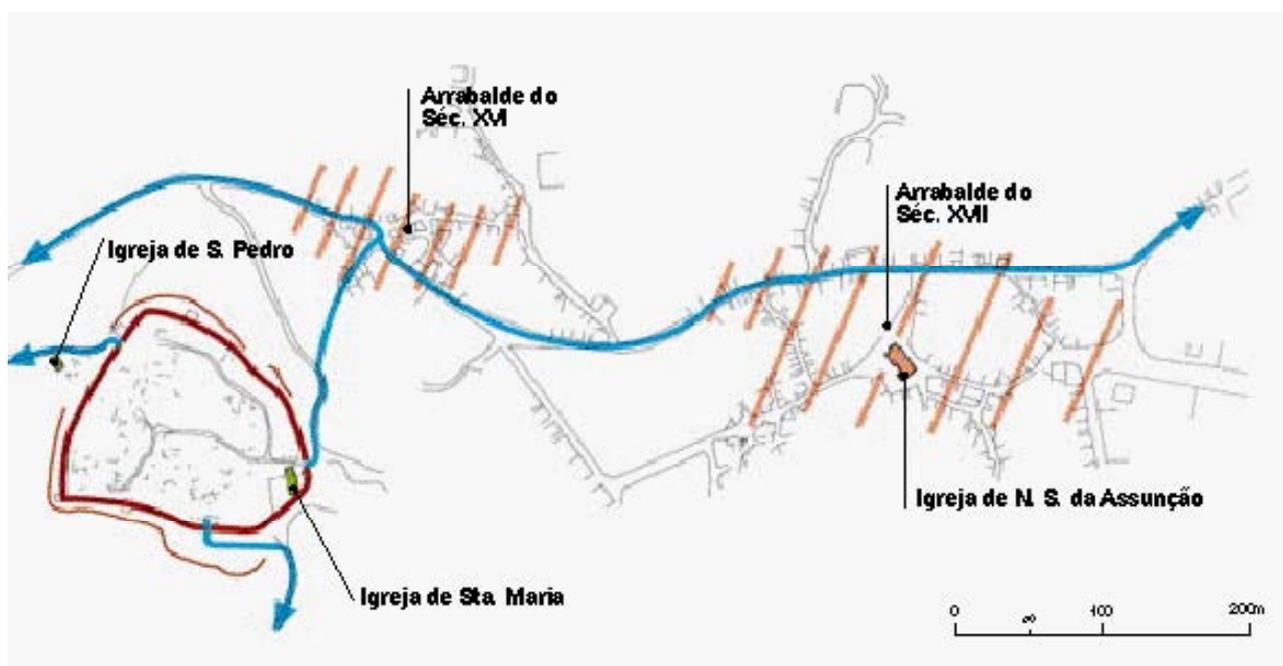
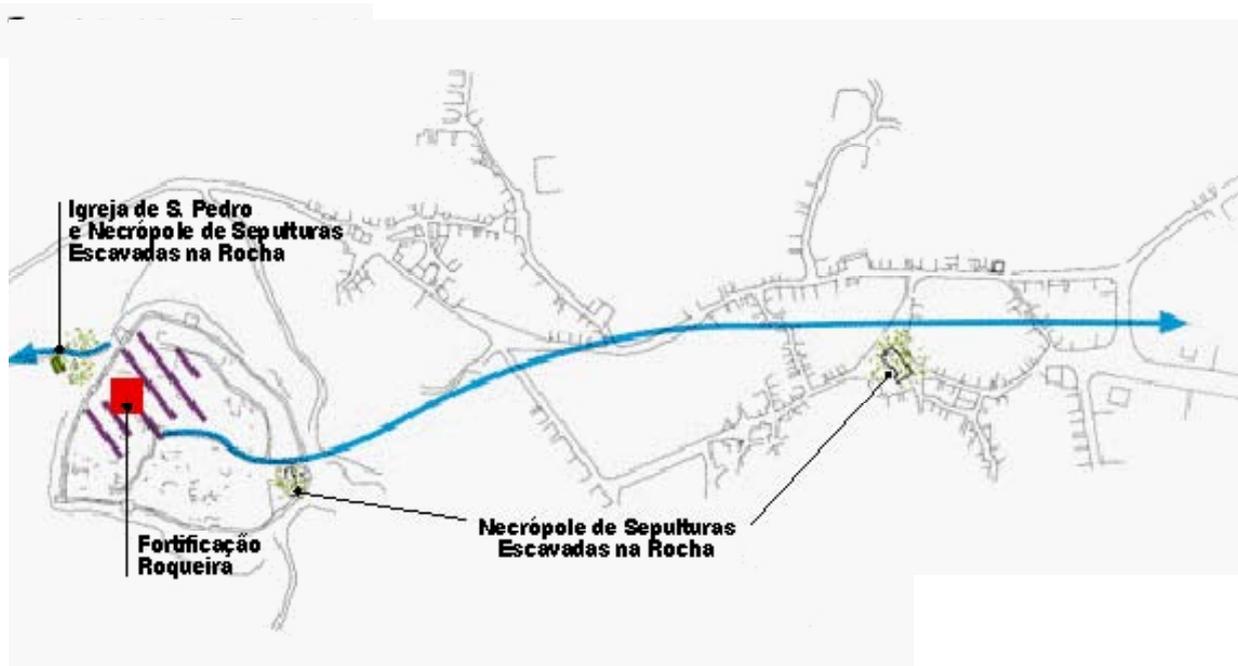




Fig. 1 – Torre no muro da cerca da vila



Fig. 2 – Planta da igreja de S. Pedro após as escavações arqueológicas. (Fot. das autoras)

vés de uma escada de pedra. Este apresenta igualmente um lajeado pétreo que, conjuntamente com o afloramento granítico, parece ter sido a solução encontrada para a regularização do pavimento. No interior do nártex foi também detectado um enterramento simples em terra, não estruturado.

Na Capela de S. Pedro foi identificada uma estrutura circular, que corresponderia ao local onde teria sido fundido o sino da Capela (Fig.4), composta por vários círculos concêntricos de argila de diversos diâmetros e colorações



Fig. 3 – Nártex da igreja de S. Pedro. (Fot. das autoras)



Fig. 4 – Vestígios do forno de fundição do sino da igreja de S. Pedro. (Fot. das autoras)

perfeitamente identificáveis e apoiados numa estrutura constituída por pequenas pedras irregulares. A fundição no interior do espaço religioso seria uma prática bastante comum durante a Idade Média, realizada por artesãos especializados e itinerantes que deixaram importantes marcas do seu ofício, como estas estruturas, normalmente materializadas junto à torre sineira. Podemos situá-las cronologicamente entre os séc. XIV e meados do séc. XVI, altura em que se verifica uma mudança na tecnologia de fundição.

Associada a esta capela existe uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha. São cerca de dezassete sepulturas já sem tampas e que se encontram na área envolvente da capela. Neste conjunto foram identificadas duas sepulturas que nunca chegaram a ser concluídas, estando simplesmente desenhadas no afloramento.

A primeira referência documental para este edifício data de 1289 e diz respeito à designação de Egídio Pires para seu reitor. No entanto, a sua edificação deverá remontar a um período anterior, já que estruturadas com o corpo do edifício detectámos duas sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, o que nos leva a recuar a data da construção da capela até aos séculos X-XI.

Deixando para trás a Capela de S. Pedro e continuando pelo caminho que se dirige à porta nascente, visualiza-se o interior do povoado. Num primeiro relance, distinguem-se, de entre um imenso amontoado de pedras, alguns alinhamentos que correspondem a antigas construções habitacionais, prova da existência de uma comunidade estruturada sob a protecção das grandiosas muralhas.

O testamento de D. Flâmula, datado de 960, é o primeiro documento que refere a existência de uma fortificação em Numão, doada juntamente com outros castelos da Beira Interior, ao Mosteiro de Guimarães. Porém, este mosteiro deve ter perdido o controlo destas estruturas aquando da grande investida de Almançor entre 981 e 1002. Estes territórios, cedo serão devolvidos ao domínio das forças cristãs pelas campanhas de Fernando o Magno (1055-1057), como o prova o inventário dos bens do Mosteiro de Guimarães, de 1059, onde se confirmam as doações de 960. Uma vez que o castelo hoje existente é resultado de diversas alterações ocorridas ao longo de mais de três séculos, que tipo de estrutura fortificada constituiria o doado por D. Flâmula? Não era forçoso que estas construções fossem do tipo pátio defendido por muralha, mas podiam tão somente corresponder a uma torre.

Um segundo elemento que nos fornece novas informações sobre as reconstruções sofridas por esta fortificação, é a existência de uma inscrição que data a edificação de uma torre, possivelmente a de menagem, em 1189. Esta poderá também relacionar-se com uma alteração posterior efectuada no castelo e que se refere à intromissão de quatro torres aproveitando as inflexões (“cotovelos”) existentes na muralha.

As duas outras torres apresentam uma solução diferente. A sua colocação não implicou uma reestruturação da própria muralha uma vez que estas lhe foram apenas adossadas, prática bastante frequente no reinado de D. Dinis. A esta hipótese poderá estar associado um documento de 1285, onde é referida a realização de obras no castelo.

Subindo por uma das muitas escadas que dão acesso ao caminho de ronda do castelo, observa-se facilmente todo o interior do mesmo (Fig. 5). Daqui é possível reconhecer várias ruas que atravessam e se cruzam por entre o que resta de numerosas habitações. Uma primeira rua (onde se conserva parte do primitivo lajeado) partiria provavelmente da porta nascente interceptando uma outra, no sentido sul-norte, que passando pela cisterna se dirigia para o centro da vila, na qual é ainda possível identificar uma escadaria em pedra. Desse ponto intermédio parte uma outra rua que se dirige à zona Noroeste do povoado. Deste núcleo foi possível reconhecer parte considerável de uma estrutura habitacional que se evidencia pela extensão e grandeza dos seus alinhamentos. Da escadaria parece ainda partir uma outra rua que poderia vir a unir-se a duas outras situadas nas extremidades nascente e poente da vila. Da porta oeste, deveria também principiar um outro arruamento. No terreno parece haver indícios de que este se dirigia para a zona sul do castelo onde se situa a Igreja de Santa Maria de intra-muros.



Fig. 5 – Vista do interior do recinto

Esta igreja (Fig. 6), cuja construção será ainda de raiz românica mas já com siglas figurativas e alfabéticas no seu aparelho, possui uma só nave, separada da cabeceira por um arco, ligeiramente apontado. O único portal que se conserva é o voltado a sul, muito simples, de arco também quebrado e impostas decoradas com meias-esferas. No topo poente, detectam-se vestígios de uma parede e arco, cuja interpretação se torna difícil dada a localização demasiado próxima do pano de muralha e a densa vegetação que encobre parte da estrutura.



Fig. 6 – Porta lateral da igreja de Santa Maria



Fig. 7 – Restos de uma grande construção junto da igreja de Santa Maria

Na zona contígua à Igreja de Santa Maria, desenvolve-se um espaço cuja organização se mostra de difícil apreensão, devido à ausência de estruturas visíveis que se articulem com os três grandes pilares existentes



Fig. 8 – Sepulturas escavadas junto da igreja de Santa Maria. (Fot. das autoras)

(Fig. 7). Estes possuem o mesmo alinhamento de um lajeado e muros detectados após o levantamento dos derrubes. Na mesma zona, durante a limpeza do caminho sul, foi identificado um dos espaços de enterramento (Fig. 8) da Igreja de Santa Maria, com a descoberta de uma sepultura colectiva escavada no saibro, composta por quatro esqueletos.

Hoje é este o cenário com que se depara ao entrar no Castelo de Numão, mas nem sempre este povoado esteve abandonado. O Numeramento de 1527-1532 (primeiro recenseamento geral da população portuguesa, mandado realizar por D. João III) refere a existência de 15 moradores no interior do vila e 41 nos arrabaldes, ou seja na actual aldeia de Numão, o que perfaz um total de 56 moradores. Assim, da análise do Numeramento podemos concluir que já em meados do séc. XVI, a vila de Numão se encontrava em pleno processo de desertificação e abandono com o maior número de moradores concentrados no arrabalde.

Estas novas habitações (Fig. 9) são construídas junto aos caminhos de acesso ao Castelo e em torno de um largo onde se situa a Igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora da Assunção. Esta terá sido, muito provavelmente, construída nos finais do séc. XVI, aproveitando silhares provenientes



Fig. 9 – Vista do arrabalde

tes do Castelo. É formada por uma só nave, com abóbada revestida de madeira pintada e quatro altares de talha dourada dedicados a Nossa Senhora da Assunção, a Nossa Senhora do Rosário, a S. José e a Santo António. Para além desta igreja, existem ainda duas outras capelas: a de Santa Teresa, privada, datada de 1710, que ostenta na fachada principal uma pedra de armas e no seu interior um altar de talha dourada do séc. XVIII; a de Santa Eufémia, perfeitamente incaracterística, não apresenta qualquer inscrição que documente a construção.

É de referir ainda a existência de variados elementos decorativos provenientes do Castelo integrados na arquitectura das casas da aldeia, nomeadamente a utilização de cachorros, estelas e silhares. Para além destes exemplos, podemos citar ainda testemunhos da ocupação romana do local como são as aras, um baixo relevo com três figuras femininas e um cipo, que se encontra colocado sobre a Fonte de mergulho do Campelinho.

O Projecto de Investigação para a Vila Velha de Numão, iniciado em 1995, insere-se na linha de investigação em História Medieval do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto) que tem como finalidade o conhecimento da história do vinho e da viticultura duriense desde as origens até à actualidade.

Neste sentido, iniciaram-se no Castelo de Numão escavações arqueológicas, que se centraram no ano de 1996 na Capela de S. Pedro, tendo-se alargado a área de intervenção em 1997 para a zona contígua à Igreja de Santa Maria.

Este projecto tem como objectivo primordial compreender como se processou a formação, desenvolvimento e abandono desta vila medieval e qual a sua articulação com os movimentos semelhantes ocorridos noutras vilas medievais do interior norte do país.

Por outro lado, pretende-se realizar um projecto de valorização para este núcleo histórico, que contempla aspectos tão diversos como a musealização das estruturas intervencionadas, o que permitirá a realização de percursos no interior do Castelo, complementada com a criação de um pequeno museu monográfico, que expresse através dos artefactos expostos o quotidiano e as vivências de uma população

Tem-se como última finalidade recuperar a dignidade desta antiga vila, monumento nacional desde 1910 mas votada ao abandono durante tantos anos.

V - Três Comendas Velhas da Ordem de Cristo: Longroiva, Muxagata e Meda

A vila de Longroiva era cabeça de uma comenda da Ordem de Cristo que compreendia ainda as vilas de Muxagata e da Meda. Foi em 1145 que Fernão Mendes Braganção e sua mulher, D. Sancha Henriques, doaram à Ordem do Templo o Castelo de Longroiva que dizem haver povoado na Extremadura entre os Castelos de Numão e Marialva ⁴⁰. Esta comunidade, que surge já referenciada em 960 no testamento de D. Flâmula Rodrigues, viu-se assim incluída no senhorio da Ordem do Templo, que fez aí construir um castelo românico. Com efeito, na fachada poente da torre de menagem existe uma inscrição que data a sua construção de 1176, sendo Mestre da Ordem Gualdim Pais ⁴¹.

O território alti-medieval desta comunidade, centrado sobre o curso da Rib.^a dos Piscos ou das Centieiras, incluía as terras baixas - da Veiga e de Muxagata - e as terras altas dos planaltos - nas Chãs e na Meda - formando uma unidade de exploração económica que a Ordem do Templo procurou explorar. Eram sobretudo os gados que, aproveitando aquelas terras baixas para os pastos de Inverno e as terras altas para as pastagens de Verão, constituíam a grande riqueza da região ainda há menos de um século ⁴². Os canados, topónimo aqui muito comum referindo-se a uma encosta estreita entre dois montes, eram os caminhos que os gados seguiam entre as duas zonas de pasto vigiados de pontos altos e destacados, as esculcas. A implantação do castelo e da vila de Longroiva dominou o passo entre as terras altas e a terras da veiga parecendo ter sido no interior do primitivo termo daquele castelo que se fizeram depois povoar as vilas de Meda e da Muxagata. A primeira, situada no planalto das terras frias, desenvolveu-se junto de um morro rochoso - o Castelo - que tinha as condições

Fig. 14 – Longroiva - vista geral

Fig. 15 – Longroiva - foto interpretação

O castelo e a vila de Longroiva centram-se sobre o curso da Rib.^a dos Piscos, afluente do Cõa, dominando o passo entre as terras altas dos planaltos e as terras da veiga, tendo sido no interior do primitivo termo daquele castelo que se fizeram depois povoar as vilas de Meda e da Muxagata. A Ordem do Templo, na posse deste território desde os meados do séc. XII, e posteriormente a Ordem de Cristo, procuraram valorizar a grande riqueza em gados que alternavam entre os pastos de Inverno nas terras baixas e os pastos de Verão nos planaltos.

A organização urbana das três antigas vilas reflecte diferentes origens, tendo a Meda e Muxagata características próximas entre si que as diferenciam de Longroiva. Esta última vila implanta-se na crista de um monte alongado dominando o fecho de uma reentrância da Veiga. No ponto mais elevado localiza-se a torre de menagem do castelo em volta da qual existiam os desaparecidos paços do comendador da Ordem, pormenorizadamente descritos num tomo dos inícios do séc. XVI ³⁸. Alguns vestígios do também desaparecido muro da cerca do castelo permitem pensar que este rodeava uma área bastante superior à actualmente delimitada pelo muro oitocentista do cemitério. Ainda em finais do século XVIII, o Pe. Joaquim de Azevedo ³⁹ descreve o castelo afirmando que apesar de muito danificado bem mostra sua grande capacidade para nele assisistir muita gente, acrescentando ainda que há quem se lembre de morarem aí algumas pessoas. A igreja de Santa Maria, a única referida na vila pelo Rol das Igrejas de 1320-21, localiza-se no alto, no extremo SO do monte e tem junto a si a pequena capela da Senhora do Torrão, que já existia em meados do século XII, rodeada por sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. O casario acomoda-se à encosta Poente do monte ao longo de ruelas que se encaminham para baixo, para o largo da Praça, já no sopé, onde se localizava a antiga Câmara e o pelourinho. Deste largo saíam os principais caminhos de ligação exterior: pela pequena capela de S. Pedro para Norte, rodeando o monte, em direcção à Veiga e Muxagata; para Poente em direcção à Meda. O troço inicial deste último eixo parece estruturar um novo arrabalde que se estende com traçado muito regular – ainda que ligeiramente alterado pela construção da EN 331 – até ao largo de Cimo de Vila.

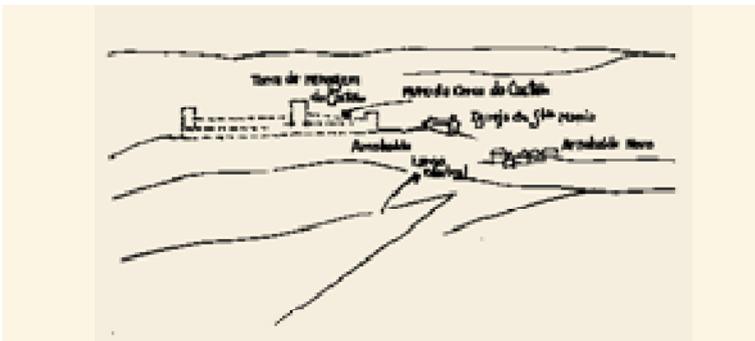




Fig. 16 – Meda - vista geral

Rodeando o morro granítico do Castelo parece ter existido uma cerca defensiva que deixava no exterior do seu principal acesso o Largo da Praça. Neste, localizam-se a igreja de S. Bento, o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. É também deste largo que sai a principal rua estruturadora do arrabalde que se expandiu para Nascente: um troço da Rua Direita que continua depois pela Rua de S. Domingos e toma a direcção do caminho antigo para Longroiva.



Fig. 17 – Muxagata - vista geral

As casas aglomeram-se ainda hoje no alto do Castelo em cujo sopé, do lado SE, surgem dois pequenos largos. Num destes conserva-se o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. No outro localiza-se a igreja paroquial de Santa Maria Madalena.

ideais para servir de vigia dos pastos de altitude. As Memórias Paroquiais de S. Bernardo da Meda ⁴³, datadas de 1758, referem aquela situação escrevendo o pároco que do alto do monte do Castelo se descobrem muntas terras porque p.^a o Norte e tras dos Montes se descobrem dés, ou doze Legoas, p.^a o Nascente e Castella mais de quinze Legoas e p.^a o Poente duas Legoas. Muxagata, situando-se na zona dos pastos de Inverno, de baixa altitude, foi povoada ainda em tempo da Ordem do Templo que lhe concedeu carta de foral o qual lhe fora dado de pobração, que era en el conthedo que ouvessem tal foro como o de Longroha ⁴⁴. Ainda nos finais do séc. XVII, o Pe. Carvalho da Costa na Corographia Portugueza fazia memória da antiga unidade formada pelas três vilas afirmando todas terem sido termo de Longroiva ⁴⁵.

VI - Da «cidade» romana dos Aravi à vila medieval e moderna de Marialva

Marialva é hoje uma aldeia e freguesia do concelho de Meda cujos restos monumentais guardam a memória de um passado bem mais importante do que se deixa entrever ao actual visitante. O principal núcleo de população está actualmente numa área de sopé de encosta, a que chamam a Aldeia da Deveza, onde surgem abundantes vestígios de época romana entre colunas e capitéis, inscrições, cerâmica e moedas. Foi precisamente uma inscrição latina dedicada ao imperador Adriano pela civitas Aravorum, descoberta no séc. XVII e actualmente no Museu da Guarda, que permitiu aqui localizar a capital dos Aravi ⁴⁶ um dos povos da provincia da Lusitânia referidos na inscrição da ponte de Alcântara. Algumas das construções monumentais deste antigo centro territorial eram ainda visíveis em meados do séc. XVIII como se percebe pela descrição do pároco da igreja de S. Tiago:



Fig. 18 – Marialva - vista geral de Sul
Fig. 19 – Marialva - foto interpretação

tem também no arrabalde donde se faz a feira todos os mezes em cujo sitio há tradição estivera a antiga Cidade Aravos, hua Torre que conserva o nome - da Moura, a qual se acha já arruinada e parte do seu terraplano metido para algumas propriedades, ou campos particulares e pelos seus fundamentos e architectura se deyxá ver era palacio de pessoa grande ⁴⁷.

Desconhece-se a história alto medieval deste lugar, sendo a carta de foral concedida por D. Afonso Henriques, entre 1157 e 1169 ⁴⁸, um dos primeiros documentos que faz referência à vila de Marialva. A implantação, a meia encosta entre penedos graníticos, sobranceira ao sítio da antiga cidade dos Aravi, estabelece uma nítida descontinuidade com esta ao mesmo tempo que parece mostrar continuidades com um povoado roqueiro anterior que se adaptou aos modos de ser e de fazer de uma vila urbana baixo medieval. A transformação do castelo roqueiro num castelo românico ou gótico, a construção de um muro de cerca urbana com torres adossadas, a criação de três igrejas paroquiais e, já para o final da Idade Média, a formação de um arrabalde no exterior da cerca. O desenvolvimento posterior desta vila mostra ainda um padrão de despovoamento, com o crescimento de um aldeamento à cota baixa e aberto para onde se transfere a feira da vila.

A feira de Marialva, que teve carta de D. Dinis datada de 1286 ⁴⁹, realizava-se a meio do mês durante três dias tendo sido um importante centro de comércio medieval para esta zona da Beira. Porém já no reinado de D. Duarte, em 1437, o concelho da vila pedia a intervenção do rei porque há alguns anos que a feira tinha deixado de realizar-se e a vila despovoava-se ⁵⁰. Nos meados do século XVIII, a feira mensal existia de novo realizando-se agora no sítio da Deveza, no sopé do monte, onde se ia desenvolvendo uma aldeia ao mesmo tempo que a vila continuava a despovoar-se ⁵¹. Com efeito, já no Numeramento

Fig. 20 – Marialva - vista geral de Oeste

Fig. 21 – Marialva - foto interpretação

A meia encosta sobranceira à Veiga, implanta-se um penedo granítico mais destacado que serviu para o assentamento do pequeno castelo com cerca e torre de menagem. No sopé deste penedo, para o lado Sul, localiza-se a igreja de Santiago, uma das três referenciadas no Catálogo de 1320-21. Junto do castelo, a Nascente, estruturou-se um largo onde se situam as ruínas da Casa da Câmara e Cadeia, com o pelourinho e o poço da cisterna defronte. O muro de cerca, apresentando contorno irregular e obrigado a vencer acentuados desníveis para se adaptar à implantação da vila, delimitava todo este espaço que parece organizar-se segundo três ruas provenientes das três portas da cerca e que confluíam para aquele largo central. No exterior da cerca, para a parte Norte, localizavam-se as outras duas igrejas, ambas implantadas sobre necrópoles de sepulturas escavadas na rocha. A desaparecida de S. João, cuja torre sineira de fábrica românica foi integrada no muro da cerca e a de S. Pedro. Entre as duas igrejas desenvolveu-se entretanto um arrabalde no qual muitas casas exibem cantarias do século XVI. Para o outro lado, no sopé do monte, onde se situava o terreno devezo do concelho e onde tinha sido o sítio antigo da cidade romana dos Aravi, transferiu-se em época moderna a feira mensal o que atraiu a população e fez desenvolver-se uma aldeia em paralelo ao despovoamento da vila na encosta.



de 1527-32⁵², a vila tinha mais moradores no arrabalde (73 famílias) do que intra-muros (68 famílias), existindo entre as aldeias e lugares do termo maiores concentrações de população do que a da vila, mesmo incluindo o arrabalde. Em meados do séc. XVIII a população da vila era ainda menor, vivendo apenas 40 famílias na paróquia de S. Tiago, que incluía todos os moradores intra-muros e os da pequena aldeia da Deveza extra-muros. Na paróquia de S. Pedro habitavam 70 outras famílias, todas extra-muros, já não existindo na altura a terceira paróquia medieval do orago de S. João.

VII - Da penela alto medieval de «Moraria» à vila fortificada de Moreira de Rei

Se Numão e Marialva ilustram a continuidade com uma implantação roqueira alti-medieval que se adapta com dificuldade às transformações decorrentes do novo estatuto de vila urbana, os casos de Torre de Moncorvo ou Cedovim mostram implantações de tipo novo, mais adequadas à nova morfologia das povoações, numa colina regular e destacada ou numa plataforma elevada, ocasionando, muitas vezes, o desenvolvimento de um urbanismo planificado de tipo ortogonal. Algumas vilas urbanas, porém, parecem mostrar a procura de um compromisso entre o velho e o novo. É o caso das vilas de Trancoso e de Moreira de Rei.

Parece estranho ao visitante a distância que separa o morro granítico do castelo da plataforma alongada onde se concentra o principal núcleo de casas com as suas igrejas e restos do muro da cerca urbana. O castelo é constituído por dois recintos, sem torres, erguidos por entre penedos graníticos, mostrando ainda dentro do recinto superior a primeira fiada de silhares da Torre de Menagem. Junto do castelo são visíveis abundantes restos cerâmi-

Fig. 22 – Moreira de Rei - vista geral

Fig. 23 – Moreira de Rei - foto interpretação

Moreira de Rei possui um castelo românico (séc. XII) localizado num morro granítico que conserva vestígios da Torre de Menagem e de dois recintos sem torres adossadas. Seria aqui o núcleo alti-medieval da povoação com uma típica implantação roqueira. A vila baixo medieval, porém, parece desenvolver-se ao longo da crista de um monte, imediatamente a Norte do morro do castelo. Parte da povoação foi rodeada por um muro de cerca urbana, de que restam alguns troços do lado Norte. Numa zona onde a muralha é atravessada por uma rua persiste ainda, nalguns moradores, a memória de um arco indicando a localização de uma das portas. É possível ensaiar a localização de mais duas portas, observando as direcções de saída de dois outros caminhos de ligação regional, para Nordeste (Marialva) e para Sul (Trancoso). O Catálogo das Igrejas de 1320-21⁵³ menciona três igrejas: Santa Maria e Santa Marinha (ambas intra-muros), S. Vicente (extra-muros). As duas primeiras ainda existem, conservando as características da sua fábrica românica, sendo junto da de Santa Maria que se localiza o largo central da vila com o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. A de S. Vicente foi demolida, existindo apenas um cruzeiro que lhe indica a localização, junto da actual estrada para a Meda.

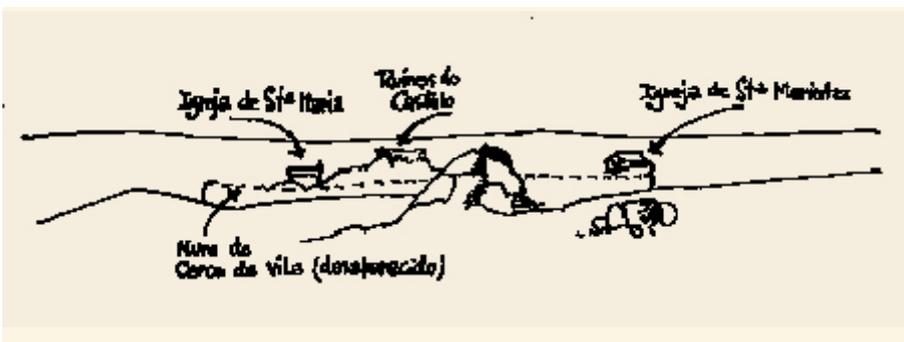




Fig. 24 – Moreira de Rei - vista com castelo

cos à superfície denunciando intensa ocupação humana. As fortificações, tal como se mostram hoje, correspondem a um castelo românico construído no séc. XII mas deveria ser já nesta implantação roqueira que se situava o castelo ou penela de «Moraria» referido em 960 no testamento de D. Flâmula Rodrigues⁵⁴. A continuidade e desenvolvimento posterior desta comunidade alti-medieval, que receberia carta de foral de D. Afonso Henriques entre 1157 e 1169⁵⁵, implicou transformações e adaptações da organização urbana. Tendo mantido o castelo no morro roqueiro, junto do primitivo núcleo da povoação, ainda que transformado de acordo com uma nova estrutura românica, o povoado deslocou-se para uma zona alongada e mais ampla situada a Norte. A documentação do século XIV refere a existência de três igrejas, uma delas no interior da cerca que entretanto rodeou a vila e de que restam alguns vestígios. Pelo menos duas daquelas igrejas (Sta. Maria e S. Vicente) assentaram sobre anteriores necrópoles de sepulturas escavadas na rocha que, contemporâneas do núcleo primitivo, deveriam ter-se situado na sua periferia relacionadas com caminhos de saída da povoação.

VIII - A vila de Trancoso onde D. Dinis festejou as bodas do casamento com D. Isabel de Aragão

No morro granítico do castelo de Trancoso, observam-se vestígios do assentamento roqueiro alti-medieval da comunidade referida no testamento da Condessa D. Flâmula⁶¹. A torre de menagem, localizada sobre o ponto mais elevado do morro, aproveita uma estrutura defensiva anterior, de construção moçárabe⁶², e no exterior da porta do castelo, um cruzeiro guarda a memória da desaparecida igreja de S. Miguel que a tradição, registada no século XVIII, indicava como a mais antiga das

igrejas de Trancoso⁶³. Três necrópoles de sepulturas escavadas na rocha, contemporâneas daquela implantação alti-medieval, situam-se no sopé do morro granítico⁶⁴ parecendo implantar-se em função dos caminhos que desciam a encosta, os quais, mais tarde, teriam organizado a expansão do povoado.

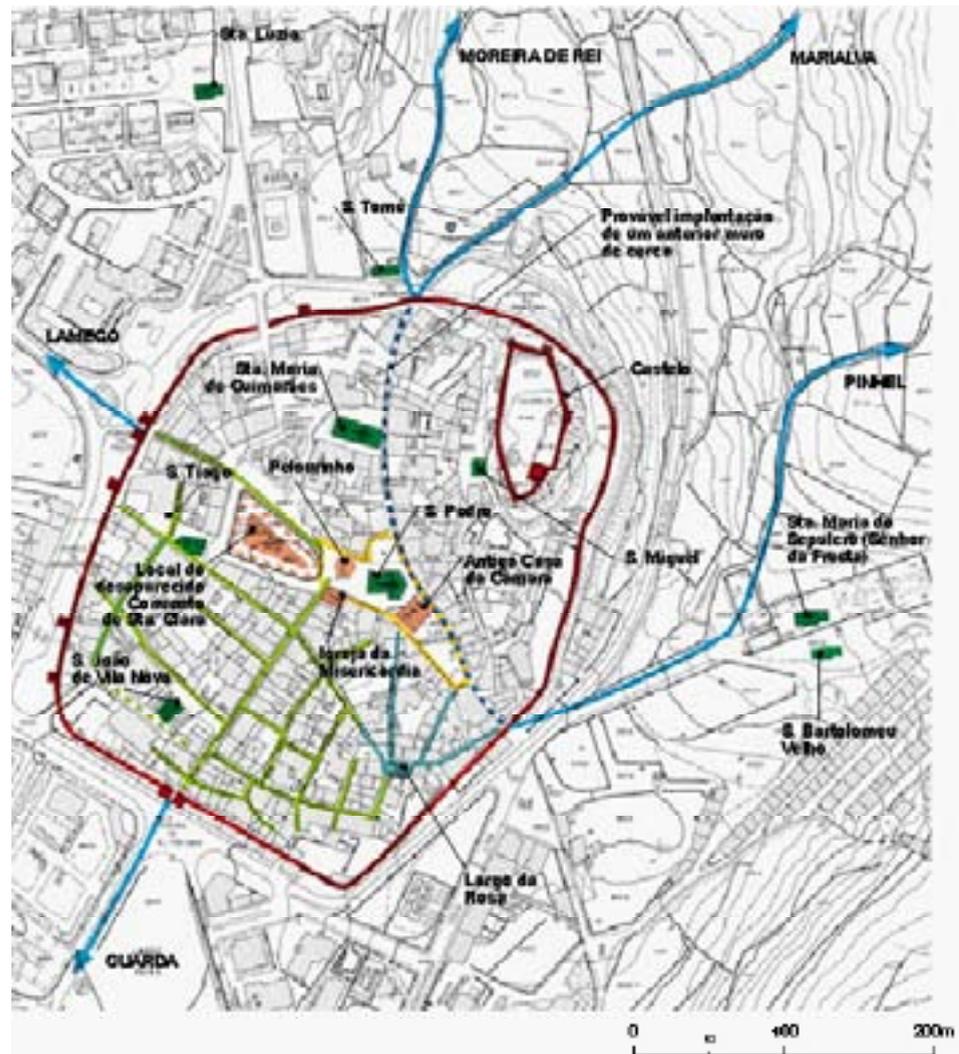
A integração desta comunidade no espaço da monarquia portuguesa deve-se a D. Afonso Henriques que lhe concedeu carta de foral entre 1157 e 1169⁶⁵. Aqui se deslocaram D. Sancho I e D. Afonso II, tendo D. Afonso III concedido carta de feira em 1273. Mas foi com D. Dinis e depois D. Pedro e D. Fernando que Trancoso assumiu um importante papel de centro regional das iniciativas régias reorganizadoras do território. D. Dinis deslocou-se a esta vila por nove vezes entre 1281 e 1320, com estadias prolongadas ou de passagem para outras vilas da região. A vila terá conhecido então forte intervenção régia quer na construção das suas fortificações góticas quer, provavelmente, na promoção de uma expansão urbana planificada, visível no ângulo SO da área intra-muros. As obras nas fortificações prolongaram-se ao longo dos séculos XIV e XV pedindo os moradores ao rei em 1370 que obrigasse várias localidades vizinhas a trabalhar na construção das torres, barbacã e cava (fosso) face aos muros da vila bem como de diversas estruturas em madeira para defesa das muralhas⁶⁶. Pela mesma altura deveriam também estar em construção as duas portas monumentais do Prado e de El' Rei, marcando as duas principais ligações regionais: a Lamego e à Guarda.

A vila que se estrutura em Trancoso na Baixa Idade Média veio assim a tornar-se uma das maiores da região, delimitando um extenso termo. A feira anual que se realizava pelo menos desde 1273, assumiu ainda grande influência económica em toda a região da Beira nos séculos XIV e XV⁶⁷ para o que terá também contribuído a existência de uma importante Comuna Judaica⁶⁸.



Fig. 25 – Trancoso - vista geral

A vila de Trancoso torna-se, com D. Dinis, num importante centro da reorganização régia dos territórios na região. Este rei esteve em Trancoso nove vezes entre 1281 e 1320, algumas das quais com estadias prolongadas, tendo mesmo em 1282 aqui recebido D. Isabel de Aragão, com quem havia já casado por procuração estando a futura rainha ainda em Barcelona, e festejado suas vodas com muy grandes festas [...] pera ho que no campo de Tranquozo se fizeram grandes, e custozas cazas⁵⁶.



IX - Castelo Melhor e Almendra: duas vilas do reino de Leão que passaram a ser uma só no Reino de Portugal

O Numeramento de 1527-32 associa no título do Termo da Villa Dallmemdra⁷⁹ as duas povoações de Almendra e Castelo Melhor, não as diferenciando como vila e lugar do termo. Almendra é mencionada como o assento da vila enquanto Castelo Melhor surge como o local onde está a fortaleza amtyga e aly ffoy primeiro a villa. O contraste entre o número de moradores ou famílias que habitavam em cada um - 230 em Almendra para apenas 32 em Castelo Melhor - parecia denunciar um modelo comum a outras vilas vizinhas, em que a vila fortificada baixo medieval, já decadente e despovoada no séc. XVI, perde importância para uma aldeia do termo, de implantação aberta e com melhores ligações regionais, a qual acaba por se transformar na nova cabeça do Concelho. Almendra porém, não era apenas uma aldeia que mostrava um percurso de crescimento, mas uma povoação cuja vontade de autonomização era antiga e que, quando o rei de Leão e Castela perdeu o Riba Cova para Portugal, soube aproveitar estar no limite entre as vilas de Castelo Melhor e de Castelo Rodrigo.

Castelo Melhor implantava-se sobre um cabeço destacado na paisagem, no topo do qual uma pequena cerca de contorno quase circular, construída em alvenaria, sempre à mesma cota, rodeava a povoação. A Norte, destaca-se uma grande torre tronco-cónica adossada à muralha pelo lado de fora. A sua fundação resultou da reorganização deste território pelo rei de Leão Afonso IX nas primeiras décadas do séc. XIII. Foi depois incluída nas vilas do Riba Cova na posse do rei de Portugal em resultado do Tratado de Alcañices, tendo os seus foros, usos e costumes confirmados por D. Dinis em 1298⁷¹. Este rei ter-lhe-ia também melhorado as fortificações segundo conta

Fig. 26 – Trancoso - planta interpretada

Trancoso implanta-se numa ampla plataforma junto de um morro granítico onde se situa o castelo gótico que integra como torre de menagem uma construção anterior moçárabe (séc. X). No exterior da porta do castelo formou-se um largo onde actualmente um cruzeiro assinala o local da desaparecida igreja de S. Miguel. Seria aqui o núcleo original do povoado roqueiro alti-medieval. Daquele largo saíam várias ruas encosta abaixo por onde se realizou a primeira expansão urbana. É possível que o traçado da Rua Dr. João Abel (R. dos Cavaleiros), que rodeia o sopé do morro, possa corresponder à implantação de um anterior muro de cerca, entretanto desaparecido⁵⁷. No exterior deste limite formaram-se dois largos, que a ter existido aquela antiga cerca, indicariam a localização das portas. No largo mais a norte foi construída a igreja de Santa Maria e no outro, mais amplo, veio situar-se a igreja de S. Pedro. Este último estava destinado a transformar-se no largo central da vila, sendo no adro da igreja que se realizavam as reuniões⁵⁸ municipais antes da construção da Casa da Câmara, no local onde está actualmente o quartel da GNR. A marcar esta centralidade está também o pelourinho, a antiga igreja da Misericórdia e o local do desaparecido convento de Santa Clara (construído no séc. XVI onde antes estavam os paços de Gonçalves Vasques Coutinho e demolido no séc. XIX para dar lugar ao Largo Francisco Ferreira). É ainda deste largo central que saíam os dois principais eixos da vila em direcção às monumentais Portas do Prado (caminho de Sernancelhe e Lamego) e Portas de El-Rei (caminho da Guarda) do muro da cerca construída nos sécs. XIV e XV. Na área urbana que se estende a Sul e a SO conseguem-se distinguir duas zonas de distinto traçado. Do lado Nascente, uma série de ruas estreitas, que parecem dar continuidade às que descem a encosta do morro do castelo, confluem para o Largo da Rosa. Esta parece ser uma zona mais antiga, onde não se regista a localização de igrejas, podendo corresponder em parte à antiga Judiaria⁵⁹, conhecida como uma das mais importantes da Beira. Para Poente, desenvolve-se uma malha urbana mais regular e de tendência ortogonal orientada pelo eixo principal da Rua Direita. Aqui localizavam-se mais duas igrejas, ambas desaparecidas, a de S. Tiago e a de S. João de Vila Nova. A designação pela qual esta última era conhecida, chama a atenção para um processo de expansão urbana planificado que a regularidade do traçado das ruas também deixa perceber. O traçado do muro da cerca construído e reforçado ao longo dos séculos XIV e XV ligou a zona alta do castelo com este espaço de urbanização mais recente. Era uma ampla cerca com quinze torres adossadas, regularmente espaçadas, 4 portas principais e 3 postigos, mostrando ainda um muro de barbacã de que se conservam vestígios do lado Este. A existência em 1320-21 de quatro igrejas no exterior do muro da cerca (Sta. Luzia, S. Tomé, Sta. Maria do Sepulcro e S. Bartolomeu) não parece aqui indicar o desenvolvimento de um arrabalde, pois terá sido apenas no final do século passado que surgiram as primeiras casas fora da cerca⁶⁰.



Fig. 27 – Castelo Melhor - vista geral

Uma pequena cerca redonda, implantada num cabeço que se destaca na paisagem, protegia a vila de Castelo Melhor. A igreja de S. Salvador, localizada no sopé do cabeço fortificado que se despovoou, deu origem à formação do arrabalde da vila cuja expansão procurou o caminho que saía em direcção à barca de Vila Nova de Foz Côa.

o cronista Rui de Pina⁷². É possível que a porta da cerca, de arco apontado, seja já resultado desses melhoramentos. A evolução posterior desta vila parece ter levado a um progressivo abandono do povoado intra-muros com a formação de um arrabalde no sopé do cabeço fortificado. Este arrabalde ter-se-ia desenvolvido a partir do local onde se implantou a igreja de S. Salvador, a única paróquia referida para Castelo Melhor no Catálogo das Igrejas de 1320-21⁷³. Esta referência do primeiro quartel do século XIV, identificava Castelo Melhor como estando incluída no termo da vila de Castelo Rodrigo denunciando na perda de estatuto uma evidente decadência.

Almendra mostra uma implantação aberta, situando-se no limite do planalto que se estende a Norte de Castelo Rodrigo, antes das descidas abruptas para o rio Douro. A primeira referência encontra-se num documento citado por Fr. Francisco Brandão na *Monarchia Lusytana* com data de 1270⁷⁴, em que Afonso X de Leão e Castela doa aquela povoação, a que chama vila, a D. Gil Martins, pai do Conde D. Martim Gil, que foi alferes-mor de D. Dinis⁷⁵. No entanto, Almendra não surge na lista das vilas do Riba Côa nos documentos relacionados com o tratado de Alcañices. Por outro lado, logo em 1298, o concelho de Castelo Rodrigo contestava junto de D. Dinis a autonomia de Almendra reivindicada pelo alferes-mor D. Martim Gil, tendo-se o rei pronunciado a favor deste⁷⁶. Porém, em 1312, de novo o concelho de Castelo Rodrigo leva o conflito ao rei que desta vez lhe dá razão e determina a integração de Almendra como aldeia do seu termo⁷⁷. Esta parece ser a situação existente em 1320-21 pois no Catálogo das Igrejas desses anos, a Igreja de Santa Maria de Almendra surge integrada do termo de Castelo Rodrigo⁷⁸. Já no reinado de D. Fernando, em 1367, Almendra vê os seus foros e privilégios confirmados, como se de vila se tratasse de novo para, logo em 1370, ser integrada outra vez no termo de Castelo

Rodrigo⁷⁹. A crise de 1383-85 e o apoio de Almendra à causa de D. João I foi decisivo na aquisição definitiva da autonomia. Por carta de 1390, D. João I tendo em atenção que os do dicto lugar d'Almendra nos servirom muy bem em esta guerra e afanaram e padecerom mujto por nosso serujço manda que en diante pera todo sempre jamais nunca o possa perder, aia jurdiçam apartada sobressy e husse della juntamente e nom seis nem possa seer sujeito nem dado por termo ao dicto lugar de Castelrodrigo⁸⁰. Em 1449, D. Afonso V confirma-lhe essa autonomia surgindo a partir de agora associada a Castelo Melhor sob a designação de concelho de Almendra e Castelo Melhor⁸¹, situação retomada no foral novo de D. Manuel datado de 1510.

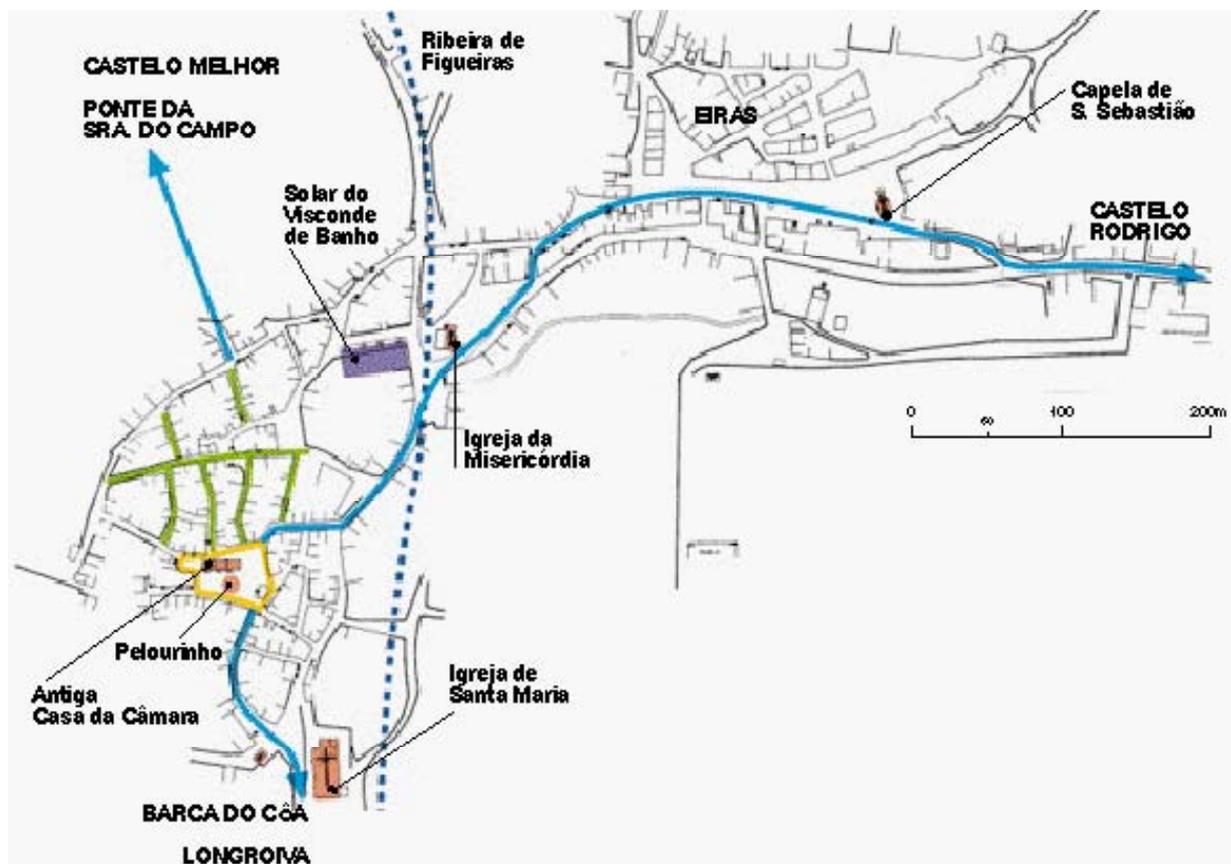
O número elevado de habitantes de Almendra, contabilizados em 230 moradores ou famílias segundo o Numeramento de 1527-32, mostra bem o ascendente desta povoação no final da Idade Média. A reforçar esta ideia, uma carta do regente D. Pedro, datada de 1441, menciona a existência na vila de uma casa mui solene de Santa Maria autorizando a celebração de uma feira no mês de Setembro, na altura da sua festa anual⁸². Porém a implantação aberta e a inexistência de castelo ou cerca, as verdadeiras marcas do estatuto de vila na linguagem urbana medieval, tornava vantajosa a associação com a decadente vila de Castelo Melhor onde está a fortaleza amtyga.

X - A vila leonesa de Castelo Rodrigo, a vila portuguesa de Pinhel e o passo do Côa na Ponte Velha

A Estrada de França que entra em Portugal a partir de Salamanca passando, nos nossos dias, a fronteira em Vilar Formoso pela IP5, seguia em tempos medievais e



Fig. 28 – Almendra - Largo da Praça



Almendra mostra uma implantação aberta, junto de uma linha de água, a Ribeira de Figueiras. Observando a planta, individualiza-se o núcleo original da povoação onde não é difícil perceber uma certa regularidade no traçado, alterado a Sul pela grande cerca do solar barroco do Visconde do Banho. Junto localiza-se o largo central com o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. Deste largo saía um caminho em direcção a uma barca no Côa que ligava a Longroiva, junto do qual se estruturou o largo da igreja Matriz de Santa Maria (Nossa Senhora dos Anjos). Para o lado oposto, outro caminho toma a direcção de Castelo Rodrigo tendo sido ao longo deste eixo que se processou a principal expansão urbana da antiga vila. Na passagem da linha de água, actualmente encanada, o caminho inflecte dando origem a outro largo, da igreja da Misericórdia. Mais a Sul, de novo o caminho se alarga num grande rectângulo - a Rua do Calvário - que mostra no topo a Capela de S. Sebastião. Junto deste largo desenvolveu-se um outro núcleo de casario a que chamam as Eiras. As descrições de meados do séc. XVIII⁶⁹, dizem que não era vila murada mas mencionam a existência de uma fortaleza ou forte, construído em 1650, de que se conserva actualmente a memória e que envolveria a praça, pelourinho, casa da Camera, cadeia, e torre do relógio.

talvez mesmo romanos um itinerário mais Setentrional⁸⁴. Cruzando a Ribeira de Tourões, que actualmente faz fronteira, na zona de Escarigo (Figueira de Castelo Rodrigo), seguia à Vermiosa para atravessar a Ribeira de Aguiar na ponte que se observa hoje com três arcos redondos. Continuava depois em direcção a Reigada onde uma derivação para Norte, por Vilar Torpim, ligava a Castelo Rodrigo. De Reigada passava a Cinco Vilas ultrapassando o Côa na Ponte Velha de que resta apenas o arranque do lado direito. Depois de passar o Côa, subia para procurar nas alturas de Pinhel um nó de ligações regionais. A partir desta vila era possível seguir para a vila de Celorico e tomar a principal ligação a Coimbra - a Estrada da Beira - a fim de atingir todo o litoral Centro e Sul. Este deveria ser o itinerário conhecido em tempos medievais por Calçada Colimbriana⁸⁵ dada a ligação fundamental que estabelecia entre Salamanca e a cidade de Coimbra através do vale do Mondego. Por outro lado, seguindo por Trancoso, tomava-se a estrada de Lamego e daqui ficava à mão o acesso ao litoral Norte.

A pré-existência deste importante eixo de penetração de viajantes e de comerciantes mas também de conquistadores e repovoadores determinou a direcção das primeiras iniciativas reorganizadoras do rei de Leão no Riba Côa. Na década de 1170, D. Fernando II apoia e protege a instalação do Mosteiro de Santa Maria não longe da Ribeira de Aguiar, com monges provenientes do Mosteiro de Morerueta de Zamora, e ao mesmo tempo a fundação da Ordem militar de S. Julião do Pereiro (mais tarde conhecida como Ordem militar de Alcântara), por cavaleiros de Salamanca, que fazem construir a sua casa-mãe em Cinco Vilas num cabeço sobranceiro à calçada, imediatamente antes da passagem do Côa. A casa da Ordem do Pereiro, que ainda no início do séc. XVII, apesar de arruinada, era descrita com igreja, convento e casa forte, estava já no século seguinte reduzida à ermida de S. Julião onde os

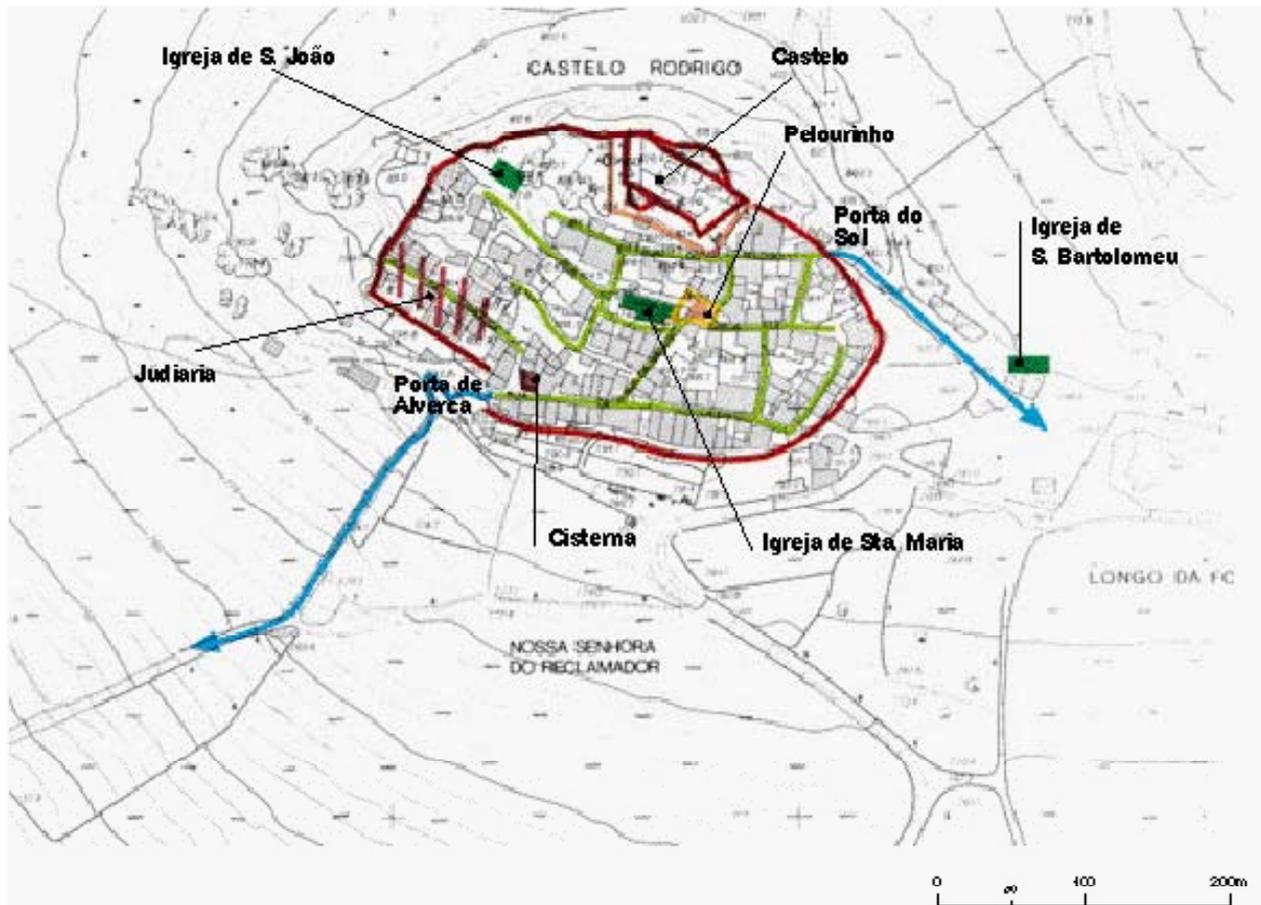


Fig. 30 – Ponte da Vermiosa (Vermiosa, Figueira de Castelo Rodrigo)



Fig. 31 – Ponte Velha do Côa (Cinco Vilas, Figueira de Castelo Rodrigo)

Os limites Sul dos termos de Numão e de Castelo Rodrigo como constam dos respectivos forais (datados de 1130 e de 1209) são referenciados pela calçada ou carreira que atravessava a região no sentido Este / Oeste e que cruzava o Côa a vau onde permitia a passagem de carros, no Porto de Carros, ao qual o foral de Pinhel, concedido no mesmo ano que o de Castelo Rodrigo, também faz menção. A este cruzamento do Côa referem-se os Capítulos Especiais de Castelo Rodrigo às Cortes de 1447 através dos quais ficamos a saber que nesse ano estava em construção no Côa entre esta vila e a vila de Pinhel, mui fermosa ponte toda de canto talhado e [...] posto que seja mui grande trabalho era obra muito necessária pois nesta ribeira todos los anos e tempos pereciam e morriam homens e outros muitos negócios que se dela seguiam, em barcos e em outros maus passos⁸³. Desta ponte resta hoje apenas o arranque na margem direita com arcos e siglas que mostram bem ser de fábrica gótica.



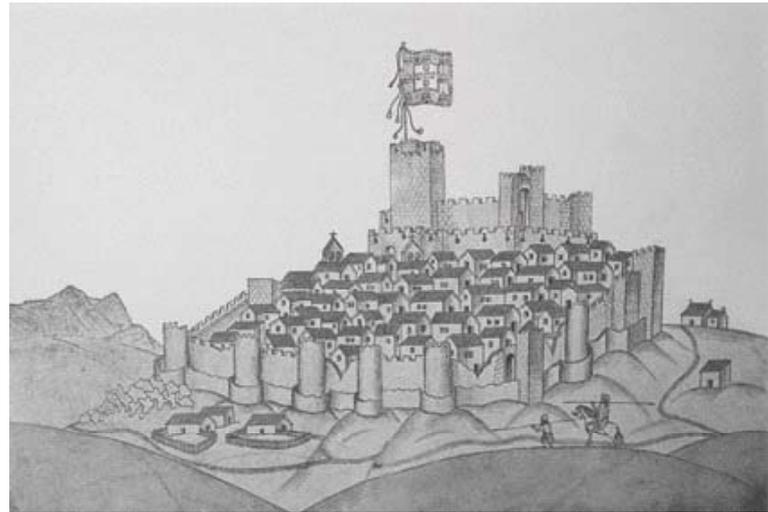


Fig. 33 – Castelo Rodrigo - vista Sul no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)



Fig. 34 – Castelo Rodrigo - vista geral de SE

Fig. 32 – Castelo Rodrigo - planta interpretada

No ponto mais elevado da colina em que se implanta a vila, localiza-se o castelo de planta trapezoidal com diversas torres. A povoação era protegida por um muro de cerca com torreões redondos adossados, actualmente muitos deles arruinadas ou então ocultos sob construções mais modernas. A cerca tinha duas portas: a de Alverca, orientada a Oeste, e a do Sol, virada a Nascente. Existia ainda um postigo do lado Norte. O traçado urbano no interior da cerca mostra um plano ortogonal que, adaptando-se à configuração do terreno, se desdobra em dois blocos. Registam-se no início do séc. XIV três igrejas paroquiais: Santa Maria (Senhora de Rocamador) e S. João, ambas intra-muros, e S. Bartolomeu, no exterior, já desaparecida, situada onde está hoje o cemitério paroquial. A actual rua da Sinagoga permite localizar a antiga judiaria.

Castelo Rodrigo domina do alto de um monte as terras baixas onde se implantou a nova vila, Figueira de Castelo Rodrigo. A vila antiga conteve toda a malha urbana no interior da cerca que se apresenta reforçada por numerosas torres circulares adossadas. O castelo, transformado nos sécs. XVI e XVII em palácio pelo senhor da vila, D. Cristovão de Moura, foi incendiado aquando da Restauração da independência em 1640, tendo ficado em ruínas desde essa data.



Fig. 35 – Ponte de Escalhão (Escalhão, Figueira da Castelo Rodrigo)

A partir de Castelo Rodrigo podia-se atravessar o Douro em Barca de Alva não sem antes passar a Ribeira de Aguiar na antiga Ponte de Escalhão. Também a partir de Castelo Rodrigo mas tomando a direcção de Almendra era possível continuar por Castelo Melhor e passar o Cõa na barca da Vila Nova de Foz Cõa ou, descendo ao Douro, utilizar a antiga ponte sobre a Ribeira de Aguiar que ainda existe sobre o actual tabuleiro de betão junto da Capela da Senhora do Campo e procurar a passagem a vau no Douro que existia próximo.

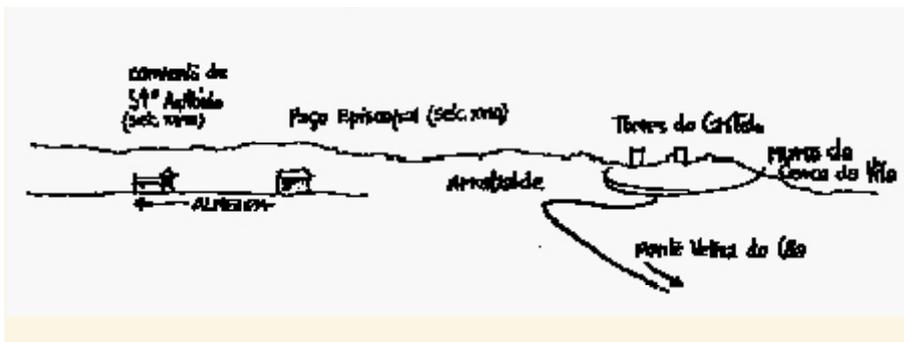
moradores de Cinco Vilas se faziam enterrar. Posteriormente, esta ermida foi demolida continuando a enterrar-se no local transformado em cemitério paroquial. Silhares siglados e pedras trabalhadas que foram reaproveitadas no muro que delimita aquele cemitério constituem os parques testemunhos dos antigos edifícios.

Estas duas presenças que, embora privadas, contaram desde logo com a protecção régia, constituíram as «guardas avançadas» do rei de Leão numa zona periférica do alfoz de Ciudad Rodrigo, junto do rio Cõa, que por essa altura começa a ser conhecida por terra de Castel Rodrigo. É que num cabeço destacado, não longe do assento do mosteiro de Santa Maria, o rei promovia, por essa altura, a criação da vila de Castelo Rodrigo tornada depois no principal centro político daquele território. A concessão dos foros e a delimitação do termo em 1209 constam da carta de povoamento de Afonso IX de Leão que se deslocou a Castelo Rodrigo por diversas vezes garantindo privilégios e distribuindo terras aos povoadores da vila. Mais tarde, os acontecimentos que conduziram ao Tratado de Alcañices, garantiram a posse desta vila pelo rei de Portugal tendo-lhe D. Dinis confirmado os foros, privilégios e feira franca em 1296. A este rei se deverá também a realização de obras de vulto nas fortificações da vila⁸⁶ que se manteria como um dos principais centros medievais da região. No entanto, no final da Idade Média, Castelo Rodrigo começava a exhibir um padrão de decadência e despovoamento. O cadastro da população do reino, datado de 1527, contou dentro dos muros da vila apenas 91 moradores ou famílias quando no lugar de Figueira, que já existia junto, no sopé do monte, se contavam 129. Para este lugar se foram mudando progressivamente os moradores, a feira, o governo municipal, mas só em 1836 viu reconhecido oficialmente o novo estatuto de sede de concelho.



Fig. 36 – Pinhel - vista geral de Sul

Fig. 37 – Pinhel - foto interpretação



O perfil de Pinhel mostra um cabeço destacado de topo aplanado, protegido por um amplo muro de cerca medieval, de que ainda são visíveis numerosos troços, e por um castelo com duas fortes torres, existindo no exterior dos muros um extenso arrabalde antigo. Tanto intra-muros como no arrabalde conservam-se algumas das suas nove igrejas medievais a que os séculos XVII e XVIII acrescentaram dois edifícios conventuais. Para além de vários solares urbanos preserva-se a antiga Casa da Câmara transformada em Museu Municipal. A vila de Pinhel foi elevada a sede de bispado em 1770 datando do final desse século a construção do Paço Episcopal situado já na periferia do arrabalde antigo.

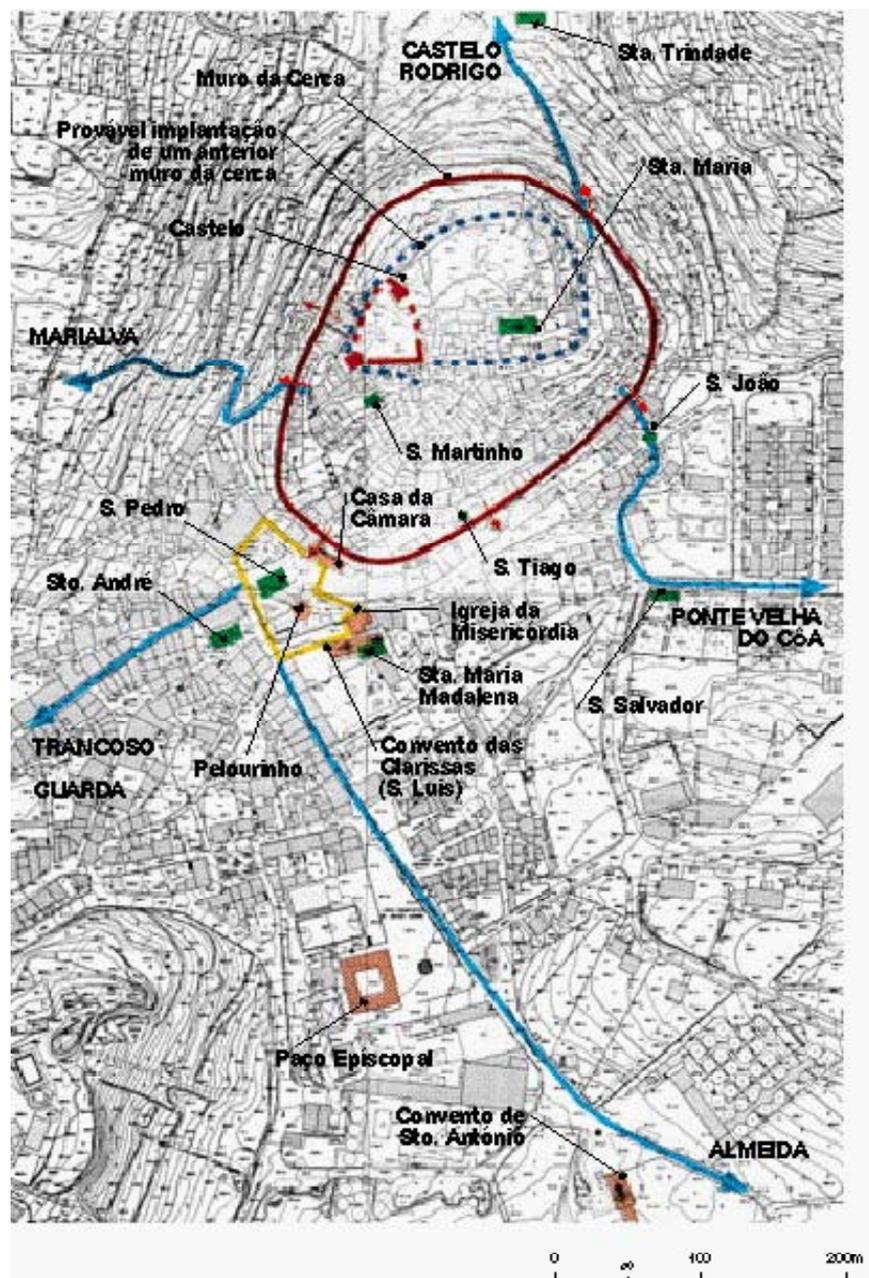


Fig. 38 – Pinhel - planta interpretada

A observação da planta e as próprias características da implantação permitem colocar a hipótese de um núcleo inicial situado na área aplanada do topo do cabeço, rodeando a igreja de Santa Maria, ao lado do castelo, talvez com uma primeira cerca. Mais tarde, o próprio desenvolvimento da povoação pela encosta abaixo levaria à construção de uma outra cerca de grandes dimensões, a qual se preserva em quase todo o circuito possuindo seis portas. No ponto mais elevado do cabeço, do lado Oeste, localizava-se o castelo, do qual existem ainda duas torres e troços da muralha. No exterior da Porta da Vila, a principal ligação ao arrabalde, estruturou-se o Largo central onde se localiza o pelourinho, a Casa da Câmara, a desaparecida igreja de S. Pedro, a igreja da Misericórdia (séc. XVI), a igreja e convento de S. Luís das religiosas clarissas (fundado no final do séc. XVI, a igreja foi Sé Catedral da diocese nos sécs. XVIII e XIX tendo os edifícios conventuais desaparecido para dar lugar ao actual Jardim Público) e vários solares urbanos das principais famílias da vila. Neste largo iniciavam-se os principais eixos de saída - para a Ponte Velha do Côa, para Almeida, para a Guarda e para Trancoso - que estruturaram o desenvolvimento do arrabalde. No Rol das Igrejas de 1320-21, são mencionadas nove igrejas: três situavam-se intra-muros (Sta. Maria do Castelo, S. Martinho e S. Tiago), distribuindo-se as restantes pelo arrabalde (Sto. André, S. Pedro, Sta. Maria Madalena, S. João, S. João do Seixo e S. Salvador).

O povoamento da vila de Pinhel, que parece ser outro caso de povoação nova, relaciona-se também com o controlo deste importante eixo de comunicação na sua passagem do Côa, surgindo, do lado português, como um desenvolvimento paralelo ao de Castelo Rodrigo. Uma primeira tentativa de povoamento do local por volta de 1191 ficou registada na carta de foral concedida nesse ano aos homens que quizessem habitar em Pinhel pelo prior do Mosteiro da Ermida de Santa Maria de Riba Paiva, com o consentimento do Rei⁸⁷. O reforço desta iniciativa privada, mas, sobretudo, o assegurar do controlo régio sobre a mesma, levou D. Sancho I a conceder novo foral em 1209 aos povoadores de Pinhel⁸⁸ no mesmo ano em que, do outro lado do Côa, em Castelo Rodrigo, o rei de Leão Afonso IX, delimitava o termo e concedia o melhor foro que os seus povoadores escolhessem⁸⁹. A D. Dinis se deve a confirmação do foral em 1282⁹⁰, parecendo ter tido forte intervenção na vila onde se deslocou em 1285 e em 1313⁹¹. Precocemente, desenvolveu-se um arrabalde em expansão onde, em 1320-21, se localizavam 6 das suas 9 igrejas paroquiais. As fortificações da vila mostravam, nos últimos séculos da Idade Média, um castelo e um muro de cerca de robusta fábrica gótica. No Numeramento de 1527 a vila intra-muros mantinha um elevado número de moradores, com 152 famílias, número no entanto quase igualado pelo do arrabalde, que contava com 136. Um percurso muito diferente do que conhecia a vila de Castelo Rodrigo do outro lado do rio Côa.

XI - A vila medieval de Almeida sob a praça militar de fronteira dos séculos XVII e XVIII

As referências documentais mais antigas a Almeida surgem inseridas nas iniciativas reorganizadoras da região do Riba Côa por D. Afonso IX de Leão na primeira metade

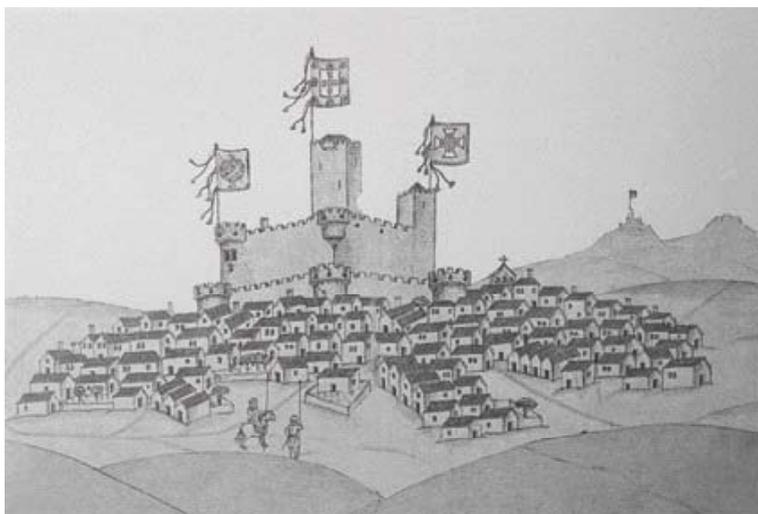


Fig. 39 – Almeida - vista Sul no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

do século XIII. Em 1217 estava aquele Rei em Almeida tendo renovado uma doação ao Mosteiro de Santa Maria de Aguiar⁹⁶. Não é conhecida a carta de povoação da vila de Almeida, admitindo-se uma data situada entre 1209 e 1227-30, quando Afonso IX delimita os termos de Vilar Maior e Castelo Bom mais a Sul, para a organização de Almeida como concelho, sendo possível mesmo que a estadia daquele Rei na povoação em 1217 esteja relacionada com esse facto.

D. Dinis, após a conquista de todas as vilas e castelos do Riba Côa em 1296, confirmou-lhe os seus foros usos e costumes a 8 de Novembro⁹⁷. A tradição atribui a D. Dinis a iniciativa de transferir do primitivo assento a povoação, que se situaria a cerca de 800-1000 m para Norte no local denominado Enchido da Sarça ou Pedegrais⁹⁸. A mesma tradição é registada no início do séc. XVIII pelo Pe. Carvalho da Costa na *Corographia Portuguesa: A fundação desta Villa se attribuo aos Mouros, quando dominarão Espanha, chamandolhe Talmayda, interpretado Mesa, pela planicie de seu antigo sitio, que foy em hum campo mais para o Norte, aonde vemos agora hum valle, que se chama o Enxido da Carça, o qual era melhor, mais plano, & mais idoneo que o de agora, que fica em hum recosto para o Nascente. [...] ElRey Dom Dinis a fundou no sitio, em que hoje está, mandando fabricar seu Castello*⁹⁹. Esta tradição, referindo-se a um local que à superfície mostra sobretudo materiais datáveis da época romana, talvez não seja de valorizar pela precisão dos acontecimentos relatados, mas antes pela ideia de fundo da existência de deslocamentos de população implicados pela reorganização baixo medieval dos territórios, com a criação de novos centros fortificados nas vilas de nova fundação.

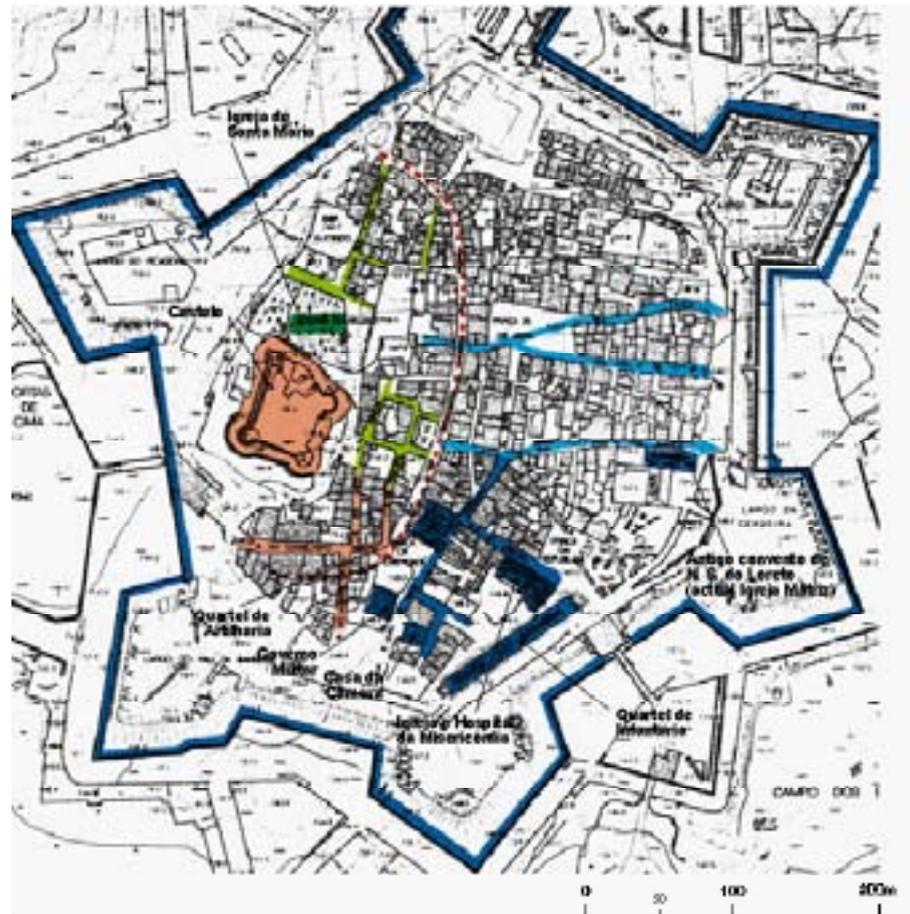
Os episódios bélicos em que Portugal se viu envolvido com Castela no final do séc. XIV mostram como se tinham tornado de enorme importância estratégica a vila de Almeida e a entrada fronteiriça que esta controlava e a

que se opunham, do outro lado da fronteira, as fortificações de Cidade Rodrigo. Entre 1372 e 1396 contam-se pelo menos 7 grandes entradas de exércitos por Almeida através do passo fronteiro de Vale de Lamula¹⁰⁰. Em 1372-1373, Henrique II de Castela invadia Portugal seguindo o itinerário de Zamora, Almeida, Pinhel, Linhares, Celorico, Viseu e Lisboa. Em 1381, D. João I de Castela seguiria o mesmo trajecto por Almeida para atingir Trancoso. Em 1385, os castelhanos escolheriam a entrada de Almeida por duas vezes. A primeira, pelas tropas comandadas por D. João Rodrigues de Castanheda que, a partir de Cidade Rodrigo, entraram por Vale de Lamula, Almeida, Pinhel, Trancoso, Penalva, Povolide e Viseu; a segunda, quando da marcha de D. João I de Castela para Aljubarrota, também a partir Cidade Rodrigo, por Vale de Lamula, Almeida, Jarmelo, Guarda, Açores, Celorico, Mangualde, Coimbra, Soure, Pombal e Leiria. No ano seguinte, seria a vez de D. João I de Portugal entrar em Castela por Castelo Rodrigo e Almeida – que acabou por reconquistar –, indo pôr cerco a Cidade Rodrigo. Logo depois, na campanha militar de 1387, D. João I de Portugal, de regresso do reino de Castela, passa por Corrales e Cidade Rodrigo, entrando por Vale de Lamula e Almeida, dirigindo-se depois a Guimarães. Quase dez anos depois, em 1396, uma nova invasão de Castela, comandada por Rui Lopes Dávalos entraria ainda por Almeida, dirigindo-se a Viseu. Este passo fronteiro estava então directamente relacionado e dependente da passagem da barca da ribeira do Côa, não existindo ainda ponte, que só mais tarde se veio a construir. Coube a D. Manuel I a realização de importantes obras de reforma das fortificações da vila com a construção de um castelo completamente novo e mais adaptado às exigências bélicas da altura. Pelos mesmos anos (1506), Almeida recebeu também foral novo onde um dos títulos se refere à barca do Côa que pertencia ao alcaide-mor da vila. Aos



Fig. 40 – Almeida - vista geral das ruínas do castelo

A crescente importância estratégica da vila de Almeida no final da Idade Média mostrava a necessidade de reforçar as fortificações. Pela mesma época em que o Rei D. Manuel I concedeu foral novo (1506), incumbiu ao biscainho Francisco Damzinho, mestre de pedraria, uma obra de reforma do castelo⁹². Dessa obra resultou a fortificação que vemos representada nos desenhos de Duarte de Armas, os quais deverão datar de cerca de 1509⁹³. No início do século XVI, a vila mostrava um casario denso e apertado envolvendo o castelo. Do lado Norte, junto da Torre de menagem e da porta do castelo, situava-se a desaparecida Igreja de Santa Maria. No Rol das Igrejas de 1320-21 é esta a única paróquia existente na vila, situação que se manterá depois apenas com a mudança do orago para Nossa Senhora das Candeias no início do século XVIII. O castelo, transformado mais tarde em paiol de munições, explodiu em 1810 aquando da 3ª Invasão francesa, conservando-se hoje os seus fundamentos e os profundos fossos. Esta explosão destruiu também a igreja, pelo que a sede da paróquia passaria então para a igreja do convento de Nossa Senhora do Loreto, onde ainda hoje se situa. No antigo local da igreja seria depois construído o cemitério e, em 1830, a torre do relógio⁹⁴.



moradores dela não era exigido pagamento pela passagem mas eram obrigados de hyrem lamçar has barca a agoa ou atyrar quando se perde e trazer ao porto ¹⁰¹. O séc. XVI parece representar para a vila de Almeida uma época de prosperidade, mostrando um número elevado de habitantes contabilizados no ano de 1527 em 264 moradores ou famílias, constituindo uma das maiores concentrações da região, número que cresceria ainda para 550 cerca de 1700, apesar das dificuldades que as guerras da Restauração haviam trazido alguns anos antes.

XI - A vila leonesa de Castelo Bom, a vila portuguesa de Castelo Mendo e o passo do Côa no Porto de S. Miguel

À actual entrada fronteiriça por Vilar Formoso, utilizada pela recente IP5, correspondeu no passado o caminho Este/Oeste que passava por Castelo Bom e Castelo Mendo dirigindo-se depois para a Guarda pela vila hoje despovoada de Jarmelo. Aquelas duas vilas surgem para a história aproximadamente na mesma altura, defendendo ambas o passo do rio Côa, a vau ou com barca, no Porto de S. Miguel. Castelo Bom teve foral do rei de Leão D. Afonso IX em data próxima a 1226 enquanto Castelo Mendo recebeu carta de foral do rei de Portugal D. Sancho II em 1229. No final do séc. XIII, pelo Tratado de Alcañices, a vila de Castelo Bom foi incorporada na coroa portuguesa.

As vistas de Duarte de Armas mostram no séc. XVI o desaparecido castelo da vila de Castelo Bom que se implantava sobre o ponto mais eminente da plataforma elevada onde assenta a antiga vila. Pelo limite daquela plataforma corria um muro de cerca cujo traçado é hoje facilmente reconstituível através dos numerosos troços ainda conservados. Percebe-se no espaço intra-muros a localização da igreja de Santa Maria, a actual matriz, junto do castelo. No exte-

Fig. 41 – Almeida - planta interpretada

A planta actual permite observar a existência de uma organização urbana anterior às formidáveis fortificações seiscentistas que ainda hoje modelam a imagem da vila. É visível um perímetro de contorno ovalado que o traçado da Rua dos Combatentes Mortos pela Pátria conservou, mas a construção das novas fortificações abaluartadas no século XVII teria feito desaparecer a Oeste. No interior deste perímetro observam-se vestígios de um plano urbano regular com eixos longitudinais paralelos cortados ortogonalmente por travessas. Este plano regular dataria da nova implantação da povoação, contemporânea da sua reorganização como vila urbana de que nos falam as Crónicas do reinado de D. Dinis ou de um momento anterior, relacionado com as iniciativas repovoadoras e reorganizadoras no Riba Côa realizadas no primeiro quartel do século XIII por D. Afonso IX de Leão. A imagem que colhemos em Duarte de Armas, porém, não mostra qualquer cerca envolvendo a vila que pudesse estar na origem daquele contorno ovalado. É possível que as importantes reformas do castelo que se registaram no início do século XVI tenham implicado alterações da anterior organização urbana. Poderia ter existido uma reorientação da estratégia defensiva optando-se então por concentrar as fortificações num castelo que, ocupando uma área importante, era em meados daquele século a melhor fortaleza de Riba de Coa ⁹⁵. O desaparecimento da antiga cerca e até uma ligeira rotação dos traçados das ruas a Sudoeste, onde muitas casas exibem cantarias do séc. XVI, encontraria explicação nestas obras de grande vulto que com vantagem reutilizariam materiais de uma primitiva cerca arruinada. A expansão urbana da vila foi orientada a Este por caminhos e ruas que desciam a encosta deste lado. As intervenções realizadas depois, nos séculos XVII e XVIII, responsáveis pelas novas fortificações construídas segundo o sistema abaluartado, devem estar na origem de uma nova orientação que as ruas exibem a Sul onde se concentram os mais importantes edifícios daquela época: o palácio-sede do Governo Militar, o antigo Quartel de Artilharia, os Paços do Concelho, o antigo Quartel de Infantaria e a Igreja e Hospital da Misericórdia.

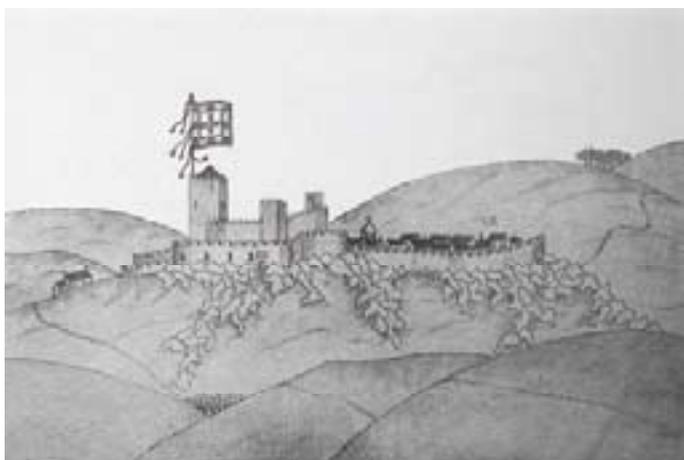


Fig. 42 – Castelo Bom - vista Este no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 43 – Castelo Bom - vista geral Este



Fig. 44 – Castelo Bom - vista Oeste no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 45 – Castelo Bom - vista geral Oeste

rior, não se observam, pelos desenhos do séc. XVI, construções indiciando a formação de arrabaldes. No entanto, junto do caminho que desce da única porta que se observa no muro da cerca, vê-se uma segunda igreja, a paroquial medieval de S. Martinho, actualmente reduzida a uma pequena capela.

Na carta de foral que os povoadores de Castelo Mendo receberam de D. Sancho II em 1229 percebe-se a existência de um povoado fortificado no alto de um cabeço onde já se havia fundado uma igreja. Percebe-se também aí a preocupação do rei em garantir que os povoadores dele habitariam no interior do espaço defendido pelos muros da cerca, como se existisse já tendência para a formação de um arrabalde com o conseqüente despovoamento dentro dos muros ¹⁰².

Trezentos anos depois, as vistas desenhadas por Duarte de Armas por volta de 1509, mostram Castelo Mendo defendido por dois muros de cerca. Na parte mais alta da vila, rodeada por um muro de contorno ovalado, observa-se a igreja de Santa Maria e ao fundo a torre de menagem do castelo. Dentro da segunda cerca, reconhece-se o pelourinho, situado no largo onde também se localiza a igreja de S. Pedro. A outra igreja que se identifica pelo campanário é a paroquial de S. Vicente. No exterior, avistam-se uma ermida e um cruzeiro a que actualmente a capela do cemitério e o calvário, situados diante da Porta da Vila, dão continuidade.

A observação da planta de Castelo Mendo revela uma cerca de contorno ovalado no centro da qual se implanta a igreja de Santa Maria. As poucas ruas que ainda aqui se conservam parecem indicar um padrão ortogonal. Um dos cantos deste espaço foi fechado por um muro de silharia que individualizou assim o pátio do castelo no qual se mostra uma torre, que serviu de menagem, e uma cisterna. No exterior da porta que dá acesso a este recinto superior, formou-se um largo central onde estavam a igreja de S. Pedro, o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. Três ruas principais



Fig. 46 – Castelo Mendo - vista Norte no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 47 – Castelo Mendo - vista geral Norte

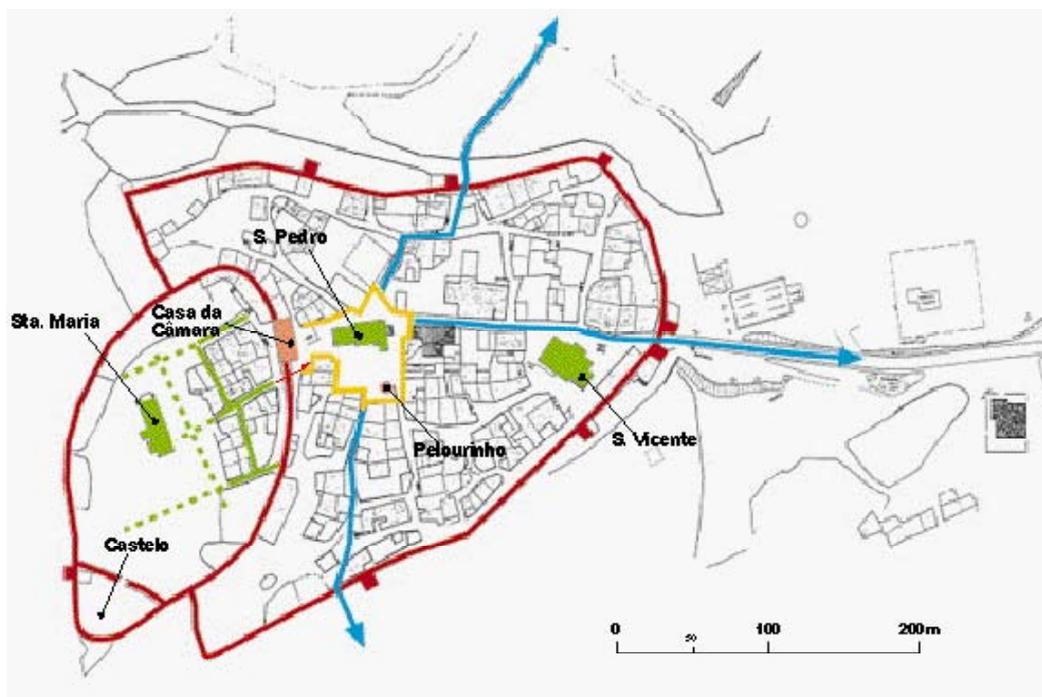


Fig. 48 – Castelo Mendo - planta interpretada

partem deste largo em direcção às três portas da segunda cerca. A Rua Direita, dirigindo-se para a Porta da Vila, é aqui o eixo fundamental. Junto daquela porta, pelo interior, a igreja de S. Vicente estruturou um outro largo. A segunda cerca foi reforçada com várias torres adossadas, sobretudo junto das portas.

É possível que a primeira cintura de muros date do início do séc. XIII, decorrendo das iniciativas repovoadoras do rei de Portugal e que culminam com a concessão do foral por Sancho II em 1229. Já a segunda cintura, rodeando um arrabalde entretando desenvolvido no exterior da primeira cerca, deverá datar dos séculos XIV ou XV.

XIII - Duas pontes do Côa no caminho entre três vilas leonesas e duas vilas portuguesas

A partir de Ciudad Rodrigo existiam três ou quatro alternativas para quem se dirigia em direcção a Portugal, convergindo, depois de atravessar a fronteira, para a cidade da Guarda. Era no entanto necessário passar o Côa, que constituía o principal obstáculo em qualquer dos trajectos por que se optasse. Na zona sul do Riba Côa, a travessia daquele rio era facilitada pela existência de duas pontes medievais. Assim era possível entrar por Vilar Maior e atravessar o Côa na Ponte de Sequeiros ou então fazer a entrada na Aldeia da Ponte, depois de passar La Albergaria de Argañan, tomar o caminho para o Santuário de Sacaparte, onde também existia uma hospedaria, e atingir a vila de Alfaiates onde se podia optar por atravessar o Côa na ponte de Sequeiros ou então ir procurar a passagem na Ponte junto da vila do Sabugal. Do outro lado do Côa, o caminho para a Guarda, em direcção a Norte, passava na vila do Touro mas era possível continuar para Oeste e chegar à vila de Sortelha a partir de onde se abria o caminho para Belmonte e a Beira Baixa.

É no início do séc. XIII que estas vilas surgem pela primeira vez mencionadas na documentação. Porém, tanto do lado português como do leonês, a maior parte das iniciativas régias reorganizadoras foram aqui ligeiramente mais tardias do que na zona norte do Côa. A vila do Sabugal constitui uma póvoa ou vila nova fundada pelo

rei D. Afonso IX de Leão no início do séc. XIII só acompanhada pela criação de outras no final da década de 20. Talvez por este facto, o termo que o rei lhe demarca é muito extenso, abrangendo áreas que depois vieram a constituir novos concelhos. A importância atribuída pelo poder régio leonês a este novo centro territorial foi grande, tendo sido frequente local de passagem ou permanência do rei D. Afonso IX. Foi também por duas vezes no séc. XIII, local de entrevista dos monarcas português e castelhano. A primeira em 1224, quando Fernando III de Castela aqui se encontrou com Sancho II de Portugal e de que resultou, mais tarde, a devolução do castelo de Chaves em Trás-os-Montes¹¹³. A segunda em 1288¹¹⁴.

Do lado português, Sancho I procurou opor à criação da vila do Sabugal a vila de Sortelha para o que fez trazer povoadores de Valença, no Alto Minho. No entanto, seria só em 1228 que Sancho II concederia carta de foral aos povoadores daquela vila¹¹⁵. Entretanto surgia entre a Sortelha e a Guarda a vila do Touro, que recebeu foral do mestre da Ordem do Templo em 1220 com o apoio do rei Afonso II de Portugal. No Riba Côa leonês, no final da década de 20, várias povoações anteriormente integradas no termo do Sabugal receberiam foral de Afonso IX como Alfaiates, em 1226, Vilar Maior, em 1227, e ainda talvez Caria Talaia. A protecção do poder régio leonês à vila do Sabugal, porém, parece ter decidido Fernando III em 1231, no sentido de reintegrar novamente no termo do Sabugal, Caria Talaia e Vilar Maior¹¹⁶.

Com o Tratado de Alcañices e a incorporação das vilas leonesas do Riba Côa no reino de Portugal, observamos que o Sabugal continuava a ser o mais importante centro do poder régio na zona sul do Côa, deslocando-se aqui frequentemente o rei D. Dinis (1291, 1297, 1298, 1300, 1304 e 1308¹¹⁷). A este rei parece dever-se a construção do castelo daquela vila tendo encarregado Frei Pedro, do mosteiro de Alcobaça, de dirigir as obras que se estavam a concluir em 1302¹¹⁸. A vila do Sabugal ocupava já, naquela época, uma área considerável, tendo-se expandido para fora dos muros e dando origem a um arrabalde de grande dimensão, como se comprova pela doação de umas casas do rei ao mestre da Ordem do templo, em 1298, situadas fora da vila [=extra-muros, no arrabalde] à porta que cha-

mam do Barroso [=um caminho de saída] na freguesia de Santa Maria Madalena ¹¹⁹. Aliás, o Rol das Igrejas, alguns anos depois, em 1320-21, inventariava seis igrejas paroquiais e uma ermida estando dentro dos muros apenas uma, a de Santa Maria.

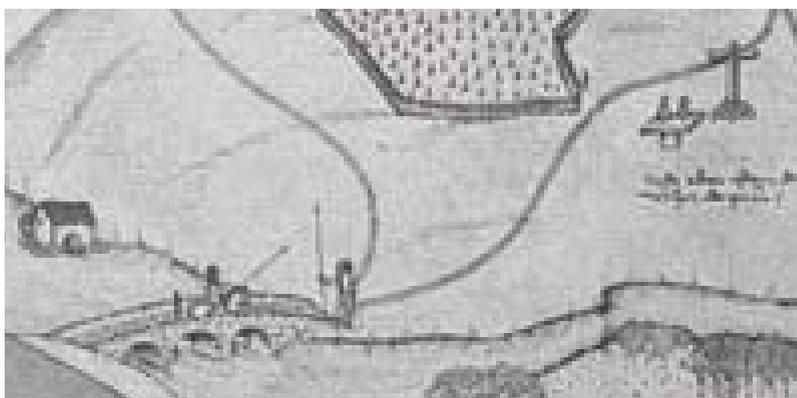


Fig. 49 – Ponte de Sequeiros (Valongo, Sabugal)

Fig. 50 – Ponte do Sabugal no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Na zona Sul do Riba Cõa, a travessia daquele rio era facilitada pela existência de duas pontes medievais. A antiga ponte do Sabugal observa-se numa das vistas da vila, desenhada por Duarte de Armas. Junto do caminho que descia da porta do Muro para a ponte, mostra-se um cruzeiro e diante deste um pequeno altar onde, segundo indica a inscrição, [...] estão dois santinhos velhos de pau. Uma vara colocada no meio da ponte recorda-nos o episódio descrito nas inquirições de D. Dinis datadas de 1315 em que se relatam acontecimentos da segunda metade do séc. anterior, quando a demarcação entre os reinos de Portugal e de Castela se fazia pelas águas do Cõa: Domingos Mendes da Painça [...] disse que ao pé do pilar da ponte do Sabugal viu a homens del rei D. Afonso de Portugal a quem Deus perdoe, estando hi os do Sabugal, chantar [=plantar] uma estaca de ferro que tinha uma cruz por sinal, e que viu verter um vaso de vinho por renembrança ¹⁰³. A ponte de Sequeiros era fortificada possuindo uma torre sobre a entrada do lado direito que nos faz lembrar a Ponte de Ucanha em Tarouca (Viseu).

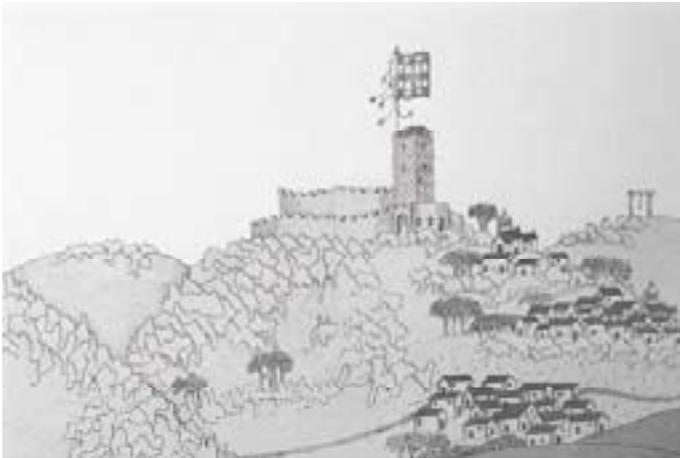


Fig. 51 – Vilar Maior - vista Sul no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 52 – Vilar Maior - vista geral Sul

No desenho da vista Sul de Vilar Maior realizado por Duarte de Armas individualizam-se, no local mais eminente do cabeço da antiga vila, o recinto do castelo com a sua torre de menagem, rodeados pelo muro da barbacã; um pouco mais abaixo na plataforma, que desce ligeiramente para aquele lado, um núcleo de casas em torno da igreja de Santa Maria; separado deste e ainda mais baixo naquela plataforma, um segundo núcleo de habitações localizadas junto da igreja de S. Pedro; um terceiro núcleo, com numerosas casas, observa-se também no sopé do cabeço. Actualmente os mesmos núcleos são ainda perfeitamente reconhecíveis. Só a forca, que existia num outro cabeço vizinho, já se não vê.

Fig. 53 – Vilar Maior - vista Norte no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 54 – Vilar Maior - vista geral Norte

No desenho de Duarte de Armas que registou a vista da vila tirada de Norte destaca-se a ruína de um arco ou porta que ainda hoje se pode observar integrado num troço de muro de cerca cujo traçado completo é actualmente de difícil reconstituição. Na ribeira vemos uma ponte medieval que ainda existe, com três arcos, dando passagem ao caminho que tomava a direcção da fronteira e de Ciudad Rodrigo. Como na vista anterior, do lado Sul, o confronto com a actualidade é elucidativo acerca das permanências urbanas em Vilar Maior desde o séc. XVI.

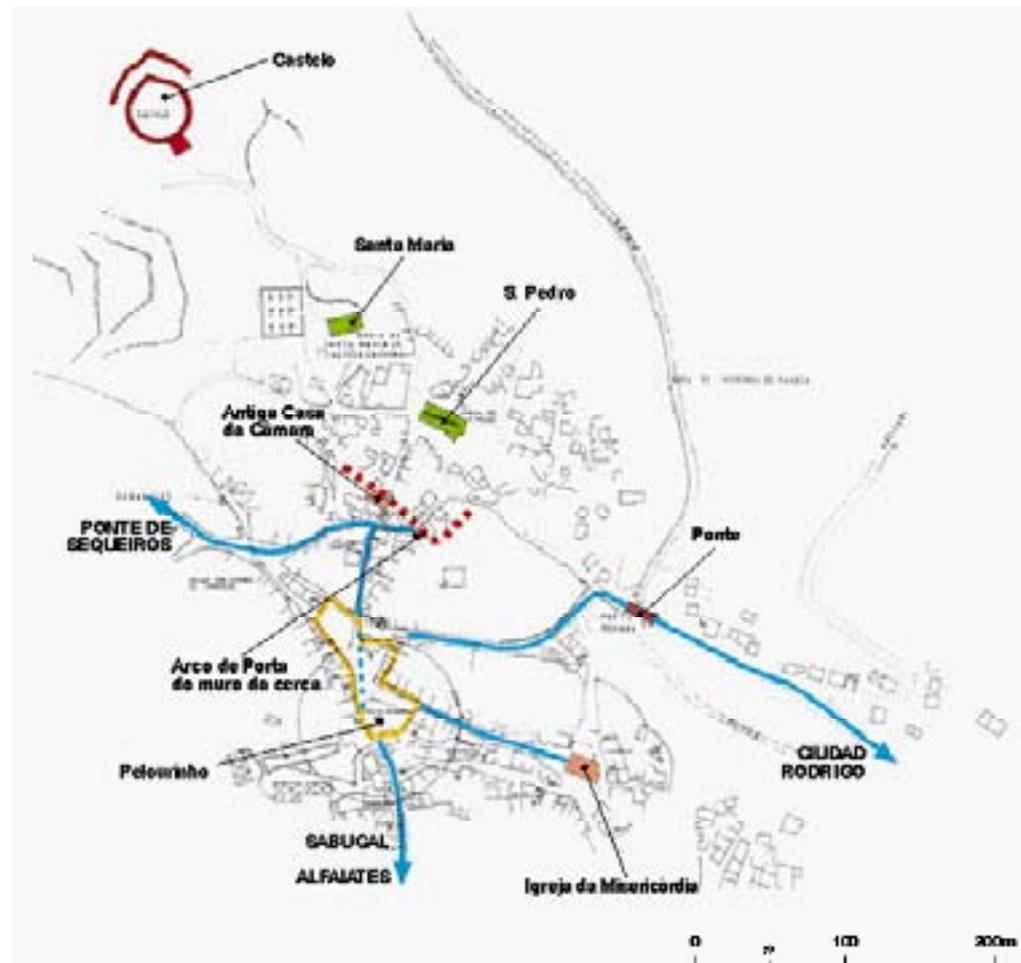


Fig. 55 – Vilar Maior - planta interpretada

A planta de Vilar Maior causa estranheza pela disposição urbana dispersa em vários núcleos, não chegando a constituir uma malha única e contínua. O castelo surge isolado do casario, sendo constituído por um pequeno reduto em redondo, originalmente sem torres adossadas, ao qual, num momento mais tardio, foi encostada a única torre, de grande dimensão, pelo lado de fora. A norte observam-se ainda restos do muro baixo da barbacã. Entre as ruínas da igreja de Santa Maria, reduzida à cabeceira, e a actual Matriz de S. Pedro, o casario distribui-se ao longo de ruas que não mostram orientação muito regular. A ruína do arco de uma porta bem como outros vestígios de um muro de cerca permitem pensar que a parte alta da vila esteve cingida por uma muralha que, eventualmente, pode não ter chegado a ser terminada. Não longe daquele arco, um edifício implantado sobre o muro da cerca mostra ter sido a antiga Casa da Câmara. A parte baixa da vila organiza-se em torno de um largo central, o Largo da Praça, onde está o pelourinho. Para SE, a Rua da Misericórdia conduz a um outro largo, mais pequeno, onde está a igreja da Misericórdia fundada em 1583. A NO, outro largo, chamado das Portas, mostra os principais solares urbanos. São três as saídas da vila: a partir da ponte para Este em direcção à fronteira e a Ciudad Rodrigo; a partir do Largo da Praça para Sul em direcção a Alfaiates e ao Sabugal; a partir do Largo das Portas onde se iniciava o caminho para a Ponte de Sequeiros.

A estruturação urbana medieval da vila de Vilar Maior parece ter-se desenrolado em duas fases correspondendo, a primeira, ao período datado pela carta de povoação concedida por D. Afonso IX de Leão em 1227, e a segunda às intervenções a partir de D. Dinis com a posse do Riba Cova pela monarquia portuguesa. O pequeno recinto do castelo, sem torres e construído num aparelho pouco regular (não isódomo), seria de atribuir à 1ª fase enquanto a construção da torre de menagem e do muro de cerca que haveria de envolver a parte alta da vila seria já da 2ª fase. O final da Idade Média e o séc. XVI seriam talvez o momento em que se desenvolveu o arrabalde que constitui a parte baixa da vila.



Fig. 56 – Alfaiates - vista geral de NE

Fig. 57 – Alfaiates - vista geral do castelo

O castelo de Alfaiates é uma fortificação de tipologia renascentista de forma quadrangular com duas torres situadas em vértices opostos, todo o conjunto rodeado por muro baixo com entrada localizada em fachada saliente e exibindo as armas do rei D. Manuel sobre o arco da porta. Em documento de 1510, aquele rei declarava a intenção de mandar fazer fortaleza na dicta vila de Alfaiates. Dois anos depois, com as obras já iniciadas, mandava ao Recebedor das Rendas do Sabugal e Alfayates que dellas dê ao Recebedor das obras trezentos mil reis para se proceguirem as mesmas. Por volta de 1516 estaria já concluída aquela obra no castelo, tendo sido contratada em 1520 a obra da cerca da vila ao mestre Martim Teixeira com prazo de dois anos. No entanto as obras deviam ter-se prolongado por mais algum tempo, pois ainda em 1525 ali se deslocava Diogo de Arruda para proceder a vistorias e medições dos trabalhos já realizados¹⁰⁴.



Fig. 58 – Alfaiates - planta interpretada

A planta de Alfaiates mostra um núcleo urbano central com malha ortogonal muito bem definida e organizada segundo ruas longitudinais paralelas à Rua Direita que são cortadas, na perpendicular, por várias travessas, delimitando assim quarteirões de forma rectangular. No ponto mais elevado, situa-se o castelo com entrada virada a um amplo largo no qual desembocam as ruas longitudinais. Do lado oposto da vila, num outro largo, de forma rectangular mas dispondo-se atravessado em relação aos quarteirões, localizam-se o pelourinho diante da antiga Casa da Câmara e a antiga igreja da Misericórdia fundada na anterior paróquia de S. João. Com a de S. Tiago, actual matriz, eram as duas igrejas existentes em 1320-21. Esta disposição urbana mostra uma tipologia próxima de outras povoações ou vilas novas baixo medievais, podendo datar-se a sua estruturação quer da fase leonesa (carta de povoação de D. Afonso IX com data de 1226) quer da reorganização portuguesa de D. Dinis após o tratado de Alcañices (1297). As fortificações medievais, que deveriam cingir a vila com um muro de cerca, provavelmente reforçada com um castelo, não são hoje visíveis. Com efeito, o castelo que se vê hoje data já da intervenção quinhentista de D. Manuel documentando-se a existência, na mesma época, de obras no desaparecido muro da cerca. Em 1642, durante as guerras da Restauração, o governador militar da vila, Brás Garcia de Mascarenhas, foi encarregado de fortificá-la de novo, tendo deixado uma descrição das ruínas que encontrou¹⁰⁵. Naquela época, do castelo de D. Manuel saíam os alicerces de huas muralhas de cantaria [...] que hão já em meio da Villa e atiravão a cingir todo o monte da parte do Norte, acrescentando que durante as obras da nova fortificação descobriram enterrados duas ordens de muros, huam de cantaria com cal que erão os alicerces del Rei Dom Manuel, outra mais adentro de cantaria com barro, cousa mais antiga. É possível que esta última estrutura correspondesse à antiga cerca baixo medieval reforçada exteriormente por um muro de barbacã construído durante a intervenção manuelina. As fortificações levantadas em meados do séc. XVII, que se mostram numa planta da Praça de Alfaiates datada de cerca de 1707¹⁰⁶, determinam ainda hoje a disposição da área urbanizada apesar dos muros já não serem visíveis.



Fig. 59 – Alfaiates - Convento de Sacaparte

Situada no caminho velho que da Aldeia da Ponte se dirige a Alfaiates, a igreja do santuário de Sacaparte já vem referida no Rol das Igrejas, de 1320-21. Nele foi fundado um convento em 1726, inicialmente da congregação de Nossa Senhora de Tomina e depois da de S. Camilo de Lélis. Está este santuário ligado à história da Lide de Alfaiates em que D. Alvaro de Lara, poderoso senhor de Castela, travou combate com D. Afonso, que era filho do rei D. Afonso III de Portugal e tenente da Guarda, e dois outros senhores portugueses de nome Fernão Soares e Gentil Soares, tendo os dois últimos caído mortos na batalha. Era costume, todos os anos, os habitantes dos termos das vilas vizinhas de Alfaiates, como Vilar Maior, Sabugal e Castelo Mendo, irem em procissão até ao Santuário de Sacaparte, nus da cintura para cima¹⁰⁷.

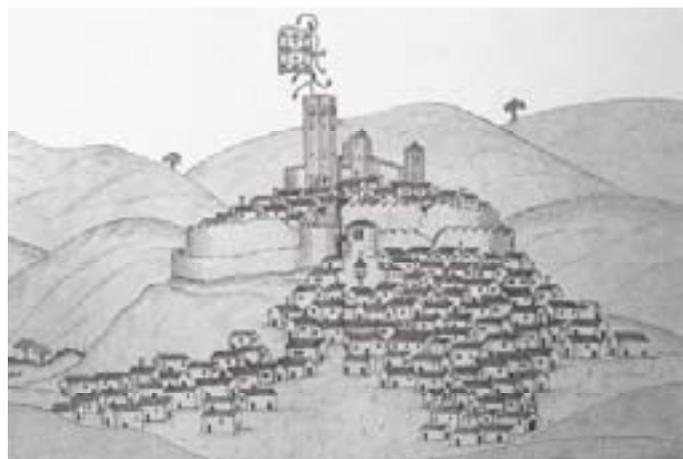


Fig. 60 – Sabugal - vista geral de Oeste

Fig. 61 – Sabugal - vista de Oeste no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 62 – Sabugal - vista de Este no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

No final da Idade Média, a vila do Sabugal era densamente povoada, tendo o Numeramento de 1527 contado 223 moradores ou famílias, habitando 96 dentro dos muros e 127 no arrabalde. As vistas da vila desenhadas por Duarte D'Armas mostram, a Oeste, o castelo mandado construir por D. Dinis que uma importante reforma manuelina dirigida por João Ortega¹⁰⁸ havia adaptado às novas exigências da utilização mais generalizada da artilharia. Esta reforma foi responsável pela construção da barbacã que se observa com dois torreões circulares de ângulo reforçados na base por jorramento e com dois orifícios para a artilharia (troneiras). A vista Este mostra o extenso arrabalde da vila desenvolvendo-se a partir do largo formado no exterior da principal porta do muro da cerca e onde é visível o pelourinho. Por entre o casario do arrabalde reconhecem-se, através dos campanários, três igrejas que devem corresponder, as duas mais próximas do observador, às de S. Miguel (mais tarde da Misericórdia) e de Santa Maria Madalena (já desaparecida) e a mais afastada, já próxima do largo do pelourinho, à de S. João.



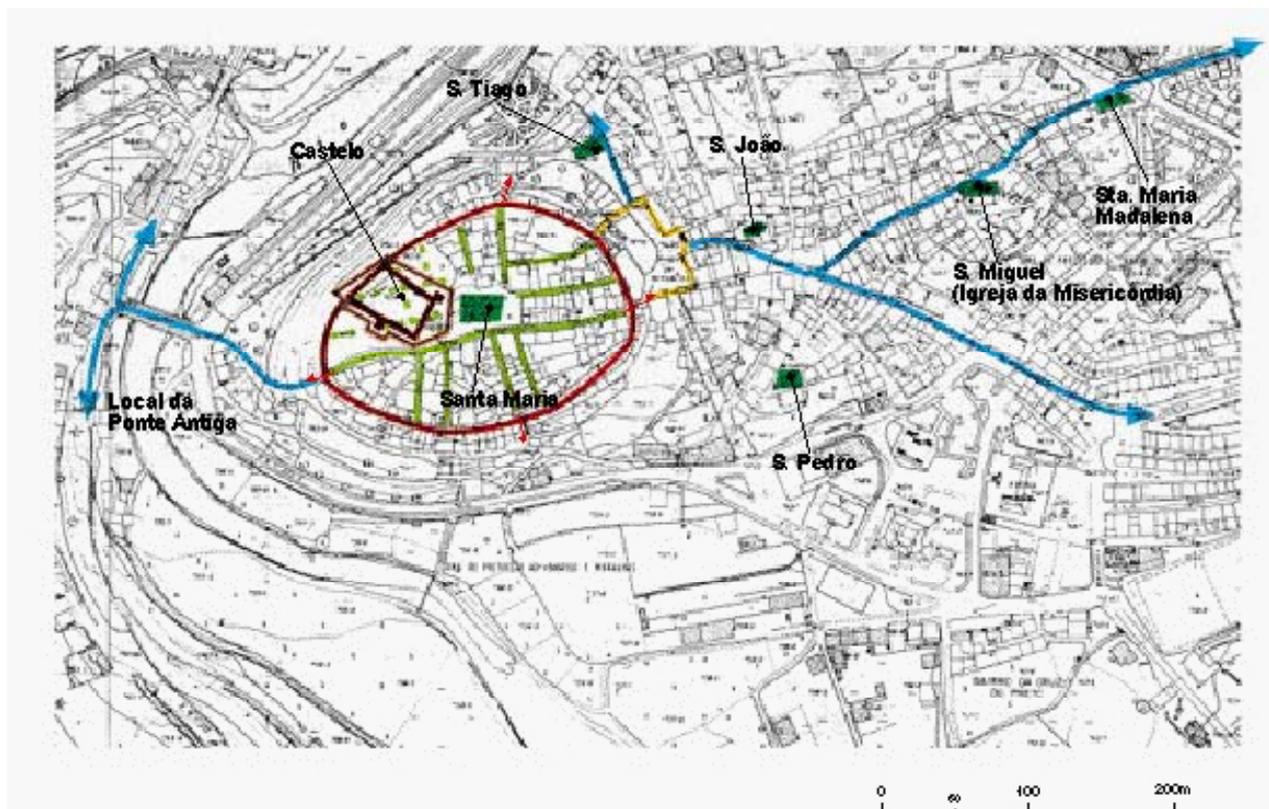


Fig. 63 – Sabugal - planta interpretada

Na planta do Sabugal reconhece-se facilmente o núcleo ovalado que era delimitado pelo muro da cerca. A malha urbana mostra aí um padrão ortogonal, típico das povóas ou vilas novas baixo medievais, alterado no quadrante NO pela construção do castelo que se lhe sobrepôs. Ao centro, um largo onde estava a demolida igreja de Santa Maria, a única paroquial intra-muros. No largo central formado no exterior da porta principal do muro da cerca estava a antiga Casa da Câmara e o pelourinho. A partir deste largo expandiu-se o arrabalde seguindo três direcções. A primeira, em direcção ao largo de S. Tiago, onde estava uma das igrejas já desaparecidas, envolvendo o muro da cerca pelo lado NE. As outras duas segundo dois eixos divergentes que seguem as direcções Este e SE ao longo dos quais se dispuseram as outras igrejas - S. João, S. Miguel, Santa Maria Madalena e S. Pedro, já não existindo as duas mais periféricas. O desenho do arrabalde que se observa na vista Este de Duarte D'Armas mostra precisamente estas três direcções da expansão urbana anterior ao séc. XVI.

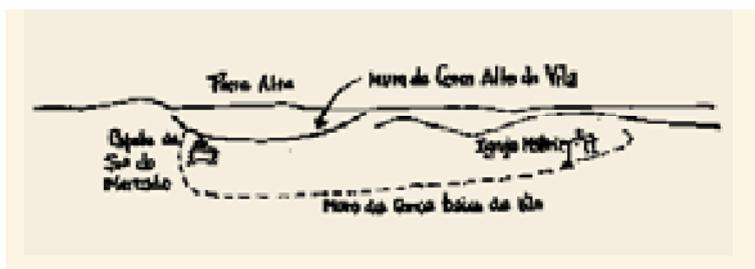


Fig. 64 – Touro - vista geral Sul

Fig. 65 – Touro - foto interpretação

A criação da vila do Touro, apesar de ter sido uma iniciativa privada da Ordem do Templo, inseria-se na estratégia conduzida pelo poder régio português de criação de centros de povoamento fortificados, as vilas, sobre a linha do Cõa. Recebeu no entanto a oposição do vizinho e recém-fundado concelho da cidade da Guarda. Como testemunham as Inquirições mandadas realizar em 1314 por D. Dinis, o concelho da Guarda, no início do séc. XIII, tinha doado ao mestre da Ordem do Templo, D. Pedro Alvites, ali hu ora é Touro, herdamento em que lavrassem seis jugadas de bois¹⁰⁹ para que a Ordem fizesse uma granja. Porém, os freires do Templo foram ampliando a doação inicial e promovendo o seu povoamento com a intenção de criar naquele território uma vila. Em 1220 o mestre Pedro Alvites concedia foral aos povoadores da vila de Touro onde afirma ser da sua responsabilidade fazer ai construir o castelo¹¹⁰, verdadeiro símbolo da autonomia municipal da vila. Embora na carta de foral se declare que era concedida com o acordo do concelho da cidade da Guarda, quando os freires hi quiseram fazer castelo [...] foi ala o concelho da Guarda derriba-lo. Apesar do conflito, a Ordem do Templo parece ter assegurado o êxito da sua iniciativa pois declara-se nas Inquirições de 1314 que moravam na vila e numa aldeia do termo, que pobraram, cerca de 500 famílias.

Implantada entre os outeiros da Pena Alta e o de S. Gens, a vila parece ter sido protegida por dois muros de cerca. O primeiro, mais pequeno e de contorno ovalado, ainda rodeia parte da Pena Alta, conservando-se a porta que lhe dava acesso. Actualmente este recinto superior já não mostra construções. A outra cerca, mais ampla, com contorno de tendência rectangular, envolvia a parte mais baixa da vila entre a capela da Senhora do Mercado e a Matriz de N. S. da Assunção. Já não se conservam troços desta segunda cerca mas apenas vestígios dispersos e a memória de ter existido. O largo formado em torno da igreja matriz, onde também se situa o pelourinho, mostra o nome de Largo do Reduto que lhe vem de ali se ter conservado, até tarde, restos significativos do velho muro da cerca¹¹¹.

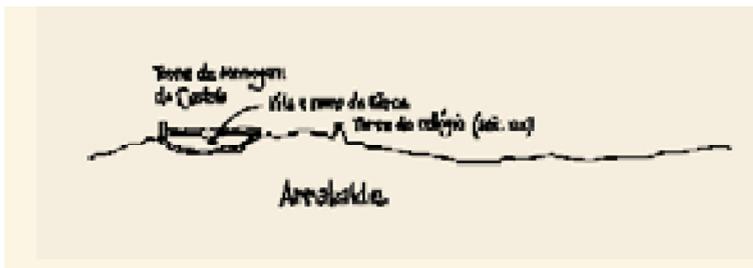


Fig. 66 – Sortelha - vista geral Este

Fig. 67 – Sortelha - foto interpretação

A antiga vila medieval fortificada, contida no interior do muro da cerca, implanta-se num esporão granítico dominando uma paisagem ampla, tendo sido apenas nos séculos XVII e XVIII que se desenvolveu um arrabalde a cota mais baixa onde se encontram vários solares urbanos daquela época. A criação da vila deve-se às iniciativas de D. Sancho I, que trouxe para aqui famílias provenientes de Valença (Minho). Em 1228, D. Sancho II concedia carta de foral aos povoadores de Sortelha aos futuros como aos que haviam vindo e habitavam desde o tempo do meu avô (=D. Sancho I), e tanto aos que haviam vindo em povoação de Valença como de outras terras¹¹².

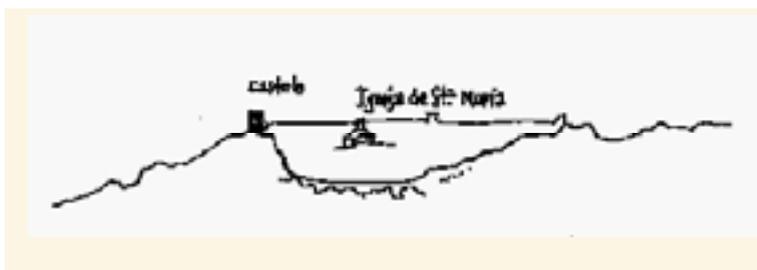


Fig. 68 – Sortelha - vista geral do núcleo da cerca

Fig. 69 – Sortelha - foto interpretação

O castelo de feição roqueira e de planta irregular, em que se destaca a torre de menagem, domina, do cimo de um morro granítico, o espaço da antiga vila. Mostra ter sido objecto de várias reformas ao longo do tempo que ficaram registadas nos diferentes aparelhos de construção do muro da cerca. No topo e remate deste muro observa-se mesmo a adaptação ao uso da artilharia que as reformas manuelina e outras posteriores realizaram. A porta do castelo abre-se no exterior ao largo central da vila onde se situa a antiga Casa da Câmara com o pelourinho diante. Sobranceiro a este largo, do lado oposto ao castelo, implanta-se numa plataforma elevada a igreja de Santa Maria. A malha urbana não mostra qualquer regularidade dispondo-se a maioria das ruas com traçados algo sinuosos por entre penedos graníticos, embora tendentes a convergir para aquele largo central. Destaca-se um eixo principal que atravessa o espaço intra-muros da Porta da Vila à Porta Nova, passando também pelo largo central, e que, no troço entre este e a Porta Nova, é designado por Rua Direita. Para esta última porta orienta-se ainda a chamada Rua da Mesquita o que, talvez por deturpação popular, possa indicar a localização da judiaria. No exterior da Porta Nova localizam-se as ruínas da antiga igreja da Misericórdia que tinha sido antes a paroquial de S. João. Não parece, no entanto, ter-se desenvolvido um arrabalde para este lado da vila. A expansão para o exterior dos muros, que é tardia, orientou-se pelo caminho de saída que tomava a direcção do Sabugal, no lado oposto, dispersando-se em seguida numa área mais baixa, apartada da vila intra-muros. O muro da cerca da vila mostra ser obra datável dos sécs. XIV ou XV.

Notas

- ¹ DR 252; PMH-Leges pp. 378-381
- ² PMH-Leges, 390; doc. n.º 142 in Alves IV, 412
- ³ DR 347; PMH-Leges, pp. 424-6
- ⁴ Herculano s/d: IV, 14 e segs. e nota I; doc. in ML, vol. IV, pag. 515, escritura VIII
- ⁵ Herculano s/d: IV, 268 e nota XVIII; doc. in ML, vol. IV, pag. 326
- ⁶ doc. in Alves IV, 56
- ⁷ ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fol. 74 ref. por Taborda 1948: 62
- ⁸ Herculano s/d: IV, 268 e nota XVIII, onde transcreve o documento; doc. n.º 148 in Alves IV, 434-5
- ⁹ docs. n.º 94, 95 e 97 in Alves IV, 277-80, 279 e 283; doc. n.º LVII in Carqueja 1955
- ¹⁰ doc. in Alves IV, 57
- ¹¹ Pina 312
- ¹² doc. n.º 96 in Alves IV, 281
- ¹³ Cruz 1935.
- ¹⁴ Costa 1868, 2ª ed., I, 379-80
- ¹⁵ DS 127
- ¹⁶ doc. in Alves IV, 79
- ¹⁷ doc. in Viterbo II, 79-80; tb in Alves X, 275
- ¹⁸ doc. n.º 99, in Alves IV, 285-288
- ¹⁹ Moreno 1986: 122
- ²⁰ Costa 1868-9. I, 421
- ²¹ PMH-Leges, 601-604
- ²² doc. in Alves: IV, 71 e ss.
- ²³ Alves: I, 296-297
- ²⁴ Alves: IV, 34 e 35
- ²⁵ doc. 105 in Alves: IV, 299
- ²⁶ Tavares 1985: 10 e 12-13
- ²⁷ Grande Enciclopédia, Torre de Moncorvo, 220
- ²⁸ doc. in Meneses 1986
- ²⁹ doc. n.º 110 in Alves: IV, 324
- ³⁰ doc. 91 in Alves: IV, 273-274
- ³¹ Costa 1977-87: II, 241-2
- ³² Costa 1977-87: II, 241-2
- ³³ ML, vol. V, p. 280v; ANTT, Além Douro, Liv. 1, fol. 231
- ³⁴ Costa 1977-87, II, 243
- ³⁵ Costa 1977-87, II, 244
- ³⁶ Numeramento de 1527-32 in Collaço 1934: 117
- ³⁷ Costa 1868-9: II, 203
- ³⁸ Dias 1979.
- ³⁹ Azevedo 1878
- ⁴⁰ doc. in Viterbo 1965-6: II, 587, nota I
- ⁴¹ Na leitura de Vasco Rodrigues (1983: 113): IN AERA MCCXIII... CAES... / GULDIM CONNDUCTOR PORTUCALENSIUM / MILITUM TEMPLI REGNANTI ALFONSO / PORTUCALENSIUM REGE. CUM MILITIBUS / SUIS AEDIFICAVIT HANC TURRIM
- ⁴² Rodrigues 1983: 16 e 55-56
- ⁴³ transcritas por Rodrigues 1983: 215
- ⁴⁴ doc. de 1360 transcrito in Rodrigues 1983: 136
- ⁴⁵ Costa 1868-9: II, 204
- ⁴⁶ Alarcão 1988: 54
- ⁴⁷ Memórias Paroquiais da Freguesia de Santiago de Marialva de 1758 transcritas in Rodrigues 1983: 213-215.
- ⁴⁸ DR 264
- ⁴⁹ Rau 1982: 112
- ⁵⁰ Rau 1982: 112
- ⁵¹ Memórias Paroquiais, S. Pedro e S. Tiago de Marialva in Rodrigues 1983: 208-215
- ⁵² Collaço 1934: 116
- ⁵³ Almeida 1967: IV, 121-2
- ⁵⁴ PMH - DC 81
- ⁵⁵ DR I, pp. 337-339 e PMH-Leges pp. 436-439
- ⁵⁶ Pina 1945
- ⁵⁷ Correia 1986: 22, 88 e 171
- ⁵⁸ Correia 1986: 39
- ⁵⁹ Correia 1986: 47
- ⁶⁰ Correia 1986 (p. 171) descreve como e onde surgiram as primeiras casas extra-cerca há pouco menos de cem anos.
- ⁶¹ PMH-DC 81
- ⁶² Barroca 1990/91: 96.
- ⁶³ Correia 1989: 38 e 74.
- ⁶⁴ Correia 1986: 87
- ⁶⁵ DR I, p. 325 e PMH-Leges pp. 433-436.
- ⁶⁶ GOMES 1996: 65
- ⁶⁷ Rau 1982: 85-90 e Moreno 1988
- ⁶⁸ Marques 1988
- ⁶⁹ Cardoso 1748: 335; Dicionário Geográfico, vol. 3, fl. 89 e ss [transcrito in Coixão e Trábulo 1995: 146-8]
- ⁷⁰ Collaço 1934: 110-11
- ⁷¹ Nogueira 1983: 48
- ⁷² Pina 1945: 312
- ⁷³ Almeida 1967: IV, 142
- ⁷⁴ ML, vol. V, fól. 240 v.
- ⁷⁵ Cintra 1959: LXVIII
- ⁷⁶ Nogueira 1983: 53
- ⁷⁷ Nogueira 1983: 54
- ⁷⁸ Almeida 1967: IV, 142

- ⁷⁹ Nogueira 1983: 55
- ⁸⁰ Moreno 1986: 45, doc. 3; também Barros 1945-54: XI, 64
- ⁸¹ Nogueira 1983: 55
- ⁸² Costa 1977-87: II, 420
- ⁸³ Gomes 1996: 28
- ⁸⁴ Maia 1974/77
- ⁸⁵ Cintra 1959: LVII
- ⁸⁶ Pina 1945: 312
- ⁸⁷ PMH-Leges, pp. 481-2
- ⁸⁸ DS 186 e PMH-Leges pp. 541-3
- ⁸⁹ Cintra 1959: 127 [Foros de Castel Rodrigo]
- ⁹⁰ Marta 1996: 42-45
- ⁹¹ Itinerários Régios Medievais
- ⁹² Carvalho 1973: I, 110-114
- ⁹³ Branco 1997: 16
- ⁹⁴ Carvalho 1973: II, 233
- ⁹⁵ Carvalho 1973: I, 120
- ⁹⁶ doc. 2 in Cintra 1959: 134-135
- ⁹⁷ doc. in Carvalho 1973: I, 56; Cintra 1959: LXXII e Nogueira 1983: 33
- ⁹⁸ Carvalho 1973: 47-50
- ⁹⁹ Costa 1868-9: 214
- ¹⁰⁰ Carvalho 1973: I, 67-74
- ¹⁰¹ Carvalho 1973: I, 86
- ¹⁰² PMH-LC, p. 610-612
- ¹⁰³ in Gomes 1996: 11
- ¹⁰⁴ Gomes 1996: 111; doc. de 8 de Abril de 1525 in Viterbo 1899-1922: I, 53; Moreira 1991: 116; Vaz 1989-91: I, 44-45.
- ¹⁰⁵ in Saraiva 1930: 447
- ¹⁰⁶ Correia 1946: 147-8
- ¹⁰⁷ Correia 1946: 157-8; ML, vol. V, p. 121v. e ss.
- ¹⁰⁸ Moreira 108
- ¹⁰⁹ in Gomes 1996: 17
- ¹¹⁰ PMH-LC, p. 586-589
- ¹¹¹ Correia 1946: 285
- ¹¹² PMH-LC, p. 608-610
- ¹¹³ Nogueira 1983: 24
- ¹¹⁴ Nogueira 1983, 26-27, nota 81
- ¹¹⁵ PMH-LC, p. 608-610
- ¹¹⁶ Nogueira 1983: 26
- ¹¹⁷ Itinerários Régios Medievais
- ¹¹⁸ ML, fol. 297; Gusmão 1886: 507
- ¹¹⁹ Correia 1946: 10
- Alarcão, Jorge de (1988) - Roman Portugal. Volume II, Gazetteer (Inventário), Fascicule I, 1. Porto, 2. Bragança, 4. Viseu, Warminster.
- Almeida, Fortunato de (1967-1971) - História da Igreja em Portugal, 2ª ed. por Damião Peres, 4 vols., Porto, Portucalense Editora.
- Alves, Francisco Manuel (1909-1948) - Memórias Archeologico-Historicas do Distrito de Bragança, 11 vols., Porto-Coimbra-Bragança.
- Azevedo, D. Joaquim de (1878) - História Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego (Finais do século XVIII), Porto
- Barroca, Mário (1990/91) - Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII", «Portugália», Nova Série, Vol. XI-XII, 1990/91, pp. 89-136.
- Barros, Henrique da Gama (1945-54) - História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV, 11 vols., 2ª ed.
- Branco, Manuel da Silva Castelo (1997) - Introdução, in Duarte de Armas, «Livro das Fortalezas», Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA.
- Cardoso, Pe. Luiz (1748) - Dicionario Geographico, Lisboa.
- Carqueja, Maria da Assunção (1955) - Subsídios para uma monografia da Vila de Torre de Moncorvo (dactil.), Coimbra.
- Carvalho, José Vilhena de (1973) - Almeida, subsídios para a sua história, s/l, 2 vols.
- Cintra, Luis Filipe Lindley (1959) - A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- Coixão, António do Nascimento Sá e Trábulo, António Alberto Rodrigues (1995) - Por Terras do Concelho de Foz Côa. Subsídios para a sua história, estudo e inventário do seu património, Vila Nova de Foz Côa.
- Collaço, J. T. Magalhães (1934) - Cadastro da População do Reino (1527), «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa», Ano III.
- Correia, Lopes (1986) - Notícias de Trancoso, Trancoso, Câmara municipal.
- Correia, Lopes (1989) - Trancoso (Notas para uma monografia), Trancoso, Câmara municipal.
- Correia, Joaquim Manuel (1946) - Terras de Riba Côa. Memória sobre o concelho do Sabugal, Sabugal.
- Costa, Pe. António Carvalho da (1868-9) - Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica..., 2ª ed., 3 vols., Braga.
- Costa, M. Gonçalves (1977-87) - História do Bispado e Cidade de Lamego, 5 vols., Braga.

Bibliografia

- Cruz, António (1935) - Um inédito de António Coelho Gasco sobre antiguidades de Trás-os-Montes, Coimbra, 1935.
- Dias, Pedro (1979) - Tombo da Comenda de Longroiva da Ordem de Cristo (1507), in «Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510», Coimbra, 1979.
- Dicionário Geográfico - ANTT, Dicionário Geográfico.
- DR - Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, ed. por Rui de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958-61.
- DS - Documentos da Chancelaria de D. Sancho I, ed. por Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Pereira, Coimbra, Universidade, 1979.
- Gomes, Rita Costa (1996) - Castelos da Raia. Vol. I Beira, Lisboa, IPPAR.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1935 ss.
- Gusmão, F. A. Rodrigues de (1886) - Notícia... in «O Instituto», vol. XXXIII, Fev. 1886, 2ª série, nº 8, Coimbra.
- Herculano, Alexandre (s/d) - História de Portugal desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de Afonso III, 8 vols., 9ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand.
- Itinerários Régios Medievais. Elementos para o Estudo da Administração medieval portuguesa, I, Itinerário del-rei D. Dinis, 1279-1325, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1962.
- Maia, Manuel (1974(77)) - Vias Romanas no Território dos "interannienses", «O Arqueólogo Português», série III, vols. VII a IX, Lisboa, 1974/77, p. 215-226.
- Marques, José (1988) - Relações de D. Afonso V e D. João II com a Comuna Judaica de Trancoso. Algumas Notas, Porto (separata do vol. III da Revista de Ciências Históricas Universidade Portucalense Infante D. Henrique)
- Marta, Ilídio (1996) - Pinhel Falcão, 2ª edição, Pinhel.
- Meneses, Miguel Pinto de (1986) - Foral de Vila Flor, Vila Flor, Câmara Municipal.
- ML - Monarquia Lusitana, por Fr. Bernardo de Brito, Fr. António Brandão, Fr. Francisco Brandão, vols. I a VI, ed. por A. da Silva Rego, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973-1980.
- Moreira, Rafael (1991) - "A época manuelina", Portugal no Mundo. História das Fortificações Portuguesas no Mundo, dir. de Rafael Moreira, Lisboa, pp. 91-142.
- Moreno, Humberto Baquero (1986) - Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI. Estudos de História, Lisboa, Editorial Presença.
- Moreno, Humberto Baquero (1988) - A Feira de Trancoso nos séculos XIV e XV, Porto (separata do vol. III da Revista de Ciências Históricas Universidade Portucalense Infante D. Henrique)
- Nogueira, José Artur Anes Duarte (1983) - A Organização Municipal da Extremadura Leonesa nos Sécs. XII e XIII, Coimbra (separata de Boletim da Faculdade de Direito).
- Pina, Rui de (1945) - Crónica de D. Dinis, Porto
- PMH-DC - Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae.
- PMH-Leges - Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines.
- Rau, Virgínia (1982) - Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo, Lisboa, Editorial Presença.
- Rodrigues, Adriano Vasco (1983) - Terras da Meda. Natureza e Cultura, Meda.
- Saraiva, José Mendes da Cunha (1930) - A Região de Riba Coa e um autógrafo de Brás Garcia de Mascarenhas, Coimbra.
- Taborda, Joaquim Augusto Ramos (1948) - Freixo de Espada à Cinta. Monografia, Lisboa, S.N.I.
- Tavares, José Augusto (1985) - Monografia de N. S. da Teixeira - Extinto ermitério, Torre de Moncorvo, Associação Cultural e Recreativa do Sto. Cristo.
- Vaz, Pe. Francisco (1989-91) - Alfaiates na órbita de Sacaparte, 3 vols. Lisboa.
- Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1899-1922) - Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou ao Serviço de Portugal, 3 vols., Lisboa.
- Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1965-6) - Elucidário das Palavras, Termos e Frases, Porto, Livraria Civilização, 2 vols.



Capítulo II

O aproveitamento de recursos
e a construção da paisagem:
um percurso
pelas quintas

Gaspar Martins Pereira
Ricardo Teixeira

APONTAMENTOS SOBRE A VINHA E O VINHO NO DOURO SUPERIOR

Uma tradição vitícola sem expressão comercial

A importância da viticultura no vale do Côa, como aliás em todo o Douro Superior, é recente, em comparação com as outras sub-divisões da Região Demarcada do Douro, o Baixo e o Cima Corgo. Não quer dizer que, nesta área, a cultura da vinha fosse desconhecida em tempos antigos. Os vestígios arqueológicos comprovam o cultivo milenar da videira e o fabrico do vinho no território que hoje designamos por Douro Superior, ou seja, o vale do Douro e os vales terminais dos seus afluentes entre os contrafortes graníticos do Cachão da Valeira e a fronteira com Espanha. No Buraco da Pala, em Mirandela, a arqueóloga Maria de Jesus Sanches encontrou grainhas de *Vitis vinifera*, que datou do período calcolítico (SANCHES, 1998). A abundância de fragmentos de *dolia* (talhas de armazenamento de vinho) e alguns lagares cavados na rocha atestam em diversos locais a intensificação da cultura da vinha na época da romanização (ANTUNES; BAËRE, 1997; COIXÃO, 1996). A traço grosso, em abono da tradição vinhateira do Douro Superior poderia ainda invocar-se a multiplicidade de referências à vinha e ao vinho que nos surgem nos documentos medievais e modernos da região. Basta compulsar os forais concelhios destas terras, quer os da zona leonesa de Ribacôa (Castelo Rodrigo, Almendra e Castelo Melhor, outorgados por Afonso IX de Leão, no início do século XIII), quer os da zona portuguesa (Numão, 1130; Ansiães, 1137-39, 1219; Freixo, 1152; Mós, 1162; Urros, 1162; Freixiel, 1197-1209; Junqueira da Vilariça, 1201; Vilarinho da Castanheira, 1218; Santa Cruz da Vilariça, 1225; e outros). Aí nos aparecem as mais variadas referências, desde multas ou castigos por danos causados nas vinhas ou roubo de uvas à regulação da venda e compra de vinhos ou a tributos pagos em vinho (REIS, 1991). No século XV, perante a expansão da cultura do cânhamo na Vilariça, os procuradores do povo às Cortes pediam a intervenção do rei para impedir o abandono das terras de pão e das vinhas. Por volta de 1467, um viajante estrangeiro, o barão Leão de Rosmital, depois de passar por Freixo de Espada-à-Cinta e Moncorvo, fala-nos de «vinho de uvas passas, a que na Boémia se chama vinho grego» que se produzia nesta zona do Douro (GARCÍA MERCADAL, 1952). Poderia ainda invocar-se as abundantes referências ao vinho das descrições setecentistas, nomeadamente das *Memórias Paroquiais* de 1758.

O que está em causa não é, pois, a ausência de tradição da viticultura, mas antes o seu menor significado na economia local e, sobretudo, a não integração dos seus vinhos no circuito comercial, ao contrá-



Fig. 1 – Quinta de Ervamoira

rio do que aconteceu com as outras zonas do alto vale do Douro. Nos séculos XVII e XVIII, na época em que a viticultura mercantil alastrava no Baixo e Cima Corgo, o Douro Superior era uma unidade económica e cultural bem distinta do Alto Douro, mais empenhada na cerealicultura e criação de gado, nas actividades artesanais e no comércio almocreve.

Em finais do século XVIII, em relação às produções de Foz Côa, D. Joaquim de Azevedo referia: «o vinho é pouco, e se gasta até Janeiro» (AZEVEDO, 1877: 192). Em contrapartida, a terra produzia, mesmo com técnicas rotineiras, cereais em abundância (trigo, centeio e cevada). Os montes e encostas menos propícios à cerealicultura cobriam-se de amendoeiras e de sumagrais espontâneos. A produção de pó de sumagre, que em muitas zonas do Douro desaparecera com o alastrar do vinhedo, continuaria a fazer-se em Foz Côa, exportando-se várias dezenas de toneladas para as tinturarias e curtumes do Porto e outras terras (em finais do século XIX, Afonso Cabral aponta uma produção média de 60 toneladas de sumagre por ano) (CABRAL, 1895: 474-475). Por toda a área do actual concelho, desenvolvia-se a cultura da oliveira e a criação de gado, sobretudo lanígero. A extensão dos terrenos baldios e pastos comuns garantia até aos mais pobres a actividade pastoril.

Em contrapartida, mantinha-se aqui a tradição de um comércio almocreve e de centros artesanais dinâmicos, com núcleos activos de cristãos-novos, descendentes de judeus. O Douro Superior era então um espaço mais voltado para Espanha. Ao inverso do que sucedia no Alto e Baixo Corgo, onde o rio e a relação com o Porto sempre dinamizaram as ligações no sentido Este-Oeste, o sistema de relações continuava a privilegiar aqui os laços tradicionais transfronteiriços com as terras de Salamanca e as ligações Norte-Sul.

É certo que, a partir de meados do século XVII, precisamente quando se assistia ao alastrar da viticultura no Baixo Corgo, um conjunto de factores viria contribuir para a decadência progressiva das vilas do Douro Superior, que haviam atingido um período de grande prosperidade no século anterior. Na sequência da Guerra da Restauração, afrouxaram as relações de fronteira. A perseguição inquisitorial aos cristãos-novos fez estiolar as activas comunidades de almocreves e artesãos. Já no século XVIII, na *Guerra do Mirandum* (1762), as tropas espanholas trouxeram a destruição e o saque a vilas estratégicas, como Miranda e Moncorvo, afectando o sistema de relações e enfraquecendo as actividades económicas mais dinâmicas. Apesar disso, ainda no início do século XIX encontramos referências ao dinamismo mercantil destas terras. Em relação a Foz Côa, por exemplo, José Acúrcio das Neves escrevia, por volta de 1810: «Vila Nova é a terra de maior povoação da Comarca de Trancoso, e uma das mais ricas da Beira Alta, pelo muito comércio que ali se faz, tanto em sedas, como em bacalhau, arroz e outros géneros e comestíveis, que por aquele ponto se distribuem pelas terras comarcãs de Portugal e Espanha: oferece-lhe esta vantagem a sua posição junto ao Douro, que é navegável até às suas vizinhanças em uma grande parte do ano, ajudada pela indústria dos seus habitantes» (NEVES, s/d: 303).

Além dos factores histórico-culturais, também a natureza dificultava a integração do Douro Superior na região dos vinhos finos destinados à exportação. O Cachão da Valeira impedia a navegabilidade do rio, dificultando o transporte dos vinhos produzidos no Douro Superior para o Porto. Compreende-se, assim,

que a demarcação ordenada por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, aquando da instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), e executada logo a seguir (1758-1761), não incluisse o Douro Superior, fixando os limites da área legal de produção de vinhos finos de embarque nas proximidades do vale do Tua. As *Demarcações Subsidiárias*, realizadas no reinado de D. Maria (1788-1793), num contexto de expansão comercial, vieram valorizar os vinhos da zona entre o Pinhão e o Tua, mas continuaram a excluir o Douro Superior.

A lenta integração na Região Demarcada do Douro

Mesmo depois de destruído o Cachão da Valeira, em 1792, a expansão do vinhedo para montante será bem mais tardia, até porque a Companhia estabelecia severas penas contra os introdutores de vinhos na região demarcada. Só por altura da primeira revolução liberal, aproveitando o afrouxar do poder da velha Companhia das Vinhas do Alto Douro, alguns comerciantes e grandes proprietários irão lançar-se na formação de quintas no Douro Superior. Em 1820, Miguel António Ferreira plantava 25 ha de vinha na Quinta do Silho, uma vasta propriedade de cerca de 120 ha, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo (VILA MAIOR, 1876: 69-77). Por essa altura, já os vinhos da Quinta de Vargelas, de António Bernardo de Brito e Cunha adquiriam notoriedade no mercado londrino. E, em 1823, António Bernardo Ferreira, adquiria ao conde da Lapa, a título de emprazamento perpétuo, a vastíssima Quinta das Figueiras, em Numão, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, onde se produziam essencialmente cereais e sumagres. Nesse mesmo ano, iniciava aí a plantação de vinhas, que se estenderiam por 140 ha, empregando algumas centenas de trabalhadores por dia. Num requerimento enviado ao Rei em 1824, em que António Bernardo pede autorização para exportar os vinhos da Quinta das Figueiras, consta que os gastos gerais da plantação orçavam em cerca de 100 contos de réis. Este requerimento assumia frontalmente a prática do contrabando de vinhos e de bilhetes de qualificação, bem como a valorização crescente da zona a leste do Cachão da Valeira, excluída ainda da demarcação de vinhos de embarque. A Quinta das Figueiras, escreve António Bernardo, «cujo limite fica fora do exclusivo da referida Junta da Companhia, e é aquele em que a experiência tem mostrado se produzem os Vinhos genuínos, que efectivamente são exportados ilegalmente para Inglaterra, em prejuízo da Real Fazenda e da moral pública, em cujo mercado ordinariamente valem de 10 a 12 libras mais do que o geral dos vinhos do exclusivo da Junta da Companhia [...] os exportadores de vinhos, por lhe não fazerem conta os vinhos de muitos sítios do exclusivo da Junta da Companhia pela sua má qualidade, compram todos os anos os



Fig. 2 – Quinta do Silho

bilhetes de qualificação destes vinhos, mais para com eles exportarem os Vinhos que estão no caso dos que produz a referida Quinta do Suplicante, chamada das Figueiras. A referida transacção dos Bilhetes de qualificação é feita à vista e à face de todo o Mundo, e suposto ela seja contra a Lei a ninguém escandaliza por ser de pura necessidade para Crédito do Comércio dos Vinhos». Em breve a Quinta das Figueiras (baptizada com o nome de *Quinta do Vesúvio*, em 1830, ano de excelente colheita) será considerada uma das melhores quintas do Douro. «Todos os ingleses nesta — escreve António Bernardo em 1827 — fizeram grandes elogios ao meu armazém. [...] Acresço a isto o não acharem segunda adega no Douro como a minha, o que os fez acreditar a paixão que tenho por vinhos bons, dizendo francamente que, tanto no Porto como no Douro, ninguém tinha melhores vinhos [...]». Em 1838, produzia já cerca de 531 pipas de vinho, embora neste número se devam incluir alguns vinhos comprados a diversos lavradores de Cima Cachão. A quinta do Vesúvio «feita como para príncipes, sem cálculo nem medida [...]», no dizer do visconde de Vila Maior, em 1865, seria ampliada ainda mais, a partir de 1850, por D. Antónia Adelaide Ferreira, nora e sobrinha de António Bernardo (PEREIRA e OLAZABAL, 1996: 14-18). Apesar de não se qualificarem para exportação, os vinhos da Quinta do Vesúvio eram introduzidos clandestinamente, sem dificuldades, no circuito exportador, alcançando grande reputação no mercado inglês. Em 1833, informa-nos o visconde de Vilarinho de S. Romão «quasi todo o vinho que se colhe nas margens do Douro, desde Arnozelo para cima até à barra de Vilarinho da Castanheira, tanto de um como de outro lado, é introduzido todos os anos para a Demarcação de Feitoria. Este vinho é em si mesmo muito bom» (GIRÃO, 1833: 290).

Porém, o movimento de expansão do vinhedo para leste será ainda relativamente lento até meados do século, já que as dificuldades comerciais não encorajavam o investimento na vinha. Só depois, com as doenças da videira (o oídio, desde os anos cinquenta, e a filoxera, desde a década seguinte) mais precoces e violentas na área demarcada tradicional, com o regime de liberdade comercial (desde 1865), com a legislação desamortizadora dos vínculos (1863) e dos baldios municipais e paroquiais (finais da década de sessenta) e sobretudo com a construção da linha do Douro é que se assistiria à expansão em grande da viticultura em todo o Douro Superior. No caso do concelho de Foz Côa, por exemplo, ainda por volta de 1865 a produção total de vinhos não ultrapassava as 1400 pipas. Menos de duas décadas depois, em 1882, elevava-se já a quase 6 mil pipas, vendendo-se a preços elevados. No entanto, a partir de 1879, a filoxera começara também a devastar os vinhedos de Foz Côa, de tal forma que, em 1884, a produção caíra para cerca de 160 pipas (PEREIRA, 1995: 35). Como por todo o Douro, a tenacidade do combate ao insecto, através do sulfureto de carbono e, depois, com o recurso a porta-enxertos americanos, permitiu reconstruir o vinhedo regional. Entre todas as quintas que surgiram nessa época sobressaía a do Vale Meão, fundada pela «Ferreirinha». Com cerca de 600 hectares, correspondentes a várias dezenas de parcelas baldias compradas, entre 1877 e 1879, em hasta pública ao concelho, a quinta chegou a empregar mais de mil trabalhadores diários na plantação que se iniciou em 1887, que só foi dada por concluída em 1896, ano da morte de D. Antónia. Nos outros concelhos do Douro Superior, o alastrar do vinhedo, em finais do século XIX, foi também significativo. Há mesmo autores da época que, perante este dinamismo

vinhateiro, consideram que o Douro Superior ultrapassa em quantidade e qualidade a área tradicional do Cima Corgo. É o caso de Afonso do Vale Pereira Coelho Cabral, proprietário das quintas de Paço de Monsul e do Cachão, que, em 1895, escrevia: «se hoje existem diferenças, são todas em favor do Douro Superior» (CABRAL, 1895: 346).

No início do século XX, reconstituídos os vinhedos do Baixo e Cima Corgo, a crise comercial viria travar o movimento de expansão no Douro Superior. No entanto, as novas demarcações de 1907 e 1908 traziam já a importância vitícola do Douro Superior, alargando a região produtora de vinho do Porto até à fronteira. Ao longo da primeira metade do nosso século, a viticultura do Douro Superior sofrerá os efeitos das profundas crises comerciais. Só a partir da década de sessenta, com a recuperação geral do sector e a afirmação do papel das adegas cooperativas, o movimento de expansão vitícola parece ganhar novo impulso.

A expansão recente

Nas últimas décadas, o alastrar do vinhedo no vale do Côa e um pouco por todo o Douro Superior tem realçado a importância estratégica desta área no seio da Região Demarcada do Douro, produtora dos vinhos com denominação de origem «Porto», mas também de alguns dos melhores vinhos de mesa «Douro».

Os indicadores estatísticos são elucidativos. No Douro Superior, o número de viticultores mais que duplicou entre 1972 e 1997 (passando de 3500 para 7541); a área de vinha triplicou, no mesmo período (de 3278 para 10105 ha). A produção atinge já mais de 300 mil hectolitros. Paralelamente, os vinhos desta área têm reforçado a sua imagem de qualidade no mercado. O dinamismo vitícola recente do Douro Superior adquire ainda maior significado se tivermos em conta o contexto de perda demográfica e de forte diminuição da população activa na agricultura que se tem verificado nesta zona.

Apesar da expansão recente, a vinha ocupa menos de 10% da área desta sub-região que representa mais de 40% da área total da Região Demarcada do Douro. A oliveira, a amendoeira e mesmo os cereais têm aqui maior significado que nas sub-regiões do Baixo e Cima Corgo. Os rendimentos mais expressivos da vinha em relação a outras culturas, a par das condições de mecanização de alguns terrenos do Douro Superior e de um maior equilíbrio entre a qualidade atingida e a produtividade, tiveram um peso determinante na evolução vitícola desta sub-região, apesar das limitações demográficas actuarem em sentido inverso.



Fig. 3 – Quinta do Vesúvio

Estrutura da propriedade vitícola na Região Demarcada do Douro, por sub-regiões (1997):

Sub-região	Área total (ha)	Área de vinha (ha)	Viticultores (n.º)	Produção (hl) em 1996
Baixo Corgo	45 000	12 332	12 021	724 661
Cima Corgo	95 000	17 327	12 524	789 183
Douro Superior	110 000	10 105	7 541	306 744
Total	250 000	39 764	32 086	1 820 588

Fonte: Casa do Douro.

Um breve percurso pelas maiores quintas desta região revela-nos outros aspectos importantes da história vitícola recente.

Em primeiro lugar, muitas destas quintas foram criadas, renovadas ou compradas por empresas exportadoras no período de expansão comercial do vinho do Porto nos anos setenta e oitenta. Só no concelho de Vila Nova de Foz Côa, poderíamos indicar as quintas de Santa Maria ou Ervamoira e Bons Ares (compradas pela Ramos Pinto em 1974), da Leda (criada pela A. A. Ferreira em 1979), de Vale de Cavalos (comprada pela Poças em 1988 e integrando a Quinta da Ribeira da Teja), do Vesúvio (comprada pelo grupo Simington em 1989). Os investimentos vitícolas das empresas exportadoras abarcam muitas outras propriedades no Douro Superior. Junto à Ferradosa, na freguesia de Vale de Figueira, ainda no concelho de S. João da Pesqueira, a Sociedade Agrícola e Comercial dos Vinhos Messias dispõe da Quinta do Cachão (que integra as quintas do Vale de Agodinho e do Rei), comprada em 1956 à Gonzalez Byass. Na mesma freguesia, a Taylor, Fladgate & Yeatman possui, desde finais do século passado, a Quinta de Vargelas. A Sandeman, além da adega do Pocinho, possui a Quinta das Laranjeiras, em Moncorvo, comprada em 1981. A Cockburn, Smithes é proprietária das quintas do Ataíde (em Vila Flor, comprada em 1980), dos Canais (em Beira Grande, Carrazeda de Ansiães, comprada em 1989), do Tua ou dos Ingleses (em Foz-Tua, Carrazeda de Ansiães, comprada em 1889; integra hoje a Quinta da Chousa, comprada em 1973), de Vale Coelho ou Lobazim de Baixo (em Vilarinho da Castanheira, Carrazeda de Ansiães, comprada em 1893; integra hoje as quintas de Cadima, Pescoça e Telhada, esta última adquirida em 1980), além de vinhas em Assares, Vila Flor (LIDDELL e PRICE, 1992: 153-179).

A par deste movimento investidor, a intervenção do Estado, através da Lei 43/80 e do PDRITM (Plano de Desenvolvimento Integrado de Trás-os-Montes), visando aumentar a qualidade dos mostos da região destinados à produção de vinhos do Porto, face ao aumento da procura externa do produto, conduziu ao intensificar de novas plantações em toda a Região Demarcada do Douro, sobretudo no Cima Corgo e no Douro Superior.

Outro aspecto visível na expansão recente da viticultura no Douro Superior é a transformação de antigas áreas cerealíferas em vinhedos. Foi o que aconteceu, por exemplo, em certas vinhas plantadas no Vale da Vilariça, mas também no Vale do Côa (é o caso da Quinta da Ervamoira) e outras zonas.

Finalmente, algumas destas novas explorações vitícolas, ocupando amplas áreas, foram organizadas de maneira exemplar, tanto na escolha dos terrenos, como na armação das vinhas (plantio vertical), na utilização das castas nobres da região (touriga nacional, touriga francesa, tinta roriz, tinta barroca e tinto cão, entre as tintas; codega, gouveio, malvasia fina, malvasia rei e rabigato, entre as brancas), em talhões separados, na mecanização de diversas operações de granjeio, atingindo melhores rendimentos e menores custos que as explorações vitícolas tradicionais da região e, simultaneamente, uma elevada qualidade dos vinhos.

Histórias de pioneiros

Numa zona que parece o «fim do mundo», no pior e no melhor sentido da expressão, onde as acessibilidades são ainda difíceis, com uma população rarefeita, as imagens da vinha perdem-se na imensidão das serranias. Não se tem aqui aquela sensação de que a vinha invade tudo, a paisagem, a vida do homem, a sua história, que tantas vezes nos toca no Baixo e Cima Corgo. Dir-se-ia que no Douro Superior os sentidos se deixam arrastar pelos encantos da natureza selvagem, o canto das cigarras, o voo planado das águias, os aromas intensos da vegetação mediterrânica, a luz e as cores dos rebentos primaveris.

E, no entanto, cada quinta que visitamos é uma descoberta, cheia de histórias de velhos e novos pioneiros. Bastará invocar a memória do Barão do Seixo e de Afonso Cabral no Cachão, de Ramiro Sobral nos Canais, de António Bernardo Ferreira no Vesúvio, ou de D. Antónia que nos acompanha até ao Vale de Meão (onde também encontramos Fernando Nicolau de Almeida às voltas com a criação do «Barca Velha»), de Guerra Junqueiro na Batoca, de Augusto Guerra e de Sarmiento Rodrigues em Santiago, de Miguel António Ferreira no Silho, de José António Rosas na Ervamoira ou na Touriga... Cada momento de invocação é único e demorado, exige tempo para percorrer as terras, as casas, os armazéns e os lagares, observar velhas peças que já foram novidades, folhear os álbuns de fotografias, ouvir as memórias que passam de geração em geração e contam histórias de velhos e novos pioneiros...



Fig. 4 – Quinta de Ervamoira

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de — *O cultivo da vinha durante a Antiguidade Clássica na Região Demarcada do Douro: ponto da situação*. «Douro — Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, 1996, nº 2, p. 18-30.
- ANTUNES, João Viana; FARIA, Pedro Baêre de — *Estações romanas na Região Demarcada a Sul do Douro*. «Douro — Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, 1997, nº 3, p. 11-16.
- AZEVEDO, D. Joaquim de — *História eclesiástica da cidade e bispado de Lamego escrita por... e continuada por um cônego da Sé de Lamego*. Porto: Tip. do «Jornal do Porto», 1877.
- BARRETO, António — *Douro*. Lisboa: Inapa, 1993.
- CABRAL, Afonso do Vale Pereira Coelho — *A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*. «Boletim da Direcção Geral da Agricultura». 6º ano, nº. 3. Lisboa, 1895.
- COIXÃO, António N. Sá — *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa, 1996.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da. GALHANO, Fernando, PIMENTEL, E. Serpa e ROSAS, J. António — *O vinho do Porto. Notas sobre a sua história, produção e tecnologia*. Porto: IVP, 1981.
- GARCÍA MERCADAL, J. (compilação, tradução, prólogo e notas) — *Viajes de extranjeros por España y Portugal*. 2 vol. Madrid: Aguilar, 1952-1959.
- GIRÃO, Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira — *Memória histórica e analítica sobre a Companhia dos Vinhos denominada da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1833.
- LEMA, Paula Bordalo — *O Alto Douro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1980.
- LIDDELL, Alex; PRICE, Janet — *As Quintas do Vinho do Porto*. Lisboa: Quetzal, 1992.
- MARTINS, Conceição Andrade — *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990.
- MONTEIRO, Manuel — *O Douro. Principais Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*. Porto: Imprensa Moderna, 1911.
- NEVES, José Acúrcio das — *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. (1810). In *Obras Completas de José Acúrcio das Neves*. Vol. 2. Porto: Afrontamento, s/d.
- OLIVEIRA, Aurélio de (introdução e notas); COSTA, Natália Fauvrelle (transcrição) — *Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII*. «DOURO — Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, 1996, nº 1, p. 196-258.
- PEREIRA, Gaspar Martins — *A Região do Vinho do Porto: origem e evolução de uma demarcação pioneira*. «DOURO — Estudos & Documentos». Porto: GEHVID, 1996, nº 1, p. 177-194.
- PEREIRA, Gaspar Martins — *Notas para a história contemporânea de Foz Côa*. «Boletim da Universidade do Porto». Ano V, nº 25, p. 33-36.
- PEREIRA, Gaspar Martins — *O Douro e o Vinho do Porto, de Pombal a João Franco*. Porto: Afrontamento, 1991.
- PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, María Luisa — *Dona Antónia*. Porto: A.A.Ferreira, 1996.
- PEREIRA, Gaspar Martins; SOUSA, Fernando — *Alto Douro: Douro Superior*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- REIS, António Matos — *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- RODRIGUES, Adriano Vasco — *Terras da Meda: natureza e cultura*. Meda, 1983.
- VILA MAIOR, Visconde de — *Ampelografia e Enologia do Douro*. «Arquivo Rural». Vol. VIII-IX. Lisboa, 1865-1866.
- VILA MAIOR, Visconde de — *O Douro Ilustrado*. Porto: Magalhães & Moniz, 1876.

O CÔA, AS QUINTAS E O POVOAMENTO ROMANO SUBJACENTE

Entremos no Vale do Côa ou, do outro lado do Douro, no Vale da Vilarça.

Se é Verão, as temperaturas podem ser violentíssimas e a secura da paisagem, com os leitos das ribeiras por vezes transformados em estradas pedregosas, levam-nos a sentir como a água constitui, nestas paragens, um recurso tão vital quanto raro. Os índices de precipitação anual chegam a ser tão baixos que só encontram paralelo nas zonas mais secas e interiores do Alentejo. Contraste forte se o percurso e a estadia se realizam no Inverno, em Dezembro ou Janeiro - frio intenso e seco, geadas e temperaturas negativas.

Às amplitudes climáticas do ciclo anual juntamos outras imagens de contrastes que fazem a riqueza e variedade desta paisagem repartida entre o Douro Superior e a Beira Interior. Montanhas e planaltos profundamente marcados pela erosão, escarpas, vales profundos e encaixados, veigas abertas, xistos e granitos e uma linha de fractura geológica percorrendo o Vale da Vilarça e o Vale da Vila, junto a Foz Côa. Terra Quente e Terra Fria, dois microclimas e nichos ecológicos interpenetrantes. O primeiro avança nas terras baixas e ao longo dos vales. É o *facies* mediterrânico com a típica associação de culturas: amendoeiras, laranjeiras, figueiras, oliveiras, e a vinha, com uma área considerável integrada na região demarcada do Alto Douro. Nos vales férteis e regadios e em volta das povoações, a horticultura. As terras altas e mais frias, encontram-las vocacionadas para o pastoreio, a cultura do centeio e da batata.



Fig. 1 – Quinta da Canameira, Meda.
(Fot. do autor)

Numas e noutras, densidades populacionais baixas, vazios contemplados e sentidos, entrecortados, por elementos que de uma forma mais evidente denunciam a presença humana - o longínquo casario duma povoação, uma estrada serpenteando pela encosta, um pombal, o aglomerado de edifícios de uma Quinta... Aqui a força da Natureza impõe-se-nos: o clima, as formas do relevo ou a qualidade do solo são factores da paisagem que condicionam as actividades humanas e o modo como os homens se distribuem pelo território. Hoje como Ontem.

As Quintas

Procurando apreender num relance a estrutura do povoamento e a sua hierarquia apercebemo-nos de certos aglomerados principais, cidades e vilas, que constituem agora sedes de concelhos - T. de

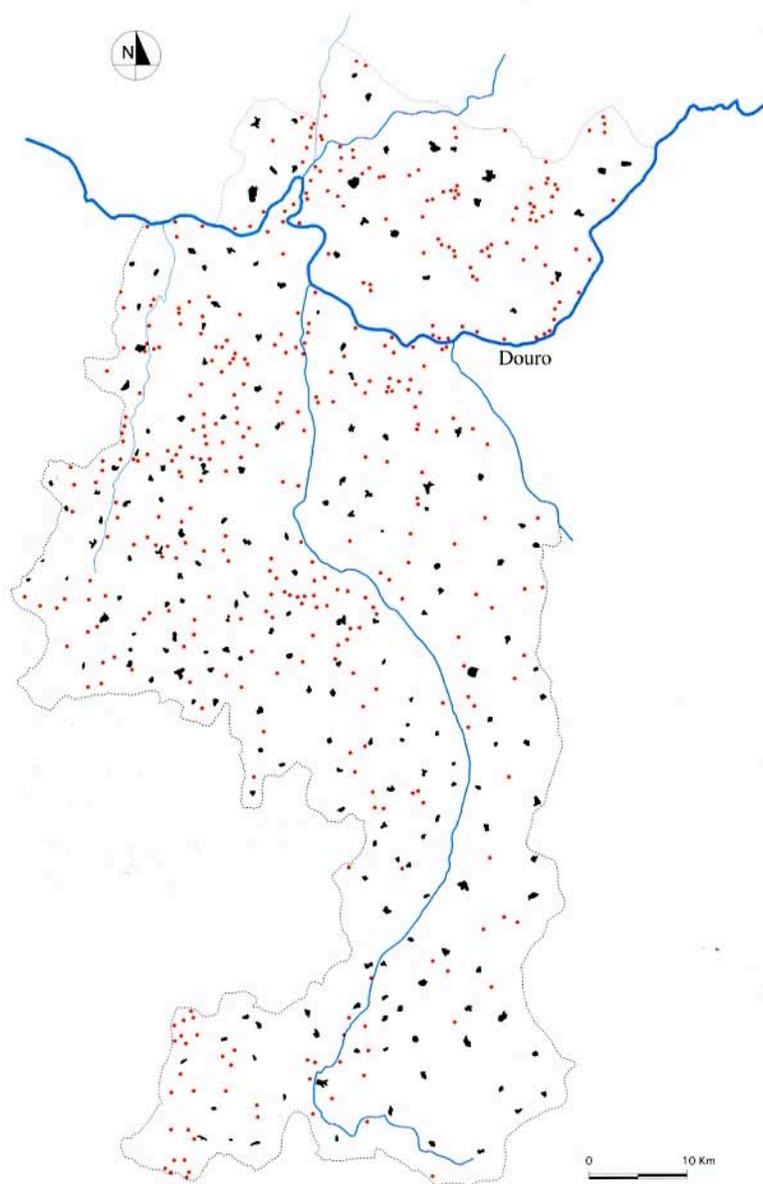


Fig. 2 – Mapa 1. As quintas (pontos vermelhos) distribuem-se pelo território numa teia que envolve os aglomerados principais, vilas e aldeias (a preto). (Des. do autor)

Moncorvo, Freixo de Espada-à-Cinta, V.N. de Foz Côa, Meda, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Almeida, Sabugal - e à sua volta, no seu termo, uma teia de aldeias, aglomerados compactos e arruados, com estrutura urbana, tendo algumas já sido sede de extintos concelhos...

Podemos afirmar que a aglomeração é pois a expressão principal do povoamento regional. Mas o quadro não fica completo sem olharmos também as Quintas, essa forma complementar de ocupação do espaço rural que por toda esta região pontua a paisagem, preenchendo os espaços vazios entre as aldeias.

Unidade isolada, a quinta constitui, além de uma forma de habitar própria, um modelo de propriedade, uma forma de gerir e explorar os recursos agro-pecuários, de organizar o parcelário rural, de dispor as construções e os edifícios. Compreende um domínio fundiário, uma exploração de média ou grande dimensão, polarizado num conjunto de edifícios em que se destaca a residência do proprietário - permanente ou sazonal - a habitação do caseiro e da sua família e as instalações directamente relacionadas com a produção agro-pecuária, conforme a sua vocação: lagar, adega, celeiro, armazéns diversos, estábulos para os animais, pombal...

Vistos à distância, diríamos que estes núcleos de edifícios, dispostos ou abertos para um pátio ou terreiro frontal, geralmente com algum arvoredor de porte, quase parecem aldeias embrionárias. É até provável, já que o assunto não foi ainda estudado em pormenor, que certas destas pequenas unidades, inicialmente isoladas, tenham estado na origem de alguns pequenos aglomerados actuais. Pelo menos é o que parecem sugerir os conjuntos de quintas de *quinteiros* da zona montanhosa das freguesias de Mós, Carviçais e Felgueiras, no concelho de Torre de Moncorvo. Mas este é um tipo muito particular de quintas, algumas das quais parecem ter-se constituído em finais do século passado e inícios deste, provavelmente relacionadas com o movimento de ocupação de baldios e as políticas cerealíferas da época. Outras são mais antigas e já se encontram referenciadas nos meados do século XVIII. Quando isoladas, compõe-se de uma casa agrícola de piso térreo com parte de habitação, forno, currais, espaços cercados para o gado e uma eira. Estas cons-

truções são em geral pobres, de alvenaria de xisto, com cobertura de telha ou de colmo. Por vezes formam pequenos aglomerados que resultam da associação de várias unidades familiares abrindo-se para um espaço central comum, dispostas à volta de uma eira, como se verifica na Quinta do Pisão e nas Quintas de Centeeiras, em Mós, ou nas Quintas de Felgueiras (PARM 1984).

Com isto vemos já que o termo quinta adquire nesta região um sentido bastante abrangente, designando realidades muito distintas unidas pelo conceito comum de exploração agrícola com casa própria, isolada das povoações, por mais modestas que sejam as suas instalações. Uma forma e uma modalidade de ocupação do espaço, com muitas variantes. Cabem aqui tanto a típica Quinta do Douro, de grandes recursos, com casa apalaçada de arquitectura erudita e capela privativa, como as unidades mais modestas, ligadas a um segmento económico de produção vocacionado para a cultura cerealífera e o pastoreio, sobretudo de gado ovino e caprino. Só assim se entende a densidade de quintas que o nosso mapa revela (MAPA 1).

Mas aquilo que agora apreendemos como uma realidade estática, a estrutura e distribuição das quintas, é bem mais dinâmica, com uma profundidade histórica que por ora ainda nos escapa, bem como o papel dos agentes do povoamento no passado: rei, senhores, camponeses e mosteiros como os de Santa Maria do Bouro, Santa Maria de Aguiar e S. João de Tarouca, que aqui possuíam vastas propriedades e granjas.

O processo de alteração da paisagem é contínuo, como agora mesmo está ocorrendo com a plantação de grandes áreas de vinha e com a constituição de novas ou renovadas quintas, na posse de novos proprietários.



Fig. 3 – No planalto, a quinta de arquitectura tradicional. (Fot. do autor)

Quintas, *villae* e povoamento em época romana

São muitas as vias possíveis que podemos seguir para, de alguma forma, relacionar as Quintas com os estabelecimentos de época romana revelados pela arqueologia. É de facto no perímetro destas quintas, nos seus domínios, que vamos agora encontrar a maioria dos sítios arqueológicos de época romana da região. Estes locais, geralmente revelados no decurso de trabalhos agrícolas, caracterizam-se pelo aparecimento de fragmentos de cerâmica e de telha, moedas, mós, pedras de construções, capitéis, bases e fustes de colunas, e encontram-se muito frequentemente referenciados na bibliografia arqueológica com o próprio nome da Quinta em que se inscrevem: Quinta de Vila Maior (Torre de Moncorvo), Quinta de S. Caetano (Freixo de Espada-à-Cinta), Quinta de Santa Maria de Ervamoira (Vila Nova de Foz Côa), Quinta do Prado (Trancoso), Quinta de S. João (Meda), Quinta da Póvoa (Figueira de Castelo Rodrigo), Quinta

de S. Domingos (Sabugal)... Tal relação, entre Quinta e habitat romano, nada tem de extraordinário. Salvo as áreas adjacentes às vilas e às aldeias, é às Quintas que pertence a maioria do espaço deste território. É na Quinta portanto, nos seus terrenos, nos seus vastos domínios que predominantemente se encontram os sítios arqueológicos romanos, como também os de outras épocas. Muitas vezes são os próprios terrenos ou parcelas agrícolas das quintas baptizados com nomes que revelam esta presença, já notada, de vestígios arqueológicos: Olival dos Telhões, Olival dos Pardieiros, Olival dos Berrões...

Por vezes a relação parece ser mais estreita ainda, havendo quase total correspondência de assentamento do núcleo principal da quinta, dos seus edifícios, com a área ocupada pelos vestígios romanos.

Como é evidente não devemos, nem pretendemos ver aqui forçosamente um qualquer processo de continuidade histórica entre a ocupação romana e a quinta actual. Mas, nestes casos ainda mais do que nos outros, aos olhos dos arqueólogos, no nosso imaginário de historiadores, surge necessariamente

essa afinidade que sem dúvida liga a nossa Quinta à *Villa* romana.

A *villa* romana corresponde genericamente a um tipo de grande propriedade englobando a casa abastada do proprietário, as instalações dos criados e trabalhadores, os anexos directamente relacionados com a exploração agro-pecuária, seja armazéns, adegas, celeiros, currais... Trata-se de um modelo presente em Roma e difundido em todas as províncias do Império, embora com muitas variações regionais, de escala e forma. Recorrendo aos termos latinos, a *villa* apresenta uma *pars urbana*, correspondente à residência abastada do proprietário, uma *pars rustica* onde se alojavam os criados, uma *pars fructuaria* com os anexos produtivos - lagar, celeiro, estábulos, forja... - e finalmente o respectivo *fundus*,



Fig. 4 – O rebanho. Quinta das Casas, Vila Nova de Foz Côa. (Fot. do autor)

ou seja, os campos cultivados, ou *agri*, as pastagens, ou *saltus* e os bosques, ou *silva*..

Entre nós, este modelo de *villae*, é relativamente bem conhecido, sobretudo no Sul do país, onde também a investigação está mais avançada. As *villae* de S. Cucufate (Vidigueira), Pisões (Beja) ou Torre de Palma (Monforte) são bons exemplos deste tipo de estruturas mais opulentas. Mas também no Norte, e em particular nesta região do Douro teriam existido *villae*, embora menos conhecidas por insuficientes trabalhos de pesquisa. A estação da Fonte do Milho (Peso da Régua) ou a de Tralhariz (Carrazeda de Ansiães) cuja monumentalidade das estruturas se adivinha pela riqueza decorativa dos mosaicos ocasionalmente descobertos, permanecem ainda exemplos isolados e insuficientemente conhecidos.

No vale do Côa não foi até agora identificado nenhum local que possamos inequivocamente reconhecer como *villa*, pelo menos deste tipo. Esse facto deve-se também sobretudo ao estado embrionário da investigação, pois não faltam pistas para o seu futuro reconhecimento.

Mas, salvaguardadas as diferenças próprias de contextos históricos tão afastados, não é difícil sentir a proximidade do modelo romano com algumas das mais ricas quintas da região, também elas com amplos e diversificados terrenos, com casa do proprietário (que em certos casos vive na cidade e só ocupa sazonalmente) e capela, a casa do caseiro e sua família, instalações para receber trabalhadores, mão de obra contratada em determinadas épocas - colheitas, vindimas..., e necessariamente os respectivos anexos agro-pecuários imprescindíveis ao bom funcionamento da exploração - armazéns, lagares, pombais, eiras...

A relação que podemos estabelecer não é pois de natureza histórica, de continuidade, mas de conceito. Uma forma semelhante de ocupar o espaço rural e de gerir os seus recursos.

O modo como o conjunto de edifícios de certas quintas se implanta no terreno, a sua cenografia, reforça ainda mais esta ideia. Localizadas geralmente junto dos melhores solos agrícolas, ou com especiais aptidões para determinado tipo de culturas, dispõem-se em plano levemente sobreelevado, sobranceiro aos campos, no fundo de vales e junto de linhas de água, mas suficientemente retiradas e ao abrigo de cheias ou enxurradas ocasionais. Para além das tradicionais noras e picotas para retirar água de poços, vemos também surgir agora, nas novas quintas que se vêm formando, pequenas represas de abastecimento privado.

Nesta região, nos espaços de ecologia marcadamente mediterrânica, onde a pluviosidade é baixa e a água é um recurso escasso, este é também um campo onde há toda uma arqueologia de prospecção por realizar e que é essencial para identificar pequenas barragens que certamente abasteceriam não só as *villae*, mas todos os outros tipo de habitats romanos.

As *villae*, como as cidades romanas, exigiam e dispunham de um sistema complexo de captação e distribuição da água. Aproveitada para as necessidades quotidianas da casa e dos campos, servia também para o abastecimento das termas privadas e dos conjuntos cenográficos de lagos e rêsuxos que completavam um ambiente de vida bucólica cujas virtudes os autores latinos tanto exaltaram.

Embora isolada, a villa mantém contudo uma estreita relação com o mundo urbano. A parte da residência senhorial (*pars urbana*) reproduz, por vezes com maior luxo e monumentalidade, o modelo da residência urbana rica, centrada em torno de um peristilo, aberto, com colunatas. Mas a *villa*, que deveria proporcionar o conforto e o luxo da vida urbana, era também uma exploração que visava a auto-suficiência e também a produção de géneros agrícolas e artesanais destinados aos circuitos comerciais duma sociedade essencialmente urbana. Quando, no fim do Império, com a instabilidade social, esta sociedade se ruraliza, algumas destas villas convertem-se em verdadeiros centros económicos e administrativos.



Fig. 5 – Quinta do Chão Dordem, Meda.
(Fot. do autor)

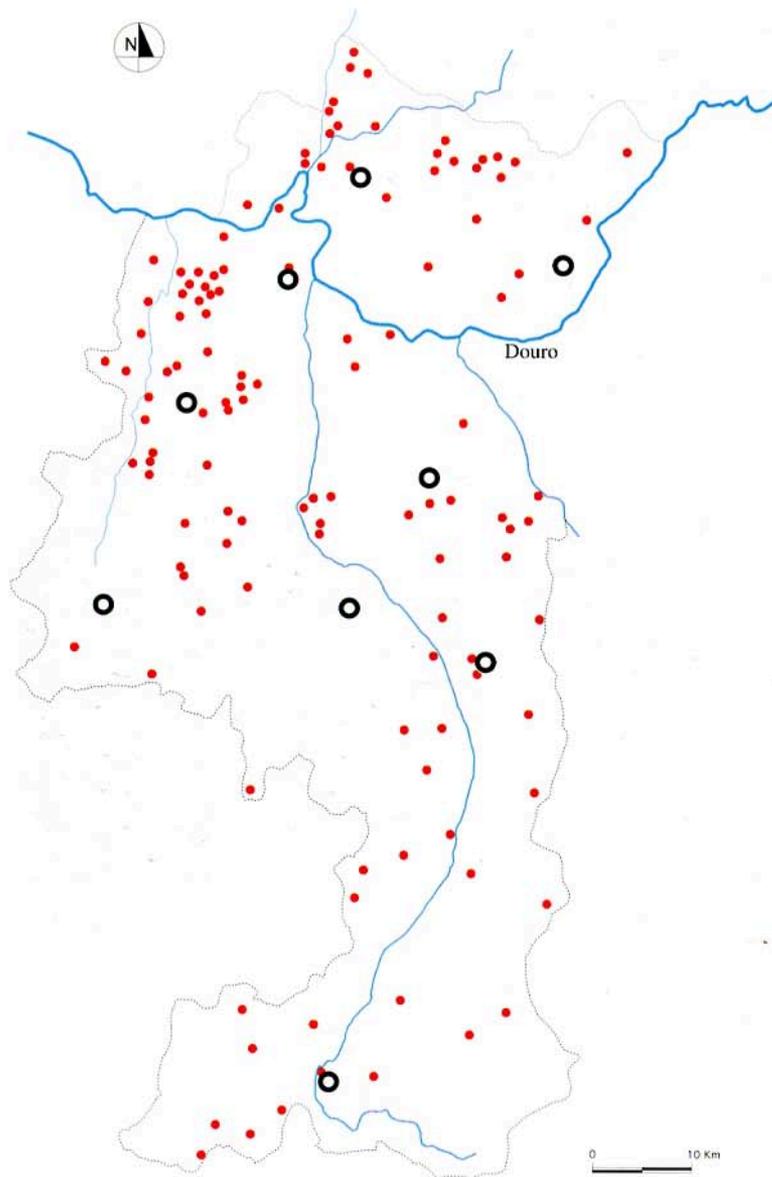


Fig. 6 – Mapa 2. Distribuição dos principais vestígios romanos (a vermelho). (Des. do autor)

Outras modalidades do povoamento romano

Os arqueólogos costumam entregar-se a um trabalho teórico, importante, que consiste em propor modelos de interpretação (ainda que provisórios) para os sítios inventariados, procurando inseri-los na rede de povoamento dum território, de acordo com o estatuto e função que poderiam ter desempenhado: *civitas*, *vicus*, *villa*, casal, povoado mineiro, *mutacio*... A caracterização é geralmente feita a partir dos vestígios observados à superfície, sem escavação, através da natureza dos materiais recolhidos (espólio: cerâmicas, mosaicos, epigrafia, ...etc.), pela sua área de dispersão e pela correlação com a rede viária e os locais já estudados. É um trabalho imprescindível para o avanço da investigação e para o conhecimento da forma como se processou a integração de determinado espaço regional na esfera imperial romana. Não é este o espaço nem o propósito deste texto. O que propomos serve apenas como enquadramento geral das possibilidades de interpretação de muitos sítios arqueológicos da região, localizados ou não nas quintas. Alguns poderão corresponder a *villae* mas a maioria traduzirá certamente outras formas de povoar e ocupar o território, próprias do mundo romano. O mapa que apresentamos, com a distribuição dos principais sítios onde se têm detectado vestígios desta época (MAPA 2) não é nem pode ser exaustivo¹, mas permite-nos verificar a importância do povoamento nesse vasto período de ocupação propriamente romana (séculos I-V) e dos tempos que imediatamente se lhe seguiram (sécs. VI-VII). A intensificação dos trabalhos de campo e da investigação permitirá identificar muitos outros e definir cronologias de ocupação e hierarquias de povoamento.

Recuando ao século I veríamos esta região integrar-se maioritariamente na Província da *Lusitania*, uma das em que Augusto dividiu a *Hispania*, com capital em Mérida (*Emerita*) e limite a Norte no Douro. Do outro lado do rio seria já a grande província *Tarraconensis*, sendo a capital do *Conventus* em Astorga (*Asturica Augusta*). A reorganização administrativa então operada traduziu-se também na criação ou definição de novos centros urbanos - *civitas* - que funcionaram para as comunidades indígenas como pólos

de atracção e agentes da romanização, e na delimitação dos territórios que as diferentes *civitates* capitaneavam. Conhecemos o nome de algumas destas *civitates* que, por contribuírem para a construção da famosa ponte de Alcântara, tiveram o seu nome aí inscrito. Cruzando as fontes clássicas, os dados da epigrafia, da rede viária e da distribuição de estações romanas, J. de Alarcão tem vindo a propor a localização das diversas *civitates* e sua distribuição pelo território. Na região que nos ocupa localizavam-se provavelmente, de Sul para Norte, os *Lancienses Transcudani*, *Aravi*, *Meidubrigenses* e *Banienses*. Cada uma das *civitates* possuía um território estabelecido e um núcleo urbano capital.

Os *Lancienses Transcudani* ficariam entre as serras da Malcata e da Marofa, localizando-se a sua sede provavelmente na zona do Sabugal ou Almeida (ALARCÃO 1988: 41-43). Mais a Norte situavam-se os *Aravi* que ocupariam a zona de Marialva onde se encontrou uma ara consagrada a Adriano pela *Civitas Aravorum* (JALHAY 1950). Junto ao Douro os *Meidubrigenses*, na zona da Meda. A capital seria para alguns autores o castro de Ranhados, para outros o castro de S. Jurjo.

A localização da *civitas Baniensium*, também referida na inscrição da ponte coloca dificuldades acentuadas devido a que foi encontrada uma ara dedicada a *Iovi Optimo Maximo civitati Baniensium* (CIL, II, 2399) no Baldoeiro (Moncorvo, Vale da Vilarica), reutilizada numa capela medieval. A localização dos Banienses a Norte do Douro implicaria a extensão da província da Lusitânia para essa mesma margem para os englobar, o que não parece facilmente aceitável. O achado da inscrição é uma nitida reutilização, não havendo no local quaisquer vestígios romanos. Se é difícil admitir que a inscrição tenha sido trazida desde a outra margem, uma outra hipótese é que ela, embora fazendo referência aos Banienses estivesse colocada num local de culto (templo/santuário) situado do outro lado.

Se assim for há que procurar espaço para localizar esta *civitas* entre as já identificadas na margem Sul e procurar-lhe também uma capital.

É de prever encontrar em cada uma das *civitas* desta região estruturas urbanas importantes, adequadas ao estatuto de centro administrativo, comercial e religioso que deviam possuir. Espaço urbanizado, com casas e edifícios públicos, termas, templos, eventualmente um teatro ou um anfiteatro e necessariamente o *forum*, centro cívico do *modus vivendi* romano.

Mas para além das cidades capitais de *civitates* existiriam outros núcleos urbanos menos importantes os *vici*, podendo corresponder a aglomerados relativamente extensos e economicamente dinâmicos, situados próximo das vias. Em Coriscada (Meda) encontrava-se um destes *vici*, documentado através duma ara dedicada a Júpiter erigida pelos habitantes (*vicani*). Infelizmente não é possível reconhecer completamente na inscrição o nome do povoado (ALARCÃO 1988: 4/91). O povoado da Quinta de Vila Maior, em Torre de Moncorvo, terá sido também um *vicus* e é de esperar que outros mais venham a ser revelados pela investigação arqueológica.



Fig. 7 – Vale da Vila, Vila Nova de Foz Côa. As recentes plantações de vinha introduzem novos traços na topografia e na paisagem da região. (Fot. do autor)



Fig. 8 – Quinta do Carrascal, no Vale da Vilarça. (Fot. do autor)

A densidade e importância dos vestígios detectados em Torno de Freixo de Numão (COIXÃO 1996) deixa também supor a existência de um núcleo importante, um lugar central, *civitas* ou *vicus*, embora ainda insuficientemente documentado.

Para além dos centros administrativos e populacionais do tipo *civitas* e *vicus*, e da exploração dos recursos agrícolas em estruturas do tipo *villa* ou casal, alguns dos vestígios reconhecidos só serão inteligíveis na sua relação directa com a rede viária romana (*mutacio*, *mansio*), articulando-se outros com a exploração de recursos regionais de diferente natureza, como as nascentes termais de Longroiva, Ariola e Bem Saúde, e as importantes jazidas mineiras de ferro da região da Serra do Reboredo (Torre de Moncorvo)². A exploração de jazidas de chumbo, na margem Sul do Douro, também terá tido suficiente expressão económica em época romana para que Plínio se referisse a ela associando-a à cidade de Medubriga (TRANOY 1990: 17).

Percursos

Mais do que um roteiro ou um itinerário propriamente dito propomos aqui um olhar sobre alguns sítios com vestígios romanos, com destaque para os que se localizam em quintas da região, como uma forma de enriquecer, aos olhos de quem a percorre, a leitura histórica desta paisagem.

Apresenta-se um primeiro conjunto de locais com vestígios romanos que foram ou estão a ser escavados e que são visitáveis. Um segundo, constitui um percurso pelo Vale da Vilarça. É uma breve leitura da paisagem arqueológica, das quintas e dos seus vestígios romanos ainda não explorados.

1. Locais com estruturas visíveis

Templo romano da Torre de Almofala

Conhecida como Casarão da Torre ou Torre dos Frades, ergue-se no alto de uma colina aplanada, na freguesia de Almofala, concelho

de Figueira de Castelo Rodrigo, encontrando-se classificada como Monumento Nacional desde 1977. As mais antigas referências conhecidas designam-na como *Turrís Aquilaris*, e encontram-se em diplomas do século XII do mosteiro de Santa Maria de Aguiar, ao qual pertencia. A povoação que aí se desenvolveu contava 21 fogos em 1527 e terá sido abandonada, como a Torre, na sequência das destruições da Guerra da Restauração.

Desde 1989 que decorre um projecto de estudo e recuperação do imóvel por parte do IPPAR, incluindo intervenção arqueológica a cargo de Helena Frade (FRADE 1990). A torre é de facto uma adaptação da base ou *podium* de um antigo templo romano de planta clássica com *cella* rectangular e vestíbulo colunado onde seria cultuado um deus do panteão latino, por enquanto desconhecido.

A estrutura conservada, de planta rectangular, com cerca de 16 m de comprimento por 8 de largura, é constituída por um podium de grandes silhares com uma altura superior a 2 m e uma cornija moldurada, elevando-se ainda a cerca de 8 m de altura a parede romana do lado poente, de aparelho de xisto e cunhais de granito. A parede do lado oposto é um acrescento mais recente, provavelmente do século XVI-XVII, construída no local onde havia a escadaria de pedra, de acesso ao templo, conforme os alicerces agora postos a descoberto.

Aguardamos pelas conclusões finais do estudo que ainda decorre, mas desde já nos poderemos interrogar sobre o estatuto do povoado em que este templo se insere, possivelmente num *forum* de uma povoação importante, *vicus* ou *civitas*?

Quinta de Santa Maria de Ervamoira

Localizada na freguesia de Muxagata do concelho de Vila Nova de Foz Côa, a Quinta de Santa Maria, rebaptizada de "Ervamoira", constitui hoje uma das mais modernas explorações vitícolas do Douro. Desde 1975, a firma Adriano Ramos-Pinto, Vinhos SA, proprietária da Quinta, converteu as velhas searas em vinhas. Neste processo foi em 1984 identificado um sarcófago medieval que esteve na origem de um projecto de investigação arqueológica desde então conduzido por Gonçalves Guimarães e Graça Peixoto. A área arqueológica localiza-se afastada da Casa da Quinta numa área de xistos, na vertente leste de um outeiro virado para o Rio Côa que aqui descreve um meandro. Dominando uma fértil veiga na margem do rio, o sítio possui um elevado valor estratégico junto ao atravessamento a vau do Côa, na ligação entre Chãs e Castelo Melhor.

As escavações têm vindo a permitir identificar as modalidades da ocupação do sítio, desde o período tardo-romano, alti-medieval e medieval. As construções romanas, interpretadas como uma possível *mutacio*, de apoio à via que neste local atravessava o Côa, terão visto suceder-se já em tempos medievais um



Fig. 9 – Quinta do Monte Meão, Pinhel.
(Fot. do autor)

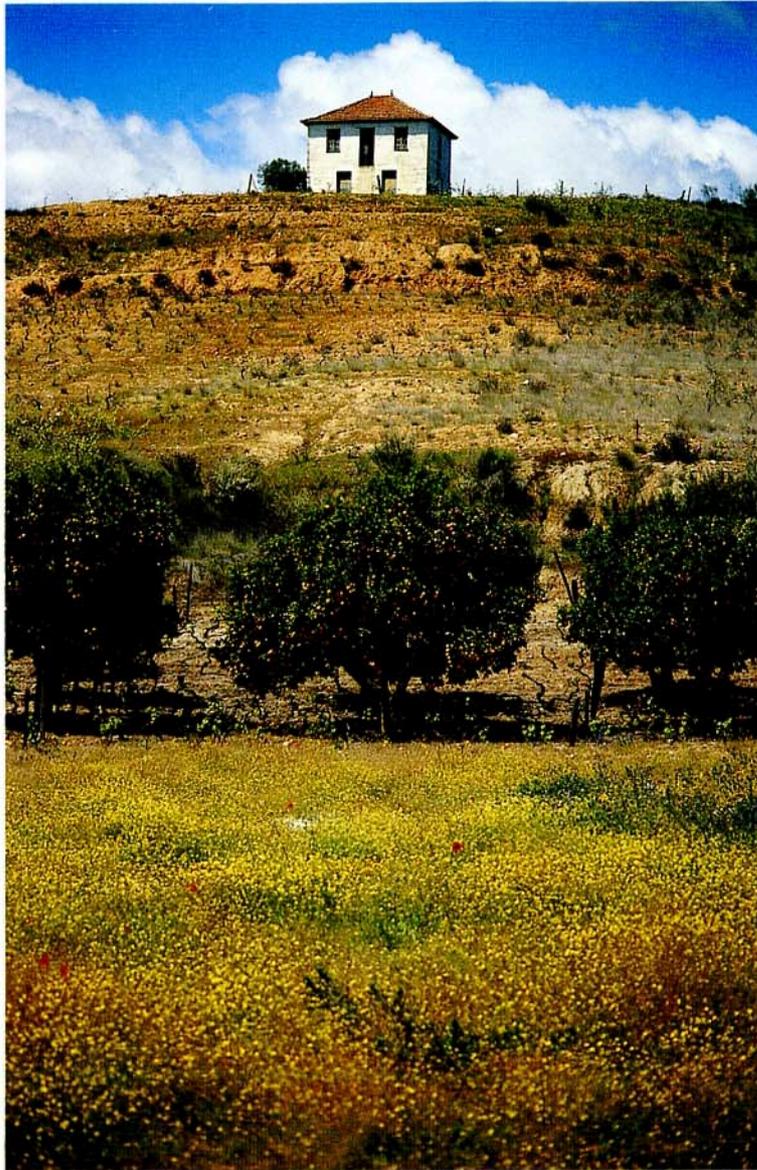


Fig. 10 – Laranjal no Vale da Vilariça. (Fot. do autor)

templo cristão a que estariam associados o sarcófago e sepulturas escavadas na rocha, e contextos habitacionais do século XIII associados a uma ferraria medieval (GUIMARÃES 1995). Para além da musealização das ruínas, o espólio tardo-romano e medieval descoberto - cerâmicas comuns e de luxo, moedas e outros objectos metálicos - encontram-se agora expostos num Museu de Sítio em que se converteu a "Casa Velha" da Quinta, integrados numa mostra do Património Natural e Cultural da região e da própria Quinta.

Aldeia Nova / Olival dos Telhões

Caracterizado como uma vasta área de dispersão de vestígios à superfície do solo, fica este local situado no sopé do Monte Castelo, ou Castelo Calabre (freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa), sítio tradicionalmente apontado como a sede do bispado visigótico de *Caliabriga*. Com o objectivo de esclarecer essa hipotética relação está actualmente em curso um projecto de investigação da responsabilidade de Susana Cosme que inclui escavações arqueológicas (ver cap. 6, p. 209). As campanhas realizadas em 1996 e 1997 permitiram a descoberta de várias estruturas construtivas, de aparelho de xisto e cunhais de silhares graníticos, e um pavimento de *opus signinum*, apontando o espólio associado para uma cronologia tardo-romana, do século IV, prolongando-se numa ocupação alti-medieval.

A área arqueológica de Freixo de Numão

Em torno de Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa, localiza-se um conjunto de importantes sítios romanos que têm vindo a ser prospectados e escavados por Sá Coixão (COIXÃO 1996) e que agrupamos aqui num circuito de visita comum (COIXÃO 1997) que deve passar pelo Museu da Casa Grande, em Freixo de Numão, onde se depositam os espólios destas estações. O próprio espaço do Museu é um sítio arqueológico musealizado

devido à descoberta de importantes estruturas romanas com colunata, onde se incluem um celeiro e uma área de serviços com forja, ferragem, moagem e tecelagem (COIXÃO 1997: 37).

Sítio do Prazo

Conjunto notável, mas complexo, de construções evidenciando várias fases de ocupação, desde o século I à Baixa Idade Média. Do primeiro momento (sécs. I-II) os edifícios incluem uma provável zona termal, tendo sido recolhidas muitas cerâmicas da época, moedas e uma ara votiva dedicada a Júpiter. A ocupação dos séculos III-V encontra-se documentada em acrescentos e remodelações dos espaços, alguns com pavimentos de *opus signinum*, e no achado de um significativo conjunto de moedas. A construção de um templo cristão e os enterramentos em sepulturas estruturadas com lajes ou em sarcófagos antropomórficos marcam a fase final que desde a alta Idade Média se prolonga até aos séculos XIV-XV (COIXÃO 1997).

Rumansil

Com ocupação do séc. III, foram identificados dois edifícios ligados por um alpendre, incluindo zonas diferenciadas de cozinha, celeiros e moagem, oficina de metalurgia, lagar e armazém de vinho e dois fornos de produção de cerâmica.

É colocada a hipótese de se tratar da *pars rustica* de uma *villa* cuja casa do proprietário se deve localizar a escassas centenas de metros, no local designado de Rumansil II, ainda não escavado (COIXÃO 1997).

Zimbro

Estrutura complexa, alongada, com vários compartimentos que poderão corresponder também à *pars rustica* de uma *villa* cuja *pars urbana* estaria situada nas proximidades.

Além dos espaços correspondentes à cozinha, forja e moagem, foi identificada uma zona de tanques em *opus signinum* de difícil interpretação funcional, colocando-se a hipótese de estarem relacionados com a produção de algum preparado de peixe, tão ao gosto romano, visto terem sido recolhidas conchas de ameijoas do rio no seu interior (COIXÃO 1997). O local terá sido ocupado entre os séculos I/II até ao VI.



Fig. 11 – Templo romano da Torre de Almofala.
Figueira de Castelo Rodrigo.

2. Um percurso pelo Vale da Vilarça: as Quintas e o povoamento romano

Quinta da Vila Maior

O Vale da Vilarça, com os seus solos de elevado valor agrícola, constitui um pólo de concentração de habitats de época romana, dispersos pelo vale, mas evitando as zonas de cheia³, como as quintas actuais, algumas delas assentes em estruturas dessa época. Ladeando o vale, nas encostas que dão para os planaltos da Adeganha e da Lousa, vários povoados fortificados da Idade do Ferro, alguns dos quais também conheceram ocupação romana e medieval.

Percorrendo o Vale, de Sul Para Norte, destaca-se em primeiro lugar a Quinta da Vila Maior, situada na margem direita, junto à Ribeira dos Cavalos. Daqui se conhecem importantes vestígios romanos, entre elementos de colunas, silhares almofadados reutilizados na eira, duas epígrafes funerárias e uma vasta extensão de dispersão de cerâmicas romanas - comuns, *sigillatas*, *dolia*, *tegulae*, *imbrex* - e medievais, tal como vários núcleos de sepulturas escavadas na rocha. A área central da estação arqueológica coincide com a dos edifícios da quinta, alargando-se para Sul ao longo de uma plataforma artificial que devia nivelar as construções, alteando-as e colocando-as ao abrigo das cheias (PARM 1991).

O local fica ainda sobranceiro e relativamente próximo do que seria um eixo viário romano que percorria longitudinalmente o vale. Poderíamos estar em presença de uma *villa*, mas uma epígrafe recentemente descoberta permite antes classificar o sítio como um *vicus*.

Um pouco mais a Norte, na outra margem da Ribeira da Vilarça a capela da Senhora da Conceição/Roncal, situada entre as Quintas



Fig. 12 – Quinta da Vila Maior, Vale da Vilarça. A área arqueológica romana envolve as casas e o olival junto a elas. (Fot. do autor)

da Portela e da Silveira, alberga, reutilizadas nos seus paramentos, várias estelas funerárias romanas para aí deslocadas de alguma necrópole dos povoados desta zona do vale.

Percorrendo a E.N. em direcção a Vila Flor deparamos à direita com o conjunto dos edifícios de outra Quinta.

Quinta da Terrincha

Nos terrenos desta quinta, que se encontra referenciada como tal desde pelo menos o século XV, inscrevem-se alguns dos mais importantes elementos romanos do vale. Do Olival dos Pardieiros provêm duas lápides funerárias romanas (SANTOS JÚNIOR 1978). De um outro olival - Olival das Fragas - situado no sopé do povoado fortificado da Senhora do Castelo (Adeganha) detecta-se uma extensa área de dispersão de vestígios entre grossos paredões de pedra miúda. Recolheram-se fragmentos de *tegulae*, *dolia*, pesos

de tear, cerâmica comum romana, *terra sigillata* e cerâmica de características medievais. Além da ocupação entre os séculos I e V d.C., os fragmentos de sarcófagos antropomórficos confirmam a presença medieval neste espaço.

Uma paisagem com história

Se bem que desde há muito tempo se conheça a riqueza patrimonial e histórica da região, só agora, com a descoberta das gravuras rupestres do Côa, o seu estudo parece finalmente ganhar um novo impulso, gerando o interesse mais sistemático dos investigadores e a atenção do público em geral. Desde a ocupação Pré-Histórica do vale, nas suas múltiplas manifestações - habitats, povoados e arte, - passando pelos povoados fortificados da Idade do Ferro, a diversidade do povoamento e a estrutura do habitat de época romana e alti-medieval, os castelos da Reconquista, as aldeias e as vilas que desde a Baixa Idade Média estruturam o povoamento e a ocupação do espaço, há todo um vasto património que esta paisagem encerra e traduz.

Estamos de facto perante uma paisagem "histórica", construída e transformada ao longo de milénios, que conserva, esconde mas também revela, as marcas de sucessivas gerações. É e deve ser uma paisagem património. Singulariza-se também porque a presença e a leitura das anteriores paisagens históricas sobressaem aqui com mais evidência e força, fruto das actuais formas de ocupação do espaço - com povoamento predominantemente aglomerado e amplos espaços "vazios" que a sangria humana e a desertificação vieram ainda acentuar.

Façamos votos para que estas mais-valias mobilizem recursos, interesses e investimentos que contribuam para alicerçar o futuro desenvolvimento da região.

Entretanto resta-nos partir à descoberta desta paisagem diversificada e senti-la perdendo-nos nos seus múltiplos percursos.

Ricardo Teixeira

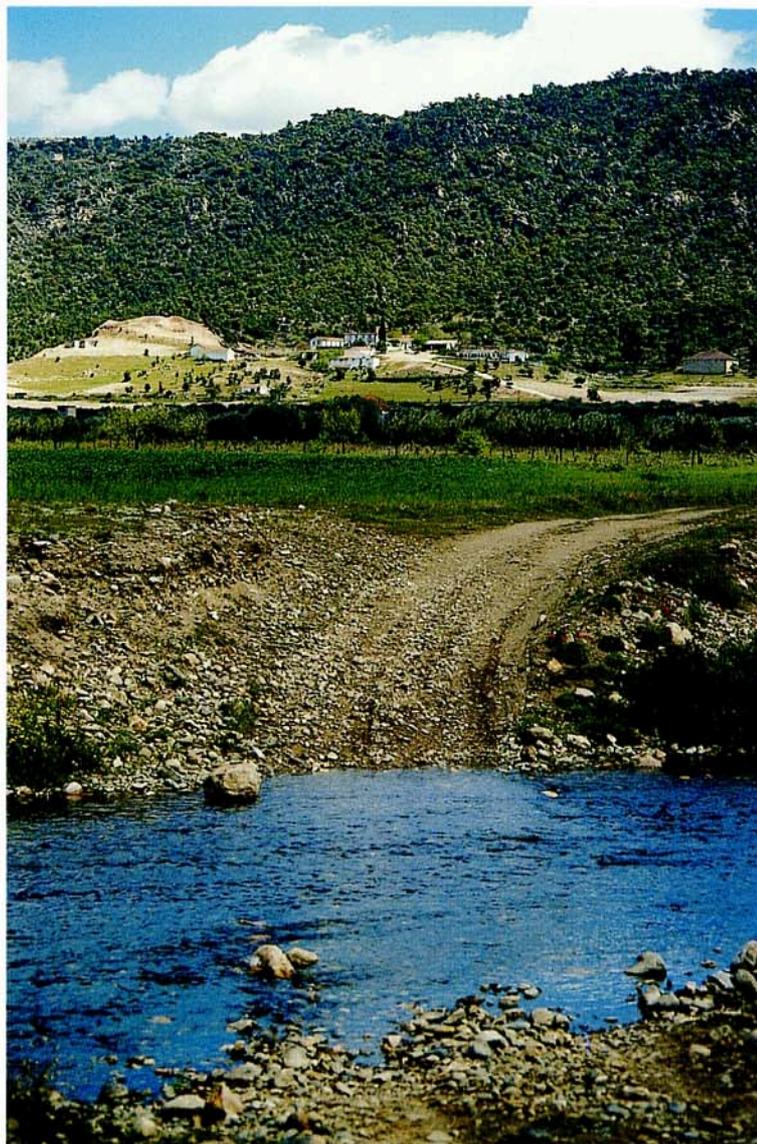


Fig. 13 – Próximo da Ribeira da Vilariça, mas no rebordo da encosta, os edifícios da Quinta da Terrincha. (Fot. do autor)

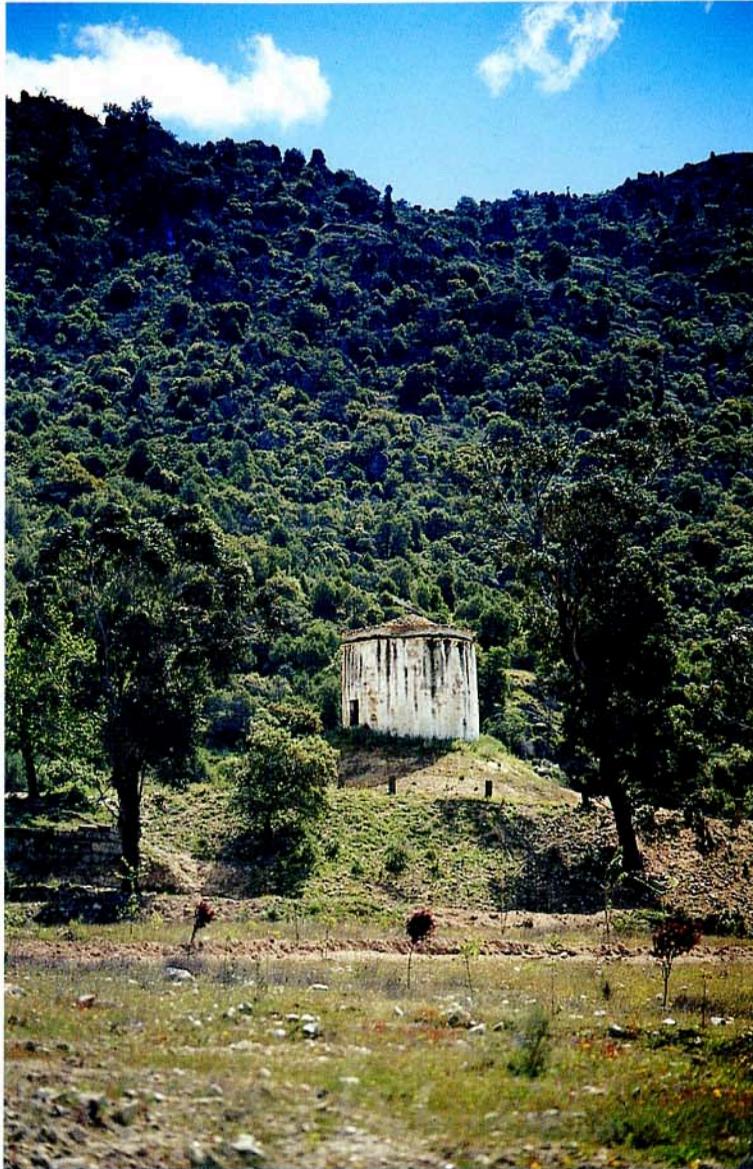


Fig. 14 – Pombal da Quinta da Terrincha. De localização estudada e proeminente, os pombais pontuam a paisagem da região, muitas vezes em associação directa com as Quintas. (Fot. do autor)

Bibliografia

- AAVV 1990 – *Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires*. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988). Collection de la Maison des Pays Ibériques, n° 42. Paris, Éditions du CNRS, 1990.
- ALARCÃO 1988 – ALARCÃO, Jorge de - *Roman Portugal*. 4 vols., Aris & Phillips LTD, Warminster, England, 1988.
- ALARCÃO 1997 – ALARCÃO, Adília (dir.) - *Portugal Romano: A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1997.
- ALARCÃO 1990 – ALARCÃO, Jorge - *Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios*. in "Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires". Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988), Collection de la Maison des Pays Ibériques, n° 42. Paris, Éditions du CNRS, 1990, p.21-34.
- COIXÃO 1996 – COIXÃO, A. do Nascimento Sá - *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal, 1996.
- COIXÃO 1997 – COIXÃO, A. do Nascimento Sá - *Um projecto. A investigação, a musealização e um circuito: Freixo de Numão 1980-1996*. Freixo de Numão, A.C.D.R., 1997.
- FERREIRA 1969 – FERREIRA, J. A. Pinto - *A propriedade no antigo concelho de Freixo de Numão*. Lisboa, 1969.
- FRADE 1990 – FRADE, Helena - *Novos elementos sobre o templo romano de Almofala*. "Conimbriga", 29, 1990, p.91-101.
- GORGES 1990 – GORGES, Jean-Gérard - *Villes et Villas de Lusitanie (Interactions, échanges, autonomies)* in "Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires", Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988), Collection de la Maison des Pays Ibériques, n° 42. Paris, Éditions du CNRS, 1990, p.91-113.
- GUIMARÃES 1995 – GUIMARÃES, Gonçalves - *Arqueologia do Vale do Côa - A estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira*. Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular in "Trabalhos de Antropologia e Etnologia", Vol 35 (4), Porto, 1995, p.569-574.
- JALHAY 1950 – JALHAY, E. - *Inscrições romanas do Museu da Guarda*. "Brotéria", 50, 1950, p. 567-570.
- LEMOS 1993 – LEMOS, Francisco de Sande - *Povoamento Romano de Trás-Os-Montes Oriental*. (Tese de Doutoramento policopiada, Braga: Universidade do Minho, 1993).
- MAIA 1977 – MAIA, Manuel - *Vilas romanas do território interamiense*. "Arqueólogo Português", Lisboa, 3ª série, 7-9, 1974-1977, p. 209-213.

- MAIA 1977a – MAIA, Manuel - *Vias romanas no território interamniense*. "Arqueólogo Português", Lisboa, 3ª série, 7-9, 1974-1977, p. 215-226.
- PARM 1983-86 – ALMEIDA, Jorge; AMARAL, Paulo; GOMES, Paulo Dordio; HENRIQUES, Joaquim; LEAL, António; LIMA, Alexandra; REBANDA, Nelson; RODRIGUES, Miguel; TEIXEIRA, Ricardo - *Carta Arqueológica do concelho de Moncorvo*. Moncorvo: Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo, 1983-86 (trabalhos dactilografados)
- PARM 1984 – GOMES, Paulo Dordio; REBANDA, Nelson; RODRIGUES, Miguel - *Quintas e Quinteiros da região de Moncorvo*. Moncorvo: Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo, 1984 (trabalho dactilografado).
- PARM 1991 – LIMA, Alexandra; GOMES, Paulo Dordio; ; TEIXEIRA, Ricardo - *Trabalhos Arqueológicos na Quinta da Vila Maior*. Moncorvo: Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo, 1991 (trabalho dactilografado)
- REBANDA 1981 – REBANDA, Nelson H. C. - *Subsídios para a Carta Arqueológica de Torre de Moncorvo*. Moncorvo, 1981 (trabalho dactilografado).
- RIBEIRO 1991 – RIBEIRO, Orlando - *Opúsculos Geográficos - O mundo rural*, vol. IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- VASCONCELLOS 1896 – VASCONCELLOS, José Leite de - *Inscrição romana de Moncorvo*. "O Archeologo Português", vol. II, 1896, pp. 134-135 e 168-172.
- SANTOS JÚNIOR 1978 – SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos - *Estação arqueológica do Olival das Fragas, Quinta da Terrincha, Vilarica, Moncorvo*. "Trabalhos de Antrologia e Etnologia" vol. XXIII, nº 2-3, 1978, pp. 235-251.
- TRANOY 1990 – TRANOY, Alain - *L'organisation urbaine dans le Conventus Scallabitanus*. in "Les Villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires", Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8-9 décembre 1988), Collection de la Maison des Pays Ibériques, nº 42, Paris, Éditions du CNRS, 1990, p.11-20

Notas

- ¹ O mapa teve por base o apresentado por Jorge Alarcão (ALARCÃO 1988) enriquecido com informações dos estudos de Sá Coixão (COIXÃO 1986) Sande Lemos (LEMOS 1993) e Projecto Arqueológico de Região de Moncorvo (PARM 1983-86).
- ² No Museu do Ferro e da Região de Moncorvo, em Torre de Moncorvo, expõem-se materiais de sítios romanos ligados à exploração do ferro, como o de Vale de Ferreiros.
- ³ A proverbial fertilidade dos campos do Vale da Vilarica advém-lhe das cheias que periodicamente depositavam novos sedimentos aluviais, fenómeno designado de *rebofas*.



Capítulo III

Construção e espaço sagrado: um percurso pela arquitectura religiosa

Laura Castro
Ana Margarida Carvalheira

PATRIMÓNIO RELIGIOSO EDIFICADO E ARTE SACRA – REGISTO DE OCORRÊNCIAS DISCRETAS

De tempos a tempos traça-se na geografia do país, uma outra geografia, cultural e patrimonial, que deriva das exigências ligadas a novos estádios da investigação histórica sobre determinadas regiões. É o que acontece actualmente com este vale do Côa, a partir do impulso que representaram a descoberta de grandes núcleos de arte rupestre e as recém criadas estruturas de pesquisa, divulgação e conservação destes núcleos. Esta nova geografia obriga-nos a encarar a região sob um ponto de vista diferente, em que impera uma outra coerência, para a qual contribuem os itinerários de visita e estudo a traçar, numa região abordada, até ao presente, de forma muito dispersa e parcelar.

Os concelhos abrangidos, situados em Trás-os-Montes e na Beira Alta, consolidaram-se quer populacionalmente, quer em termos dos seus limites geográficos, tardiamente. Sempre foi uma zona pouco homogénea, na população e no desenvolvimento, conhecendo grandes assimetrias. As principais vilas são vilas de fronteira: Pinhel, Almeida, Sabugal e Trancoso e este facto não é alheio a alguns traços do seu património construído. A localização em zona fronteiriça implicou certamente influências e diálogos com as correntes castelhana e leonesa, que alguns autores apenas insinuam e indicam pontualmente. Atravessam-na caminhos de peregrinação que também deixaram marcas visíveis na decoração de alguns edifícios. As principais vias percorriam Castelo Rodrigo – Pinhel – Trancoso – Moreira de Rei – Sernancelhe – Tarouca - Lamego; ou Alfaiates – Sabugal – Belmonte – Guarda – Linhares – Mangualde – Viseu – Castro Daire; podendo ainda registar-se a passagem por Castelo Rodrigo – Foz Côa – Moncorvo ou Freixo de Espada à Cinta.

São às dezenas as igrejas de vilas, aldeias e lugares. A esmagadora maioria apresenta um aspecto muito simples, com fachadas em pedra nua ou caiadas e praticamente desprovidas de decoração, excepção feita para a moldura de um vão ou para a marcação da entrada num tratamento mais cuidado. No entanto, e como sempre faz a história da arte, é preciso recortar pedaços de território e verificar modos de construir, cuja regra é imposta por uma comunicação mais eficaz com modelos exteriores à região. Pontualmente, far-se-á uma chamada de atenção para casos que se enquadram naquele vasto panorama de obras anónimas, que sempre se secundarizam, quando soluções especialmente expressivas o justificarem. A historiografia dá pouco relevo a esta arquitectura provinciana que, com poucas excepções, não tem estimulado muito a investigação. Permanecem nos autores dúvidas quanto à datação das edificações



Fig. 1 – Igreja Paroquial de Sortelha



Fig. 2 – Igreja da Misericórdia de Alfaiates



Fig. 3 – Igreja Matriz de Escarigo

ou à atribuição de certas peças que decoram os seus interiores. Predomina o sentimento de transição em relação a numerosas igrejas que mantêm severidade românica mas insinuam já um arco típico de época posterior ou uma cobertura gótica. Edifícios de charneira, resistindo à inovação e deixando-se penetrar por novos modelos apenas muito lentamente, esta arquitectura é pouco permeável a datações imediatas e espontâneas.

Não é decididamente o território das grandes realizações que movimentaram poderosos estaleiros, das grandes comunidades monásticas, das grandes encomendas. Prolifera uma construção de cariz popular a insinuar os baixos recursos e a ausência de modelos de grande actualidade. Prolifera ainda uma construção muito tardia, às vezes mesmo epigonal, a provar a resistência à introdução de novas linguagens. O formulário rudimentar e a presença de uma tradição que ultrapassa limites que consideraríamos razoáveis (?), tornam-se numa das imagens mais fortes da arquitectura religiosa desta região. Por isso, é espantoso encontrar nesta área modelos de igrejas que revelam um tratamento muito cuidado e muito acabado. E eles existem. Terras duras e agrestes, pouco votadas à exposição dos seus principais valores, o facto de estarem arredadas de fortes circuitos culturais, foi propício a uma timidez que é a de não ser Espanha nem litoral português.

A história ocorre aqui em sinais discretos, sem a exuberância de conjuntos monumentais esmagadores, mas felizmente o significado civilizacional não é directamente proporcional ao aparato. Junto aos templos, ou semeados pelo caminho que leva até eles, percorrem-se os passos da via sacra, distinguem-se cruzeiros e apendres, elementos associados à vivência religiosa que, com as igrejas, constituem ainda hoje os equipamentos culturais dominantes. A presença do castelo e do pelourinho indicia uma importância na vida nacional e regional que, entretanto, se foi dissipando.

As contingências de visita a estas edificações, fora do horário das celebrações litúrgicas, impõem ainda o ritual da chave que requer uma demanda a casa próxima, uma conversa com os guardadores do templo ou a descoberta, inesperada mas reconfortante, da chave na porta ou da abertura da igreja para trabalhos de limpeza e prepa-

ração da missa. Outras contingências derivam da ausência de sinalização e identificação da esmagadora maioria dos edifícios. A informação é parca e há que aproveitar todas as oportunidades que surgem; contar, mais uma vez, com a presença das beatas que discorrem sobre as principais romarias, sobre as procissões e as deslocações dos santos de uma igreja para outra, em estágios festivos, muito concorridos, sobre cada uma das imagens dos retábulos e respectivos atributos, com uma ou outra referência – nem sempre fiável – à antiguidade da igreja e à última campanha de obras. É nestas informações que as igrejas cruzam a sua história com a das ermidas, dos cruzeiros, dos passos da paixão, que completam o quadro religioso da região. O facto de as igrejas estarem fechadas, num meio em que o património edificado anda muito em torno de igrejas e de castelos, não é convidativo. Casos como o de Freixo de Numão, com todas as igrejas e capelas bem sinalizadas, são ainda raros, e não são as indicações dos guias que fornecem elementos para a sua correcta localização, nomeadamente para os visitantes menos familiarizados com o vocabulário artístico e as especificidades epocais. Bastaria seguir o exemplo citado e identificar a igreja, indicar a sua data, ainda que aproximativa, o patrono e, eventualmente a festividade principal, já que são as romarias que sustentam a presença do edifício e contribuem para a sua perpetuação.

Escrita de circunstância e de impressões, o texto resultante dará, primeiramente, um panorama dos domínios mais expressivos do património religioso, fornecendo pistas de aproximação e, seguidamente, percorrerá um itinerário que passa pelo concelho mais a sul – Sabugal – seguindo para norte pela linha da fronteira, através dos concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta e Moncorvo, iniciando então o regresso ao sul a partir de Foz Côa, Meda, Trancoso e Pinhel.

As edificações que espelham a Idade Média revelam um românico de traça simples e pouco ousada, de pequenas dimensões, ou um gótico em que são mais notórias as sobrevivências românicas do que as inovações estruturais ou espaciais do estilo. Neste conjunto, mesmo assim tardio, em que predominam exemplares dos séculos XIII e XIV, assinala-se o culto mariano e as pequenas igrejas junto das fortificações, quer no seu interior, quer nas suas imediações, repetidamente chamadas de Santa Maria do Castelo. O barroco introduziu, em algumas, os retábulos e a pintura que, longe de serem fatais para a sua «autenticidade», como se pretendeu fazer crer, prolongaram as suas oportunidades de sobrevivência impondo-se numa coerência muito especial. Vilar Maior (Sabugal), Pinhel, Trancoso, Adeganha (Torre de Moncorvo) e Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo) dão bons exemplos deste primeiro grupo.

A época tardo-medieval, bastante avançada e que entra pelo século XVI, constitui terreno menos fértil

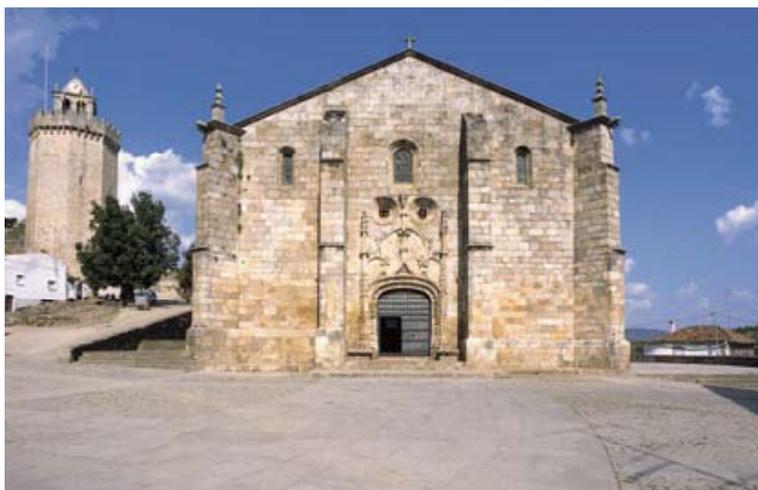


Fig. 4 – Igreja Matriz de Figueira de Castelo Rodrigo



Fig. 5 – Igreja Matriz de Escalhão

Fig. 6 – Igreja Matriz de Freixo de Espada à Cinta



de exploração nesta região. Exemplos manuelinos e proto-renascentistas podem, ainda assim, presenciar-se em Pinhel, Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Côa, Almendra e Torre de Moncorvo. Encontram-se neste grupo as igrejas mais referidas pela historiografia da arte portuguesa que dá especial relevo aos casos da matriz de Freixo e da matriz de Moncorvo. Do período manuelino, ou ainda de momentos mais avançados do século XVI, datam certas igrejas apresentadas frequentemente como românicas ou góticas: casos de Escarigo (Figueira de Castelo Rodrigo) e Vilar Formoso (Almeida).

As edificações da época moderna, datadas dos séculos XVII e XVIII, algumas sobre edifícios de fundação anterior que deixaram marcas da sua origem, são as que se encontram em maior número e aquelas onde é patente uma manifesta simplicidade de configuração, sobretudo ao nível do exterior.

As artes decorativas associadas a todo este panorama arquitectónico situam-se nos domínios da talha dourada e da pintura. Dos retábulos sobressai sistematicamente o da capela-mor, explorando o carácter primordial deste local para o corpo da igreja e para a celebração da liturgia, enfatizando um eixo longitudinal que vem da marcação do pórtico principal até à cabeceira da igreja. A talha enquadra ainda, em molduras mais ou menos espessas e salientes, os quadros pintados em que se organizam os tectos de caixotões, por vezes as únicas notas de colorido dos edifícios. A pintura surge ainda associada aos retábulos e aqui será de realçar o conjunto de Freixo de Espada à Cinta. O azulejo faz aparições bastante fugazes e não reveste grandes superfícies como acontece em certos edifícios do barroco português. Mas uma das manifestações

decorativas mais interessantes é a dos motivos mudéjares, visíveis, nomeadamente, na decoração dos tectos. Se é certo que manifestações deste teor existem desde a Idade Média, é um facto que os finais do século XV e todo o século XVI apresentam um crescimento do número de experiências realizado.

O concelho do Sabugal é o concelho mais a sul neste itinerário pelo vale do Côa. É do castelo que se obtém a melhor imagem para entender a implantação desta vila atravessada pelo rio. Mas não é junto à fortificação que se encontram as igrejas que interessa referir. Numa encruzilhada de vias, formando uma ilha envolvida pelas mais díspares construções, situa-se a Igreja da Misericórdia. É um edifício de raiz românica mas já do período gótico (séculos XIII / XIV), com

um pórtico de três arquivoltas simples, que conserva na fachada pedras com inscrições, classificadas, alusivas a medidas padrão – o côvado, medida de comprimento. A representação da medida está enquadrada por elementos geométricos e representações da Cruz de Malta, símbolo da Ordem a que pertencia o templo. É de traça muito austera, com um friso de modilhões na fachada lateral. Se as construções envolventes ostentam uma diversidade de materiais e formas muito recentes que não chegam a perturbar a sua leitura, o mesmo não pode dizer-se da Igreja de S. João, edifício de uma só nave, com o padroeiro num vitral do nicho da fachada principal. É absolutamente inacreditável observar que um prédio de habitação, de fraquíssima qualidade, se ergue a um escasso metro e meio da igreja, ocultando-lhe parte da fachada e retirando qualquer hipótese de dele obter uma visão completa. É necessário seguir a estreitíssima via entre a igreja e a dita construção para se avançar até à torre sineira, colocada lateralmente. Fora dos limites da vila, é nas aldeias de Sortelha, Alfaiates e Vilar Maior que vão encontrar-se outros edifícios com motivos de interesse.

Entre as fragas e os penedos da Sortelha, confunde-se o casario com a paisagem, tal é a harmonia da matéria e da cor. A Igreja Paroquial (fig. 1), de invocação a N.ª S.ª das Neves, não escapa a esta diluição e só a construção de uma plataforma para vencer o desnível do terreno, com escadaria e um adro, a destaca das edificações em volta, distanciando-a. Possui aquele recorte característico de muitas das igrejas desta zona do país, e não só, em que o branco se sobrepõe às uniões das pedras da construção. A igreja é do século XVI e apresenta um tecto mudéjar, num trabalho de madeira de que há inúmeros exemplares nesta região. A Igreja da Misericórdia de fundação possivelmente românica, situa-se fora do recinto amuralhado, encontrando-se hoje arruinada. Quer a primeira, quer a segunda, exactamente pela situação respectivamente central e excêntrica que ocupam, podem ajudar a entender a organização destes espaços em que, num caso como noutro, a igreja é um foco de centralidade da povoação.

Em direcção à fronteira vai encontrar-se Alfaiates com idêntica dualidade de construções: a igreja da Misericórdia e a paroquial. A Igreja da Misericórdia (fig. 2) é bastante arcaizante e tardia, com corpo baixo, cobertura em madeira e fraca iluminação. Se pela datação corresponderia ao gótico, a traça manifesta fortes resistências românicas. No seu interior encontra-se uma interessante peça de escultura medieval, do século XIII – uma pia baptismal com motivos geométricos. A Igreja Paroquial é dedicada ao orago Santiago da Pedra, data do século XVII e forma com o adro e a escadaria que o

Fig. 7 – Igreja Matriz de Torre de Moncorvo



liga a uma das vias circundantes, um conjunto extremamente interessante, dotando-a de ampla visibilidade. A fachada principal ostenta uma composição central com a porta ladeada por pilastras decoradas com finos relevos. Um janelão rectangular sobrepõe-se e é enquadrado por animais fantásticos que se enrolam como volutas, misto de sereias e leões. Nesta igreja as uniões entre os blocos de pedra também foram cheias com cimento e pintadas de branco, num acto decorativo pouco discreto mas que corresponde a um gosto popular de embelezamento e animação da superfície, embora descaracterize o aspecto geral da construção.

Vilar Maior faz parte de uma linha de povoados de fronteira que possui também o castelo que a habilitou a desempenhar um papel primordial nas questões conflituosas que entre Portugal e Espanha ao longo do tempo aconteceram, desde as mais remotas, ligadas à definição da fronteira, às mais recentes, associadas à entrada dos franceses, passando pelos episódios da ocupação e da restauração de 1640. A



Fig. 8 – Igreja da Adeganha

Igreja Matriz está rodeada de numerosas sepulturas que ocupam o pequeno adro. O pórtico é muito simples, ladeado por pilastras com motivos em baixo relevo. De invocação a S. Pedro, revela, no retábulo do altar-mor (ido do Convento de S. Francisco da Guarda) a colaboração e a circulação de peças entre os vários núcleos religiosos, o que dificulta a leitura imediata de certos espaços. Recebeu também a imagem de N.ª S.ª do Castelo que estava na Igreja de Santa Maria, bem como a pia baptismal, peça robusta com decoração visigótica. A igreja fica numa confluência de ruas, próximo da antiga judiaria, e contribui para o carácter homogéneo e integrado das construções mais antigas e das mais recentes, que nesta aldeia se observa. A Igreja de Santa Maria do Castelo, arruinada na consequência de um incêndio no início da década de 20, situa-se em frente ao cemitério e a dois passos do castelo, na zona alta da aldeia. Resta apenas o

arco triunfal e a capela-mor, já sem cobertura. Teria sido erguida no século XIII, possivelmente sobre um templo anterior. O cemitério liga-se à história desta igreja por lhe ter retirado a pedra para a construção dos seus próprios muros.

Continuando o trajecto que se desenha desde o Sabugal, continua-se para norte onde este concelho confronta com o de Almeida. Na sede do concelho, apercebem-se as vicissitudes por que passou a povoação, através da história dos seus locais de culto. Assim, e a título de exemplo, a Igreja Matriz ocupa a Capela do Convento de Nossa Senhora do Loreto, na área intra-muros, desde um acidente ligado às invasões francesas que destruiu a anterior matriz. A Igreja da Misericórdia, que ostenta um pórtico clássico, do século XVI, de características muito sóbrias, beneficiou de uma campanha de angariação de donativos para ver concluída a sua edificação.

Já a norte de Almeida será em Vilar Formoso e em Castelo Mendo, respectivamente na Igreja Paroquial

e na Igreja da Misericórdia, esta já do século XVII, que vão encontrar-se mais dois exemplares do trabalho de carpintaria mudéjar, no tecto da capela-mor destes dois edifícios, bem como na nave do último. Na ausência de pintura mural de relevo, nas igrejas medievais, é este tipo de cobertura, datável da transição do século XV para o século XVI, que lhes confere uma nota de policromia extremamente impressiva. A igreja paroquial de Vilar Formoso, dos séculos XIII/XIV, teria sido edificada pelos Templários e o seu modelo é idêntico ao de outras igrejas muito próximas da fronteira, com uma só nave, a cobertura de madeira e os arcos diafragma, quebrados, abrindo completamente o espaço interior. Quanto à já referida Igreja da Misericórdia de Castelo Mendo ou de S. Vicente, data provavelmente dos séculos XVI/XVII. A Matriz, cujo orago é S. Pedro, situa-se junto ao pelourinho, intra-muros, e é bastante mais tardia, possivelmente dos séculos XVIII/XIX. Uma só nave e talha dourada de difícil inserção em correntes definidas, espelha uma das características mais vulgares desta arquitectura sem escola, híbrida e ecléctica. Ainda em Castelo Mendo existem as ruínas da Igreja de Santa Maria do Castelo, situada na cidadela, cuja fundação poderá remontar ao século XIII. No século XVI, e à imagem do que se passou noutras igrejas, aplicou-se na capela lateral, um tecto mudéjar. A traçar a possível origem românica, mantêm-se os vãos com arcos de volta perfeita, sendo o arco triunfal, quebrado.



Continuando em direcção ao norte, e sempre na fronteira, o concelho seguinte é o de Figueira de Castelo Rodrigo. Antes da vila, vai aparecer o povoado fortificado de Castelo Rodrigo, onde a minúscula Igreja Matriz, de Rocamadour, de fundação românica, se apresenta extremamente frustre, com um pequeno adro. A cachorrada contorna-a a toda a volta e o pelourinho espreita, próximo. Todos os ingredientes de um passado interveniente de que hoje são os únicos testemunhos. No interior, o recheio decorativo data dos séculos XVI e XVIII, caso do tecto de caixotões da capela-mor com pinturas alusivas à vida de santos. Também antes da vila, mas junto à fronteira, numa estrada muito secundária, Escarigo possui um dos templos mais pequenos da região. Integrava a rota de peregrinação a Santiago de Compostela. A Igreja Matriz (fig. 3) é já do período manuelino, com uma só nave e arcos diafragma no interior, quebrados, abrangendo transversalmente todo o espaço da igreja, correspondentes aos contrafortes implantados no exterior. O modelo é o que já se apreciou na matriz de Vilar Formoso e tem ainda correspondente na igreja matriz de Vilar Torpim, deste mesmo concelho. O principal motivo de curiosidade de Escarigo consiste no tecto de laçaria mudéjar, do século XVI, onde impera o azul e o vermelho.



Figs. 9 e 10 – Igreja da Adeganha



Figs. 11 e 12 – Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Côa



Finalmente, em Figueira de Castelo Rodrigo, a Igreja Matriz (fig. 4) está instalada numa pequena praça que sofreu obras recentes. Apresenta uma fachada equilibrada, com uma torre sineira lateral, imponente, base antiga de um ninho de cegonha, cujo pitoresco tem paralelo na figueira da Matriz de Torre de Moncorvo. O orago é S. Vicente. A fachada barroca apresenta uma composição unificada, com um pórtico ladeado por pilastras e rematado num frontão interrompido. Dois janelões rectangulares e um óculo, de pequenas dimensões, estabelecem uma linha triangular que encontra eco no remate final da fachada, de perfil ondulante e acolhedor. No seu interior sublinha-se o arco abatido sob o coro, que é de grande originalidade, com as suas aduelas em S. O inevitável retábulo em estilo nacional e o tecto de caixotões, com pinturas, na capela-mor, constituem o principal do seu recheio decorativo.

Ainda neste concelho, em Escalhão, a Igreja Matriz é dedicada a Nossa Senhora dos Anjos (fig. 5). É uma igreja de raiz tardo-medieval, situando-se a origem da actual construção à roda do século XVI, em cujo interior se apresentam valiosos retábulos em talha dourada e pinturas murais. Na capela-mor permanece o abobadamento gótico, de nervuras, mas o retábulo é em talha dourada, do século XVII. Apresenta ainda uma forte estrutura arquitectónica, com nichos para escultura e a divisão em andares, característica do período imediatamente anterior ao barroco, mas introduz já o remate típico do Estilo Nacional com os arcos de volta perfeita e as colunas torsas.

Avançando para norte, e ainda num itinerário de fronteira, encontra-se o concelho de Freixo de Espada à Cinta. A Igreja Matriz (fig. 6), situada no centro da vila, ocupa um lugar privilegiado, junto à Torre Heptagonal e à Misericórdia. É dedicada a S. Miguel e pertence à tipologia das igrejas salão, do final do gótico, algumas bastante tardias, já do século XVI. É uma igreja manuelina, de três naves de igual altura, de cinco tramos, e com uma cobertura em abóbada de nervuras a abranger as três naves, o que acentua largamente a fusão espacial pretendida e a leitura de um espaço unificado. Quase todos são unânimes em considerar o carácter erudito das suas soluções interiores. No entanto, se quanto à planta se trata de uma igreja de grande perfeição quando enquadrada naquela tipologia, dando

cabal expressão ao gótico espacial, já quanto à combinação de volumes, se observam ainda algumas resistências. Observem-se nomeadamente os contrafortes que ritmam as fachadas principal e laterais do templo, aparecendo também nos ângulos. O pórtico apresenta um arco abatido, sobre o qual se desenvolve uma composição trilobada rematada por dois pequenos e profundos óculos. Quer neste pórtico principal, quer nos dois laterais, é visível a decoração manuelina com os característicos motivos heráldicos que surgem igualmente nos fechos da abóbada. A colocação do retábulo da capela mor, de 1530, da oficina de Vasco Fernandes é, sem dúvida um dos momentos mais significativos da história da igreja. Com 16 painéis, representa, entre outras, as cenas da Natividade, da Apresentação no Templo, da Fuga para o Egipto e do Pentecostes Na capela-mor há ainda traços de pintura mural com frescos alusivos ao orago S. Miguel. Ainda na sede do concelho, a Igreja da Misericórdia data dos meados do século XVI e apresenta uma bela solução na abóbada de nervuras da capela-mor a traçar o manuelino, aproximando-se da existente na igreja matriz. A capela-mor, numa solução original, é mais larga do que a nave, única. Apresenta vestígios de frescos, com as cenas da Última Ceia e do Lava Pés e na abóbada, já referida, a decoração heráldica, corrente, com a esfera armilar e a cruz da Ordem de Cristo.

Iniciando agora uma incursão para o interior do território, atinge-se o concelho de Torre de Moncorvo. A sua Igreja Matriz (fig. 7) é a maior igreja de Trás-os-Montes, com um espaço vastíssimo, a tirar partido de um grande adro situado no centro da vila. Trata-se de uma construção renascentista, do século XVI, mas que mantém a composição espacial das igrejas do período manuelino, como é o caso da Matriz de Freixo de Espada à Cinta: três naves, de altura praticamente igual, cinco tramos e uma ampla abóbada que na capela-mor, de planta rectangular, é substituída pelo tecto de caixotões. A fachada revela uma imensa torre quadrangular rematada por uma balaustrada.

Essa torre forma um corpo avançado, no qual se inscreve a composição principal, tipo retábulo, que conjuga um pórtico renascentista, três nichos com escultura e, sobre estes, uma janela rematada em arco de volta perfeita e frontão triangular. Entre as imagens esculpidas encontram-se as de Santa Bárbara e de Santa Apolónia. No interior observa-se uma decoração rica, em que avultam os retábulos em talha do século XVIII, grupos escultóricos e frescos que representam, entre outras cenas sagradas, a Última Ceia e a Virgem Comungando, estes na capela-mor. Um dos retábulos mais valiosos representa, num tríptico gótico, a vida de Santa Ana e de S. Joaquim.

A talha retabular, em estilo nacional, aparece na Igreja da Misericórdia, de origem quinhentista. Do século XVI data o seu pórtico renascentista, numa fachada sóbria e austera, rematada por um frontão triangular onde se abriu o vão para o sino. Apresenta ainda o pormenor curioso de incluir nos medalhões que o ladeiam, a figura dos doadores, num gosto típico da época de personalizar as obras. O púlpito



Fig. 13 – Igreja Matriz de Almendra



Fig. 14 – Igrejas no recinto muralhado de Marialva



Fig. 15 – Capela de Santa Luzia (Trancoso)

esculpido em granito, do seu interior, renasce, constitui uma das peças mais originais da arte sacra desta zona. Próximo de Torre de Moncorvo, na aldeia de Adeganha, encontra-se uma igreja tardo-românica, o que nos dá a medida certa da presença de uma forte sobrevivência românica nas zonas de Trás-os-Montes e da Beira Alta (figs. 8, 9 e 10). Hesitando entre os finais do século XIII e o século XIV, apresenta um pórtico com arco quebrado de decoração geométrica, torre sineira, de dois arcos, no remate central da fachada. Apresenta um grande interesse pela sua decoração escultórica. A representação de motivos do quotidiano é visível na composição historiada da fachada, onde se relata um parto. Incluem-se ainda, no quadro dos temas do quotidiano, representações de pipas, numa clara alusão às colheitas vinícolas da região. A cachorrada apresenta ainda elementos animais, entre porcos, pássaros e touros. Na zona

de Adeganha existiu uma outra igreja, a igreja de São Mamede, de que se podem ainda hoje observar as ruínas no Baldoeiro, elevação sobranceira ao Vale da Vilariça.

Inicia-se agora o retorno ao sul desta região, começando pelo concelho de Vila Nova de Foz Côa. A presença da esfera armilar e da flor-de-lis surgem, quer no pelourinho (do século XVI), quer na Igreja Matriz (figs. 11 e 12), possivelmente de meados do mesmo século, com traçado manuelino, de invocação a Nossa senhora do Pranto, consagrada na imagem da Pietá. O pórtico apresenta a normal composição manuelina com arcos de recorte fino e elementos heráldicos, conservando da época gótica os pináculos que rematam os pilares laterais, muito finos, adossados. Finalmente, uma rosácea e um campanário original com três

vãos para os sinos. Aqui observam-se também três medalhões que anunciam já o gosto renascentista. O interior é de três naveas com quatro tramos e diferenças de altura quase desprezíveis. A capela-mor é coberta por tecto de caixotões, com cenas pintadas da Vida da Virgem e da Vida de Cristo e apresenta um tríptico pintado, do século XVI. A forte inclinação dos arcos e das colunas foi resultado do terramoto de 1755 o que levou a uma grande campanha de obras ao longo da segunda metade do século XVIII.

Em Almendra, aldeia do concelho, a Igreja Matriz (fig. 13), dedicada a Nossa Senhora dos Anjos, situa-se numa área desafogada, com uma envolvente liberta de construções. Encontra-se abaixo do nível da rua e, ao contrário do que seria de esperar, tal facto não reduz o impacto da construção que apresenta dimensões bastante acima da média das igrejas da região. Ostenta os pórticos principal e

laterais com uma decoração renascentista, visível nos medalhões e no tipo de capitel utilizado. Mantêm-se os contrafortes, marca de toda esta arquitectura, desde a mais resistente a esta onde são já notórias as novidades do Renascimento. O interior é bellissimo, de grande respiração com as colunas em pedra, de fuste simples, a determinar um espaço amplo, em que as três naves se fundem harmoniosamente. Enquanto o corpo da igreja é coberto em madeira, a capela-mor apresenta uma abóbada estrelada. A igreja integra-se numa tipologia comum no século XVI, que procura aperfeiçoar uma linguagem de depuração racional, de equilíbrio e simetria, procurando impor os princípios de uma linguagem humanista.

Avançando em direcção ao sul, encontra-se Freixo de Numão cuja Igreja Matriz é de raiz românica tendo sofrido grandes danos no século XVIII, ao que se seguiu a sua reconstrução no mesmo século: o século XVIII marca para esta aldeia um período florescente na construção religiosa. A ligação da torre sineira, imponente, à fachada da igreja ficou, no entanto, mal resolvida. A Capela de N.ª S.ª da Conceição data do século XVII, conforme inscrição que ostenta. É um bom exemplo das tentativas de adopção de uma linguagem arquitectónica, da busca da melhor solução para a composição de uma fachada e da dificuldade de articulação entre os vários elementos, muito rudimentarmente resolvida nas colunas e capitéis do pórtico com lintel rectilíneo.

No concelho seguinte, o da Mêda, será em Marialva que vai deter-se o principal foco de atenção. As duas igrejas no recinto do castelo – a da Misericórdia ou do Senhor dos Passos e a de Santiago - constituem os edifícios mais bem conservados de toda a cerca (fig. 14). Voltadas em direcções opostas ostentam uma pedra bem aparelhada e em blocos regulares expostos sem qualquer reboco. A Igreja da Misericórdia data possivelmente do século XVII e apresenta um púlpito exterior. De planta simples, rectangular, possui tecto de caixotões com pinturas alusivas a Vidas de Santos. O retábulo em talha dourada data já do século seguinte e é em estilo joanino. Apresenta um pórtico extremamente simples com elementos maneiristas visíveis nas pilastras laterais adossadas, no frontão e na decoração do nicho da fachada principal. A Igreja de Santiago é anterior, do século XVI e apresenta um pórtico com uma mera insinuação de decoração manuelina e um pequeno óculo, elementos que praticamente não criam no muro qualquer animação. Possui uma só nave e capela-mor rectangular, com tecto de caixotões, sem pintura e com revestimento geral de talha. Do adro destas igrejas estende-se a vista sobre a paisagem envolvente.

Segue-se Trancoso. Na sede de concelho, a Capela de Santa Luzia (figs. 15 e 16) revela uma interessante escultura nos modilhões, onde se encontram curiosas representações de figuras humanas e de seres mitológicos, nomeadamente uma das raras aparições de sereias de caudas entrelaçadas. É possível também observar o tratamento do tema do castigo numa representação em que um homem é engolido por uma fera. É uma igreja românica, datada do século XII / XIII, com corpo longitudinal, rectangular e arco triunfal, quebrado. Situada fora do núcleo urbano, integrada no cemitério, surge a Igreja de Nossa Senhora da Fresta

Fig. 16 – Capela de Santa Luzia (Trancoso)





Figs. 17 e 18 – Igreja de Nossa Senhora da Fresta (Trancoso)



(figs. 17, 18 e 19). Igreja românica, possivelmente da época da anterior, integra-se na tipologia da maioria dos templos deste estilo em Portugal: uma nave e a cabeceira, apenas com uma capela rectangular, cobertura em madeira nestes dois corpos. Na capela-mor descobrem-se sinais de frescos com temática da Anunciação e da Adoração dos Pastores. Ainda se pode observar, dado que a igreja se situa hoje no cemitério, como se formava o campo santo em redor da edificação religiosa. Interessante a escultura dos modilhões onde se apresentam figurações humanas de seres que parecem estar próximo da loucura ou assumir feições deformadas e caricaturais, como rostos com a língua de fora. A alusão ao castigo também se encontra, por exemplo, através de homens que procuram esconder o sexo, numa condição de pecadores envergonhados. A igreja foi muito alterada no século XVIII e o seu nome resulta da descoberta de uma imagem de

Nossa Senhora quando se procedeu ao desentaipamento de uma das suas frestas.

No mesmo concelho, na freguesia de Moreira de Rei, situa-se um dos templos mais interessantes deste itinerário: a Igreja de Santa Marinha. Românica, possivelmente da primeira metade do século XIII, é chamada a igreja velha, dado que há outra matriz, e está rodeada por um vasto conjunto de sepulturas escavadas na rocha. De configuração muito simples, apresenta a cachorrada lateral e um pórtico sem decoração escultórica de relevo, exceptuando a inscrição de medidas-padrão (do côvado e do palmo) num dos seus colunelos. Apenas umas frestas a iluminá-la, não se registando sequer a presença de um óculo. Próxima do castelo e do pelourinho, a igreja e a necrópole assinalada revelam a riqueza e o significado do sítio.

Por último, o percurso traçado leva-nos a Pinhel. Aqui, a Igreja de Santa Maria do Castelo (fig. 20) foi a igreja matriz. Trata-se de uma igreja bastante arcaizante e tardia, com corpo baixo, cobertura em madeira e fraca iluminação. Se pela datação corresponderia ao gótico – século XIV - a traça manifesta fortes resistências românicas. Assinale-se a presença dos contrafortes e de um pórtico extremamente depurado, sem arquivoltas e colunelos, apenas sobrepujado por um pequeno óculo. No interior encontra-se um grupo escultórico do século XV, atribuído a Diogo Pires, o Velho. Permanece também o retábulo da capela-mor, do século XVII, com catorze pinturas sobre tela, representando a Vida da Virgem. Dois dos arcos do interior do templo, um deles o triunfal, apresentam pinturas a fresco.

Destaque ainda para duas igrejas no centro de Pinhel. Da primeira, a Igreja da Misericórdia (fig. 21), não se conhecem referências

exactas quanto à sua datação. Certos autores limitam-se a indicar a segunda ou terceira década do século XVI, enquanto outros referem a data de 1535. Em qualquer dos casos, é dos edifícios mais precoces da Beira Alta a seguir a traça manuelina, ostentando a esfera armilar na decoração da fachada principal, bem como as vieiras, marcas de Santiago, que surgem ao longo de uma das arquivoltas do pórtico. Este permanece ainda de um gótico pouco desenvolvido com o seu arco quebrado a dar forma às arquivoltas. Sobre ele, um janelão rectangular rasga o muro, a assinalar a única abertura para lá da porta. Aqui existiu um retábulo de 1537, em pedra de ançã, atribuído à escola coimbrã e que foi transferido para o museu. Mantém-se um interior rico composto por talha e um tecto de caixotões, pintados. O tecto e a talha retabular poderão ter sido colocados no século XVII. A segunda, a Igreja de S. Luís, data dos finais do século XVI. Foi inicialmente igreja do Convento de S. Luís de freiras clarissas, foi Sé no século XIX e serve hoje de igreja paroquial. O exterior, caiado de branco, deixa adivinhar algumas surpresas no interior, como sempre acontece com os edifícios abrangidos pela tendência da arquitectura plana cuja originalidade vem desse contraste entre um exterior despojado e um interior exuberante. Na capela-mor, o tecto em caixotões e a pintura, constituem os principais pontos de interesse. A talha é dourada mas o verde e o vermelho são também cores conjugadas. É este carácter popular que recorre a soluções muito interessantes para resolver problemas como o da composição simétrica na capela-mor desta igreja em que os azulejos, do século XVII, compõem uma falsa janela com grades, ilusão destinada a fazer pendant com uma abertura no lado imediatamente oposto.

Esta enumeração com notas descritivas, permite resumir o elenco de problemas passíveis de desenvolvimento: a introdução dos principais momentos da arquitectura nacional numa cronologia de território interior, fronteiriço; a ligação a correntes da vizinha Espanha; o sentido dos fenómenos de transição e dos epígonos, em história da arte; a existência de uma linha de construção, misto de sobriedade e eclectismo, à margem dos grandes modelos; as consequências das movimentações militares sobre o património religioso; as transferências do património móvel.

Toda esta área atravessa uma fase de profunda recuperação patrimonial que marca a época em que vivemos, plena de preocupações com o passado, resignada à obrigatoriedade de conservar testemunhos, generosa para com as épocas que entretanto introduziram alte-



Fig. 19 – Igreja de Nossa Senhora da Fresta (Trancoso)

Fig. 20 – Igreja de Santa Maria do Castelo (Pinhel)



rações ao figurino inicial. Observa-se a sinalização dos programas de recuperação financiados, entre outras, por essa entidade vaga chamada Europa e sente-se que estas campanhas serão decisivas para manter e divulgar a imagem da região, ainda que a ideia da contingência de todas as acções esteja presente. Esta dualidade, de compromisso com o tempo e de total contingência, paira inevitavelmente sobre os trabalhos de recuperação e restauro. E para o provar, observem-se outros momentos do passado preocupados com a preservação do património edificado. Perto de algumas igrejas fronteiriças, no adro, o padrão das Comemorações de 1940, numa atitude de paternalismo estéril, evoca as vicissitudes da ocupação estrangeira em legendas como: Foi saqueada, incendiada, sofreu pela Pátria. A Espanha é uma sombra. Junto a algumas destas igrejas subsistem outros elementos que lembram o passado conturbado: sabe-se, por exemplo, da existência de redutos militares ou fossos de defesa, remontando à época das invasões francesas.



Fig. 21 – Igreja da Misericórdia (Pinhel)

Percorreu-se um trajecto pontuado por inúmeros monumentos classificados, cuja protecção data de momentos escalonados ao longo de todo o século XX, desde os anos 10 aos anos 80, mas referiram-se igualmente edifícios não classificados. Em certos casos foi ao edifício, na sua totalidade, que a classificação se dirigiu, abrangendo inclusivamente o recheio decorativo e o património móvel. Noutros, apenas partes do edifício ou elementos do seu interior foram objecto de protecção e de classificação. Esta situação irregular, em parte derivada do facto de muitos dos exemplares construídos se encontrarem ainda em estudo, ajudou a elaborar um itinerário sem qualquer pretensão de exaustividade.

Uma nota final para o panorama bibliográfico que se oferece a quem pretender aprofundar as informações sobre esta região. Com poucas excepções, as monografias locais – de povoações ou de edifícios – não ultrapassam o mero plano descritivo a cotejar com a transcrição de documentos, realçados por opiniões pessoais onde se divisa um entendimento muito parcelar da realidade artística. Os guias existentes recorrem ainda, em grande parte e com citações nem sempre identificadas, ao pioneiro Guia de Portugal que a Fundação Calouste Gulbenkian reeditou recentemente. Finalmente é necessário percorrer esforçadamente as Histórias da Arte Gerais ou revistas como a Brigantia onde surgem, dispersas, referências ou artigos sobre o património. A base de dados da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e as publicações da Direcção Geral do Planeamento Urbanístico para as povoações em causa, serão elementos muito válidos a consultar.

O MOSTEIRO CISTERCIENSE DE SANTA MARIA DE AGUIAR

Introdução

O mosteiro de Santa Maria de Aguiar, situado a três quilómetros a sudeste do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, ergue-se na paisagem beirã, enquadrando-se no contexto rural no qual nasceram a maior parte dos mosteiros fundados, ou filiados, pela Ordem de Cister.

Conhecidos com a denominação de monges-agricultores, os homens que implementaram a reforma cisterciense escolheram, como espaços privilegiados para a construção das suas abadias, as localidades afastadas dos perímetros urbanos, onde pudessem desenvolver práticas agrícolas muitas vezes pioneiras no sistema económico medieval¹.

A exploração dos domínios agrícolas cistercienses, designados vulgarmente por granjas, contribuiu para o florescimento das abadias anexadas à Ordem, permitindo o desenvolvimento de uma economia de excedentes (derivada da gestão de produtos provenientes dos solos agrícolas explorados pelos irmãos conversos), o que facilitou também a expansão quantitativa das terras pertencentes aos mosteiros.

Neste enquadramento, desenvolveu-se o mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Implantado numa zona de conflituosidade latente, o conjunto religioso ribacudense conheceu etapas de maior ou menor prosperidade, aliadas a períodos de guerra ou de paz. Porém, a anexação do território do Ribacoa ao reino português, facto que decorreu das estipulações do Tratado de Alcanices assinado nessa cidade em 1297, não promoveria a estabilidade política e institucional naquela região. Já as vicissitudes decorrentes dos confrontos militares que opuseram a coroa leonesa ao reino português nos finais do séc. XII e as lutas intestinas travadas entre reis e nobres nos inícios do séc. XIV acabariam por intervir negativamente na conclusão do mosteiro e da igreja de Aguiar, cuja configuração espacial reflecte um produto arquitectónico insólito, consequência possível de um estado de guerra constante².

A Igreja

Ao contrário da maior parte das igrejas cistercienses construídas durante a Idade Média em solo português, não se conhece a data na qual foram lançados os primeiros alicerces para a construção da igreja de Santa Maria de Aguiar. Porém, se considerarmos a ano de 1174 como ano de adopção da



Fig. 1 – A igreja do mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Fachada principal

reforma cisterciense, a partir do qual teria ocorrido a transferência da comunidade religiosa para o local actual, podemos talvez concluir que, em cerca de finais da centúria, ou inícios da seguinte, o edifício que hoje conhecemos se encontrasse em fase de construção.

Ora, nos princípios do séc. XIII, o mosteiro de Aguiar conheceu uma fase de franco florescimento, consequência directa de uma excelente gestão dos recursos económicos e das numerosas doações concedidas por reis e particulares³.

Os historiadores da arte e os investigadores que se têm preocupado com o estudo artístico e arquitectónico da igreja cisterciense de Aguiar, reconhecem que a sua construção poderia ter ocorrido na passagem do século XII para a centúria seguinte: Anselme Dimier, monge cisterciense que publicou vasta bibliografia sobre a história dos edifícios afectos à sua Ordem considera, no segundo volume da obra dedicada à sistematização das plantas das igrejas cistercienses, que Aguiar teria sido edificada no século XIII sem, no entanto, referir a fonte que lhe permitiu avançar com esta hipótese⁴. Artur Nobre de Gusmão avança com a possibilidade do templo cisterciense ter sido concluído apenas no século XIV, em virtude das guerras com Castela⁵. Mais recentemente, Pedro Dias defende os anos próximos de 1200, altura em que as obras teriam sido começadas⁶.

A construção da igreja coincidiu, assim, com uma etapa de prosperidade económica, o que teria permitido iniciar a edificação de um espaço mais ambicioso. Porém, e como atrás fizemos referência, as vicissitudes das guerras na região teriam impedido a conclusão da igreja, cuja traça se manteria incompleta até aos nossos dias.

Pela organização planimétrica da igreja de Santa Maria de Aguiar, identifica-se a existência de uma cabeceira tripartida que compreende uma abside de planta rectangular, ladeada por duas capelas laterais, quadrangulares, e com um transepto bastante desenvolvido em relação às proporções totais do recinto.

É uma igreja de planta latina com três naves mas com apenas dois tramos, o que confere uma certa singularidade a todo o conjunto. A ordenação do corpo da igreja enquadra-se na organização espacial do românico cisterciense português que encontrou na igreja de S. João de Tarouca a sua expressão final.

A fachada principal, voltada a poente, divide-se em três panos que se separam pela volumetria maciça de dois contrafortes médios, de secção quadrangular. A adopção desses elementos de suporte obedece a uma função específica, pois absorvem o impulso dos arcos formeiros para o exterior enquanto que, visualmente, nos informam sobre a organização interna do espaço, definindo um corpo composto por três naves, sendo a central mais elevada que as laterais.

As poucas aberturas localizadas no alçado principal da igreja de Aguiar consistem numa porta em arco de volta perfeita e numa abertura de iluminação, ambas extraordinariamente simples, sem qualquer conotação de grandiosidade estrutural ou decorativa.

O fachada voltada a poente caracteriza-se, assim, pela singeleza plástica e pela ausência de um pronunciado sentido rítmico, apelando à permanência de algumas fórmulas que integram o românico cisterciense.

Ao contrário do arcaísmo do alçado principal, a fachada sul revela-nos, surpreendentemente, uma relação mais intensa com as soluções determinadas pela expressão gótica, o que vem realçar o hibridismo estilístico que qualifica a igreja (Fig. 2). O tratamento construtivo de que fora alvo a estrutura meridional do edifício faz-nos questionar a existência anterior, no alçado principal, de um alpendre, ou nartex, mais elaborado, artística e arquitetonicamente. A desarticulação estilística que se verifica nos dois corpos pode, por outro lado, ter sido derivada de defasamentos cronológicos nas etapas da sua construção tendo, assim, acompanhado a evolução dos estilos. Mas, por outro lado, é possível, também que este alçado tenha sido nobilitado na medida em que consistia no local mais perceptível do exterior, nomeadamente, nas cerimónias fúnebres. Situado face ao terreno destinado ao cemitério, que nos mosteiros cistercienses ficava localizado no terreno oposto às dependências conventuais, a fachada meridional funcionava como um elemento de aparato da igreja e da sua arquitectura.

Neste alçado, destacamos dois elementos fundamentais para a leitura estrutural e artística do edifício: a torre cilíndrica e o janela gótica. A primeira, edificada no ângulo sudeste teria sido utilizada, originalmente, como torre sineira já que os cistercienses afastavam-na na fachada principal, remetendo-a para um segundo plano na organização arquitectónica das suas igrejas. Calcula-se que a sineira teria tido uma tripla função: reunir os monges para a celebração dos ofícios litúrgicos, chamá-los para as refeições e comunicar à comunidade o falecimento de algum irmão.

Actualmente, a torre encerra no seu interior uma escada em caracol pela qual se ascende aos telhados da igreja. A construção de torres em pedra totalmente inscritas no perfil do edifício deve ter obedecido não só a funções de ordem religiosa ou litúrgica, mas também de caminhos de ronda.

No topo do braço do transepto, no registo superior, no eixo correspondente à porta de acesso ao interior da igreja, ergue-se, com alguma monumentalidade, um vão de iluminação bipartido, um dos elementos arquitectónicos mais interessantes de todo o conjunto: uma janela de dois lumes divididos por um mainel, encimados por um pequeno tímpano, onde foi vazado um óculo polilobado. Os vitrais são policromos nas bandas, estão protegidos por armações de chumbo e foram recuperados pelos trabalhos de beneficiação do edifício que ocorreram na década de 50. A janela é composta por um arco quebrado interno e arquivoltas ornamentadas com molduras em toros e escócias, assentes em impostas de duplo perfil e salientes, à semelhança da solução encontrada para a porta localizada no registo inferior. O pé direito da janela, no qual foram construídas impostas, foi também dividido tendo sido escalonado para receber as arquivoltas. Na parte inferior sobressaem duas mísulas possíveis reminiscências de alguma cobertura, ou



Fig. 2 – A Igreja de Santa Maria de Aguiar.
Alçado sul



Fig. 3 – A Igreja de Santa Maria de Aguiar. Cabeceira

Fig. 4 – A igreja de Santa Maria de Aguiar. Alçado norte



alpendre, talvez em madeira cuja funcionalidade remete, decerto, para um ritual funerário.

O virtuosismo técnico, construtivo e artístico evidenciado na janela do alçado sul, faz-nos constatar o trabalho de artífices e mestre de obras possivelmente formados em estaleiros onde o vocabulário gótico estaria, de certa forma, já bastante desenvolvido.

No alçado oriental (Fig. 3), a cabeceira escalonada dá-nos uma perspectiva parcial da organização interna do espaço religioso. Identificamos, assim, a existência de um transepto bastante desenvolvido em elevação e comprimento coexistindo, harmoniosamente, com a abside. Porém, a mesma observação não poderá ser efectuada na leitura das capelas laterais, cuja desproporcionalidade consiste na nota dominante na apreciação do conjunto. Aqueles espaços, demasiado pequenos em relação à abside e aos braços do transepto

consistem nos elementos construtivos mais irregulares de toda a igreja quer ao nível da elevação - estranhamente mais baixas que as naves laterais e a abside - quer ao nível da extensão - despropositadamente estreitas em relação aos outros corpos construtivos.

A abside é composta por três panos contrafortados, sendo dois cegos. Tem quatro contrafortes angulares, ligeiramente mais altos que os utilizados nos alçados oeste e sul, de secção quadrangular e escalonados nos remates. No entanto, os contrafortes localizados nas paredes sul e norte da abside foram substituídos por cunhais estruturalmente diferentes dos utilizados em outros panos, acompanhando o muro em toda a elevação. Aliás, são perceptíveis as cicatrizes destes elementos de suporte, pelo que se conclui que a sua construção deve ter sido efectuada num momento posterior, talvez na Época Moderna quando a abside conheceu uma profunda reestruturação.

Na parede oriental foram rasgadas três frestas de um só lume, encimadas por arcos ligeiramente apontados e chanfrados.

Do lado norte, na face virada para o claustro (Fig. 4), verifica-se a introdução de alguns elementos que, pela primeira vez, são utilizados na composição arquitectónica e escultórica dos alçados. Em primeiro plano, podemos apreciar a elevação da nave lateral norte e no segundo, o pano de parede que identifica a elevação da nave central. O braço norte do transepto, estabelece a ligação às dependências conventuais do mosteiro.

O elemento arquitectónico mais interessante na composição deste alçado consiste na porta que faz a ligação ao antigo claustro,

conhecida, nas igrejas cistercienses com a denominação de porta dos monges. Esta abertura permitia aos religiosos a entrada no interior da igreja, enquanto que os irmãos laicos utilizavam a porta dos conversos (ligando o templo à ala com a mesma designação) mas que parece não ter existido na igreja de Aguiar devido, justamente, ao reduzido número de tramos da nave ⁷. Porém, dado o projecto inconcluso da igreja de Aguiar, a entrada para o interior do recinto deve ter sido efectuada pela mesma porta, por monges residentes e irmãos conversos, indiferentemente.

Pela análise formal da porta dos monges, constata-se algumas características isomórficas relativamente à composição da denominada porta dos mortos localizada no alçado sul ⁸. Assim, a utilização de um arco quebrado e arquivoltas, ora emolduradas com toros, ora ornamentadas com escócias, criam um efeito estético particular. As colunas cilíndricas têm aqui uma função meramente decorativa: são colunelos adossados ao pé-direito do portal, de fustes monolíticos, encimados por capitéis decorados com motivos vegetalistas obedecendo, assim, às premissas cistercienses no que respeita à decoração dos elementos de suporte. O desenho dos capitéis revela-nos uma arte de esculpir a pedra algo rudimentar, apesar das indicações de movimento aí delineadas. Datada, provavelmente, do séc. XIII, a decoração escultórica dos capitéis, cujos cestos surgem ornamentados com estilizações de elementos vegetalistas, revela fortes afinidades com a decoração escultórica de algumas igrejas galegas que esculpiram alguns dos seus capitéis com uma flora estilizada rematada, nos ângulos, por uma espécie de bola ⁹.

A Ordem de Cister não negava a ausência absoluta de escultura, insurgindo-se, antes, contra a representação escultórica, figurativa e historicista que, segundo os cistercienses, afastavam os monges da sua tarefa primordial: a oração. Pela primeira vez encontramos nos alçados da igreja, a criação de uma ambiência decorativa que será repetida, apenas, na sala capitular do mosteiro e nas mísulas e mísulas-capitéis da igreja.

O interior da igreja de Santa Maria de Aguiar oferece-nos, na sua globalidade, o mesmo formulário construtivo, rigoroso, simples e despojado que encontramos no exterior (Fig. 5).

A sobriedade que qualifica a igreja cisterciense é acentuada pelas reduzidas dimensões das naves, com apenas dois tramos no sentido longitudinal ao eixo da igreja e pelo sistema de cobertura utilizado na nave central (madeira de carvalho). Por outro lado, as dimensões do transepto e da abside não se coadunam com a proporção das naves e das capelas laterais resultando, assim, uma certa disparidade construtiva, como temos vindo a assinalar.

Um arco abatido localizado sobre o primeiro tramo da nave marca a memória da anterior existência de um coro alto, resultado das modificações litúrgicas ocorridas na Época Moderna. A nave central,



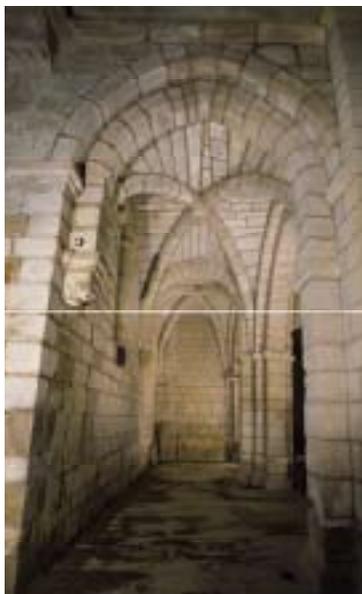
Fig. 5 – A igreja de Santa Maria de Aguiar.
Interior



Fig. 6 – A igreja de Santa Maria de Aguiar. Arcadas da nave central

Fig. 7 – A igreja de Santa Maria de Aguiar. Nave lateral sul

Fig. 8 – A igreja de Santa Maria de Aguiar. Mísula-capitel da nave lateral sul



mais larga que as laterais, não possui qualquer abertura e separa-se daqueles corpos através de arcadas, cujos arcos duplos e apontados, de perfil rectangular, estão abundantemente siglados (Fig. 6). Para o apoio dos arcos foram utilizados pesados pilares, de secção quadrangular, aos quais foram adossadas pilastras nas quatro faces, numa variação de uma tipologia de certa forma característica das construções cistercienses¹⁰.

Na nave lateral sul, as abóbadas de cruzaria, sextapartida no primeiro tramo e quadripartida no segundo, marcam um momento distinto na construção da igreja (Fig. 7). Edificadas nos séculos XIII ou XIV consistem num dos poucos elementos construtivos que terão resistido à acção do tempo, às metamorfoses estilísticas e sobrevivido às alterações estruturais, fenómenos esses que, de certo modo, assolaram quase todas as igrejas medievais construídas em território português.

As mísulas-capitéis obedecem, neste espaço, a uma função estrutural particular (Fig. 8). Frequentemente utilizadas nas construções cistercienses, testemunham um exercício figurativo bastante elaborado suavizando, ao mesmo tempo, a sobriedade dos elementos construtivos. As mísulas da nave sul, quer na estilização das folhagens, quer na simplicidade geométrica das formas - cul-de-lamp em forma de pirâmide invertida -, concentram um vigor decorativo típico das soluções comandadas pela estética cisterciense.

A fenestração da ala meridional segue o esquema utilizado no exterior, ou seja, duas estreitas frestas rematadas por arcos ligeiramente quebrados, emolduradas por arcos de meio ponto, assentes sobre pequenas impostas.

Aliás, a grande uniformidade construtiva da igreja de Aguiar passa, sem dúvida, pela tipologia dos vãos. No caso concreto das frestas, são praticamente todas iguais independentemente da sua localização. Marcam excepção, a fenestração da cabeceira e do topo do braço sul do transepto que, como atrás referimos, possui um certo sentido monumental.

A composição estrutural da nave lateral norte caracteriza-se pelo isomorfismo típico das construções simétricas. Assim, a ala setentrional preserva os esquemas arquitectónicos e artísticos utilizados na correspondente sul, quer ao nível dos elementos de suporte, quer ao nível da fenestração, da cobertura e da decoração.

O transepto, menos elevado que a nave axial, está dividido em dois tramos em cada um dos braços. A cobertura utilizada foi a abóbada de berço quebrado, no sentido transversal ao eixo da nave central, apoiada sobre arcos torais que descarregam o impulso sobre mísulas.

São várias as aberturas que podemos observar nos braços do transepto (Fig. 9). A enorme janela localizada no topo do braço sul, cuja gramática estilística repete a composição exterior ilumina, abundantemente, o interior consistindo na maior fonte de luz de todo o edifício. A porta dos mortos, extremamente simplificada nas soluções estruturais e decorativas, resume-se a uma abertura em arco, numa cópia fiel do modelo executado na porta principal. No muro ocidental deste braço, está localizada a porta de acesso à torre escondendo uma escada em caracol que, como atrás referimos, permite o acesso aos telhados da igreja. Nas paredes meridional e oriental estão inscritos dois pequenos nichos, emoldurados por arcos apontados, espaço reservado, decerto, à arrumação dos recipientes litúrgicos.

Na parede do topo do braço norte (Fig. 10), um óculo com uma molduração circular concêntrica quebra a opacidade do muro. A sua função estaria ligada à ventilação do espaço. A abertura situada à direita, fazia a ligação do dormitório dos monges com a igreja e era conhecida com a denominação de porta das matinas, dando assim cumprimento a uma das premissas construtivas que caracterizavam o programas arquitectónico cisterciense¹¹.

O portal que dá acesso à sacristia recebeu, na zona do lintel, um desenho curvilíneo finamente biseado, o que testemunha alguma influência da gramática manuelina em terras da Beira Interior.

Ainda no braço norte, mas desta feita na parede oriental, foi rasgada uma abertura que permitia o acesso do interior da igreja directamente à cerca do mosteiro.

Sobre a decoração escultórica dos braços do transepto, assinalamos as mísulas que sustentam e rematam os arcos torais. Entre o conjunto dos quatro elementos, salientamos a mísula colocada na parede oriental do braço norte, pela peculiar figuração que a caracteriza: dois animais fantásticos, mistos de leões e serpentes, encerrados por blocos de granito surgem, estranhamente, no interior de uma igreja cisterciense que, como repetidamente temos vindo a referir, afastava a figuração animalista da sua decoração.

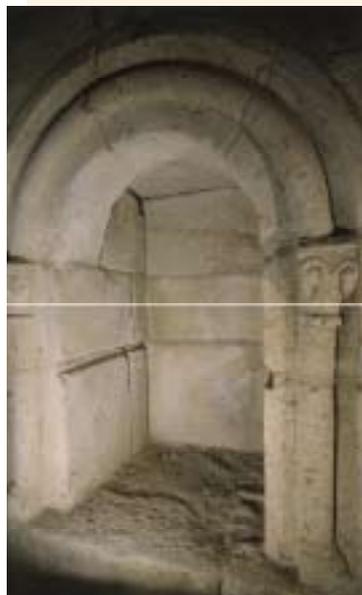


Fig. 9 – A igreja de Santa Maria de Aguiar.
Transepto: braço sul

Fig. 10 – A igreja de Santa Maria de Aguiar.
Transepto: braço norte

Fig. 11 – A igreja de Santa Maria de Aguiar.
Abside

Fig. 12 – A igreja de Santa Maria de Aguiar.
Nicho da abside



As paredes, profusamente sigladas, informam-nos sobre a actividade dos canteiros que trabalharam na igreja.

No interior do recinto, repetem-se as assinaturas, animando arcos, muros e janelas. Pequenas impostas decoradas em zig-zag cuja função estrutural consiste, juntamente com as paredes, em suportar o peso do arco que separa a nave lateral norte do transepto, estão inscritas na parede ocidental do braço norte.

O acesso à abside, ligeiramente alteada em relação ao pavimento da igreja, é efectuado através de um arco triunfal, apontado, assente sobre mísulas inscritas no pé-direito da parede (Fig. 11). O abobadamento surge idêntico ao do transepto, ou seja, foi também utilizado o berço quebrado mas, desta vez, no sentido longitudinal ao eixo da nave central. Um friso corre na parede superior, ao nível do arranque da abóbada, prolongando-se pelas impostas do arco triunfal e seguindo o seu percurso pelas impostas dos arcos do cruzeiro e pelas paredes orientais dos braços do transepto. Este elemento decorativo, pelo seu sentido rítmico, corta com a acentuada verticalidade produzida pela arcatura daqueles espaços.

No pano do arco triunfal foi vazado um óculo que representa mais uma fonte de iluminação para a igreja.

A fenestração da abside, hoje dissimulada pelo retábulo, é muito simples e configura três grandes aberturas em arco ligeiramente quebrado que não repetem, a nível interno, o mesmo formulário executado no exterior. Estão, porém, emolduradas em capialço e possuem duplo alargamento. A banda policroma dos vitrais repete o desenho que encontramos nas frestas localizadas nos espaços diferenciados da igreja.

Praticamente escondido pela estrutura que serve de apoio ao retábulo, um pequeno nicho surge inscrito na parede norte, cuja gramática, mais elaborada, afasta-se das aberturas que observámos no transepto (Fig. 12). De facto, o nicho da abside, mais ornamentado que os outros, é formado por dois colunelos, encimados por dois capitéis decorados com motivos vegetalistas e deveria ter como função a arrumação das alfaías litúrgicas e dos livros sagrados utilizados nos ofícios religiosos.

O retábulo em talha dourada que hoje podemos apreciar na capela-mor de Aguiar consiste num exemplar que, pelas suas características morfológicas, enquadra-se no estilo nacional. Atendendo às características do estilo, o retábulo pode ser datado da parte final do século XVII ou do primeiro quartel do século XVIII, apesar de sobre o pavilhão do sacrário (...) estar referida a data de 1636 ¹².

O formulário decorativo, próprio das composições que enformam o estilo nacional, utiliza colunas pseudo-salomónicas que suportam arcos concêntricos, à maneira dos portais românicos, e uma decoração onde sobressaem meninos e motivos naturalistas parras, uvas, frutos, flores, pássaros - aos quais frequentemente através dos sermões é dado um sentido simbólico, (e que) contribuem também para essa função didáctica ¹³.

O retábulo de Aguiar responde, portanto, às soluções propostas pela expressão barroca que, no devido tempo, alterou a organização espacial e a leitura orgânica do recinto e Santa Maria de Aguiar, como a maior parte dos edifícios religiosos coevos, acompanhou a estética do ouro que, na Época Moderna, enformava a arquitectura retabular.

Os dois absidiólos que compõem a cabeceira da igreja são extraordinariamente reduzidos em superfície e elevação e, à semelhança da abside, não estão nivelados com o pavimento do corpo da igreja (Fig. 13). Possuem apenas um tramo e estão cobertos por abóbadas de berço quebrado, também no sentido longitudinal ao eixo da nave, cujos arranques estão assinalados por frisos de perfil duplo. Arcos apontados marcam a passagem para o interior, assentando em impostas construídas, directamente, sobre o pé-direito das paredes. Uma fresta, extremamente simples, ilumina cada uma das divisões e o formulário construtivo que as caracteriza difere, de certo modo, do utilizado na fenestração das naves laterais: são em arco ligeiramente apontado mas estão emolduradas em capialço bastante pronunciado. Note-se que estas estruturas foram totalmente construídas pelo programa de restauro do edifício, segundo proposta da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Estreitos vitrais, desenhados em losangos, ocupam os espaços dos vãos e possuem, em analogia com os vidros das naves laterais, da abside e da janela do transepto, um debruoamento policromo e foram, também, montados em armação de chumbo. Nestes espaços encontramos também pequenos nichos, cuja composição estilística aproxima-se das aberturas inscritas nas paredes do braço sul do transepto. No bloco de cantaria, sob a imposta que recebe o peso do arco do absidiólo sul, no lado direito, foi esculpida uma curiosa cabeça de animal, possivelmente de um cão, de reduzidas dimensões.

Do ponto de vista estrutural e sobre as soluções encontradas para a elevação dos espaços religiosos, podemos referir que a tipologia arquitectónica adoptada nos edifícios afectos à Ordem de Cister - e aqui destacamos algumas igrejas construídas no território ibérico -, instituiu nas suas igrejas, quer ao nível dos alçados, quer ao nível da organização espacial interna, um certo hibridismo estilístico. Nesse sentido, a igreja cisterciense consiste num todo orgânico, onde os elementos tradicionais, locais ou regionais coexistem com algumas soluções estruturais desenvolvidas pela expressão gótica. No entanto, subsistiria a adopção de soluções programáticas extraordinariamente simplificadas, onde as noções de lógica, pureza e despojamento, seriam desenvolvidas com grande amplitude.



Fig. 13 – A igreja de Santa Maria de Aguiar.
Absidiólo sul

Esta afirmação adquire especial significado na pequena e sóbria igreja de Aguiar. O início da sua construção que, como tivemos ocasião de referir, se situa na passagem do século XII para o século XIII, coincide com a edificação da maior parte das igrejas da Ordem em território espanhol. Porém, enquanto que no país vizinho as realizações arquitectónicas cistercienses obedecem a um programa de cariz mais goticizante Portugal, pelo menos nas regiões do Norte e do Centro interior continuava preso aos formulários românicos desenvolvidos ainda com grande vigor. Assim, os programas aplicados, em planta e em alçado, resultaram substancialmente mais modestos que os edifícios construídos nos reinos vizinhos.

Mas a igreja de Aguiar desenvolveu, pelo menos para a cobertura da nave lateral sul, um esquema extremamente original no panorama arquitectónico cisterciense ibérico, principalmente se tivermos em conta a sua interioridade: a abóbada de cruzaria, afastando-se da tipologia utilizada nas igrejas de Fontenay (ex libris da arquitectura cisterciense medieval), Oya (Galiza) e S. João de Tarouca, cujas soluções estruturais espelham a tradição borgonhesa: em Santa Maria de Aguiar, as abóbadas de berço quebrado, são substituídas pelas abóbadas de cruzaria ¹⁴.

Nesse sentido, a adopção de elementos estruturais que estavam a ser desenvolvidos em larga escala pela estética gótica que, na altura, dominava o panorama arquitectónico e decorativo europeu, configura o hibridismo estilístico que caracteriza a igreja de Aguiar. A utilização de um formulário mais goticizante é também perceptível ao nível dos alçados, nomeadamente, no topo do braço sul do transepto onde foram rasgados dois vãos, um de iluminação e uma porta, que se enquadram, como verificámos, na gramática do novo estilo.

A nível da organização interna do espaço, da fenestração e dos elementos de suporte, a igreja de Aguiar mantém o vocabulário românico testemunhando no conjunto as várias etapas da sua construção e, consequentemente, as alterações estilísticas visíveis na sua factura final.

Contudo, a igreja de Santa Maria de Aguiar sofreu profundas alterações estruturais ao longo do tempo, concretamente na Época Moderna e, já no nosso século, com as intervenções patrocinadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), quando foram efectuadas diversas obras de reabilitação. O programa de restauro levado a cabo por aquele organismo iniciou-se em 1936, quatro anos após o conjunto arquitectónico (igreja e mosteiro) ter sido classificado monumento nacional, e consistiu, para a igreja, na demolição dos acrescentos estruturais e estilísticos, produzidos na passagem do século XVII para a centúria seguinte, e a sua reconstrução dentro dos moldes supostamente primitivos.

Fig. 14 – O mosteiro de Santa Maria de Aguiar. O claustro no estado actual



O espaço destinado às dependências conventuais

A ordenação dos lugares regulares do mosteiro de Santa Maria de Aguiar deve, no seu percurso construtivo, ter acompanhado as tradições da Ordem de Cister. À semelhança do que acontecera com a igreja, o mosteiro conheceu também profundas alterações estruturais na sua traça original. A decadência física, consequência dos fenómenos climatológicos e belicistas que conheceu ao longo da sua história, contribuíram para o estado de degradação que as dependências conventuais hoje reflectem. Por outro lado, o estado de progressivo abandono, consequência da extinção das Ordens Religiosas em 1834 não favoreceu a manutenção daquele espaço. Perante todos estes constrangimentos, o mosteiro de Santa Maria de Aguiar, actualmente, pouco ou nada nos informa sobre a sua traça primitiva (Fig. 14).

De qualquer maneira, crê-se que a sua organização inicial deve ter espelhado os costumes da Ordem com a segregação construtiva que repartia, na vida quotidiana, os lugares conventuais destinados aos monges professos e aos irmãos conversos. A realização de trabalhos de prospecções arqueológicas no local em que, provavelmente, teria sido erguida a ala ocidental do mosteiro (zona destinada ao alojamento dos conversos e às oficinas e celeiros), seria fundamental para conhecermos, de forma mais aprofundada, os modos construtivos estipulados pela Ordem.

A localização das dependências dos irmãos laicos, o dormitório, o refeitório e as zonas comuns como os celeiros e demais oficinas encontra-se, hoje num estado de quase irreversível identificação. De facto, as obras efectuadas na hospedaria do mosteiro (datada dos princípios do séc. XVIII), que se transformou em pousada de habitação, acabaram por eliminar qualquer possibilidade de reconstituição daquela ala.

Através dos relatos de alguns cronistas e, particularmente, pela visita efectuada pelo abade D. Edme Salieu e Claude de Bronseval aos mosteiros cistercienses espanhóis e portugueses, somos informados da configuração da abadia beirã em meados do século XVI e no século XVIII. Apesar de, actualmente, não conseguirmos identificar as dependências conventuais (a sacristia e da sala capitular consistem nos únicos espaços que conseguiram sobreviver ao longo dos anos), o mosteiro de Santa Maria de Aguiar deve ter seguido o esquema tradicional, do ponto de vista arquitectónico e estrutural. Sabe-se, com certeza que, pelo menos no segundo quartel do século XVI, a

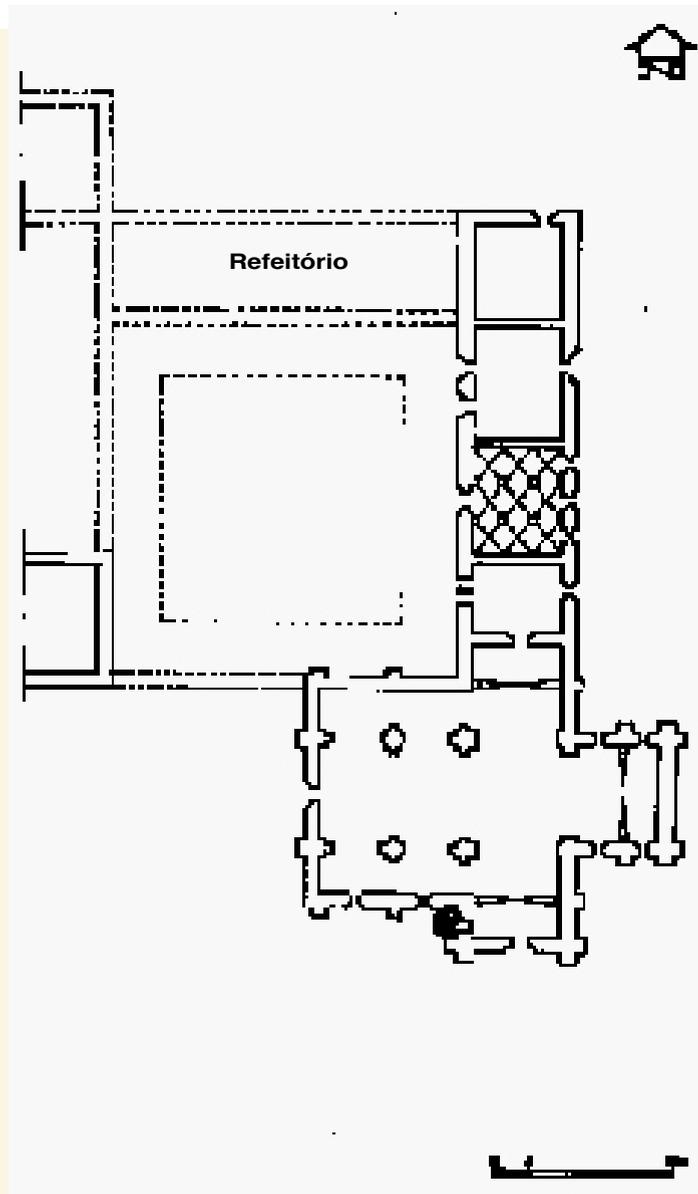


Fig. 15 – Planta do mosteiro de Santa Maria de Aguiar no séc. XIX. Desenho de Fernando Barbosa seg. original do Arquivo Iconográfico da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Centro

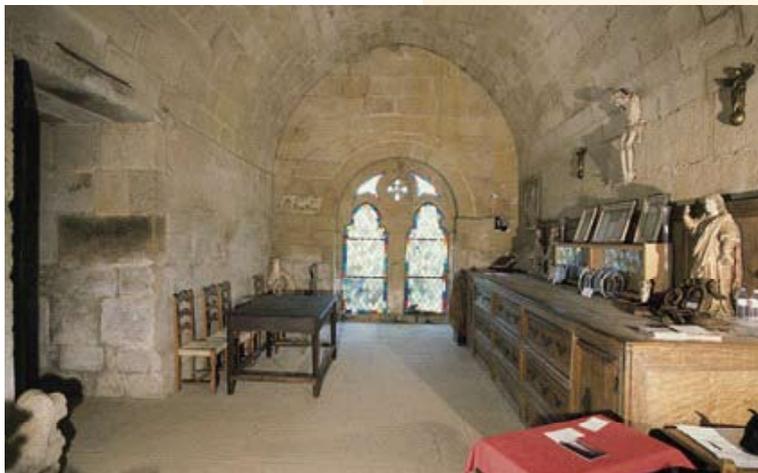


Fig. 16 – O mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Sacristia.

Fig. 17 – O mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Fachada da sala do capítulo



abadia possuía um dormitório, um refeitório, uma cozinha, uma enfermaria e a casa abacial ¹⁵.

Relativamente ao dormitório a sua traça viria a ser alterada para uma configuração espacial diferente da original que dividia o local, inicialmente comum a todos os monges, em celas que, nos finais do séc. XVIII, totalizavam dezasseis ¹⁶.

O refeitório dos monges ainda existia no século XIX, quando algum alicerce ou pano de parede permitiu a autor de uma planta guardada nos arquivos da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Centro situá-lo na ala norte de claustro, enquadrando-se no esquema organizacional das dependências conventuais de alguns mosteiros cistercienses (Fig. 15).

No que diz respeito às restantes dependências, entre as quais salientamos a cozinha, a ala dos conversos, lavabos, celeiros, etc., permanecemos no mais absoluto silêncio. Terão, certamente, existido.

A Sacristia

A pequena sacristia da igreja de Santa Maria de Aguiar e a sala capitular consistem nos únicos sobreviventes da aventura do tempo que dizimou o conjunto monástico beirão.

O espaço destinado à sacristia, muito reduzido nas suas dimensões, está localizado no eixo norte do claustro, entre a igreja e a sala capitular (Fig. 16). A abóbada de berço ligeiramente quebrado, a profusão de siglas que compõem o registo pétreo guardando, para sempre, na memória os homens que participaram na sua construção e o efeito lumínico proporcionado pelo vitral da magnífica janela gótica que rasga, quase na totalidade, a parede oriental da sala, salientam o contraste entre uma ambiência compacta, marcada pelo predomínio das massas e uma certa imaterialidade sugerida pelo efeito cromático da luz.

A janela gótica consiste, de facto, no elemento mais interessante desta sala. Configurando em exercício estilístico perfeito, é composta por uma abertura de dois lumes, circunscritos por dois arcos quebrados inseridos, por sua vez, num arco pleno. Um quadifólio cingido por uma moldura circular recorta-se no vão, teste-

munhando mais uma vez a correspondência formal dos elementos que compõem a fenestração do todo arquitectónico, válida para as pequenas e grandes aberturas. Vitrais em losango policromados preenchem o vazio dos vãos.

Uma pequena fresta na parede oriental testemunha, mais uma vez, a homogeneidade das soluções encontradas para os vãos de iluminação, funcionando como fonte directa de luz nas primeiras horas do dia.

A Sala do Capítulo

Confirmando a tradição cisterciense, a sala capitular foi construída no seguimento da sacristia e aberta para o claustro (Fig. 17). A semelhança das salas capitulares dos mosteiros da Ordem, a frontaria é composta por três vãos: o central, identificado pela porta e os laterais configurados por duas janelas que, segundo o costume cisterciense, permitia aos monges e aos irmãos conversos assistir às sessões do capítulo.

O vão central é composto por uma abertura em arco quebrado, sobre impostas de duplo perfil que assentam directamente no pé-direito do muro. Duas arquivoltas toreadas descarregam a sua pressão sobre impostas que se confundem com os ábacos dos capitéis. Dois pares de colunas cilíndricas, de fustes monolíticos, estão adossadas ao pé-direito, sustentam as impostas e estão assentes sobre plintos de secção quadrangular, bastante elevados, atenuando o desnível da entrada. Os capitéis, decorados com motivos vegetalistas, representam uma folhagem estilizada que ocupa toda a superfície do cesto, rematada com uma espécie de bola nos ângulos, à semelhança da solução adoptada na porta dos monges.

As aberturas laterais, configuram um modelo muito mais simplificado que a correspondente central. Nesse espaço foram rasgadas duas janelas, em tudo idênticas entre si, que ladeiam a porta de acesso, compostas por uma primeira estrutura em arco quebrado sobre impostas de duplo perfil, secundada por arquivoltas toreadas também assentes sobre impostas, numa fórmula paralela à utilizada na porta. Porém, nas janelas da sala capitular, está ausente o sentido plástico que caracteriza aquela abertura.

Do lado interno, todas as aberturas repetem o esquema desenvolvido no exterior, com excepção para a decoração dos capitéis que utilizam, para além das representações de tipo vegetalista, elementos fitomórficos entrelaçados, o que contribui para a criação de uma ambiência plástica de grande vigor criativo.

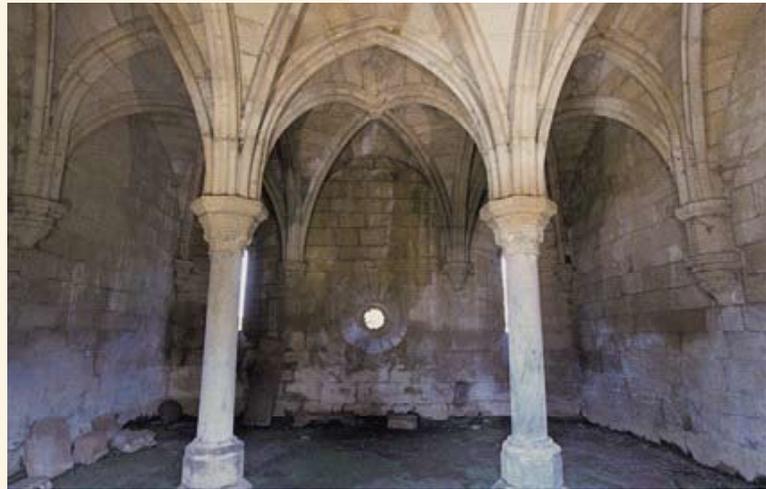


Fig. 18 – O mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Interior da sala do capítulo



Fig. 19 – O mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Sala do capítulo: Chave de abóbada



Fig. 20 – O mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Sala do capítulo: Mísculas-capitéis



O interior desta dependência revela-nos a homogeneidade própria do esquema desenvolvido nas salas congéneres da Ordem (Fig. 18). De planta quadrangular, está dividida em seis tramos ou em dois, no sentido longitudinal. A sala, abobadada em cruzaria quadripartida configura o formulário construtivo cisterciense para a cobertura das salas capitulares. As nervuras, de perfil triangular, estão envoltas por finos e elegantes toros que conferem uma enorme delicadeza ao conjunto. Os arcos que limitam os tramos seguem idêntico esquema. As chaves das abóbadas, ornamentadas com motivos vegetalistas são compostas por desenhos pluriformes: são todos diferentes entre si e, inclusivamente, detecta-se um elemento figurativo, tecnicamente bem esculpido e de rara incidência em edifícios cistercienses (Fig. 19). As nervuras das abóbadas e dos arcos descansam sobre as duas colunas que apoiam o sistema de cobertura da sala e sobre as mísulas e mísulas-capitéis que abundam neste espaço. As colunas, de fustes cilíndricos, assentam sobre bases de secção octogonal.

Os capitéis apresentam a mesma solução poligonal para o perfil dos ábacos. Profusamente decorados, a liguagem vegetalista dos cestos segue, de perto, a uniformidade ornamental de todo o conjunto. Recordemo-nos que, noutras partes do mosteiro, concretamente na igreja, foi sempre adoptada uma figuração idêntica para a decoração de capitéis e mísulas. De perfil poligonal, do ponto de vista da estruturação formal, as mísulas-capitéis constituem verdadeiras jóias no talhe da pedra, no ponto de vista artístico (Fig. 20). Na parede ocidental, encontramos soluções decorativas mais simplificadas, em forma de diamante, ao mesmo tempo que se pode apreciar o forte vigor plástico de outras. Trabalho de autêntico labor escultórico, as mísulas-capitéis revelam a mestria e a capacidade criativa, técnica e artística dos artífices que trabalharam na sua composição.

Na parede nascente foram rasgadas três aberturas compostas por duas frestas que ladeiam um óculo, com a finalidade natural de iluminar e ventilar o interior (Fig. 21).

Se bem que nos seja permitido avançar com uma hipótese

para a construção da sala capitular do mosteiro de Santa Maria de Aguiar, cuja conclusão deve ter ocorrido em finais do séc. XIV adiantado, não terá, contudo, consistido no espaço original. De facto, na parede sul é perceptível a reminiscência de um arco anterior à construção actual que nos remete para a memória de um sistema de cobertura menos elevado e talvez mais arcaico que o actual.

A sala do capítulo do mosteiro de Santa Maria de Aguiar pode ser considerada, no seu género, como um dos exemplos mais representativos do enquadramento arquitectónico para as salas capitulares medievais. Hoje, abandonada, quase em ruínas, apenas lhe resta a voz dos que insistem em preservar a sua memória, dos que sabem que não existe fronteira entre passado, presente e futuro.

Ana Margarida Carvalheira



Fig. 21 – O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar. Fenestração da parede oriental externa da Sala do Capítulo

Notas

¹ Frei Fortunato de S. Boaventura, monge cisterciense (1777-1884), resume a importância do desenvolvimento da agricultura na Idade Média, levada a cabo pelos monges de Cister. Refere o cronista que, (...) Hum dos maiores serviços que Ordem de Cister apenas instituída fez a toda a Europa, foi o melhoramento da Agricultura em todos os Reinos, e Estados, que lhe permitirão fundar Mosteiros. Ensina-nos também que (...) aos Cistercienses, que pelo seu cuidado pela Agricultura são chamados *boni hominis* (...), não censurando a sua Ordem por não ter pago tributos, uma vez que, em troca, a agricultura recebeu (...) auxílio, engrandecimento e proveito. S. BOAVENTURA, Frei Fortunato de - *Historia Chronologica da Real Abadia de Alcobaça*, Título II, Capítulo I, 1827, pp. 27-29.

² Os problemas relativos à sucessão dinástica originaram, entre 1320 e 1324 uma guerra civil que opôs D. Afonso IV e seu pai D. Dinis, dividindo o país em duas facções: por um lado, o Norte e o Centro de Portugal apoiaram o infante, enquanto o Sul combateu ao lado do rei. Vitorioso, D. Afonso IV, em 1325, protagonizou uma contenda com seu meio-irmão Afonso Sanches que (...) pegou armas, reuniu forças de Castela e invadiu Portugal, espalhando a lei do ferro e do fogo, território fronteiriço abaixo, desde Trás-os-Montes até ao Alentejo. MATTOSO, José (Direcção de) - *História de Portugal*, 2º. Vol. Lisboa: Ed. Círculo de Leitores, 1993, p. 484. Por outro lado, entre 1336 e 1339, Portugal entrou em guerra com Castela. Estas batalhas, travadas no início do séc. XIV, terão prejudicado a conclusão da igreja de Santa Maria de Aguiar, cuja traça reflecte, de facto, o seu estado de interrupção.

³ Cf. VICENTE, António Maria Balcão - *Domínio e Senhorio de Santa Maria de Aguiar, séculos XII e XIII*. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE SAN BERNARDO E O CISTER EN GALICIA E PORTUGAL. Ourense, 1991: actas, Ourense, 1992, Vol. I, pp. 563-576.

⁴ DIMIER, Anselme - *Recueil de Plans d'Églises Cisterciennes*. Supplément, Paris: 1962.

⁵ GUSMÃO, Artur Nobre de - *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, Lisboa: 1956, p. 338

⁶ DIAS, Pedro . *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa: Ed. Estampa, 1994, p. 69.

⁷ De facto, na maior parte das igrejas cistercienses, havia uma grande demarcação entre os espaços destinados aos monges e aos irmãos conversos (laicos que viviam no mosteiro a quem estavam entregues as tarefas agrícolas). Assim, dada a existência de um local específico no interior da igreja, no qual os irmãos conversos assistiam aos ofícios litúrgicos, a entrada para a nave efectuava-se por uma passagem especial, pela denominada porta dos conversos, situada no alçado que fazia a ligação ao claustro, norte ou sul, após a porta dos monges localizada nesse eixo mas no sentido este-oeste.

⁸ A denominação de porta dos mortos surge, nas igrejas cistercienses, em consequência da sua localização. Era através desta abertura que se efectuava a passagem do interior da igreja para o cemitério que se pensa ter existido, algures, no prado que se estende a sul do recinto. Cf. COUTO, João - O Convento de Santa Maria de Aguiar em Riba-Côa (Termo de Castelo Rodrigo). Porto: Tipografia Progresso, 1927, pp. 53-54.

⁹ As igrejas galegas de Armenteira e Oseira adoptaram, na ornamentação dos seus capitéis e mísulas a mesma fórmula que encontramos nos capitéis da porta dos monges da igreja de Aguiar. Cf. VALLE PEREZ, J.C. - La Arquitectura Cisterciense en Galicia. Pontevedra: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1982, Vols. I e II.

¹⁰ A tipologia que caracteriza a especificidade dos elementos de suporte utilizados em algumas igrejas cistercienses revela-nos que, para o apoio dos arcos são utilizados pilares aos quais são adossadas meias colunas criando, assim, bases de secção cruciforme. Foi esta a solução adoptada, por exemplo, nas igrejas de Alcobaça e Veruela (Saragoça), entre outras.

¹¹ (...) la puerta de matines (...). Comunicaba el dormitorio de los monjes con la abacial y se utilizaba tan sólo dos veces a lo largo de la jornada monástica: para ganar el dormitorio tras el oficio de completas, el último del día, y para descender a la iglesia con el fin de asistir a los matines (de ahí, precisamente, su nombre), primer acto de la vida cotidiana de la comunidad. In VALLE PEREZ, J.C. - ob. cit., Vol. I, pp. 105-106

¹² Cf. COUTO, João - ob. cit., p. 31

¹³ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - A Arte da Talha no Porto na Época Barroca (Artistas e Clientela. Materiais e Técnica), I Vol., Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1989, p. 46.

¹⁴ A abóbada de cruzaria foi utilizada, em algumas igrejas cistercienses espanholas, na cobertura das naves centrais e laterais, como nos demonstra o exemplo da igreja de La Oliva (Navarra). Cf. YARZA, Joaquín - Arte y Arquitectura en España, 500/1250, 7ª. Ed. Madrid: Manuales Arte Cátedra, 1994, p. 339. A igreja de Alcobaça adoptou, também, esta solução. A originalidade de Santa Maria de Aguiar reside, exactamente, no emprego da cruzaria nas laterais enquanto que a central permaneceria agarrada ao formulário borgonhês, através da adopção do berço quebrado. Porém, infelizmente, o projecto para a cobertura da nave central não chegou a ser concretizado tendo sido adoptada uma cobertura em madeira. Cf. CHAGAS, Frei Hilário das - Memórias varias a saber da Fundação e Doações do Real Mosteiro de Alcobaça. Catalogo dos seus primeiros 20 Abades. De como El Rey D. Manoel no anno de 1498 mandou visitar e saber das Fundações e Lendas dos Mosteiros Cistercienses deste Reino. 1575. Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa, Cód. Alcob., CCCLXXII/92.

¹⁵ Cf. BRONSEVAL, Claude de - Peregrinatio Hispanica. Tome II, Paris: Press Universitaire de France, 1970, p. 567.

¹⁶ Cf. Papeis avulsos que ficarão de Frei Manoel de Figueiredo. Chronista dos Cistercienses de Portugal. Notícia dos Mosteiros da Congregação e dos seus Rendimentos, 1786, Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa, Cód. 1493.

¹⁷ De facto, os refeitórios primitivos das abadias cistercienses, ao contrário dos mosteiros beneditinos ou premonstratenses, foram construídos, na sua maior parte, na perpendicular ao eixo da igreja, principalmente, a partir do séc. XIII. No entanto, alguns mosteiros edificados ao longo do séc. XII, orientaram os seus refeitórios num sentido paralelo à respectiva ala claustral. Cf. AUBERT, Marcel - L'Architecture Cistercienne en France, Tomo I, Paris: Vanoest - ...ditions diArt et diHistoire, 1947, p. 118 e WAEBER-ANTIGLIO, Catherine - Hauterive. La Construction diune Abbaye Cistercienne au Moyen Age. Friburgo: Éditions Universitaire, 1976.



Capítulo IV

Saberes Tradicionais:
o barro, o ferro e a seda

Miguel Areosa Rodrigues
Isabel Maria Fernandes
Jorge Argüello
Suzana Faro

A OLARIA

A produção de artefactos em argila cozida inicia-se no Neolítico, datando dessa época os mais antigos fragmentos cerâmicos encontrados em jazidas arqueológicas desta região. As excepcionais características de resistência dos fragmentos cerâmicos associadas à abundante utilização destes artefactos nas sociedades pré-modernas, faz com que sejam o principal artefacto recolhido pelos investigadores na grande maioria dos sítios arqueológicos.

Parece provável que desde o início o fabrico de peças cerâmicas de uso corrente fosse efectuado localmente, sendo prova deste facto, durante o período da romanização, os fornos cerâmicos encontrados no povoado de Rumansil (Freixo de Numão – V.N. de Fozcôa) e Vale de Ferreiros (Carviçais – Moncorvo) ¹.

Para períodos mais recentes conhecemos melhor as características destas produções cerâmicas. Partindo dos estudos etnográficos sobre olarias tradicionais e cruzando esses dados com os obtidos em intervenções arqueológicas em sítios medievais e pós-medievais, podemos pensar que a produção de cerâmica se encontrava concentrada em determinadas povoações, normalmente localizadas nas proximidades de depósitos de argila. Nestes centros oleiros, por vezes abrangendo mais do que uma povoação, coexistia um número de artesãos que podia atingir algumas dezenas. A reunião numa povoação de vários artesãos conduzia normalmente à colaboração na execução de algumas tarefas, nomeadamente na recolha do barro, na cozedura e na comercialização das peças. Cada centro oleiro dispunha de uma área de distribuição regional com alguma dimensão, indispensável para o escoamento de uma produção significativa.

Cruzando-se por vezes nas áreas geográficas limítrofes ou em algumas feiras, não parece no entanto ter existido concorrência directa entre diferentes centros produtores. A existência de grandes centros não exclui no entanto a existência de pequenas oficinas, de influência local, resultando quase sempre da emigração de oleiros provenientes destes centros e cuja duração é normalmente limitada no tempo. Exemplos de situações deste tipo são a olaria de Calvelhe (Bragança), constituída em meados do séc. XIX por oleiros provenientes de Vilar de Nantes (Chaves) e que durou o tempo de duas gerações; as oleiras de Caçarelhos (Vimioso), no início deste século, provenientes de Espanha; os oleiros originários de Barreira (Meda) que trabalharam em Sorval (Pinhel) e Freixial (Trancoso).

O nosso conhecimento sobre as produções destes centros e oficinas limita-se normalmente aos fabricos mais recentes, num momento em que parte da funcionalidade tradicional das peças cerâmicas, a confecção de alimentos, tinha já sido substituída, primeiro pelas panelas de ferro depois pela utensilagem em alumínio. Já mais recentemente a introdução dos plásticos veio substituir a última função destes artefactos, a de transporte e armazenamento de líquidos (água, vinho, azeite) e de alguns sólidos (azeitonas, queijos, enchidos).

Na área geográfica aqui em análise existiram em tempos recentes dois centros produtores dominantes o centro oleiro de Felgar / Larinho, no concelho de Torre de Moncorvo e o centro oleiro de Santa Comba / Barreira, nos concelhos de V. N. de Foz Côa e Meda.

Fig. 1 – Talha, Felgar



Trata-se de duas olarias cuja produção neste século é relativamente bem conhecida e que neste período apresentam características semelhantes no que se refere aos aspectos técnicos: utilização da roda alta e da cozedura oxidante em forno de duas câmaras. São também coincidentes no facto de os artesãos serem exclusivamente homens e de se dedicarem a tempo inteiro a esta actividade.

Semelhança ainda no facto, comum a tantas outras olarias tradicionais, de terem praticamente cessado a sua actividade nas últimas décadas, apesar de persistirem ainda produções pontuais nos dois casos.

A olaria de Felgar / Larinho

Pela documentação que conhecemos deverá ter sido um dos centros oleiros mais importantes de Trás-os-Montes ao longo dos últimos 350 anos.

Remontam a meados do século XVII as primeiras referências documentais conhecidas e que indicam a presença de oleiros nas duas aldeias vizinhas de Felgar e Larinho. Em 1648, 10 oleiros do Larinho e 4 do Felgar foram multados pela Câmara Municipal de Moncorvo devido ao facto de não terem trazido os seus castelos na Procissão do Corpo de Cristo, conforme era sua obrigação. A presença dos oleiros nesta procissão, em que desfilavam todos os artesãos agrupados por ofícios, indicia que se tratava já nessa altura de uma actividade estruturada, com direito a representação corporativa e a designar um juiz do ofício².

As referências à existência de oleiros no Larinho cessam no final do séc. XVIII, sendo provável que a produção cerâmica se tenha concentrado no Felgar. Em 1796 existiam 20 oleiros, número que se mantém no final do século XIX e início deste século. Nos anos 60 apenas subsistiam 5 oleiros, tendo desaparecido na década de 80 António Augusto Rebouta, o último oleiro do Felgar. No entanto, ainda hoje se fabrica cerâmica no concelho de Moncorvo, continuando a tradição deste centro oleiro. O Sr. Sebastião Rebouta, herdeiro de uma família de oleiros, residente na vila de Moncorvo, continua a produzir cerâmica segundo os modelos tradicionais.

A cerâmica produzida neste centro oleiro apresenta uma tonalidade característica de vermelho carregado, decorrente da cozedura oxidante, mas também da própria argila, com elevado teor de minerais de ferro e, por vezes, do acabamento polido dado à peça.

Fabricavam-se peças de muitos e variados feitios, tamanhos e usos: alguidares, tigelas, testos, panelas, asadas, bilhas, cantarinhas, púcaros, cântaros e talhas. Destinavam-se à confecção, transporte, serviço e armazenamento de alimentos.

Por se tratarem das peças mais significativas das últimas décadas de produção salientamos os alguidares, os cântaros e as talhas.

O alguidar – Existem de dimensões muito variadas, com um formato tronco-cónico invertido, normalmente decorados por cordões com dedadas e podendo ter duas pegas junto ao bordo. Destinavam-se à preparação da carne para os enchidos – a surça – servindo também para armazenar os próprios enchidos e os queijos. Em alguns casos podiam ser utilizados como bacias para lavar a louça e o corpo.



Fig. 2 – Louça do Felgar



O cântaro – Juntamente com a talha é a peça mais característica desta olaria, de forma muito elegante, com bojo ovóide, colo alto e asa larga; é por vezes decorado com motivos encrespados e linhas ondulantes.

Destinava-se ao transporte e aprovisionamento de líquidos (água e vinho).

A talha – Por se tratar de peças de grandes dimensões, de algum valor económico e destinadas a permanecerem nos lagares, adegas e armazéns, trata-se do tipo de peças que melhor se conservaram até aos nossos dias sendo possível encontrar exemplares com muitas dezenas de anos. Devido a estes factores, mas também à extensa área geográfica a que chegavam os barros do Felgar, é possível encontrar talhas aqui produzidas em todo o distrito de Bragança. São peças de formato ovóide com colo cilíndrico e bordo em aba pronunciada, terminado numa base de pequeno diâmetro. São normalmente decoradas por um número variável de cintas, sendo a primeira decorada por dedadas. Destinavam-se ao armazenamento de líquidos e sólidos (azeite, azeitonas, castanha, feijão, mel, enchidos, queijos).

Os oleiros do Felgar utilizavam na preparação do barro dois tipos de argila que recolhiam junto ao rio Sabor (Barrais) e no Cabeço da Mua. Recolhida a argila era então necessário preparar o barro para poder ser trabalhado na roda, tarefas muito pesadas e cansativas que eram frequentemente executadas pela mulher do oleiro. A argila era então seca, triturada e peneirada, após o que eram misturados os dois tipos de barro e amassados com água para preparação das pelas, porções tronco-cónicas prontas a serem trabalhadas pelo oleiro.

No fabrico das peças utilizava-se o torno ou roda alta, movimentado pelos pés do oleiro que com as mãos dava forma à peça. Uma vez terminada a peça era posta a secar e posteriormente cozida.

Já não resta nenhum dos antigos fornos do Felgar, sabemos que os últimos se localizava um na rua das Amoreiras (antiga dos Louceiros), e outro na rua da Calçada. Eram construídos em alvenaria, de planta circular, dispondo de duas câmaras separadas por uma grelha também em pedra. A câmara inferior, de combustão, possuía uma pequena porta por onde era introduzida a lenha, destinada a arder e cozer as peças colocadas na câmara superior, de cozedura. O forno não tinha cobertura superior, sendo tapado com telhas e fragmentos de peças durante a cozedura.

A comercialização destas peças fazia-se de porta em porta pelas aldeias em redor, transportando as peças no dorso de burros ou, mais recentemente, levando-as no comboio do caminho-de-ferro do Sabor. As feiras mais frequentadas eram as de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Carviçais e Mogadouro. Mas os oleiros do Felgar chegavam a uma área muito alargada que ia de Mirandela a V. N. de Foz Côa, de Carrazeda de Ansiães a Figueira de Castelo Rodrigo. A venda das peças podia ser feita a dinheiro ou por troca directa com produtos agrícolas.

A olaria de Santa Comba / Barreira

São escassos os documentos conhecidos sobre este centro oleiro, sendo certo que em 1899 já existia (LEPIERRE 1899:45-46), e parecendo provável que a sua origem seja anterior ao século XIX. Na década de



Fig. 3 – Louça de Santa Comba.
(Museu da Quinta da Ervamoira)

60 deste século ainda existiam cerca de 10 oleiros em Santa Comba e 6 em Barreira. Actualmente ainda existe um oleiro em Barreira, o sr. Alberto Andrade, descendente de uma família de oleiros e que, após uma longa permanência no estrangeiro, apenas produz louça esporadicamente, normalmente por encomenda.

Tratando-se Santa Comba e Barreira de duas povoações vizinhas, o tipo de louça e as características técnicas da produção eram idênticas pelo que será mais correcto falar de apenas um centro oleiro, formado pelas duas aldeias.

O barro era recolhido no lugar do Barreiro, a meio caminho entre as duas povoações, sendo utilizados dois tipos de argila: a vermelha, mais forte e a branca, utilizada em menor quantidade para temperar o barro a ser utilizado pelo oleiro. Depois de secas as argilas eram trituradas, por vezes com a ajuda de um cilindro de granito movido por animais, amassadas e misturadas com água, numa proporção de 2 medidas de barro vermelho para uma de branco.

Como no Felgar, também aqui era preponderante o papel da mulher na preparação do barro. Uma vez preparado o barro era trabalhado ao torno pelo oleiro, sempre do sexo masculino. A variedade de peças produzidas é semelhante ao que se encontra no Felgar: bilhas, cântaros, panelas, alguidares, púcaros e talhas. Mais recentemente, paralelamente à diminuição do tamanho das peças fabricadas surgiram novos tipos: vasos, cinzeiros, alguidares para o forno.

A cozedura é feita num forno cilíndrico, com cerca de 1,75m de altura, semi-enterrado, com paredes construídas em alvenaria e aberto na parte superior. O combustível é introduzido numa câmara de combustão definida por um arco ogival formado por dois blocos de granito que serve de porta e que se reproduz no interior do forno em mais 3 arcos idênticos. Sobre estes arcos são empilhadas as peças que se pretendem cozer e que são tapadas por cacos, telhas e chapas. Existem ainda dois fornos razoavelmente conservados e que sem grande esforço podem ser preservados. A cozedura demora cerca de 2 horas, daí resultando peças com uma tonalidade amarelo alaranjado, com uma superfície mal alisada em que são visíveis elementos não plásticos de alguma dimensão, devido ao facto de aqui o barro não ser peneirado.

As principais peças, variando embora nas dimensões apresentam as seguintes características:

O alguidar – de formato tronco-cónico invertido, ligeiramente abaulado, apresenta-se normalmente decorado por cintas marcadas com incisões.

Destinava-se à preparação dos enchidos, ao seu armazenamento e à lavagem de louça e corpo.

O cântaro – com bojo piriforme e uma base larga, apresenta-se bastante menos elegante que o seu congénere do Felgar, possui uma asa de fita larga e um colo curto. Destinava-se ao transporte e armazenamento de líquidos.

A talha – de corpo bojudo e elíptico, com colo curto e cilíndrico, terminando num bordo vertical e numa boca de pequeno diâmetro. É normalmente decorada com cordões horizontais e servia para armazenar líquidos e sólidos (azeite, mel, azeitonas, castanha, feijão, enchidos, queijo).

Segundo os oleiros ainda vivos a comercialização limitava-se essencialmente aos concelhos de V. N. de Foz Côa e Meda, englobando algumas zonas de Trancoso e Figueira de Castelo Rodrigo. No entanto é

provável que no início do século a área abrangida fosse substancialmente maior, conforme refere Charles Lepierre que salienta a presença de oleiros deste centro, para além dos já referidos, nos mercados de Aguiar da Beira, Almeida, Belmonte, Guarda, Moimenta da Beira, Pesqueira e Pinhel.

Certo é que os oleiros de Santa Comba e Barreira repartiam entre si as áreas envolventes. A região mais a Norte, até V. N. de Foz Côa era percorrida pelo oleiros de Santa Comba, enquanto as áreas a Sul, de Meda a Trancoso, eram apanágio dos oleiros de Barreira. Vendiam nas feiras e de porta em porta.

Ao visitarmos actualmente as povoações em que trabalharam tantas gerações de oleiros são escassos os vestígios dessa actividade. As oficinas, geralmente uma pequena dependência no r/c da casa ou uma construção precária, desapareceram ou são utilizadas com outros fins, os fornos foram destruídos quase sempre pela edificação de novas construções, algumas peças, de maiores dimensões, resistiram nas caves e adegas ou transformadas em vasos improvisados, que as de uso mais frequente – panelas, cântaros ou tigelas – partiram-se há muito.

Existem, apesar de tudo, ainda algumas marcas desta actividade que justificam uma visita a estas aldeias e que, se devidamente preservadas e valorizadas, poderão constituir pequenos pólos de atracção turístico-cultural.

No Felgar, a antiga oficina e forno³ de António Augusto Rebouta, último oleiro que trabalhou nesta aldeia. Em Torre de Moncorvo, o Sr. Sebastião Rebouta, filho do oleiro anteriormente referido, ainda fabrica peças características desta olaria. Recentemente iniciou-se um curso de aprendizagem de olaria, promovido pelo IEFP e pelo município local.

Em Barreira subsistem dois fornos, um deles ainda utilizado pelo Sr. Alberto Andrade, o último oleiro em actividade nesta povoação, mas que apenas produz pontualmente ou por encomenda.

A olaria é uma das marcas mais fascinantes que nos ficou das sociedades pré-industriais cujos vestígios, tão presentes no interior do país até há poucas dezenas de anos, se extinguem diariamente. Com o desaparecimento dos últimos oleiros e daqueles que com eles

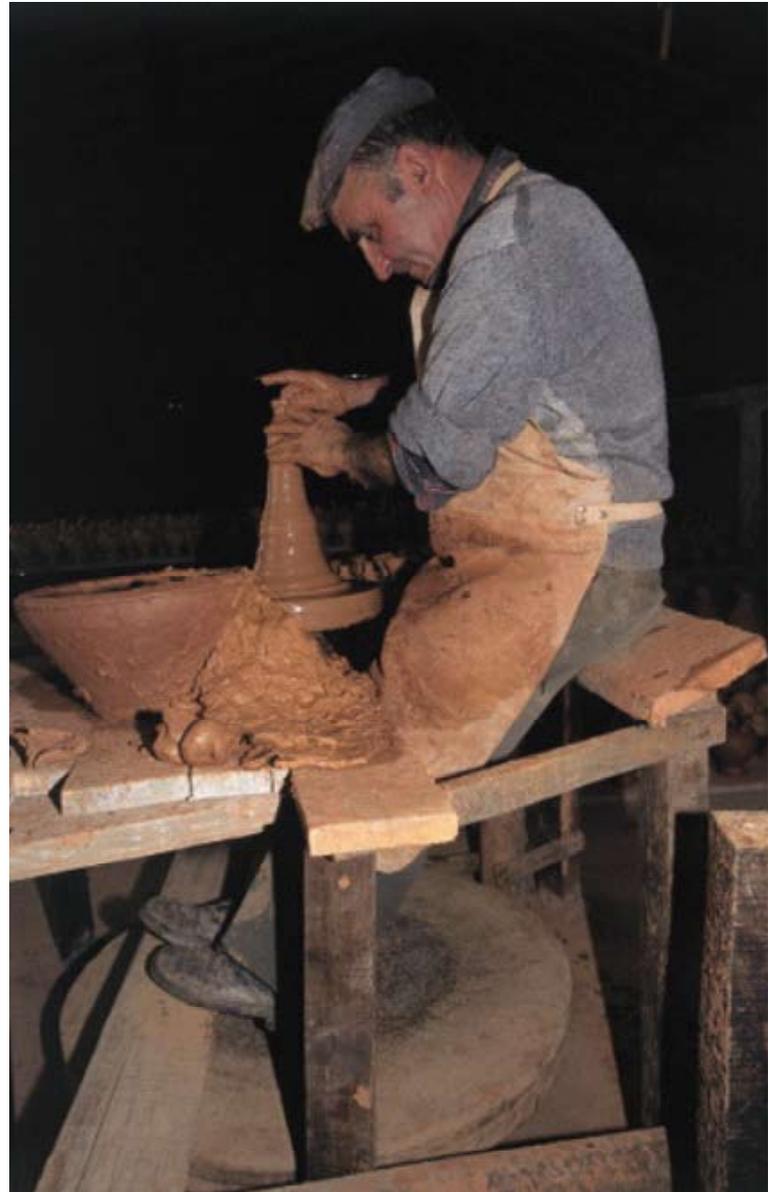


Fig. 4 – O oleiro Manuel Ribeiro. Oriundo de família de oleiros de Santa Comba, trabalha actualmente em Figueira de Castelo Rodrigo



Fig. 5 – Forno em fase de recuperação.
O forno do oleiro Manuel Ribeiro,
Figueira de Castelo Rodrigo

privaram, com a destruição de fornos e oficinas, com a deslocação das peças levadas por antiquários e curiosos apaga-se, rapidamente, a memória de uma região.

A recuperação da memória destes centros oleiros ou mesmo o restabelecimento de uma produção artesanal com características únicas e multiseculares é um desafio para as diversas entidades envolvidas no desenvolvimento e promoção desta região ⁴.

Miguel Areosa Rodrigues

Bibliografia

- AFONSO 1981: Belarmino Afonso, A cerâmica artesanal no distrito de Bragança, sua diversidade e extinção gradual, "Brigantia", vol 0, nº1 Bragança, 1981
- ANDRADE 1982: António Júlio Andrade, Uma villa romana em Vale de Ferreiros, "Brigantia", vol. 4 (4), Bragança, 1982, p. 647-662
- COIXÃO 1996: António Sá Coixão, Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, C.M. de V.N. de Foz Côa, 1996
- FERREIRA 1985: Alípio Ferreira, Sinos do Felgar dobram a finados. António Rebouta: o último oleiro de uma terra de mestres do barro, "Jornal de Notícias", Porto, 27.02.85
- LEPIERRE 1899: Charles Lepierre, Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899
- MACEDO e FREITAS 1988: Manuel Marinho Macedo e Maria da Graça Freitas, Olaria do Felgar (Torre de Moncorvo) - Catálogo, Barcelos, 1988
- MACEDO e FREITAS 1990: Manuel Marinho Macedo e Maria da Graça Freitas, Vasilhas do Felgar, Objectos úteis - Exposição, Barcelos 1990
- MENDES 1981: José M. Amado Mendes, Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796, Coimbra, INIC, 1981
- MOUTINHO 1980: José Viale Moutinho, O oleiro do Felgar, "Diário de Notícias", Lisboa, 116 (40687) 5 Jun 1980, p.7
- RIBEIRO s/d: Emanuel Ribeiro, Água Fresca - apontamentos sobre olaria nacional, Porto, s/d (2ª década do séc. XX)
- RODRIGUES 1958: Adriano Vasco Rodrigues, Olarias do Felgar, "Mensário das Casas do Povo", 11 (129), Lisboa, 1958
- RODRIGUES e REBANDA 1995: Miguel Areosa Rodrigues e Nelson Rebanda, Centros oleiros do distrito de Bragança - olarias de Felgar e Larinho (Moncorvo), In "Actas das Ias. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval de Tondela - 1992", C. M. de Tondela, Tondela, 1995
- SEMPERE 1982: Emili Sempere, Rutas a los alfares. España-Portugal, Barcelona, 1982.

Notas

- ¹ Cf. COIXÃO 1996 e ANDRADE 1984
- ² O referido documento (Livro de Receita e Despesa do ano de 1648 da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, ^aM.M., doc.nº 597) consiste numa listagem nominal de 10 oleiros, um dos quais Juiz do ofício, e seus 8 aprendizes, do Larinho e 4 oleiros do Felgar.
- ³ O forno de António A. Rebouta era diferente e mais evoluído que o forno tradicional do Felgar. Possuía cobertura superior e uma pequena chaminé.
- ⁴ As olarias referidas neste trabalho têm sido objecto de diversos estudos etnográficos, referidos na bibliografia. Saliente-se o trabalho de estudo e divulgação desenvolvido pelo Museu de Olaria (Barcelos), cujas colecções das produções destes centros oleiros nos permitem conhecer peças que de outra forma teriam completamente desaparecido.

A OLARIA DE MALHADA SORDA

Malhada Sorda é uma pacata freguesia do concelho de Almeida onde teimou em persistir o fabrico de louça feita por mãos femininas. A sua extinção foi-se fazendo gradualmente (Dias 1965: 27 e 29): das 16 oficinas detectadas por Temudo, em 1905 (Temudo 1905: 119), hoje não resta nenhuma. E, durante os últimos anos, essa actividade manteve-se nas mãos de uma única oleira que trabalhava quando lhe aprazia, mais para recordar outros tempos do que para da arte tirar sustento para a sua já longa vida.

Podemos assim dizer que morre desta forma inglória um fabrico que abasteceu as terras circundantes durante largos lustros, pelo menos desde 1899, data a que os documentos – sempre tão parcos nestas referências às artes ditas tradicionais – nos permitem recuar (Lepierre 1899: 45).

Há duas peculiaridades neste centro olárico que convém reter. O fabrico da louça ser feito por mulheres e em roda baixa.

Na segunda metade deste século ainda se detecta o fabrico de louça feita por mulheres em quatro localidades da Península Ibérica: duas em Portugal, Malhada Sorda (Almeida, Guarda) e Pinela (Bragança, Bragança); e duas em Espanha, Pereruela e Moveros na província de Zamora.

Em Malhada Sorda coexistiu durante vários anos o fabrico de louça feita na roda baixa por mulheres e no torno por homens. Se esta divisão sexual do trabalho e da ferramenta de trabalho (roda versus torno) é muito antiga não o sabemos. O primeiro autor a falar nesta divisão é Temudo, em 1905, dando conta da existência de 16 oficinas onde laboravam as mulheres e 3 oficinas onde laboravam os homens (Temudo 1905: 119). Em 1949, Joaquim Sellés Pais de Vilas Boas refere 20 oficinas de mulheres, onde se utiliza a roda baixa e duas de homens, onde se utiliza o torno¹. Em 1962, Margarida Ribeiro já só detecta 12 oficinas de mulheres (roda baixa) e 1 de homens (torno) (Ribeiro 1962). Em 1963, Jorge Dias e a sua equipa deparam apenas com 9 mulheres a trabalhar à roda (Dias 1965: 29). Em 1982, Emili Sempere já só encontra uma oleira (Sempere 1982: 327-328). Hoje já não há mãos a afagar o barro...

Todas as fases da preparação da pasta e fabrico das peças – desde que o barro chega à oficina até que as peças depois de prontas são submetidas ao enxugo – são tarefa da mulher. O homem apenas colabora em quatro etapas da produção: na extracção do barro do barreiro e no seu transporte em cestos até à oficina, às costas ou sobre o lombo de muares; na apanha de giesta, combustível utilizado na cozedura da loiça, pelos montes vizinhos e também transportada pelos burros; na cozedura da loiça, sendo ele



Venda de louça de Malhada Sorda.
(Reprod. de postal ilustrado existente
no Museu de Olaria)

quem acama as peças no forno e as coze; na venda da loiça pelas terras e feiras das redondezas transportando-a também sobre o dorso de muares.

A utilização da roda baixa em Portugal é detectada em 12 centros oláricos: Pinela, Bisalhães, Lordelo, Gondar, Gove, Malhada Sorda, Soalhães, Ancede, Ossela, Castelões, Paus e Ribolhos. Em todos estes centros, com excepção de Pinela e Malhada Sorda, produzia-se loiça preta (Fernandes 1997).

Mas detenhamo-nos apenas sobre Malhada Sorda, tema destas linhas. Aqui a construção das peças pode ser feita de dois modos diferentes: quando se trata de peças pequenas utiliza-se a técnica a puxar, quando se trata de peças de maiores dimensões combina-se a técnica a puxar com a por pegaduras². A puxar a oleira coloca um pedaço de barro sobre o tampo da roda que previamente polvilhou com cinza para que as peças a ele não adiram, e trata então de com a mão esquerda imprimir movimento à roda e com a direita de abrir o barro por forma a constituir as paredes do recipiente, tarefa que completa com o auxílio das duas mãos. Peças de maiores dimensões inicia-as a puxar e, após um período de secagem desta parte inferior da peça (o fundo) vai acrescentando rolos de massa sucessivos (técnica do rolo em espiral)³, tarefa que designa por pegaduras. No final, alisa toda a peça com o auxílio de singelos utensílios de trabalho: a faca e a sola. É de notar que, ao contrário da roda baixa utilizada nos centros oláricos de louça preta acima referidos, aqui a mulher não utiliza só as mãos para imprimir movimento à roda, serve-se também para o efeito do seu pé esquerdo. «Concretizando: a roda está parada ao pegar o rolo; a andar, movida com a mão, para principiar a peça e movimentada com o pé sempre que se puxa. Como é posta a roda em movimento com o pé? O pé esquerdo, em movimentos da frente para a retaguarda, vai empurrando os braços das cruces da roda comunicando-lhe movimento. A posição da perna levantada, que só assenta à passagem do braço das cruces da roda para a impulsionar, um equilíbrio incómodo, torna o trabalho extraordinariamente violento» (Vilas Boas 1949: 299).

A loiça é cozida em forno de duas câmaras superiormente descoberto e envolve uma série de pessoas: a oleira ou oleiras, os forneiros, familiares e vizinhos⁴. Produziam-se cântaros, talhas, barranhões, tigelas, barris, púcaros, potes, tapadoiras e vasos⁵, sendo singela a decoração aposta em algumas destas peças. A loiça era depois vendida pelos homens nas terras e feiras das redondezas. Em 1905, esta loiça chegava aos «concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Pinhel, Sabugal e Trancoso» (Temudo 1905: 119). Nos povos das redondezas vendia-se a loiça a troco, costume muito usual em épocas mais recuadas, nas feiras vendia-se a dinheiro.

A última oleira que ainda produzia simplificou muitas das tarefas de antigamente – a produção era exígua não justificando afazeres de outras épocas em que esta loiça tinha serventia nos lares da Beira, quer na preparação dos alimentos quer na sua conservação. Restou, pois, nos tempos modernos mais a recordação dos gestos e da memória de outros tempos do que a reprodução de saberes ancestrais...

Bibliografia

- DIAS 1964 Margot Dias – Técnicas primitivas de olaria com especial referência à África. «Revista de Etnografia». Porto: Junta Distrital do Porto. 3: 1 (Jul. de 1964) 69-114.
- DIAS 1965 Jorge Dias – Da olaria primitiva ao torno de oleiro: com especial referência ao Norte de Portugal. «Revista de Etnografia». Porto: Junta Distrital do Porto. 4: 1 (Jan. de 1965) 5-31.
- FERNANDES 1997 Isabel Maria Fernandes – Locais de produção de louça preta em Portugal. In «A louça preta em Portugal: olhares cruzados». Porto: CRAT, 1997. P. 29-32.
- LEPIERRE 1899 Charles Lepierre – Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.
- OLIVEIRA 1984 Ernesto Veiga de Oliveira – Olaria em Malhada Sorda. In «Olaria em Malhada Sorda: projecção dos filmes». Barcelos: Museu de Olaria, 1984.
- RIBEIRO 1962 Margarida Ribeiro – Contribuição para o estudo da cerâmica popular portuguesa. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 72: 3-4 (1962) 392-417.
- SEMPERE 1982 Emili Sempere – Ruta a los alfares España-Portugal. Barcelona: ed. do autor, 1982.
- TEMUDO 1905 [Fortunato Augusto Freire] – Estudo sobre o estado actual da indústria cerâmica na 2ª circunscrição dos serviços técnicos da indústria. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.
- VILAS BOAS 1949 Joaquim Selles Pais de Vilas Boas – Malhada Sorda: centro oleiro beirão. In «Homenaje a Don Luis de Hoyos Sainz». Madrid, 1949. Vol. I.

Notas

¹ Esta informação é publicada por Jorge Dias, baseando-se em informações recolhidas nos apontamentos de campo de Joaquim Selles Pais de Vilas Boas (Dias 1965: 27, nota 61).

² Há vários autores que descrevem pormenorizadamente as técnicas de fabrico usadas neste centro olário e cuja leitura aconselho: Vilas Boas 1949; Dias 1965; Oliveira 1984: 5-9. Veja-se também o texto de Margarida Ribeiro e as duas fotos que o ilustram sobre o fabrico das peças em Malhada Sorda (Ribeiro 1962).

³ Leia-se a este propósito o sempre actual texto de Margot Dias (Dias 1964).

⁴ Sobre o modo de cozer a loiça neste centro olário leiam-se os elucidativos textos de Vilas Boas 1949 e Oliveira 1984.

⁵ Possui o Museu de Olaria/Barcelos um conjunto de mais de 70 peças de olaria e ferramentas recolhidas, em 1985, em trabalho de campo, por Maria da Graça Freitas e Manuel Marinho de Macedo Correia.

O TRABALHO DO FERRO

Aqueles que hoje visitam as terras transmontanas de que tratamos nestes texto estarão longe de imaginar que, por trás dos campos, vinhas, olivais e amendoais que configuram a paisagem, se encontram, ainda presentes, os restos de um passado industrial.

A imagem das actuais áreas industriais, constituídas por grandes estruturas edificadas com materiais que desafiam o passar do tempo, concorre para esta ideia de uma aparente inexistência de vestígios industriais em zonas rurais que, contudo, foram um dia um dos núcleos mais importantes da indústria metalúrgica de Portugal. No entanto, estes vestígios encontram-se em grande número, testemunhando uma indústria que dependeu, em grande medida, da existência de minas, de combustível e do trabalho de artesãos utilizando técnicas transmitidas de geração em geração ou chegadas, em momentos históricos concretos, de outras paragens.

Estes restos do passado mineiro-metalúrgico são observáveis através da presença de topónimos característicos, derivados da existência de mineração ou minas – Vieiros, Ferronho; de fornos, ferrarias ou lugares de transformação de metais – Vale de Ferreiros, Mazouco, talvez Maçores, Chapacunha; de restos derivados daquelas actividades – Escouradais, Escouradal, Escoira; ou da existência de capelas com invocações claramente mineiras, situadas sobre escoriais, como acontece no Felgar com a capela de Santa Bárbara do ano de 1745.

Cada um destes elementos permite aceder à fonte básica para entender a metalurgia histórica: a Arqueologia, cujos resultados possibilitam uma melhor compreensão da evolução da indústria metalúrgica e portanto da região em estudo.

Neste sentido, há que sublinhar a importância que teve, para a investigação e prospecção mineiro-metalúrgica desta área, o trabalho pioneiro de A. Vasco Rodrigues (RODRIGUES, 1962 e 1964) e, sobretudo, de Jorge Custódio e G. Monteiro de Barros com a sua obra *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos* (CUSTÓDIO e BARROS, 1984) primeira e única aproximação global ao estudo da metalurgia histórica de Portugal.

Os restos mais antigos referentes à exploração das minas e transformação do mineral em metais na zona correspondem à época proto-histórica isto é, à época anterior à conquista romana, conhecendo-se a existência de uma metalurgia não férrea e de uma metalurgia do ferro, através da existência de objectos de cobre, bronze ou ferro achados em escavações arqueológicas.

Os primeiros testemunhos de uma metalurgia na zona, associada a estruturas de habitação, podem ser exemplificados pelo achado de depósitos de escórias no castro da Cidadonha (CUSTÓDIO e BARROS, 1984) que permitem indicar a existência de um aproveitamento dos depósitos de ferro – hematites – situados nas suas imediações, se bem que não seja possível associar directamente esta indústria a um período pré-romano ou a uma ocupação durante a época romana.

Foi precisamente durante o período de dominação romana que se produziu uma grande intensificação de trabalhos de mineração em todo o NW. peninsular, intensificação associada por um lado à extracção de metais preciosos – ouro e prata – e, por outro lado, ao cobre, estanho, chumbo e ferro, minerais abundantes na zona de que nos ocupamos. A actividade extractiva e transformadora romana conduziu também à chegada de novas técnicas mineiras e metalúrgicas. Na época pré-romana, os fornos eram escavados na terra, tinham paredes construídas com argila e a ventilação fazia-se mediante orifícios pelos quais se alimentava a combustão com ar procedente de foles de couro accionados manualmente. O elemento quiçá mais característico era o facto da câmara de combustão não ter saídas para a escória líquida, de maneira que os metais e a escória ficavam juntos no fundo do forno. Na época romana, pelo contrário, aparecem novos fornos nos quais a câmara de combustão é mais alta e dotada de saídas para a escória, que escorria para depósitos escavados nas imediações. Este avanço técnico foi muito importante para o desenvolvimento da indústria transformadora do ferro visto que, se bem que continuou sem poder ser obtido por fundição até à Época Moderna, pela incapacidade de se alcançarem temperaturas superiores aos 1530 graus, facilitou a sua obtenção através da redução de óxidos de ferro e posterior martelamento, por parte dos ferreiros, das massas obtidas nos fornos.

Conhece-se a existência, para o período romano, de lugares de transformação do ferro em zonas de Moncorvo como Barrais (Açoreira) onde foram achadas duas moedas romanas num escorial (CUSTÓDIO e BARROS, 1984), ou em Vale dos Ferreiros (Felgar), onde foram localizadas diversas estruturas correspondentes a uma estação metalúrgica de transformação de ferro.

Quiçá correspondessem a estas oficinas algumas das minas identificadas na zona. Destaca-se a presença de trincheiras com achados de ferramentas de ferro no lugar do Carvalhal, assim como de pequenas galerias no Cabeço da Mua com instrumentos mineiros e uma estatueta de bronze (RODRIGUES, 1962) que foram detectados durante a realização de trabalhos mineiros no século XX.

Juntamente com a existência destes lugares, datáveis de época romana, nos quais se transformava o mineral em metal, existiram outras oficinas na zona dedicadas ao fabrico ou conserto de objectos manufacturados, semelhantes às forjas de aldeia chegadas até à actualidade. Deste modo, poder-se-ia indicar a presença de pequenas oficinas de ferreiros como as de Rumansil I e Reigadas, associadas a vias romanas (COIXÃO, 1996).

As alterações produzidas durante a época tardo-romana deverão ter tido consequências muito diferentes para os habitantes da zona. Assim, se por um lado se constata o abandono dos grandes complexos mineiros e o desaparecimento do comércio a longa distância de minerais e metais, por outro lado a rurali-



Fig. 1 – Antigas instalações da Ferrominas

zação da sociedade conduziu sem dúvida a um aproveitamento das minas de ferro para a obtenção de ferramentas agrícolas.

Com os dados que temos na actualidade, não é possível avaliar o verdadeiro alcance da mineração e metalurgia desenvolvidas na época de transição entre o Baixo Império e a Idade Média, sobretudo por parte de povos como os suevos e visigodos. Contudo, os dados arqueológicos podem permitir, no futuro, uma melhor compreensão desta época, através do desenvolvimento da investigação e da realização de escavações arqueológicas como as realizadas nas imediações do Monte do Castelo em Almendra (COSME, 1997) onde se supõe a localização do bispado visigótico de Calábria. A identificação, no Olival dos Telhões/Aldeia Nova, no contexto daquele projecto de investigação, de uma área de ocupação de época tardo-romana/altomedieval, com uma importante produção metalúrgica de ferro, testemunhada pela grande concentração de escórias à superfície, pode permitir o acesso a novos dados

sobre a indústria altomedieval.

Durante o período medieval produzem-se algumas alterações de vulto entre as quais se destaca o emprego da energia hidráulica nas ferrarias, primeiro para mover os maços – pelo menos desde o século XI – e, já na baixa Idade Média, para mover os foles, facto que possibilitou um aumento da temperatura dos fornos. A baixa Idade Média, particularmente o século XV, é um momento de grandes alterações e do aparecimento de novas técnicas por todo o continente europeu, mudanças às quais não vai ficar alheia a área transmontana. A chegada à zona de mestres ferreiros procedentes da Biscaia, onde se tinha desenvolvido uma potente indústria metalúrgica, é apenas um exemplo da grande actividade industrial e da preocupação constante pela incorporação das novas técnicas.

Se bem que ainda não tenham sido realizadas, nesta zona, escavações arqueológicas em áreas industriais correspondentes à época medieval, a presença em escoriais de cerâmicas datáveis da Idade Média é indício da continuidade dos trabalhos metalúrgicos até à época baixo-medieval, momento em que já se têm numerosas referências documentais. Da mesma forma, escavações arqueológicas realizadas nos últimos anos em áreas de habitação de características distintas – castelos, vilas, igrejas – permitiram constatar a continuidade de trabalhos metalúrgicos muito diversos. Foram identificadas as estruturas e ferramentas de uma forja do século XIII, assim como de um forno de redução de ferro no sítio de Ervamoira (GUIMARÃES, 1997). Pelo seu lado, as escavações arqueológicas realizadas no castelo da Vila Velha de Numão (LOPES et al., 1997) permitiram identificar as estruturas correspondentes a um forno de fabrico de sinos pela técnica da cera perdida, datável da baixa Idade Média, que é prova da presença na zona de artesãos e de técnicas industriais evoluídas e semelhantes às de outros pontos da Europa.



Fig. 2 – Antigas instalações da Ferrominas

Através da documentação dos séculos XV e XVI, pode-se conhecer a existência na área de Moncorvo de diferentes oficinas relacionadas com a exploração do ferro. Tudo parece indicar tratar-se de uma fase de expansão na produção, na qual convivem antigos sistemas de trabalho com novas técnicas e oficinas. Deste modo, indicia-se a existência de uma metalurgia artesanal realizada pelos camponeses das aldeias que levavam depois os seus produtos, ferramentas ou lingotes, a vender ao mercado da vila de Moncorvo. Era uma metalurgia realizada com uma técnica semelhante àquela que fora utilizada na zona desde a época tardo-romana, tal como se pode observar na descrição feita pelo Dr. João de Barros em 1549 do trabalho metalúrgico na vila de Mós, referindo que as mulheres estavam dobando e fiando ao mesmo tempo que moviam «com os pés os folles enquanto os maridos fazem o ferro» (CUSTÓDIO e BARROS, 1984).

Conhece-se, por outro lado, a existência de uma metalurgia mais elaborada, através de documentos, também do século XV, que indicam, por exemplo, que moradores de Felgueiras trabalhavam em oficinas de tirar ferro, pertencentes à Coroa. Neste sentido, provavelmente alguns dos topónimos de aldeias próximas, como Maçores ou Mazouco, podem ter uma relação directa com a existência, nos ditos lugares, talvez desde a Idade Média, de maços para estirar o ferro movidos por energia hidráulica. Se bem que estas ferrarias, governadas por um dono de oficina e nas quais trabalhavam mais de 12 oficiais, como se indica em documento de 1443, contavam, provavelmente, com o uso da energia hidráulica para mover os maços desde época anterior, não sabemos, no estado actual dos conhecimentos, se se havia recorrido já no século XV ao emprego da água para mover os folles.

Desconhece-se qual era o número real destas ferrarias, muitas das quais devem corresponder, sem dúvida, aos numerosos escoriais, de diferentes épocas, encontrados no inventário realizado por J. Custódio e G. Monteiro de Barros. Nos tempos de D. João III, existiam na zona 50 forjas, mas a opacidade da documentação quanto às características destes estabelecimentos industriais impede uma maior aproximação à realidade da época.

Novamente é a Arqueologia que permite conhecer alguns aspectos de interesse. Através do estudo de J. Custódio pode-se identificar a existência de três grandes zonas, correspondentes às paróquias de Felgueiras, Felgar e Carviçais, do concelho de Moncorvo e do antigo concelho de Mós, com antecedentes minero-metalúrgicos pelo menos desde os séculos XV e XVI. A metalurgia dos séculos XVII e XVIII continuará a desenvolver-se nas ditas áreas se bem que, como indica J. Custódio, pareça existir um primeiro abandono no caso das do Felgar, que não ultrapassariam a primeira metade do século XVII. No que respeita às outras duas áreas, foram administradas em inícios do XVII por Manuel Cruz de Santiago que mandou construir dois fornos em Felgueiras e três em Carviçais, podendo ter desaparecido primeiro os de



Fig. 3 – Fábrica do Ferro da Chapa Cunha

Felgueiras e conhecendo-se a existência ainda em 1758 de duas fábricas em Carviçais, que usavam o ferro do Cabeço da Alva e o carvão vegetal da zona (CUSTÓDIO e BARROS, 1984).

Estes dados sobre as ferrarias são muito interessantes em confronto com os oferecidos pela prospecção realizada pelos citados autores. São, assim, de grande interesse os restos achados nos lugares de Lamelas (Felgar) Souto da Velha (Souto de Velha), Bouticas (Felgueiras) e Carviçais (Carviçais), que correspondem a um tipo de metalurgia não medieval, chegado provavelmente à região no século XVI ou talvez no XVII. Trata-se de oficinas que contavam com grandes fornos com chaminés construídas com pedra e cal que chegavam, como no caso de Souto da Velha (RODRIGUES, 1962), a ter cinco metros de diâmetro. Contudo, o elemento mais significativo para identificar a tecnologia destas estruturas anterior ao século XVIII, uma vez que na referida data parece que já não existiam as ferrarias de Felgar, é a presença de cadinhos de granito com restos de metal fundido; moldes que foram localizados nos lugares de Carviçais, Lamelas e quiçá em Bouticas, onde se menciona a existência de pedras de granito com restos de metais.

Como já foi referido anteriormente, durante o período medieval não foi possível obter ferro por fundição directa devido à incapacidade técnica de chegar à temperatura de fusão deste mineral. A presença de tais cadinhos em relação com os ditos fornos só poderia assim ser explicada pelo emprego de uma nova tecnologia que permitiu a obtenção de mineral fundido, talvez mediante o emprego de foles hidráulicos e o uso de fundentes, como a cal, nos fornos.

O último grande passo da metalurgia na região foi dado em 1781, com a tentativa de criação de uma moderna ferraria hidráulica na freguesia de Mós. Como muitas outras ferrarias da época baixo-medieval ou moderna, esta instalação industrial terá o nome de uma das suas componentes, a Chapacunha, ou açude na qual se iniciava a captação de águas no rio.

Tratava-se de uma ferraria moderna à qual chegava a água por uma levada, a partir de um açude situado no Vale da Salgueireda, até um depósito situado mais alto que a ferraria e desde o qual se lançava a água para mover as estruturas do maço e a ventilação dos fornos.

A água caía sobre uma roda que fazia girar um grande tronco de madeira em cujo extremo havia uma peça de ferro (buga) com quatro cabeças que, ao girar do tronco, percutiam ritmicamente sobre o extremo metálico do maço fazendo-o funcionar. O maço, propriamente, era um grande tronco que tinha na sua parte central uma peça de ferro que actuava como eixo apoiado, como um balançé, sobre uma estrutura de madeira. Mediante o rítmico golpear das cabeças da buga sobre o extremo do maço, convertia-se o movimento horizontal do tronco da roda num movimento vertical, ao balançar-se o maço, de maneira que o grande martelo pilão situado no outro extremo batesse sobre o ferro que era colocado numa bigorna.

No que respeita ao sistema de ventilação do forno é muito interessante verificar como se optou, inicialmente, pela mais moderna técnica existente na época, a chamada trompa catalã, composta, de facto, por um grande tubo pelo qual se fazia descer a grande velocidade a água, de maneira que empurrasse o ar nele comprimido para dentro do forno. Contudo, a inexperiência dos oficiais neste sistema, indica J. Custódio, levou à opção final pelo conhecido sistema dos foles de couro, movidos pela energia hidráulica

pelo mesmo método que o empregado no maço. Foi, indica igualmente o mesmo autor, a inexperiência dos oficiais galegos, contratados para se encarregarem da ferraria e a falta de apoios, o que conduziu aos maus resultados da ferraria, abandonada antes de 1825.

Chapa Cunha foi a última grande obra de transformação de ferro da zona. Posteriormente ao abandono da ferraria inicia-se uma época distinta, na qual o comércio a grande distância de metais tem um papel fundamental. Deste modo, iniciam-se as grandes explorações das minas de ferro e outros metais que serão enviados para transformação noutros países através do caminho-de-ferro e do rio Douro. O ferro do Reboredo, do Cabeço da Mua, do Carvalhal, o chumbo de minas como Ventozelo, passaram a ser explorados sem que esta extracção de mineral conduzisse ao desenvolvimento de uma potente indústria metalúrgica na zona. Desta forma, não obstante as várias tentativas de criar, em momentos distintos do século XIX, grandes altos fornos junto aos rios Douro ou Sabor, a falta de potencial económico, de apoio governamental e a inexistência de boas comunicações impediu, à semelhança do que sucedeu em outras zonas da Península como El Bierzo (Espanha), o desenvolvimento de uma grande indústria transformadora de metais.

Durante o presente século procedeu-se à grande exploração do ferro da região de Moncorvo através de diferentes empresas como a Companhia Mineira de Moncorvo, dependentes do grupo alemão Thyssen, assim como pela companhia Ferrominas, criada em 1951, após arrendar as concessões mineiras do Cabeço da Mua e Carvalhal, exploradas anteriormente por Schneider nos inícios do século. A evolução da empresa Ferrominas, narrada de maneira expressiva por G. de Barros (CUSTÓDIO e BARROS, 1984), é um testemunho que poderia servir como exemplo do fim de muitas outras minas europeias. A incorporação no mercado mundial do ferro das grandes minas americanas e africanas; o baixo teor de ferro do mineral local; as crescentes dificuldades económicas e a opção dos Estados pela compra do mineral estrangeiro, sem ter em conta a importância social da manutenção das minas em zonas que não contavam com outras indústrias, levariam finalmente ao abandono das explorações, depois da sua conversão em empresa pública em 1977. Actualmente, as ruínas das minas de Moncorvo são o mais claro e evidente vestígio de uma larga tradição industrial, um testemunho do passado e, também, um elemento do património cultural transmontano capaz de ser revalorizado e dignificado.

Neste sentido, reveste-se de especial interesse a junção de esforços realizada entre o Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo e a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, com o objectivo de criar e desenvolver o Museu do Ferro e da Região de Moncorvo, com base na antiga colecção museológica da empresa Ferrominas, reunida por J. Custódio e G. Monteiro de Barros.



Fig. 4 –Carvalhal.
Bairro mineiro e mina a céu aberto

A importância dos restos arqueológicos conservados na região permitem-nos ser optimistas quanto ao desenvolvimento das investigações. A celebração, no ano de 1996, em Torre de Moncorvo, do Congresso sobre mineração e metalurgia do ferro. Da Antiguidade aos nossos dias, constituiu um primeiro passo para criar um ponto de encontro de investigadores que se debruçam sobre a metalurgia peninsular. Por outro lado, tanto o desenvolvimento do projecto do Museu, como a continuidade dos trabalhos de investigação arqueológica que se realizam na região do Alto Douro desde há vários anos, pode permitir a valorização dos restos minero-metalúrgicos.

Vestígios de actividade industrial, fonte de desenvolvimento da região no passado, que podem ser agora não só motivo de orgulho e satisfação para as populações locais, como também, novamente, pólos geradores de riqueza, através dos quais progredir no sentido de um desenvolvimento económico sustentado, inteligente, respeitoso para com o passado e com o Património Histórico de Portugal.

Jorge Argüello

Bibliografia

- COIXÃO 1996 COIXÃO, António Sá – Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa. Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1996.
- COSME 1996 COSME, Susana – Aldeia Nova. Resultados de uma primeira sondagem. «Actas do Ciclo de Comunicações e Visitas. Foz Côa Ano 2000». A.C.D.R. de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa (no prelo).
- CUSTÓDIO e BARROS 1984 CUSTÓDIO, Jorge; BARROS, G. Monteiro de – O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos. Ferrominas, 1984.
- GUIMARÃES 1997 GUIMARÃES, Gonçalves – Museu de Ervamoira. Guia do Visitante. Adriano Ramos Pinto (Vinhos) S.A. Vila Nova de Gaia, 1997.
- LOPES et al. 1997 LOPES, I. Alexandra; ABRANCHES, Paula; SANTOS, Heloísa dos – Vila Velha de Numão. Espaços religiosos. O exemplo da Capela de S. Pedro. «Segundas Jornadas de História Local e Regional». Vila Nova de Gaia, 1997 (no prelo).
- RODRIGUES 1962 RODRIGUES, A. Vasco; RODRIGUES, M^a Carqueja – Subsídios para o estudo das Ferrarias do Reboredo. Moncorvo. Porto, 1962.
- RODRIGUES 1964 RODRIGUES, A. Vasco – O problema das fundições romanas do ferro. Porto, 1964.

OLHARES SOBRE A SEDA NAS TERRAS DO CÔA

«(...) no contexto estrutural da região do Côa, as oportunidades de desenvolvimento futuro não podem deixar de passar pela valorização destes símbolos da memória local. Qualquer estratégia de promoção (...) distanciada dessa memória ou contribuindo para a sua destruição compromete e reduz o já débil espectro de oportunidades.»

António Manuel Figueiredo, 1995

A olho nu

Há entre as terras do vale do Côa e as gentes que as povoam uma enraizada intimidade. Nas fragas que escolheram para se perpetuarem com a sua arte, nos espaços que ocuparam com as suas casas, nos meios que encontraram para viver, na solidariedade que assumiram para sobreviver.

Hoje, embora partilhando a aldeia global, essa intimidade mantém-se. E é mais do que isso: Homem e Natureza são cúmplices de uma história comum, orgulhosos da sua realidade, solidários na forma de comunicar. Atravessando o tempo lado a lado souberam as gentes perpetuar essa existência una, no respeito de quem pisa lugares sagrados, que sagrada é a terra que nos dá o pão.

Nestas terras nasceram as amoreiras. E com a ajuda delas se criou o bicho-da-seda cujos ovos as mulheres colocavam em pequenos sacos de camurça e traziam junto ao peito, como se de filhos se tratasse, para os proteger até ao seu nascimento - o seu ganha-pão, as suas joias!

Depois extraía-se o fio da seda dos casulos. O finíssimo e luxuoso fio da seda que era também o fio da história das populações, uma tradição de há séculos perpetuada nas sábias mãos das mulheres das aldeias, o luxo numa terra aparentemente agreste para quem chegava dos grandes centros onde, afinal, essa seda era maioritariamente consumida. A seda pura - fiada para os outros, pois o produto era caro e essencial para a subsistência económica das comunidades locais. Para elas ficavam os “maranhos”, a seda de qualidade secundária.

Tecia-se também o linho, mais popular, depois destronado pelo democrático algodão (Mendes 1993, 60) abundante e barato, produzido próximo do litoral e favorecido por uma rede viária e ferroviária crescente que lhe garantia os mercados.

Estamos na terra das amendoeiras teimosamente floridas frente ao alto e feíssimo eucalipto, nas palavras de Eça de Queirós, que hoje vai ganhando terreno, conformadamente aceite pelas populações nas pequenas aldeias já quase despovoadas, onde, sob a sombra das amoreiras que subsistem, agora apenas vestígio parcelar de uma actividade que moldou a região durante séculos, restam os mais velhos

enraizados ainda ao chão em que nasceram, neste mesmo fim de século em que se navega pelo mundo inteiro entre duas badaladas no sino da igreja.

Hoje já não há produção de seda nestas terras. Mas ficou a vontade de manter viva essa memória, de não deixar morrer as amoreiras e o bicho-da-seda e com eles o passado de uma comunidade de engenho e arte que ocupa as terras do vale do Côa. A revitalização desta actividade, com as suas potencialidades turísticas e económicas (desde que dimensionadas e revalorizadas enquanto elemento constituinte da sociedade contemporânea), poderá mesmo contribuir para o desenvolvimento da região.

Um olhar sobre a história

Praticamente inexistente na actualidade, a produção artesanal de seda possuiu durante séculos um papel relevante na economia desta região. A importância e o valor económico da seda é perfeitamente compreensível se nos lembrarmos, por exemplo, que no século XVI e seguintes, vestir ou não sedas era expressão de superioridade ou inferioridade social, à semelhança do porte de espada. A Ley sobre os vestidos de seda & feitos d'elles e das pessoas que os podem trazer, de 1570, regulamentava significativamente o seu uso, e as infracções - depois de julgadas - implicavam penas aplicadas pelos tribunais. De resto, ser nessa época cidadão do Porto era um privilégio que se materializava, entre outros aspectos, por poder vestir sedas, independentemente da sua pertença social.

A existência de amoreiras multi-seculares na região que vimos abordando - entre as quais se salientam as que se implantam à entrada de Castelo Mendo (local e popularmente atribuídas ao reinado de D. Dinis) - revelam uma ancestral tradição na produção da seda, para a qual as folhas daquela árvore - fonte de alimentação do sirgo (ou

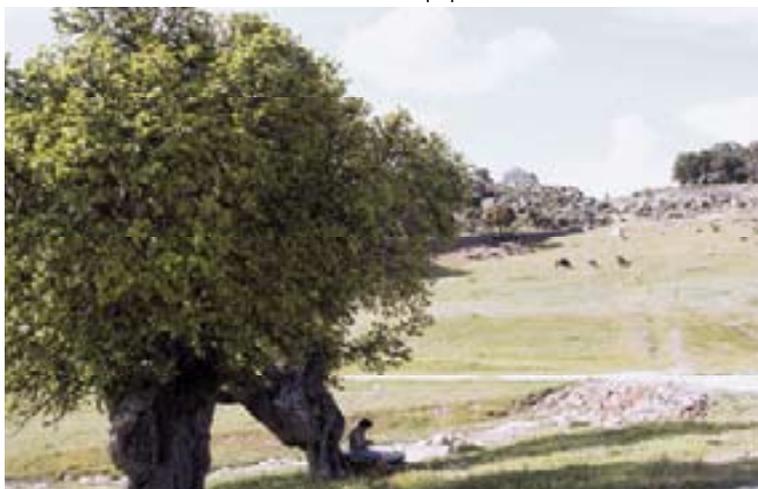


Fig. 1 – Amoreiras em Castelo Mendo (Almeida)

bicho-da-seda) - eram elemento imprescindível.

Mas, são fundamentalmente do século XVIII os elementos mais eloquentes que possuímos. No início desse século Pinhel chega a atingir uma produção de 51 arrobas de folha de amoreira (Rodrigues 1997, 63) e a actividade sericícola da região nessa época, nomeadamente dos concelhos localizados mais a sul, é fundamental para a manufactura das colchas de Castelo Branco. Mais a norte, além das referências a produção em Almeida e Castelo Rodrigo, a actividade artesanal da seda é ainda bastante significativa no final do século XVIII em Foz Côa (Pereira 1995, 33). Com efeito, não obstante o sucesso da produção do pó do sumagre (produto utilizado com muita eficiência no curtimento de peles e na tinturaria, pelos surradores e sapateiros da região e de outros lugares para onde era escoado, nomeadamente a cidade do

Porto), em finais de Setecentos os terrenos de Foz Côa menos aptos para a produção cerealífera, continuavam a ver nascer ao lado das amendoeiras e dos sumagrais de sucesso, as amoreiras essenciais para a actividade sericícola.

Mas, mais do que pólo produtor, Foz Côa vai-se revelar como importante centro mercantil e distribuidor da seda. Em 1810 José Acúrcio das Neves escreve que ela é ... uma das mais ricas (terras) da Beira Alta, pelo muito comércio que ali se faz, tanto em sedas, com em bacalhau (...) que por aquele ponto se distribuem pelas terras comarcãs de Portugal e Espanha (Neves s/d, 303).

Beneficiando da sua localização estratégica, como ponto de passagem entre as terras de Trás-os-Montes e as Beiras, e da navegabilidade do Douro, particularmente a partir da destruição do Cachão da Valeira, em 1792, Foz Côa irá captar e redistribuir não só as produções de seda das terras que se localizavam a montante do Côa (e só Pinhel produz artesanalmente, em 1802, 1655 arráteis de seda) mas também do importantíssimo centro produtor que é, já na margem direita do Douro, Freixo de Espada à Cinta. De resto, a tradição do artesanato da seda em Trás-os-Montes, particularmente no distrito de Bragança, era bastante significativa, estabelecendo-se não poucas vezes, em finais do século XVIII, já em pequenas oficinas e numa proto-industrialização domiciliária. Está, a título de exemplo, registado o caso de João António Lopes Fernandes que, assentando fundamentalmente a sua actividade na indústria ao domicílio, possuía em 1783 108 teares, dominando praticamente a indústria sericícola na província de Trás-os-Montes (Fortunato de Almeida 1920, 39).

Aliás, a tradição da indústria da seda e a existência de matéria-prima nesta província, associada ao facto de se tratar de uma actividade semi-industrial e semi-agrícola, adaptando-se assim muito bem às características sócio-económicas transmontanas (Mendes 1993, 58), terá estado na base de uma experiência industrial bastante inovadora em 1788: a construção em Chacim (Macedo de Cavaleiros) do Real Filatório de Sedas - um projecto industrial com tecnologia de ponta, introduzida em Portugal por técnicos italianos, e implantada por opção do Marquês de Pombal, provavelmente pelos motivos expostos, em Trás-os-Montes, em detrimento da Real Fábrica das Sedas de Lisboa criada em 1784.

O filatório de Chacim, apesar de nos seus primeiros oito anos de existência ter demonstrado um certo dinamismo (Mendes 1981, 258) nunca atingiu grandes níveis de desenvolvimento e, meio século depois, ameaçava já ficar reduzido a ruínas num curto espaço de tempo. E, efectivamente, em 1866, foram as ruínas desta fábrica que foram colocadas à venda.

Assim, em meados do século XIX e nas décadas seguintes a actividade sericícola na bacia do Côa e nos concelhos que lhe eram fronteiros, do outro lado do Douro (Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à



Fig. 2 – O bicho-da-seda é colocado sobre as folhas de amoreira, dispostos em tabuleiros, para seu alimento.
Associação para o Estudo Defesa e Promoção do Artesanato, Freixo de Espada à Cinta

Cinta), mantinha as características eminentemente artesanais que haviam caracterizado a produção de seda durante séculos.

Mas a partir de agora vamos assistir também a um paulatino e irreversível processo de declínio, em virtude da concorrência da têxtil algodoeira que conhece então profundos avanços tecnológico-industriais. Dir-se-ia que o algodão, mais acessível, logo, mais “democrático” se adaptava melhor às transformações culturais, sociais e económicas que, sobretudo a partir da Revolução Francesa e com o liberalismo, se iam processando. Ao invés, a seda, mais rara e “aristocrática”, foi perdendo virtualidades e funcionalidade, à medida que o “Ancien Régime” se ia eclipsando. (Mendes 1993, 60).

No início do século XX, há excepção de algumas localidades que teimosamente vão manter a produção da seda (entre as quais se destaca de uma forma muito significativa Freixo de Espada à Cinta), a actividade sericícola começa já a fazer parte da Memória histórica e cultural das povoações.

O fenómeno mais relevante e dramático na história recente da região (Pereira 1995, 35) - o refluxo demográfico crescente - mais não vem do que acentuar o declínio desta actividade artesanal. O fluxo migratório para o Porto e Brasil, entre os finais do século XIX e a I Guerra Mundial, surtos epidémicos no pós-guerra, como a gripe pneumónica de 1918, e a significativa partida, desde os anos 50, de colonos e soldados para África e de emigrantes para o Brasil e para a Europa, produzem uma retração demográfica impressionante. Dois simples exemplos: com 14 500 habitantes em meados do século XVII, a cidade de Pinhel possuía em 1991 apenas 12 295 (Rodrigues 1997, 61), e a população do concelho de Foz Côa registou uma quebra de 17 116 habitantes em 1950 para 8 885 em 1991. Tais factores não podiam, evidentemente, deixar de se reflectir na produção da seda ou, nas palavras de António da Silva “Sargento”, 86 anos, de Freixo de Espada à Cinta: (...) depois começaram a ir para a França. Começaram a ir para a Alemanha ... lam a salto, com os homens. Abandonavam-se por lá! E isto da seda foi desaparecendo.

Desaparecendo, sim. Mas não de todo. Alguns (muito poucos) núcleos foram resistindo e, embora em muitos locais já não se procedesse à tecelagem da seda, a criação do sirgo nos grandes tabuleiros continuamente repletos de folha de amoreira, e a produção do seu casulo, continuariam a ser, durante os três primeiros quartéis do século XX, uma realidade em muitas destas povoações da bacia do Côa, abastecendo assim os centros artesanais de matéria-prima essencial à produção da seda.

Na década de 70, contudo, a actividade sericícola parecia ter desaparecido definitivamente. Todavia, em 1981, um projecto inovador vem dar um novo alento e esperança à tradição da seda na região. Nesse ano é criada, em Freixo de Espada à Cinta, a Associação para o Estudo, Defesa e Promoção do Artesanato do Freixo, visando o renascimento da manufactura tradicional da seda. São então lançados, com o apoio do Instituto de Emprego, cursos de formação que cativarão muita gente nova. E, como no passado, apenas mulheres. Neste processo é justo destacar o nome da Dona Maria Augusta, então já com mais de 80 anos e, seguramente, uma das últimas artesãs da seda. Foi ela que transmitiu os velhos conhecimentos da criação do sirgo, das técnicas da produção do fio da seda e da sua tecelagem. Paralelamente procedeu-se

a uma significativa recolha, junto de tradicionais famílias da povoação, de panos e outros modelos antigos que a Associação passou a copiar nas suas produções.

Presentemente, e após uma série de anos em que, indiscutivelmente, as instalações desta instituição (onde se podia visitar e assistir a todas as fases da actividade sericícola, da plantação da amoreira à tecelagem da seda, passando pela criação do bicho-da-seda) se converteram no principal motivo de atracção turística da povoação, a Associação parou, esperamos que temporariamente, a sua actividade. Os elevados custos de produção da seda e algum alheamento por parte das entidades que deveriam apoiar este tipo de projecto, estarão na base da actual situação.

Todavia, a não ser que teimosamente se opte por continuar folcloricamente a produzir os velhos modelos e formas, importará, na busca de soluções para a sobrevivência técnica e financeira desta multiseccular actividade artesanal, avançar com novas propostas, à luz de um design de moda contemporânea. Produzir, no maior respeito pelas técnicas ancestrais de produção do tecido, novas peças, cheias de tempo, sem tempo, na moda, com a tradição (Cardoso 1997, 14). Tal não é impossível. Experiências com o linho, o burel, as rendas de bilros, a lã ou os trapos, envolvendo velhas e novas artesãs de algumas aldeias perdidas das serras de Montemuro, Aboboreira, Freita e Arga, vêm demonstrando nestes últimos anos, excelentes resultados na perpetuação de uma riquíssima memória cultural destas comunidades tradicionais (referimo-nos, entre outras, à experiência coordenada pela estilista Helena Cardoso). Desde que inspiradamente urbanas, as tradicionais produções têxteis continuam a encontrar nos grandes centros urbanos um importante mercado. A seda, seguramente, não fugirá à regra.



Um olhar sobre a produção

Cabia tradicionalmente às raparigas solteiras a criação do sirgo ou bicho-da-seda - o *Bombyx mori*, na designação em latim. Seus pais participavam numa fase inicial, assegurando a recolha das folhas de amoreira nas quais, depois de espalhadas sobre grandes tabuleiros em madeira, era colocado o sirgo para se alimentar, depois de chocados os ovos.

Muitos cuidados e confortos exigia o ovo do sirgo (significativamente designado na forma popular por semente), para se “chocar”. Na Primavera, e durante o dia, traziam-na aconchegada, num bolso, ou no seio, para participar do calor brando que o corpo lhe oferecia.

À noite, carinhosamente, metiam-na num saquinho de lã que colocavam no leito ou junto à lareira (Escola Preparatória de Bragança 1984, 184).

Fig. 3 – “Para auxiliar a construção do casulo é colocada nos tabuleiros a arçã, que facilita a sua fixação”.

Associação para o Estudo Defesa e Promoção do Artesanato, Freixo de Espada à Cinta

São diversas as espécies de bicho-da-seda como diversas são também as espécies de amoreiras. Entre todas as variantes, dependente da espécie de bicho e da sua alimentação, resultavam diferentes fios. Os processos, esses, eram sempre os mesmos.

A amoreira, depois de plantada, necessitava de pelo menos cinco anos para cumprir plenamente a sua missão enquanto alimento do sirgo. Este cumpria um ciclo anual iniciado na Primavera, que assegurava uma ocupação contínua das mulheres na criação do bicho, extracção do fio e tecelagem da seda.

Todos os anos o ciclo se repetia. Entre Maio e Junho o bicho-da-seda nascia sendo colocado sobre as folhas da amoreira que o aguardavam já em tabuleiros para seu alimento.

O sirgo muda de pele quatro vezes durante este período - é a fase da garganteira, como lhe chamavam localmente, em que o sirgo, um pouco enjoado, deixa de se alimentar, recuperando novamente o apetite quando, passado este tempo, atinge a idade adulta.

Inicia então a construção do casulo, também conhecido na região por folhelho, que o ocupará nos 10/15 dias seguintes. Para o auxiliar nesta operação, as raparigas colocavam nos tabuleiros a arçã, pequenos ramos de uma espécie de carqueja que facilitava a fixação do casulo.

Terminado o tempo de construção dos seus pequenos esconderijos ovulares, o bicho-da-seda, transformado em crisálida dentro do casulo, surgia em forma de borboleta, furando o casulo e libertando-se assim para acasalamento. Estamos já em Junho.

Há, pois, que evitar esta perfuração se se pretende aproveitar o fio contínuo da seda.

Este processo implica, para a maior parte dos casulos, sacrificar a crisálida às altas temperaturas de exposição solar, colocando-os em mantas ao sol. Algumas borboletas, mais afortunadas, saem livremente, sendo colocadas em caixas para acasalamento. Na sua efémera vida de pouco mais de um dia, estas borboletas são reponsáveis pela produção de inúmeros ovos que assegurarão a criação do ano seguinte.

Actualmente, nos processos de revitalização da actividade sericícola experimentada em Freixo de Espada à Cinta, a morte da crisálida é muitas vezes feita através de baixas temperaturas, colocando os casulos em arcas frigoríficas, assumindo os benefícios das evoluções tecnológicas e rompendo pela primeira vez neste processo, o elo de profunda interdependência do trabalho da seda com o seu meio natural.

Dá-se então início à segunda fase de produção da seda - a extracção do fio. Os casulos são colocados, para amolecer, numa caldeira de cobre sobre uma fomalha alimentada a lenha. Depois, com ajuda de uma pequena vassoura feita de carqueja puxa-se a ponta do fio que se vai soltando e desenrolando à volta do casulo. O fio é contínuo atingindo cerca de 1500 metros de comprimento, constituindo assim a maior fibra natural utilizada na tecelagem.

Cada bicho-da-seda segrega dois filamentos, unidos pela sericina, espécie de goma ou cola resultante de secreções do sirgo, conferindo ao fio uma extrema resistência e regularidade se comparado com outras fibras também usadas ancestralmente na tecelagem.

Juntam-se os fios de vários casulos, enrolados em simultâneo no sarilho ou roda de fiar (em madeira, fixa em dois barrotes paralelos). O fio passa então por uma peça em metal com orifícios onde a goma, agora amolecida, vai novamente servir para os unir, obtendo-se apenas um fio, mais espesso, pronto para passar à fase seguinte - a do entrelaçamento dos fios da teia e da trama no tear dando origem à tão cobiçada seda pura.

Antes, porém, de passar ao processo seguinte - o da tecelagem - merece um pequeno apontamento a utilização dos casulos perfurados pela saída da borboleta - os maranhos - na produção de uma seda mais grossa, de inferior qualidade, e por isso vulgarmente apelidada de seda de segunda.

Estes casulos, colocados numa outra caldeira com água a ferver, formavam uma pasta do tipo do algodão em rama - a fase da crameação. Depois de obtida esta pasta era colocada numa roca e fiada à semelhança da lã.

Quando ao serviço das casas mais abastadas, das senhoras ricas, as raparigas juntavam-se nos salões aí destinados a esta tarefa, para a alimentação do bicho e depois para a extracção do fio.

A tecelagem constitui a última fase do trabalho da seda ainda nas mãos das mulheres desta região.

O processo de tecelagem, feito em teares manuais de madeira, era já tarefa individual, assegurada na casa de cada família, entregue às mulheres. O trabalho era pago à peça, com valores muito inferiores àqueles que o tecido de seda pura, uma vez comercializado fora das aldeias, vinha a atingir.

Produzia-se a seda para o vestuário das classes aristocráticas e clero, mas também para os paramentos utilizados nas igrejas e cerimónias religiosas. As mãos que carinhosamente criavam o bicho-da-seda e cuidadosamente extraíam o fio e teciam a seda nunca aspiravam, pois, ao luxo de a vestir. Focaremos, contudo uma excepção. No centro dos peneiros para o trigo, para se obter uma mais eficaz peneiração, era utilizada uma rede de seda.

Ao contrário do que acontece com a produção do fio, em que a seda assume técnicas completamente distintas das restantes fibras



Fig. 4 – “As amoreiras resistem ainda, marcando alguns pontos da paisagem”.
Adeganha (Torre de Moncorvo)

(não é fiada nem torcida), o processo de entrelaçamento dos fios de seda assemelhava-se ao da tecelagem das restantes fibras.

Os teares, como ficou dito, eram construídos em madeira, privilegiando os tambores de 60 cm de largura, utilizando uma tecnologia simples e accionados pela força humana.

A tecelagem consiste basicamente no cruzamento dos fios da teia (elemento fixo) colocados longitudinalmente, com os fios da trama (elemento móvel) colocados na lançadeira que atravessa a “cala” ou passagem criada pelo levantamento alternado de parte dos fios da teia pelos liços para permitir o entrelaçamento. A rede assim criada é constituída por pontos bem apertados para formar o tecido e batida por um pente para lhe dar consistência e regularidade.

Sendo o fio da seda muito fino, resulta do seu entrelaçamento um tecido igualmente fino, embora proporcionalmente de grande resistência, exigindo muito tempo para conseguir formar uma peça inteira de seda pura.

Fruto das condições que a natureza oferecia para a criação da amoreira e do carinho que as mulheres dedicavam à produção sericícola, o fio da seda foi-se confundindo com o fio da história destas comunidades a quem a sorte furtava depois o finíssimo tecido quando se tratava de tecer as suas vidas, entregues a fibras mais vulgares e de menor qualidade, embora também trabalhosas, como o linho.

Um olhar sobre a região

Se ao percorrer as terras do vale do Côa procurar o viajante encontrar a memória desta ancestral tradição do trabalho da seda, deverá lançar um olhar atento às paisagens que o rodeiam e às gentes que o acolhem.

As amoreiras resistem ainda marcando alguns pontos da paisagem, impondo-se monumental e ancestralmente como em Castelo Mendo ou em novas experiências como à entrada de Barca d’Alva ou Freixo de Espada à Cinta junto ao rio. Noutros locais já só é a toponímia que nos recorda o impacto que esta actividade artesanal possuiu na região. O mais elucidativo será a freguesia de Amoreira, no concelho de Almeida, embora neste caso possa resultar de uma evolução de Moreira.

O viajante não encontrará já oficinas de trabalho sericícola, nem ouvirá o matraquear dos teares artesanais nas casas das aldeias. Mas sentirá pulsar a memória das gentes numa actividade que marcou uma região, os saberes perpetuados de pais para filhos que se vai esbatendo em pormenores com o correr do tempo mas ganhando em dimensão histórica.

Ainda em Freixo, na zona histórica da povoação, no espaço que a Associação para o Estudo, Defesa e Promoção do Artesanato do Freixo ocupou, encontrará vestígios da proposta aí desenvolvida de revitalização da actividade sericícola, gentil e orgulhosamente acompanhada por uma das suas principais dinamizadoras, na certeza de um trabalho válido e na (in)certeza de uma continuidade.

Mas, se estes são os motivos e os vestígios mais evidentes, o visitante mais atento e desperto entenderá que muitos dos vestígios de antigas e ricas moradias, em algumas das mais emblemáticas e ancestrais povoações da região, tiveram por suporte económico a actividade sericícola. E depois, não há igreja ou capela que não possua belíssimos paramentos, particularmente do século XVIII, produzidos também com a seda da região.

Suzana Faro

Um olhar bibliográfico

- CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS (1997) – Os Caminhos da Seda, n.º 1, Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal.
- CARDOSO, Helena (1997) - Um Percurso na Moda com a Tradição, «Boletim Informativo do Museu da Indústria Têxtil», n.º 8/9. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, pág. 14.
- Escola Preparatória de Bragança (1984) - Artes e Tradições de Bragança, col. Arte e Artistas, 7. Lisboa: Terra Livre.
- FIGUEIREDO, António Manuel (1997) - Uma Digressão Intimista e Amarga pelas Oportunidades de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro ou a Perversão Exemplar do Processo das Gravuras Rupestres do Cova, «Boletim da Universidade do Porto», 25, Porto: Fundação Gomes Teixeira, pp. 37-41.
- FORTUNATO DE ALMEIDA (1920) - Subsídios para a História Económica de Portugal. Porto: Fortunato de Almeida editor.
- MENDES, José M. Amado (1981) -Trás-os-Montes nos Fins do Século XVIII, segundo um manuscrito de 1796. Coimbra: INIC. (1993) - A Indústria da Seda em Portugal nos Fins do Antigo Regime: Decadências e Estímulos, «Arqueologia Industrial», 2ª série, vol. I (1-2), Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, pp. 55-62.
- NEVES, José Acúrcio das (s/d) - História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino, (1810), in «Obras Completas de José Acúrcio das Neves», vol. 2, Porto: Afrontamento.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1995) - Notas para a História Contemporânea de Foz Cova, «Boletim da Universidade do Porto», 25, Porto: Fundação Gomes Teixeira, pp. 33-36.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1997) - Pinhel à entrada do terceiro milénio, 25 após a sua elevação a cidade, «Altitude», Guarda: Arquivo Distrital da Guarda, pp. 57-79.

Nota – Não poderia deixar de agradecer a colaboração de Joel Cleto e de Maria da Conceição Veríssimo Gata para a elaboração deste trabalho.



Capítulo V

Terras do Côa:
dominando a paisagem

Francisco Sande Lemos
Jorge Fortuna
Paulo Dordio
Marcos Osório

PATRIMÓNIO NATURAL DO VALE DO CÔA - UMA ABORDAGEM

Ocupado desde há milénios pelo Homem, o território da bacia do Côa tem sofrido transformações ao longo dos tempos e visto a sua paisagem alterada pelas comunidades que, desde o Paleolítico, aqui deixaram as suas marcas, mais ou menos profundas consoante o seu nível técnico e tecnológico o permitia e as suas necessidades assim o exigiram.

Das grandes manadas de auroques, cervídeos, equídeos e caprídeos selvagens, tão bem documentadas nas gravuras paleolíticas aqui encontradas, já nada resta. O seu desaparecimento, embora condicionado por factores como as mudanças climáticas operadas no fim da última glaciação, deve-se em grande medida à acção do Homem, cujas actividades foram, lenta mas inexoravelmente, moldando a paisagem ao ritmo do aparecimento de novas formas de aproveitamento dos recursos naturais, do crescimento demográfico, da necessidade crescente de matérias-primas.

Com o advento da agricultura e conseqüente sedentarização, inicia-se este processo sem retorno, por vezes marcado por episódios mais violentos, mas que terá tido, até há bem pouco tempo, um carácter relativamente harmónico, resultando quase sempre num equilíbrio dinâmico entre Homem e Natureza, mesmo em épocas recentes de maior densidade demográfica e intensiva exploração agrícola do território.

Uma, ainda que breve, história da relação do Homem com o meio ambiente na área do Côa não pode deixar de se reter na Idade do Ferro, genericamente balizada entre o século VIII a. C. e a ocupação romana, nos finais do século I a. C.. Embora os povoados desta época - os característicos "castros" - estejam mal estudados e conhecidos na região, uma série de núcleos de gravuras rupestres datadas da Idade do Ferro, nas quais as figurações apresentam repetidamente cervídeos e equídeos - estes últimos representados já de uma forma perfeitamente domesticada - atestam um processo de intensificação da exploração dos recursos naturais.

Nos finais do 1º milénio a. C. a região é, de resto, particularmente rica numa manifestação bastante interessante destas populações: a dos «(...) chamados *berrões* ou *verracos*, toscas esculturas de pedra, representando porcos, touros, carneiros ou javalis» (Jorge 1997). Entre muitos outros, não podemos deixar de referir a dupla que ladeia a entrada de Castelo Mendo, o grande conjunto do Monte de Santa Luzia, em Freixo de Espada à Cinta, uma representação atípica exposta no Museu de Freixo de Numão, e um outro em Figueira de Castelo Rodrigo. Interpretados como ex-votos a entidades divinas protectoras dos rebanhos e propiciadores da fertilidade destes (Silva 1986), integram-se nesta perspectiva num quadro conceptual-religioso e económico-social muito ligado à pastorícia.

Da evolução da paisagem interessam-nos sobretudo as alterações operadas aquando da romanização, que introduzem não só novas culturas, como a vinha e a oliveira, mas permitem também uma exploração

agro-económica das encostas e dos vales encaixados tão característicos da região (Almeida, 1995) e fundamentalmente os grandes trabalhos que transformariam radicalmente o *facies* da região, a partir dos séculos XVII/XVIII, com o cultivo intensivo da vinha, de que resultaria «uma das mais extraordinárias paisagens rurais construídas que se conhecem no mundo» (Ribeiro 1993, 184).

Zona de grande aptidão cerealífera, aqui se plantam o trigo, o centeio e a cevada, com fartas colheitas, de que já as Memórias Paroquiais de 1758 dão notícia. A importância da cultura do sumagre (usado nos curtumes e tinturaria) e a exploração da seda (de que as amoreiras, muitas delas mult centenárias, são praticamente o único vestígio que restou dessa actividade económica) decrescerão com a introdução de novos materiais e tecnologias, acabando por desaparecer. A este quadro acrescem outras potencialidades, nomeadamente os recursos da caça e da pesca, sobretudo desta última, já que os rios fornecem enorme quantidade e variedade de peixes, entre barbos, bogas, enguias, muges, solhas, cachuchos, trutas, lampreias e sáveis (Silva, 1995); das espécies cinegéticas, desde cedo se referenciam o corço, o javali, o lobo, a perdiz, o coelho e a lebre (Silva, 1995). Uma nota interessante prende-se com a existência de topónimos referentes ao urso, extinto já anteriormente, nomeadamente Vale da Urso e Lapa de Urso (Correia 1946, 15), que sugerem a presença deste mamífero na zona.

É este mosaico de socalcos sobranceiros ao rio, zonas planálticas pontilhadas de povoações, de soutos, de plantações de oliveira e amendoeira, de lameiros onde pasta o gado, que chega, praticamente inalterado, aos nossos dias. No entanto, as profundas mudanças recentemente introduzidas no *modus vivendi* destas populações (sobretudo nas últimas décadas) alteraram de maneira significativa este frágil compromisso, com consequências preocupantes para a estabilidade destes ecossistemas. Os rios estão poluídos ou espartilhados entre uma barragem e outra. Do lobo e do corço pouco mais resta do que a memória (embora sobrevivam nalgumas áreas protegidas, nomeadamente a norte, no Parque Natural de Montesinho). O Sabor, último rio verdadeiramente selvagem que até agora escapou à voragem dos engenheiros hidráulicos, será brevemente sacrificado (tudo o indica...) à construção de uma barragem. Mais preocupante ainda, esta situação tem vindo a ser agravada, à primeira vista paradoxalmente, pela crescente desertificação do interior, com o conseqüente desordenamento da paisagem que esta implica, quebrando harmonias há muito estabelecidas.

Ainda assim, o atraso crónico desta região em matéria de industrialização, mecanização da agricultura e vias de comunicação, que só muito recentemente começou a ser revertido (nem sempre, quanto a nós, da melhor maneira, optando-se muitas vezes pelo mais fácil e visível em detrimento de uma política integrada de verdadeiro desenvolvimento, que traga efectivo bem-estar às populações), permitiu que perdurassem valores naturais (e não só...) já muito difíceis de encontrar noutras zonas do País, mais sacrificadas ao que se convencionou chamar *os tempos modernos*.

Fruto de um conjunto de visitas à região do Côa, esta abordagem ao património natural da zona pretende unicamente servir de orientação na descodificação de algumas das características da paisagem e dos elementos que a compõem, a partir de sete locais previamente escolhidos, com as limitações óbvias

que o carácter deste trabalho implicou. Tentar-se-á, de qualquer forma, proporcionar ao leitor uma série de «visitas guiadas» pelo território visível a partir dos referidos pontos, cujo critério de escolha assentou no facto de terem sido utilizados pelo Homem, ao longo dos tempos, para a construção de povoados, torres de vigia ou fortificações, lugares hoje quase todos sacralizados, e dos quais, mercê da implantação em pontos elevados da paisagem, se avista uma vasta área envolvente.

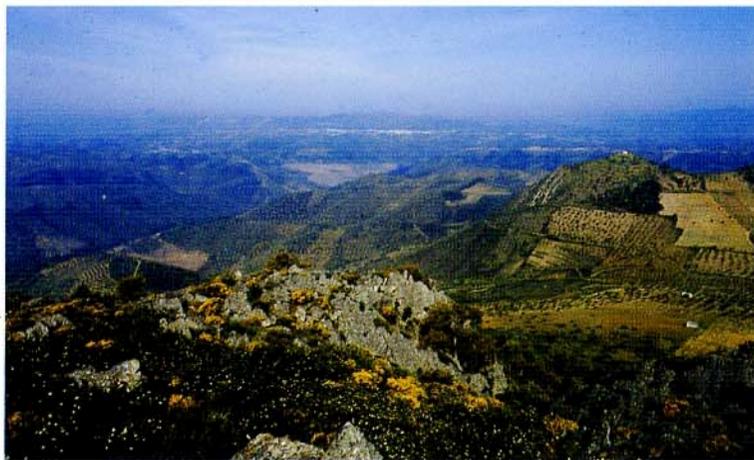
Percorre o Côa, nos 140 quilómetros que o separam da nascente à foz, um território multifacetado, heterogéneo, ora comprimido entre fragas e encostas alcantiladas, ora espraiando-se em férteis vales e várzeas, dos quais, num hino ao labor árduo - que a terra aqui não se compadece com os humanos cansaços - retira o homem o prémio das suas sementeiras. Nesta vasta região, entre o rio e a raia - delimitada *grosso modo* a norte pelo Douro, a poente pelo Águeda e a sul pela Serra da Malcata (onde de resto nasce o Côa, a 1060 metros de altitude, perto da povoação de Foios) - convivem representantes da fauna e da flora de inegável interesse patrimonial. Para além dos elementos estáticos da paisagem, aos quais faremos também referência, e na impossibilidade (diríamos também na inutilidade) de enumerar todas as espécies de vertebrados - já para não falar da miríade de invertebrados - que povoam estas paragens, dar-se-á uma ideia das espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios mais comuns ou que com mais facilidade poderão ser observadas, além daquelas que foram registadas aquando das visitas efectuadas ao terreno. Far-se-á também menção às espécies que, pela sua raridade, merecem sem dúvida uma nota (e que a sorte poderá trazer ao encontro do leitor).

Jorge Fortuna

SENHORA DO CASTELO

Bragança, Torre de Moncorvo, Urros

No cume de um *inselberg* quartzítico, que se destaca sobre o vale do rio Douro e sobre os relevos de xisto envolventes, usufruindo de um excelente domínio estratégico, conserva-se a capela da Senhora do Castelo, um pequeno templo recentemente restaurado, sem que a traça antiga tenha sido alterada. Para sudoeste, avista-se o Castelo de Calábria e para sul Castelo Melhor. Delimitando o cume, nota-se uma linha de muralha de aparelho grosseiro, formado por pedras de quartzo sobrepostas, que delimita um perímetro subcircular. No corte produzido pela abertura de um acesso à capela, nota-se a estrutura da muralha, formada por dois muros, com o miolo interior preenchido por pedras e terra. Verifica-se, também,



que a muralha visível foi construída sobre uma outra, com o mesmo tipo de aparelho, embora a sua estrutura não seja observável sem uma limpeza do corte. Junto a este corte recolhe-se cerâmica de várias épocas: medieval, romana e da Idade do Ferro. Porém, a mais abundante é a olaria calcolítica, com decorações incisadas ou penteadas.

Admitimos duas hipóteses interpretativas: a muralha mais antiga é calcolítica e a superior da Idade do Ferro (eventualmente reutilizada na Idade Média); a muralha inferior é da Idade do Ferro e a superior da Baixa Idade Média.

Acesso: o acesso à Senhora do Castelo faz-se por um caminho de terra batida que parte do bairro sul da aldeia de Urros, na direcção sul-sudeste, passando junto à Igreja de Santo Apolinário. Pouco depois deste templo, toma-se um segundo

caminho (só acessível a pé ou a veículos todo-o-terreno), que se dirige para o monte onde se ergue a capela, caminho que acaba numa rechã próxima.

Localização: Carta 1:25 000: 141; Coord. GAUSS: 291.9; 457.0; Altitude: 667 metros.

Caracterização: povoado calcolítico; castro da Idade do Ferro romanizado; castelo medieval.

Bibliografia: ALVES 1934: 471; ALVES 1938: 274; NETO 1975: 302.

Desde Argote que existem referências a minas de ouro, no termo de Urros. De facto, na vertente oeste do cabeço onde foi implantado o Castelo de Urros, observam-se vestígios de trabalho mineiro, designadamente cortes a céu aberto e uma profunda galeria (designada Buraco dos Mouros). No sopé do *inselberg* quartzítico observam-se numerosos fragmentos de cerâmica romana e escória de ferro. Embora

não exista uma carta geológica da região, ou estudo geo-mineiro, supomos que a exploração seria de ouro. Apesar de não haver dados concretos para a datação da galeria e dos cortes, a proximidade do *habitat* romano, e o despovoamento desta zona na Baixa Idade Média, sugerem uma cronologia romana para estas minas.

Localização: Carta 1:25 000: 141; Coord. GAUSS: 291.9; 457.0; Altitude: 650 metros.

Caracterização: minas romanas provavelmente de ouro.

Bibliografia: ALVES 1938: 274; 288-299; NETO 1975: 304; TRANOY 1981: 221.

No sopé noroeste do castro da Senhora do Castelo, numa rechã abrigada e soalheira, em terrenos de vinha e amendoeiras, observam-se numerosos fragmentos de cerâmica romana, de construção e doméstica, bem como escórias de ferro. Segundo o Abade de Baçal, no cume da Senhora do Castelo, ao realizarem-se obras no adro em 1852, foi achado um tesouro de moedas romanas, conjunto que nunca chegou a ser estudado e cujo paradeiro se ignora, pelo que também se desconhece a sua cronologia.

Localização: Carta 1:25 000: 141; Coord. GAUSS: 292.0; 456.5; Altitude: 500 metros.

Caracterização: povoado romano mineiro.

Bibliografia: ALVES 1934: 477; ALVES 1938: 274; NETO 1975: 302.

A Igreja de Santo Apolinário no caminho para a Senhora do Castelo, é uma construção ampla, de estrutura românica, mas de traça simples, despida de ornamentos. É um templo antiquíssimo, muito famoso no século XVII por, supostamente, conter a sepultura do santo mártir. Nos terrenos a norte da igreja, adjacentes a um interessante cruzeiro, ocupados por olivais, hortas e vinhas muradas, observam-se numerosos fragmentos de escória de ferro e de material de construção atribuível à época romana.

Localização: Carta 1:25 000: 141; Coord. GAUSS: 292.7; 457.0; Altitude: 570 metros.

Caracterização: povoado romano provavelmente do Baixo Império; povoado provavelmente alti-medieval; templo medieval.

Bibliografia: ALVES 1938: 274; NETO 1975: 302.

Francisco Sande Lemos

A Senhora do Castelo de Urros é o mais agreste de todos os locais visitados, e talvez por isso um dos mais belos. Na direcção sul - sudoeste sucedem-se as encostas, protegidas da nudez por um manto quase contínuo de giestas, estevas e mato rasteiro, aqui e ali interrompidos na sua monotonia por pequenos rectângulos lavrados e uma ou outra árvore (oliveiras, pinheiros e um esporádico eucalipto), de contornos sinuosos, provocados pela terrível e ininterrupta ventania que se faz sentir. Nas arribas fronteiras ao Douro, de ambas as margens, algumas zonas de socacos abertas recentemente aguardam vinhedos ou oliveirais. A jusante, relativamente perto, desagua o Côa.

Para noroeste, destaca-se na paisagem a povoação de Urros, alcandorada num cabeço de contornos mais suaves, envolta por campos cultivados com a incontornável trilogia de oliveiras, amendoeiras e cereal.

No caminho para a vetusta capela não deixe de parar na Igreja de Santo Apolinário para admirar as frondosíssimas amoreiras, de porte verdadeiramente impressionante, e perscrutar as redondezas à procura da pega azul (*Cyanopica cyanus*) e do sardão (*Lacerta lepida*), do qual vimos um exemplar de tamanho perfeitamente antediluviano.

Jorge Fortuna



SENHORA DO CASTELO DA ADEGANHA

Bragança, Torre de Moncorvo, Adeganha

A Senhora do Castelo situa-se num «castelo» granítico sobranceiro à ribeira da Vilarça, a meia altura entre o altiplano da Adeganha e o fundo do vale, com acesso simultâneo aos solos mais húmidos da depressão e aos solos mais leves e secos do planalto. A sua posição geo-estratégica é excelente, pois que domina amplos horizontes, abrangendo todo o troço inferior do vale da Vilarça. Talvez devido a estas condicionantes é um sítio ocupado ao longo dos milénios, com abundantes materiais. Registam-se cerâmicas calcolíticas, da Idade do Bronze, da Idade do Ferro, da época romana e medievais. Naturalmente, a última sequência é a mais bem representada observando-se inúmeros alicerces de habitações que se dispunham em

socalcos, em especial na vertente sul, e que correspondem ao povoado medieval, o qual teria no templo consagrado a São João o seu centro. É possível que, num afloramento mais destacado, onde hoje se ergue uma capelita, existisse uma torre. Deve também admitir-se a possibilidade da muralha da Idade do Ferro ter sido utilizada em tempos medievais. Seja como for, alguns troços da muralha, que ainda se observam e possuem características semelhantes às muralhas da Cigadonha de Carviçais, consideramos que terão sido erguidas na Proto-História. Na época romana, embora no sopé do monte, a sudoeste, se desenvolvesse um grande povoado, a Senhora do Castelo não foi abandonada, pois que são frequentes tégulas, tijoleiras e cerâmica comum. Este *habitat* terá sido abandonado em definitivo na Baixa Idade Média, quando ocorreu um processo de desvalorização do vale, em benefício dos povoados situados no planalto ou em contrafortes montanhosos.



Da Senhora do Castelo para sudoeste, dominando o Vale da Vilariça

Acesso: para se chegar à Senhora da Adeganha é necessário seguir pela Estrada Municipal que liga as aldeias do planalto, da Cardanha em direcção à Adeganha. Junto a esta última aldeia, toma-se um desvio de terra batida para poente que se percorre durante vários quilómetros, entre rochedos e campos incultos, até se alcançar o santuário.

Localização: Carta 1:25 000: 118; Coord. GAUSS: 288.2; 476; Altitude: 354 metros.

Caracterização: povoado calcolítico; povoado da Idade do Bronze; castro da Idade do Ferro romanizado; povoado medieval.

Bibliografia: ALVES 1934: 154; SANTOS JÚNIOR 1978: 251; PARM s/d.

Francisco Sande Lemos

Santuário da Senhora do Castelo, localizado já praticamente no rebordo do alto de S. João, a seus pés estende-se o magnífico Vale da Vilariça, atravessado pela ribeira do mesmo nome, que para sul desagua no Rio Sabor. No vale, extremamente fértil e intensamente agricultado, sobressaem os campos de oliveiras entrecortados por plantações de cereais. Nas vertentes contíguas à margem esquerda da ribeira a vegetação arbustiva e arbórea é bastante cerrada, tornando-se mais esparsa conforme nos aproximamos do topo. Aqui os cabeços são nus, pedregosos, embora polvilhados de árvores de porte apreciável, nomeadamente sobreiros. Terreno de caça ideal para rapinas, foi-nos dado observar uma águia de Bonelli (*Hieraetus fasciatus*) em voo de prospecção. Não deixe de reparar no majestoso exemplar de sobreiro no cruzamento

para a Adeganha, nas figueiras que se erguem junto aos casais que se multiplicam ao longo da estrada e também nos picanços reais (*Lanius excubitor*), fáceis de detectar.

A provar que a sorte sorri também aos naturalistas (sob a forma de espécies raras), no caminho fomos brindados, perto da ponte que atravessa o Sabor, com a presença de uma cegonha-negra (*Ciconia nigra*), que laboriosamente investigava as margens à procura de alimento.

Jorge Fortuna



SENHORA DOS MONTES ERMOS

Bragança, Freixo de Espada à Cinta

Neste local foram achados um capitel coríntio e um fuste de coluna, elementos arquitectónicos que aparentam ser da época romana e que se encontram à guarda da Câmara Municipal. Na área envolvente da capela não se observam materiais cerâmicos. Pode admitir-se a possibilidade de ter existido um santuário no topo deste monte, considerando as peças encontradas e a proeminência do cabeço, que se destaca no meio da depressão de Freixo.

Acesso: Para se subir ao cabeço toma-se um caminho próprio que parte da Vila de Freixo, para norte.

Localização: Carta 1:25 000: 131; Coord. GAUSS: 311.6; 460.4; Altitude: 607 metros.

Caracterização: provável santuário de época romana.

Próximo da Senhora dos Montes Ermos situa-se o Monte de Santa Luzia correspondendo a um grande povoado aberto, implantado no topo e nas vertentes suaves de um cabeço situado em pleno centro da depressão de Freixo, numa área com excelentes solos cerealíferos (classe A) e microclima favorável aos produtos mediterrânicos. Numa extensa área, no topo e nas encostas do monte, observam-se numerosos fragmentos de cerâmica romana, de construção e doméstica, bem como cantarias em granito que pertenceram

a edifícios de certa dimensão. Segundo Santos Júnior, o proprietário dos terrenos tinha em seu poder uma importante colecção de achados, que abrangia dois fragmentos de bronzes figurativos (uma haste de touro e um pé de estatueta), duas fíbulas, um alfinete de cabelo, um anel. Também integravam a colecção diversos fragmentos de vidro, uma pedra de anel e ainda uma colecção de meia centena de moedas indeterminadas. Para além destes materiais, consta do espólio exumado no Monte de Santa Luzia o fragmento de uma epígrafe, de difícil leitura, que parece ser a parte terminal de uma estela funerária. Mas, sobretudo, neste sítio tem sido achada uma quantidade surpreendente de berrões (mais de duas dezenas). Por via destes achados, Santos Júnior classificou Santa Luzia como castro, mal grado a ausência de fortificações e de cerâmica da Idade do Ferro, e como tal tem sido citado pela bibliografia posterior. Os únicos dados que indicam uma ocupação pré-romana são duas estelas calcolíticas recolhidas por Santos Júnior e depositadas no Museu de Bragança. Uma prospecção intensiva do monte não nos permitiu detectar outras peças do mesmo tipo, pelo que admitimos que tenham sido recolhidas noutra local (por ora desconhecido) pelos habitantes do povoado, na própria época romana. (Não é caso inédito o aparecimento por exemplo de estelas decoradas calcolíticas em povoados romanos. Na Galiza verificou-se esta circunstância. No Vale da Vilarça, recentemente, foi descoberta uma estela do mesmo tipo, em Vila Maior. Deve-se admitir a possibilidade de terem sido descobertas no rompimento de novos solos ou durante trabalhos de lavoura, sendo recolhidos, ou por mera curiosidade, ou por suporem que possuíam um valor mágico, como as pedras de raio). Seja pela extensão da área com vestígios, seja pela quantidade e diversidade do espólio que proporcionou, o Monte de Santa Luzia destaca-se como o povoado mais importante da depressão de Freixo. A norte, no sopé do monte, passava uma via romana secundária, a chamada Estrada Mourisca. Dada a distância que separa este local do ponto de passagem do Douro, cerca de 12 Km, admitimos que Santa Luzia poderá ter sido um *vicus* que também desempenhou as funções de *mansio*. Não dispomos de dados concretos para datar o abandono deste povoado, mas admitimos que ocorreu na Alta Idade Média, a favor do local onde se iria desenvolver a vila de Freixo, sítio mais estratégico e com melhores condições defensivas, que se situa a menos de 2 Km para sul do Monte de Santa Luzia.

Localização: Carta 1:25 000: 132; Coord. GAUSS: 313.5; 461.2; Altitude: 518 metros.

Caracterização: povoado romano, provável *vicus*.

Bibliografia: SANTOS JÚNIOR 1975: 55-69; SILVA 1986: 103.



A partir da Senhora dos Montes Ermos:
Freixo de Espada à Cinta e, em fundo,
o Penedo Durão

Bibliografia

- ALVES 1934 ALVES, Francisco Manuel — *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 9, Porto, 1934.
- ALVES 1938 ALVES, Francisco Manuel — *Achados Arqueológicos Inéditos*, «Revista de Arqueologia», 3, Lisboa, 1938, pp.225-227.
- NETO 1975 NETO, Joaquim Maria — *O Leste do Território Bracarense*, Torres Vedras, 1975.
- PARM s.d. PARM, Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo — *Inventário Arqueológico de Torre de Moncorvo*, s.d. (policop.)
- SANTOS JÚNIOR 1975 SANTOS JÚNIOR — *Berrões proto-históricos do Nordeste de Portugal*, Lisboa, Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, 1975.
- SANTOS JÚNIOR 1978 SANTOS JÚNIOR — *Estação Arqueológica do Olival das Fragas. Quinta da Tarrincha - Vilariça - Moncorvo*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 23 (2-3), Porto, 1978.
- SILVA 1986 SILVA, Armando Coelho da — *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986.
- TRANOY 1981 TRANOY, Alain — *La Galice Romaine*, Paris, 1981.

O ponto mais imponente que se avista a partir da Senhora dos Montes Ermos é, sem dúvida, o Penedo Durão e toda a zona planáltica envolvente, no sentido sul - sudoeste. Área de eleição das grandes aves necrófagas (atraídas por um alimentador que funcionou até recentemente, inviabilizado pela abertura de uma estrada para cúmulo asfaltada há muito pouco tempo), é relativamente fácil observar o grifo (*Gyps fulvus*) e o abutre do Egipto (*Neophron percnopterus*), além de rapinas de menor porte, como o peneireiro de dorso malhado (*Falco tinnunculus*). Mais para oeste desagua no Douro o rio Águeda (não visível), cujas margens servem de refúgio a significativas colónias das duas espécies de abutres mencionadas, além de abrigar também a águia real (*Aquila chrysaetus*) e a águia de Bonelli. O melro das rochas (*Monticola saxatilis*), a cotovia de poupa (*Galerida cristata*), o cuco (*Cuculus canorus*), a alvéola-branca-comum (*Motacilla alba alba*) e o corvo (*Corvus corax*) fizeram a sua aparição aquando da nossa visita.

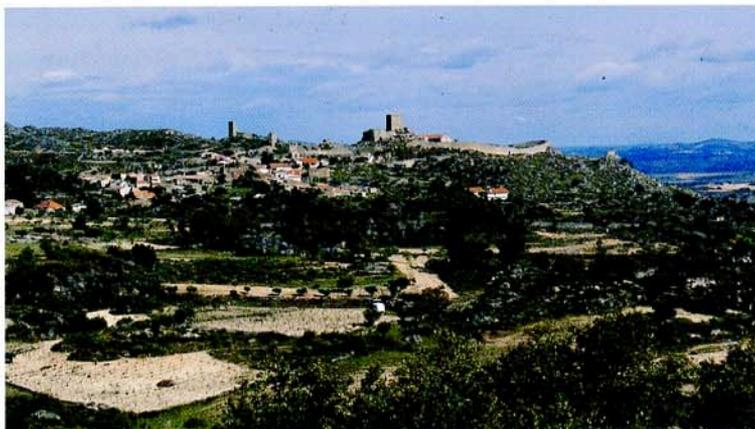
Um pouco a leste de Freixo de Espada à Cinta divisa-se o Douro por entre o relevo, com ambas as margens nuas, em encostas sacrificadas à lógica da estradomania, segundo a qual «para chegar ao mesmo sítio é sempre possível fazer mais uma estrada, por menos sentido que faça».

MARIALVA

Guarda, Meda, Marialva

Marialva, hoje uma aldeia e freguesia do concelho de Meda, tem uma história de povoamento multiseccular, com uma importante ocupação datável de época romana. Terá tido depois um castelo roqueiro a que se veio sobrepor a Vila fortificada da baixa Idade Média.

A meia encosta, sobranceiro à Veiga, um afloramento granítico destacado serviu nesta época para o assentamento de um pequeno castelo, com cerca e torre de menagem. No sopé deste penedo, para o lado sul, localiza-se a igreja de Santiago, uma das três referenciadas no *Catálogo das Igrejas* de 1320-21. Junto do castelo, a nascente, estruturou-se um largo onde se situam as ruínas da Casa da Câmara e Cadeia, com o pelourinho e o poço da cisterna defronte. O muro de cerca, de contorno irregular e obrigado a vencer acentuados desníveis, delimitava todo este espaço que se organizará segundo três ruas provenientes das três portas da cerca e que confluíam para aquele largo central. No exterior da cerca, para a parte Norte, localizavam-se as outras duas igrejas referidas no *Catálogo*. Entre estes dois templos desenvolveu-se entretanto um arrabalde com muitas casas ostentando cantarias do século XVI. Para o outro lado, no sopé do monte, onde se situava o terreno deveso do concelho e onde tinha sido o sítio antigo da cidade romana dos *Aravi*, transferiu-se em época moderna a feira mensal o que atraiu a população e conduziu ao desenvolvimento de uma aldeia enquanto se despovoava a Vila baixo-medieval na encosta.



Paulo Dordio

Uma linha longitudinal, a da Ribeira de Marialva, divide o território em duas partes distintas: para norte, apresenta-se a zona de maior relevo, granítica, em cujas vertentes menos expostas se fixaram densas manchas de sobreiro; para sul estende-se uma vasta veiga, alvo de intenso aproveitamento agrícola.

Nas muralhas desta vila fantasma, um melro azul (*Monticola solitarius*) chama a nossa atenção com o seu canto melancólico.

Tendo por pano de fundo a Serra da Marofa, um rebanho de ovelhas, à guarda de um pastor com a idade dos montes nos quais os animais procuram o fraco sustento completa este quadro, de um bucolismo quase opressivo.

Jorge Fortuna



SABUGAL VELHO

Guarda, Sabugal, Aldeia Velha

A estação arqueológica do Sabugal Velho fica situada no cabeço de Nossa Senhora dos Prazeres, onde se encontra uma capela de sua dedicação, na freguesia de Aldeia Velha, concelho do Sabugal, distrito da Guarda, entre as povoações de Aldeia Velha e do Soito. Encontra-se a cerca de 22 km. para leste do Sabugal, com acesso por um caminho de terra, indicado por sinalética desde a estrada de Aldeia Velha. Considerando como ponto de referência o centro do cabeço, localizamo-lo segundo as coordenadas UTM 29 TPE 67927/446725 indicadas na folha 227, da Carta Militar de Portugal (escala 1:25 000).

O topónimo *Sabugal Velho* evoca um lugar de grande antiguidade, que a população da região considera anterior à fundação da Vila do Sabugal. Segundo a tradição oral, daqui teriam vindo os seus primeiros moradores, fugindo a uma praga de formigas.

O Sabugal Velho define-se como um relevo suave, ligeiramente destacado da superfície da meseta pelos seus 1019 m. de altitude. Como bastião mais setentrional da Serra do Homem de Pedra, integra-se no conjunto de relevos que compõem a Cordilheira Central (Serra da Gata, das Mesas e da Malcata), importantes marcas na monotonia da paisagem da superfície da meseta. Este facto permite que esteja protegido dos ventos dominantes do quadrante sul.

É um cabeço visível à distância, mas discretamente enquadrado e dissimulado pelos elevados relevos próximos. Está porém de «caras voltadas» para a extensa superfície da meseta a norte, possuindo grande domínio visual da paisagem, o que lhe permite constituir-se como um excelente ponto estratégico de controlo da região.



A sua planta de configuração oval, com a superfície do cume praticamente aplanada, onde escasseiam os afloramentos graníticos ou xistosos e apenas cresce alguma vegetação rasteira e mato, associada à existência duma nascente de água, tornam o local propício ao assentamento de grupos humanos.

O substrato geológico da região é dominado por rochas xistosas, particularmente ricas do ponto de vista mineiro, nomeadamente em filões de ferro. Existem testemunhos de intensa exploração mineira, em *corta*, no lugar das Ferrarias, a 500 m. para oeste da estação arqueológica.

A defesa do cume do cabeço é feita por dois alinhamentos de muralhas, delimitando a plataforma, que interpretamos como muralhas de terra batida e de paliçada. Entre a primeira linha exterior e a segunda linha defensiva interior, que delimita a plataforma do cume, forma-se a sul um amplo terraço também ocupado.

As duas muralhas apresentam um traçado concêntrico e ovalado, com três metros de espessura, com fosso e talude, conservando-se ora intacto, ora coberto por pedras e vegetação, identificando-se apenas o seu alinhamento.

O acesso ao interior das duas cercas é relativamente dificultado pelo declive das suas vertentes. O relevo é mais suave na encosta oeste, por onde se efectua actualmente o acesso natural ao topo, podendo corresponder a uma porta de entrada para a plataforma habitada. Este espaço tem sido alvo de intervenções descaracterizadoras, pelo alargamento do caminho de acesso ao topo e destruição das cercas, que não permitem conhecer melhor a sua entrada.

Atesta-se a existência de diversas estruturas de pedra, que permitem descortinar a área de ocupação do cabeço. Serão vestígios de habitações e outros edifícios, feitos de xisto sobreposto, sem qualquer argamassa, com planta rectangular. Todo o conjunto de estruturas parece obedecer a uma organização própria, de características ortogonais, definidas por um eixo principal central e respectivas paralelas e perpendiculares, segundo uma concepção clássica.

Entre os materiais identificados, enumeram-se mós, moedas e diversos fragmentos de cerâmica comum. A cerâmica recolhida, sem decoração, de fabrico manual ou a torno é pouco abundante. Apenas a oeste, mais próximo à entrada, têm sido exumados materiais em maior quantidade. No amplo socalco a sul, entre as duas cercas, identificam-se fragmentos de cerâmica de construção romana (*tegulae*) e abundantes fragmentos de escória e pedra calcinada.

Entre os fragmentos incaracterísticos recolhidos, de pastas grosseiras e de fabrico manual, dada a difícil tipologia e datação e utilizando a análise das pastas e tratamento das superfícies, poderemos recuar o seu horizonte tecnológico até ao período pré-romano.

É difícil precisar a cronologia de ocupação primitiva do local, partindo apenas dos escassos elementos recolhidos em prospecção, mas a sua localização e altitude, juntamente com o achado de cerâmicas pré-romanas, pressupõem uma ocupação proto-histórica. Por outro lado, a tipologia da estrutura defensiva, a planta rectangular das habitações e a organização ortogonal do espaço, em conjunto com os materiais recolhidos, permitem supor a fundação dum assentamento militar romano, em época posterior.

A estação pode ser classificada como um acampamento republicano, que terá sido abandonado com a *Pax Romana*. A importante localização estratégica do Sabugal Velho, controlando a paisagem da meseta, faziam deste ponto um óptimo assentamento para um regimento militar romano, de apoio aos ataques e às guerras com os lusitanos. A proximidade de jazidas de filões de ferro, proporcionava matéria prima necessária à produção e reparação de armas e arreios.

Muitas questões se levantam quanto à caracterização da estação, ainda insolúveis a partir dos escassos dados que se apresentam. Só com futuras e cuidadas pesquisas no local e imediações, se poderão identificar mais elementos cronológicos e culturais. A Câmara Municipal do Sabugal pretende constituir um campo arqueológico no Sabugal Velho, a partir do verão de 1998, que poderá contribuir para que se obtenham novas achegas para este estudo.

Será sempre motivo de interesse e curiosidade para a população do concelho do Sabugal, que sempre ouviu dizer que aqui viveram os fundadores da actual Vila do Sabugal, o conhecimento da evolução histórica das suas terras. Um local como este pode constituir um importante ponto de visita na extensa e

pouco conhecida região de Riba-Côa, não só pelo seu valor histórico e arqueológico, mas também pela riqueza natural e paisagística envolvente.

Marcos Osório

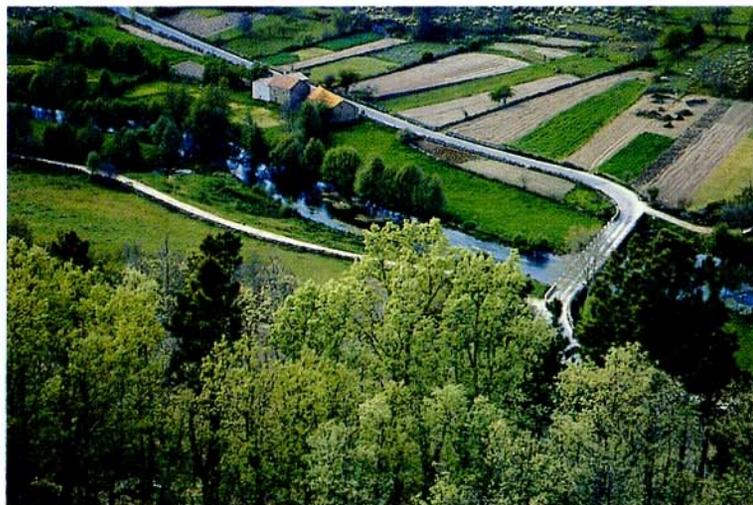
Com um relevo mais acentuado, devido à proximidade dos contrafortes das Serras da Malcata (a sudoeste) e da Gata (esta já em Espanha), encontramos-nos à porta dos domínios do Lince ibérico (*Lynx pardina*), salvo *in extremis* pela campanha da qual muitos se recordarão. Ainda assim, extensas áreas desta magnífica zona foram sacrificadas ao eucalipto, que as celulosas não se compadecem com a existência de meia dúzia de representantes do mais esquivo e belo felino da fauna portuguesa, em perigo de extinção.

Imperam as zonas de vegetação rasteira e os bosques de pinheiro, ao longe, com algumas manchas de videeiro nas proximidades do Côa. Para norte-noroeste avista-se, já na linha do horizonte, o contorno inconfundível da Serra da Marofa.

Perto da povoação de Alfaiates, uma águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), um tartaranhão caçador (*Circus pygargus*) e um pica-pau malhado-grande (*Dendrocopus major*) fizeram a sua aparição.

Jorge Fortuna

O Rio Côa, a partir de Caria Talaia.
(Fot. J. Fortuna)



CARIA TALAIA

Bragança, Sabugal, Ruvina

Num cabeço destacado, sobranceiro ao rio Côa e rodeado a Oeste pela Ribeira de Palhais, situa-se a Ermida da Sra. das Preces. Pertence à freguesia de Ruvina, que não dista mais de 3 Km, concelho do Sabugal. Actualmente no Côa existe uma ponte que liga Ruvina a Rapoula, mas o local conserva ainda no nome - *Poldras* - a memória de uma antiga passagem a vau. Seria talvez a guarda dessa passagem que deu origem à povoação que aqui existiu e que ficou conhecida com o nome de *Caria Talaia*. O topónimo, de origem muçulmana, significa «povoação fortificada». É possível que as iniciativas reorganizadoras do Riba Côa pelo rei de Leão D. Afonso IX, nos inícios do séc. XIII, tenham reconhecido a esta antiga comunidade

autonomia como concelho e vila, não se lhe conhecendo, no entanto, uma eventual carta de povoação ou foral. De qualquer forma o termo da vila vizinha de Alfaiates, em data próxima de 1226, limitava com o de Caria Talaia - *como partem con cariatalaia per las mestas* - e em 1231, numa carta do rei D. Fernando III à vila do Sabugal, tanto Caria Talaia como Vilar Maior perdem a autonomia e são integrados no termo daquela outra vila. Caria Talaia teria continuado depois como aldeia do termo do Sabugal sendo referida ainda em 1261 num documento particular e em 1320-21, já depois do rei de Portugal D. Dinis passar a dominar no Riba Côa. Esta parece ser a última referência sendo aí mencionada a *igreja de Santa Maria de Caria Talaia* situada no termo do Sabugal. Seguir-se-ia o abandono e o despovoamento que no entanto teria conservado a antiga igreja na origem da ermida da Sra. das Precês que lá se vê hoje. Chegou a ser local de romaria muito concorrido reunindo-se ali aos de Ruvina outros romeiros de muitas aldeias ao redor como Nave, Ruivós, Vale de Éguas, Rapoula, Vila Boa, Rendo e Valongo sendo certas e costumadas grandes desordens no dia da festa. Vestígios da antiga povoação restam poucos à superfície. Apenas alguns troços de muros que parecem ter feito parte de uma antiga cintura defensiva.

Paulo Dordio

O carácter da paisagem atravessada pelo Côa é aqui substancialmente diferente do anterior. Alongando-se por uma zona planáltica, sem grandes desníveis de terreno, deparamos com um rio de águas mais calmas, aqui e além aceleradas em pequenos açudes que servem moinhos e azenhas. Ao longo das margens, nas proximidades das populações, a área envolvente, agricultada ou usada para pastos, sobressai pelos seus verdes vivos. O rio é ladeado por uma pujante vegetação ripícola, com todas as condições para albergar um variado leque de espécies anfíbias. De salientar a presença nesta zona da toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus rufulus*), mamífero interessantíssimo, cuja distribuição geográfica se confina aos Pirinéus e norte da Península Ibérica. Até onde a vista alcança, manchas de carvalhos e pinheiro, algumas com dimensões apreciáveis, são o traço característico da paisagem, *habitat* de predadores como a raposa (*Vulpes vulpes*), a gineta (*Genetta genetta*) e o gato bravo (*Felis silvestris*). No horizonte, para sul, divisa-se a silhueta imprecisa da Serra da Malcata. Avistamos, não longe, dois exemplares de Milhafre negro (*Milvus migrans*).



(Fot. J. Fortuna)

SORTELHA

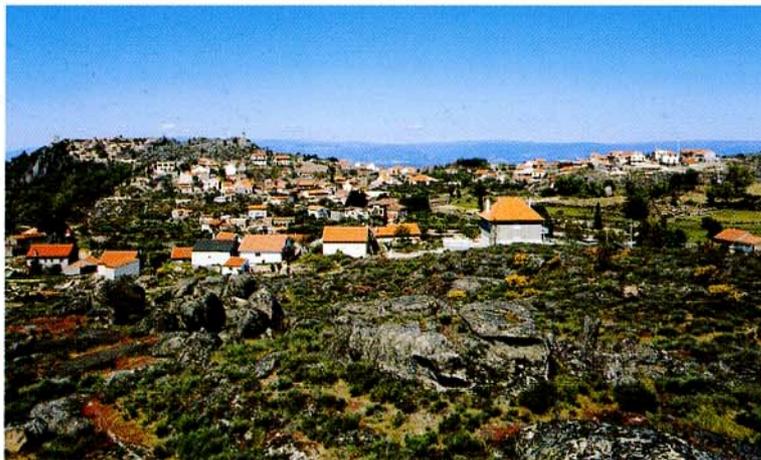
Guarda, Sabugal, Sortelha

Sortelha, antiga vila medieval fortificada, implantou-se num esporão granítico dominante. Só em época moderna, pelos séculos XVII e XVIII, se veio a desenvolver um arrabalde exterior às muralhas e a cotas mais baixas. Esta expansão do casario para o exterior dos muros orientou-se inicialmente pelo caminho de saída que ligava ao Sabugal, dispersando-se em seguida pelas vertentes e afastando-se da cerca.

A criação da vila de Sortelha deve-se a D. Sancho I que fez deslocar famílias provenientes de Valença do Minho a fim de a povoarem. Sobranceiro ao espaço da antiga vila ergue-se o castelo de feição roqueira e de planta irregular, destacando-se a torre de menagem. Os diferentes aparelhos de construção no muro da cerca, evidentes ao visitante mais observador, denotam as várias reformas que a fortificação sofreu ao

longo dos séculos.

Confina com a porta do castelo o largo central da vila, espaço da antiga Casa da Câmara e do pelourinho. Presidindo ao largo, do lado oposto ao castelo, a igreja de Santa Maria, construída sobre uma plataforma elevada. Destaca-se na malha urbana um eixo principal que atravessa o espaço intra-muros da Porta da Vila à Porta Nova, passando também pelo largo central, e que, no troço entre este largo e a Porta Nova, toma a designação de Rua Direita. No exterior da Porta Nova localizam-se as ruínas da antiga Igreja da Misericórdia que tinha sido antes a Igreja Paroquial de São João usufruindo de uma vista magnífica.



Paulo Dordio

Não fora a brisa que nos afaga o rosto e dir-se-ia que nos encontramos no interior de uma máquina de *Cinemascope*. O campo visual é realmente vastíssimo: sem grande esforço avistam-se, de sul para norte, Monsanto, Castelo Branco, Covilhã e Guarda, com a massa imponente da Serra da Estrela a destacar-se na paisagem. Mais perto, junto ao castelo, a ribeira do Casteleiro corre num vale estreito, encaixado entre a Serra que lhe dá o nome e a Serra da Vila. As suas encostas, nas zonas mais elevadas, são agricultadas em socalcos. Com um vôo nervoso, um rabirruivo-preto (*Phoenicurus ochruros*) vem pousar nas ruínas, junto com os últimos raios de Sol.

Outras abordagens ao Património Natural desta região tão rica na diversidade de elementos que a compõem teriam sido possíveis. Não referenciamos representantes da fauna e da flora tão importantes quanto aqueles a que fizemos alusão. Micromamíferos, morcegos, texugos, lontras, javalis, águias calçadas, açores, gaviões, bufos-reais, mochos galegos, corujas-das-torres, uma infinidade de passeriformes, cobras-de-água, cobras de escada, víboras, tritões, salamandras, rãs, cágados, lagartos... Castanheiros, choupos, azinheiras e muitas outras espécies teriam podido figurar neste trabalho. O objectivo não foi apresentar um relatório científico e exaustivo acerca da região, mas abrir pistas que permitissem despertar a vontade de visitar a bacia do Côa e usufruí-la também por esta vertente. A Natureza não se reduz a um somatório de elementos, bióticos e abióticos, e apreendê-la passa, muitas vezes, por simplesmente *estar lá*.

Duas últimas sugestões: sendo possível, leve consigo, caro leitor, um par de binóculos nas suas deambulações por estas paragens, e um ou outro guia de campo. O prazer da descoberta é francamente recompensador.

E finalmente: se por capricho da sorte ou da meteorologia não lhe for dado observar nada de relevante, não desespere; terá sempre a possibilidade de encontrar, sem que para isso tenha que passar horas camuflado ou segurar os binóculos até que lhe tremam as mãos, ouriços-cacheiros, sapos corredores e comuns, um ou outro sardão, talvez mesmo uma casual cobra ou coelho bravo. Poderá vê-los, às dezenas, ao longo das estradas que percorrem a região, testemunhos vivos (perdoem a ironia) do pouco cuidado ou insensibilidade de alguns condutores, a quem afinal bastaria abdicar da mais do que justa prerrogativa de poderem circular a 150 à hora para que tais fatalidades diminuíssem...



Jorge Fortuna

Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1995) – *Aspectos da Idade do Ferro e da Romanização na Bacia Inferior do Rio Côa*. «Boletim da Universidade do Porto», 25, Porto, Fundação Gomes Teixeira, pp. 26-27.
- BRUUN, Bertel; DELIN, Hakân; SVENSSON, Lars (1995 ²) – *Aves de Portugal e Europa*. Porto, FAPAS.
- CASTELLS, Álvaro; MAYO, Manuel (1993) – *Guía de los mamíferos en libertad de España y Portugal*. Madrid, Ediciones Pirámide, S. A.
- CORREIA, Joaquim Manuel (1997 ²) – *Memórias sobre o Concelho do Sabugal*. Sabugal, Câmara Municipal (1ª edição 1946).

- DÍAZ, Mario; ASENSIO, Benigno, LUIS TELLERÍA, José (1996) – *Aves Ibéricas I. No Paseriformes*. Madrid, J. M. Reyero Editor
- JORGE, Vitor Oliveira (1997) – *Região de Foz Côa. Marcos Patrimoniais de uma História Milenar. A Idade do Ferro*. «Jornal de Notícias», Porto, 12.01.1997.
- MARQUES, Carlos Alberto (1995) – *A Bacia Hidrográfica do Côa*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- PEREIRA, Garpar Martins (1995) – *Notas para a História Contemporânea de Foz Côa*. «Boletim da Universidade do Porto», 25, Porto, Fundação Gomes Teixeira, pp 33-36.
- RIBEIRO, Orlando (1993) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Câmara Municipal/Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1995) – *Vila Nova de Foz Côa na Época Moderna*. «Boletim da Universidade do Porto», 25, Porto, Fundação Gomes Teixeira, pp 29-32.

Nota: Não poderia deixar de agradecer a insubstituível colaboração prestada pela Alexandra Lima tanto no acompanhamento das visitas efectuadas aos diversos locais como durante a realização do trabalho propriamente dito.



Capítulo VI

Terras do Baixo Côa: percursos da investigação arqueológica

Fernando Maia Pinto
Thierry Aubry
António Faustino de Carvalho
António Martinho Baptista
Alexandra Cerveira Pinto S. Lima
Gonçalves Guimarães
Susana Cosme

AS GRAVURAS, A BELEZA E A LIBERDADE

A Beleza das gravuras milenares motivou o abandono de uma importante barragem hidroeléctrica e proporcionou a criação de um Parque Arqueológico.

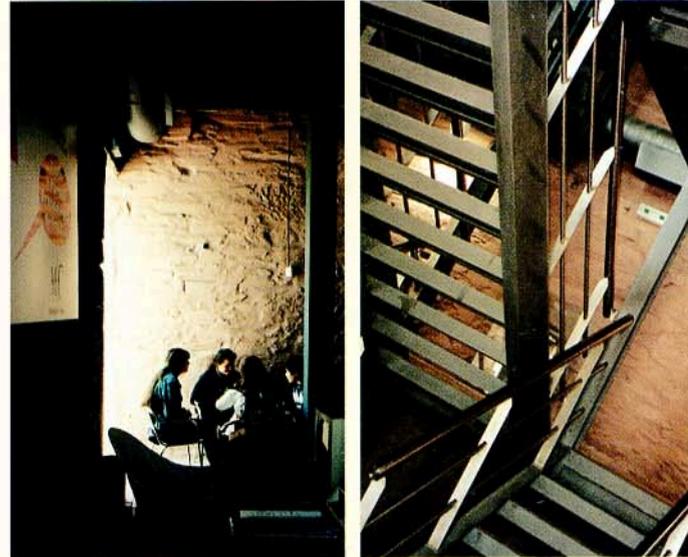
Túneis de vidro, bolhas de ar, submarinos, escafandros, túneis de aço, de betão, desvios de rio, tudo foi evocado, referido e aventado para submergir, mergulhar, abafar, "compatibilizar" as gravuras.

Liberdade foi um segundo conceito que venceu nesta "história das gravuras e da barragem".

Hoje é possível contemplar a beleza dos gravuras em Liberdade.

No seu meio, na sua relação com o território, cumprem outro desiderato. São a alavanca de um turismo nascente. Manter a Beleza e a Liberdade, evitar outras "barragens" (caso de certo tipo de "turismo" que invade e destrói), estudar e divulgar, é hoje tarefa do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Fernando Maia Pinto



Centro de Recepção de Castelo Melhor

O POVOAMENTO PALEOLÍTICO DA BACIA DO BAIXO CÔA

Objectivos

Os estudos sobre o Paleolítico, ou idade da pedra, começaram no século XIX a adquirir um carácter científico. Com a contribuição de outras ciências tem vindo a ser possível precisar as fases da evolução humana e a reconstituição dos modos de vida.

O Paleolítico, fase mais longa da história da humanidade que começa com a aparição do Homem, corresponde a um período em que não há produção de alimentos nem criação de gado. A subsistência era garantida pelas actividades cinegéticas, piscatórias e colectoras.

As primeiras classificações cronológicas, relativas, foram estabelecidas a partir da sobreposição das camadas de sedimentos e dos vestígios das actividades humanas nelas preservadas. Partindo do princípio geológico que um nível mais antigo de ocupação de uma gruta, um abrigo rochoso ou um acampamento de ar livre é normalmente recoberto por camadas mais recentes. Esta primeira fase permitiu a definição de um quadro evolutivo das "indústrias" em pedra e osso conservadas sem poder propor uma escala do tempo. A obtenção de datas absolutas só foi



Fig. 1 – Quartzo hialino e variedades de sílex utilizadas nas jazidas do Paleolítico superior da bacia do Côa. Esta rocha que permite a obtenção de instrumentos de gume afiado e resistente não existe localmente. (Fot. Varela Pecurto)

possível a partir dos anos 1950, baseada na assimilação do carbono pelas plantas e os animais durante a vida. Assim, foi possível datar ossos, carvões vegetais associados numa camada arqueológica a instrumentos em pedras. Estes artefactos, de melhor conservação, autorizam o estabelecimento de uma sequência de evolução da morfologia e técnicas de fabrico dos instrumentos ao longo da história humana que permite determinar, por comparação, a cronologia de sítios onde os vestígios são unicamente líticos e as matérias orgânicas não estão conservadas.

Na região em que se insere a bacia do Côa, os terrenos ácidos não favorecem a conservação de vestígios orgânicos. A datação dos materiais exumados nas escavações em curso é possível recorrendo ao método recente denominado termoluminescência. Este possibilita a datação da acção do fogo sobre pedras.

O quadro cronológico das fases de ocupação da região é tanto mais útil quanto se nos afigura de momento impossível datar directamente as gravuras conservadas nas margens do Côa.

A detecção dos vestígios de ocupação humana do Paleolítico é relativamente fácil nas grutas e abrigos e consiste em escavar sedimentos, por camadas e com recolha dos elementos não naturais na cavidade, para avaliar da existência de ocupação humana. Ao contrário, nas regiões onde as grutas são inexistentes, considerando a multiplicação das hipóteses de espaços potencialmente ocupados, a detecção de sítios não é tão simples. De facto, devido à antiguidade das ocupações, a cobertura de sedimentos é geralmente espessa, situação agravada pelo facto de nos *habitats* serem utilizadas matérias primas putrescíveis (peles, madeira, ...).

Pelas razões evocadas, os estudos sobre as ocupações paleolíticas têm sido preferencialmente executados em áreas onde abundam grutas e abrigos calcários.

A descoberta das gravuras por ocasião das obras da barragem deu início à investigação sobre a ocupação paleolítica desta região. A detecção sistemática passa pela prospeção da superfície dos terrenos com o objectivo de encontrar vestígios de um acampamento enterrado, revolido por lavras ou plantios. Em outros casos, índices topográficos e geológicos deixam supor a conservação de vestígios não remexidos por trabalhos agrícolas. Num caso como no outro, a realização de sondagens permite avaliar a eventual conservação e o interesse científico que justificam o início de uma escavação.

O ambiente durante o Paleolítico

Durante a maior parte da sua história o Homem não parece ter tido uma grande influência na evolução da fauna e da flora, das quais a sua subsistência dependia directamente. Assim a reconstituição das variações das espécies animais e vegetais informam indirectamente sobre o clima, seja as temperaturas, seja a humidade. A reconstituição dos climas do passado baseia-se em dados obtidos principalmente por geólogos e biólogos.

O estudo geológico dos sedimentos fornece dados sobre o clima vigente durante a época da sua acumulação. Alguns fenómenos que podem ocorrer posteriormente estão eventualmente registados nestas camadas, embora os estudos mais recentes revelem o carácter descontínuo da deposição dos sedimentos e a influência do Homem na acumulação das camadas nos sítios de acampamento.

O estudo das variações da linha da costa, que depende directamente da acumulação de gelo nas zonas polares e circumpolares, mostra que o nível de - 140 metros foi atingido há cerca de 20 000 anos antes do presente. Não é possível reconstituir com rigor as variações mais antigas, todavia, o nível do período de cerca de 30 000 anos parece comparável ao actual. O estudo da repartição dos micro-organismos marinhos, recolhidos em sondagens realizadas no fundo do mar, permite uma reconstituição mais pormenorizada das variações da temperatura da superfície do mar durante o fim do Paleolítico.

Estes dados revelam que o último máximo glacial data de cerca de 20 000 anos antes do presente. Neste período, supomos que as temperaturas eram nitidamente mais frias, com médias negativas durante os meses de inverno. Globalmente, durante o ano, as precipitações seriam menores que as actuais.

O estudo dos restos de vegetais conservados, utilizados em lareiras de sítios do centro de Portugal, reflecte estas características climáticas. Por extrapolação, durante este último máximo glacial, na área da bacia do Côa justapunham-se zonas de vegetação variadas, de espécies temperadas a sub-alpinas, em função das altitudes. Os carvalhais ocupariam as zonas abrigadas de fundo de vale e uma estepe continental cobriria os planaltos de altitude de cerca de 500 metros.

As análises dos restos de faunas, conservados em jazidas de grutas, a latitudes inferiores às da região do Côa, mostram que os animais caçados, durante esta fase mais fria do Paleolítico, eram essencialmente o cavalo, a cabra montês (de tipo pirenaica), o auroque (touro selvagem) e o veado que está representado em mais fracas proporções. A partir desta constatação e da fauna representada nas diversas fases das gravuras, é verosímil que a região do Côa tenha sido ocupada pelas mesmas espécies animais, repartidas nas diversas zonas ecológicas em função da geologia, das altitudes compreendidas entre 130 e 600 metros no troço final do Vale do Côa. Esta variedade dos nichos ecológicos numa área geográfica relativamente reduzida, sugerida pela amplitude do encaixe da rede hidrográfica, pode ser considerada como uma possível explicação para a ocupação por grupos de caçadores durante diversas fases do Paleolítico.

A cabra montês, que não está adaptada às temperaturas elevadas vigentes actualmente na região do Côa, pode ser observada actualmente

nos relevos mais altos da Península Ibérica. Esta espécie devia ocupar os terrenos rochosos inclinados, com falésias de xisto e granito, junto às margens do Côa. O cavalo e o auroque são duas espécies características de espaços abertos que preferiam as estepes dos planaltos. O veado é uma espécie adaptada às florestas que deviam neste período mais frio desenvolver-se preferencialmente nas zonas baixas de altitude de cerca de 150 metros, mais protegidas, de fundo de vale.

Durante a fase mais fria, o glacial acumulado sobretudo na vertente sul da Serra de Estrela devia ter o seu volume máximo e a rede hidrográfica estava no nível mais baixo de erosão das rochas. A consequência na hidrologia desta reserva de água na forma de gelo em altitude permite supor que o Côa, assim como outros afluentes da margem direita do Douro, tinha um regime anual mais regular que o actual.

As fases do povoamento Paleolítico

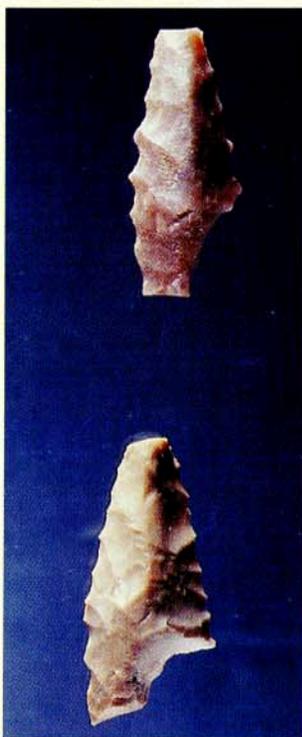


Fig. 2 – Pontas em sílex de morfologia característica do período Solutrense (20 000-18 000 anos antes do presente) provenientes de uma ocupação do planalto de Almendra. Armavam cabos de madeira que não se conservaram.

O povoamento da região é muito mais antigo que o Paleolítico superior, período de realização das gravuras. A descoberta de instrumentos fabricados a partir de seixos de quartzo ou quartzito de técnicas de fabrico simples testemunha uma presença humana na margens do vale do Douro. O material identificado é constituído por seixos com levantamentos uni ou bilaterais, machados ou bifaces. Este tipo de instrumentos, frequente nas jazidas africanas associado aos primeiros homens, foi fabricado aproximadamente até cerca de 100 000 anos antes do presente. Infelizmente, não há meio físico directo de datação absoluta destes instrumentos em pedra. A atribuição cronológica destes materiais, baseia-se em comparações com objectos provenientes de sítios datados e em argumentos geológicos. De facto, artefactos desta tipologia foram recolhidos em formações aluviais localizadas a cotas de aproximadamente 30/40 metros do nível actual, que correspondem a um nível antigo, mais alto do rio, antes do encaixe ainda em curso da rede hidrográfica. Algumas peças estão roladas e a cronologia do abandono nas margens do Douro é contemporânea da deposição dos aluviões enquanto o rio estava nitidamente mais alto e as cheias depositavam os seixos visíveis nos terraços actualmente suspensos.

Nestas condições, a topografia actual pouco tem a ver com a vigente durante a exploração da região pelos primeiros grupos de caçadores, de cronologia estimada entre 300 000 e 100 000 anos, por comparação com os dados obtidos por M. Santoja na parte adjacente da bacia do Douro no território actualmente espanhol. Além disso, as condições geológicas de conservação dos vestígios e os processos de deslocação e selecção dos materiais em aluviões não permite uma reconstituição dos tipos de acampamentos e ainda menos dos modos de caça, do tratamento dos alimentos, etc.

As indústrias ditas do Paleolítico médio, fabricadas pelo Homem de Neandertal, não foram ainda significativamente atestadas nesta região da bacia do Côa. Os únicos indícios que parecem evidenciar uma presença humana no período compreendido entre 100 000 e 30 000 anos antes do presente, são lascas em pedra obtidas segundo um método denominado levallois (o primeiro sítio onde foi descrito este processo de fabrico). Descobertos na superfície e em escavação, concentram-se junto a um afloramento de riolite que corta as outras formações geológicas da região, na direcção Este /Oeste. Este tipo de rocha, que corresponde petrograficamente a um granito de grão fino, permite a lascagem. A técnica levallois utilizada desde a aparição

do Homem e ao longo de toda a Pré-história, (ainda recentemente para o fabrico de pederneiras de espingardas) requer uma rocha homogénea, sem clivagem (planos e fracturas pré-estabelecidas na rocha) de grão fino, que proporcione a boa difusão das ondas, na direcção escolhida a partir da energia transmitida por um percutor (um martelo natural constituído por uma pedra, um fragmento de madeira ou de osso).

No caso dos sítios que podem ser atribuídos ao Paleolítico médio, a riolite foi procurada porque as rochas que permitem a obtenção de gume cortante e resistente após fractura, chamada boa aptidão à lascagem, são raras na região do Côa. De facto o xisto e o granito não se fragmentam assim. Outras rochas disponíveis localmente, como o quartzito e variedades de quartzo foram utilizadas ao longo do Paleolítico e da Pré-história recente,

O homem moderno, associado às indústrias do período chamado Paleolítico superior, deixou uma maior densidade de vestígios de ocupação ao longo do Côa, do Douro e da Ribeira de Aguiar. O tipo humano associado é o *Homo sapiens sapiens* a quem se atribui a invenção da arte. A inovação principal na evolução dos instrumentos é o desenvolvimento de pontas e armaduras em pedras de pequenas dimensões (geralmente de menos de 4 cm de comprimento) que por colagem e montagem em hastes de madeira ou osso permitem uma economia das matérias primas e uma maior eficácia dos projecteis. No fabrico destes instrumentos o sílex, rocha formada nos calcários ideal para a obtenção de gumes afiados e resistentes, foi preferencialmente seleccionado (fig. 1). Esta rocha que não existe localmente na bacia do Côa foi utilizada em associação com variedades locais de rochas das famílias do quartzo, micro-quartzito e opala.

Este sistema de aprovisionamento em rochas provenientes de outras regiões marca uma diferenciação nítida com os grupos precedentes que exploraram a região e com os produtores que a ocupam a partir do Neolítico antigo. A utilização de rochas não locais testemunhadas na forma de utensílios ou de blocos de matéria prima, demonstra a existência de uma rede de difusão, seja esta explicável por trocas entre grupos humanos de regiões próximas ou seja por deslocação de reservas de matérias primas por parte de alguns elementos do grupo que exploravam uma outra região ao longo do ano.

A periodização das "culturas" do Paleolítico superior é unicamente baseada sobre a sucessão dos instrumentos conservados em pedra e osso. Este quadro segue um mesmo esquema com algumas variações na totalidade do Sudoeste da Europa. As fases foram definidas a partir das primeiras sequências escavadas, já no fim do século XIX, em sítios da região franco-cantábrica e denominadas em função dos primeiros sítios descobertos e escolhidos como referência.

Neste esquema, a primeira ocupação documentada por grupos do Paleolítico superior na região do Côa, inicia-se com o Gravettense, cultura de cronologia compreendida entre 27 000 e 22 000 anos antes do presente, definida a partir da suas armaduras denominadas gravettes ou micro-gravettes, fabricadas sobre lamelas ou lâminas e modificadas por retoque num bordo. Ocupações ricas em vestígios, atribuíveis a esta fase, foram encontradas no sítio da Olga Grande 4 localizada nas proximidades de Almendra. O sílex está representado em pequena quantidade, o material é fabricado sobre cristais de rocha não locais. Fragmentos

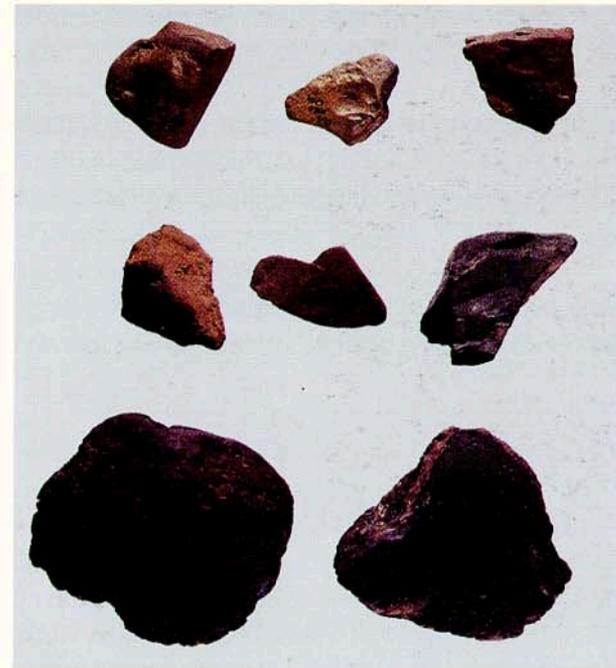


Fig. 3 – Fragmentos de rochas fráveis de diversas cores com traços de raspagem para a obtenção de pó de usos diversos, provenientes de acampamentos utilizados durante o período gravettense (27 000-22 000 anos antes do presente). (Fot. V. Pecurto)



Fig. 4 – Lareira encontrada num acampamento gravettense do planalto de Almendra, conservado a cerca de 80 centímetros de profundidade. Os fragmentos de quartzo e quartzito deviam servir como acumuladores do calor produzido por elementos vegetais não conservados. (Fot. T. Aubry)

16 000 e 10 000 anos antes do presente na Península Ibérica, estão documentadas em seis pontos das bacias do Côa, da Ribeira de Aguiar e do Douro. Em cada uma destas jazidas é possível identificar uma ocupação atribuível à fase terminal do Magdalenense. Embora a tendência para o aquecimento do clima se verifique desde do início do Magdalenense, é em torno de 10 000 anos antes do presente que ocorre um episódio mais frio que parece corresponder a uma maior densidade de ocupação do território.

Um dos indícios que permite identificar o aquecimento que marca o fim do máximo glacial é o reaparecimento de faunas temperadas, como por exemplo o veado, nos vestígios exumados em grutas no centro de Portugal. Uma simples leitura estratigráfica (entende-se das sobreposições das gravuras do Côa) revela que as representações de veado são mais frequentes nas fases mais recentes de gravação.

O sistema de povoamento e a exploração dos recursos naturais

Mais difícil que esta periodização da ocupação humana da região é a reconstituição da vida do quotidiano e ao longo das estações dos grupos humanos do Paleolítico superior. Na realidade, a dificuldade de avaliação do tempo é o maior problema da arqueologia, seja para julgar da contemporaneidade de diversos sítios, seja para avaliar a continuidade de ocupação do território e, sobretudo, do tempo de formação dos sítios estudados. Se a análise do material permite pôr em relação alguns objectos, resta a dificuldade em estabelecer a modalidade de abandono de artefactos que agora estão numa mesma camada. A deposição pode corresponder a uma única fase de ocupação, num período de acampamento durante alguns meses ou a pequenos acampamentos anuais, sucessivos ao longo de séculos, num mesmo lugar. Do mesmo modo a estimativa do número de indivíduos que frequenta um acampamento é hipotética.

Nesta condição, o estudo dos tipos de utensílios, do aproveitamento dos recursos líticos de um território e a deslocação de utensílios ou

raspados de corantes de várias cores estão associados (fig. 3). Estes podem estar ligados a representações artísticas que não se conservaram nas paredes graníticas, ou, como foi demonstrado experimentalmente, o pó obtido por raspagem pode ter uma utilidade no tratamento das peles de animais, ou entrar como elemento de coloração e de emulsão de colas fabricadas a partir de elementos naturais (resina, cera, ...)

A fase final deste período, caracterizada por armadura de morfologia especial, está bem representada nos sítios de Cardina I (Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa) e Insula II (Algodres, Figueira de Castelo Rodrigo).

O Solutrense, período caracterizado pela utilização de pontas líticas, conhecido unicamente em França, Espanha e Portugal, está documentado em dois sítios: na Cardina I e na Olga Grande. Neste último foram encontradas pontas crenadas (de pedúnculo assimétrico) características do período cronológico datado por carbono 14 em sítios onde a matéria orgânica está conservada, de idade compreendida entre 19 500 e 18 500 anos antes do presente (fig. 2).

Diversas fases do Magdalenense, de cronologia compreendida entre

matérias-primas, a conservação de estruturas ligadas a actividades, constituem dados particularmente interessantes para reconstituir os modos de vida e as modalidades de utilização do território por grupos de caçadores das diversas fases do Paleolítico. Actualmente as estruturas conservadas evidenciadas nos acampamentos são constituídas por: agrupamentos de pedra com indícios de aquecimento, utilizadas para lareiras (fig. 4), ou pavimentos destinados a preparar acampamentos, provavelmente destinados a isolar da humidade.

Todavia, a repartição dos sítios pode evoluir rapidamente em função das descobertas. Desde já, esta mostra uma utilização de nichos ecológicos variados e não só os fundos de vale conhecidos por preservar vestígios de arte.

Os esquemas de povoamento que podemos propor baseiam-se em dados etnológicos observados em grupos de caçadores actuais e na reconstituição da localização dos recursos durante o Paleolítico. De facto, nas sociedades de caçadores colectores observa-se um conjunto de comportamentos comuns que são provavelmente extrapoláveis às sociedades do Paleolítico. Os vestígios de habitat encontrados sugerem uma vida nómada baseada na exploração dos recursos de diversos nichos ecológicos com diferenças sensíveis em quantidade de água e variedade de fauna em função da altitude. Desde já, dois tipos de nichos ecológicos parecem ter sido utilizados pelas comunidades de caçadores do Paleolítico: em sítios localizados em fundo de vale e ocupações do planalto ao longo de actuais linhas de água. Embora, qualquer que seja a cronologia ao longo do Paleolítico superior, os vestígios de um e de outros sejam substancialmente diferentes. Enquanto que nos acampamentos localizados nas proximidades dos cursos principais de água as indústrias sejam mais ricas e uma larga gama de tipos de utensílios estejam representados, nos sítios de planalto as armaduras ligadas às actividades cinegéticas são maioritárias. Esta constante sugere a realização de actividades especializadas ligadas aos recursos dos planaltos. Do ponto de vista da composição em matérias primas líticas, as indústrias exumadas em ambos os tipos de sítios revelam: a presença sistemática, em pequena quantidade, de sílex proveniente de regiões distantes de mais de 150 quilómetros associado a um bom conhecimento e à circulação das diversas matérias-primas locais (fig. 1).

Estes dados, especialmente a utilização das mesmas variedades de sílex entre o Gravettense e o Magdalenense associadas a uma maioria de matérias-primas locais, levam-nos a pensar que a região (os diversos afluentes da margem esquerda do Douro) foi permanentemente habitada por um grupo de caçadores, nas diversas fases do Paleolítico superior sem que seja ainda possível precisar as modalidades anuais de exploração dos recursos disponíveis nos diversos biótopos do território. De facto, não dispomos de dados suficientes para definir se, a exploração dos planaltos correspondia a acampamentos de estação diferente ou especializados contemporâneos dos sítios de fundo de vale, a exploração dos recursos das diversas bacias dos afluentes do Douro fazia-se de maneira alternada por um mesmo grupo ou por fracção dum mesmo grupo que se juntava temporariamente em certos momentos de abundância de recursos durante o ano.

Esta proposta de permanência de um grupo populacional num longo período de tempo do Paleolítico superior opõe-se a uma teoria de exploração esporádica por grupos vindos de outras regiões onde o sílex existe naturalmente como a zona da bacia do alto Douro, do Mondego ou do Tejo. Esta permanência de um grupo humano pode assim explicar em parte uma "tradição" de representação de certas espécies animais e das proporções das figurações ao longo do tempo, independentemente das variações das convenções estilísticas que devem corresponder a diversas "culturas" do Paleolítico superior. De facto, o contacto com populações de outras zonas geográficas é um dado adquirido entre outros critérios pela utilização destas convenções artísticas utilizadas por grupos de caçadores das regiões franco-cantábricas bem como a presença de sílices provenientes de calcários do centro de Portugal e do interior da Península Ibérica.

É na tentativa de explicação das modalidades de difusão de objectos e das ideias e comportamentos destas populações de caçadores do Paleolítico que reside o principal desafio das investigações futuras.

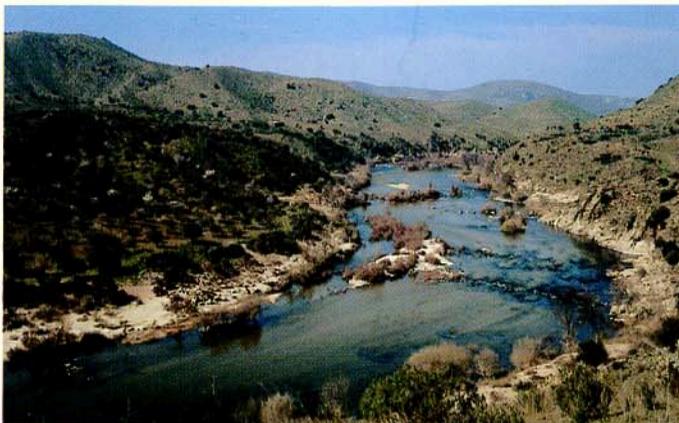


Fig. 1 – O troço do Rio Côa junto à Quinta da Barca (na margem esquerda), revelou uma importante ocupação durante o Paleolítico superior; no entanto, durante a Pré-História recente parece ter sido explorado apenas do ponto de vista hortícola (por exemplo, o importante povoado calcolítico do Fumo, em Almendra, situa-se a uma distância relativamente curta). Na hipótese de um efectivo povoamento epipaleolítico na região, este tipo de ecossistema terá desempenhado um papel determinante. (Fot. do PAVC)

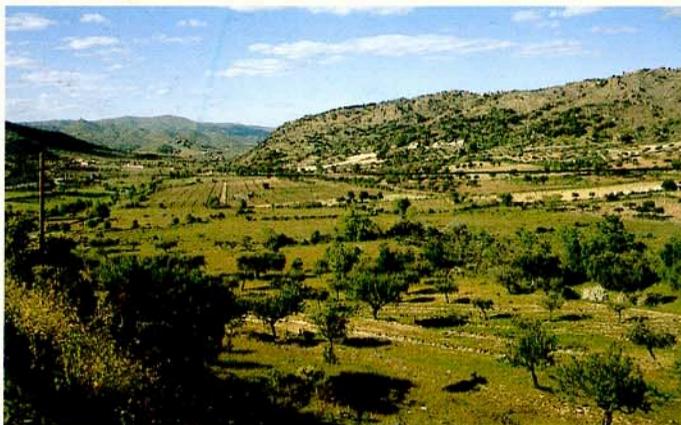


Fig. 2 – A extensa depressão da Longroiva, densamente irrigada por pequenos cursos de água, regista uma elevada densidade de vestígios pré-históricos correlacionáveis com ocupações especializadas em actividades de caça e pastoreio conhecidas desde o Neolítico antigo nos planaltos. (Fot. do PAVC)

DO FIM DO PALEOLÍTICO À AQUISIÇÃO DA ESCRITA NO BAIXO CÔA

O fim da última glaciação

Reflexo das condições climáticas da glaciação de Würm, mais frias e secas que as actuais, o coberto vegetal no Baixo Côa era composto essencialmente por mato rasteiro e arbustivo nas terras altas e por espécies de maior porte nos fundos dos vales, onde a água seria mais abundante. Consequentemente, as espécies animais selvagens eram também distintas das actuais. Na falta de vestígios paleontológicos, que a acidez dos solos de substrato granítico ou xistoso destrói, as gravuras rupestres paleolíticas constituem um testemunho importante dessa fauna. Assim, além de peixes de rio (nomeadamente salmonídeos), conhecem-se representações de auroques (os antepassados selvagens do boi doméstico) e cavalos (hoje raramente observáveis em estado selvagem), animais de espaços abertos, e cabras-montês, cujo *habitat* preferido, áreas escarpadas de clima frio, está hoje reduzido ao Norte da Península. Representações de veados datáveis do final do Paleolítico superior testemunham a formação de bosques nesse período.

Há cerca de dez mil anos, o lento processo de aquecimento global torna-se praticamente irreversível. As condições climáticas pós-glaciares, ou holocénicas, estão na origem do desenvolvimento da floresta e do seu avanço para latitudes mais setentrionais. Em Trás-os-Montes e no Alto Douro, esse povoamento foi levado a cabo por espécies que denunciam um clima de tipo mediterrâneo (sobreiro, carvalho) com influências atlânticas (pinheiro). Os auroques, as cabras-montês e os cavalos migram. A fauna é agora a típica de bosques com pequenas clareiras, ou seja, cervídeos e javalis.

No entanto, estas regiões de Portugal não parecem ter sido ocupadas pelo Homem nesta fase inicial do Holocénico. Com um povoamento humano bem atestado durante o Paleolítico superior, o Baixo Côa parece ter-se tornado impraticável para as comunidades de caçadores e recolectores, cada vez mais tentados a viver dos ricos ecossistemas costeiros e estuarinos. Porém, este processo de abandono

das regiões do interior não deverá ter ocorrido de forma súbita.

É provável, pois, que durante os primeiros milénios do Holocénico este espaço fosse ainda habitado por grupos humanos cujo modo de vida assentasse na exploração dos novos recursos ribeirinhos e florestais. Infelizmente não há ainda dados seguros acerca desta fase da Pré-História do Vale do Côa, o Epipaleolítico, sendo todavia concebível que alguns dos acampamentos pré-históricos e algumas das gravuras de tipo subnaturalista datem desta época.

Os referidos acampamentos são visíveis hoje apenas através de concentrações de utensílios em pedra e dos desperdícios do seu fabrico, concentrações que se encontram muitas vezes profundamente soterradas, cobertas pela vegetação ou perturbadas por uma agricultura milenar. As matérias-primas de origem orgânica (madeira e ramagens, peles e ossos de animais, etc.), por norma, não se preservam e só ocasionalmente se identificam frágeis estruturas em pedra (por exemplo, fogueiras).

As primeiras comunidades de agricultores e pastores

Há cerca de 7.500 anos ocorre no actual território português um acontecimento com consequências notáveis: a introdução de modos de exploração do meio baseadas, não na exploração de recursos espontâneos, mas antes na manipulação e controle de recursos domésticos. Isto é, para além da caça, recolção e pesca, a subsistência das populações humanas baseia-se agora no pastoreio de ovinos e caprinos e no cultivo de trigo e centeio, espécies até então estranhas às regiões peninsulares. Este período, apelidado de Neolítico (ou «Idade da Pedra Nova»), por oposição a Paleolítico (ou «Idade da Pedra Antiga»), caracteriza-se ainda pelo invento de novos tipos de utensílios: vasos de cerâmica e utensílios de pedra polida (machados).

No Nordeste de Portugal, o Neolítico começou cerca de 5 000 a.C. (ou um pouco antes) e resultou da migração para Norte de pequenas comunidades de agricultores e pastores inicialmente estabelecidas em regiões meridionais (a Andaluzia ocidental, o Alentejo ou a Estremadura portuguesa).

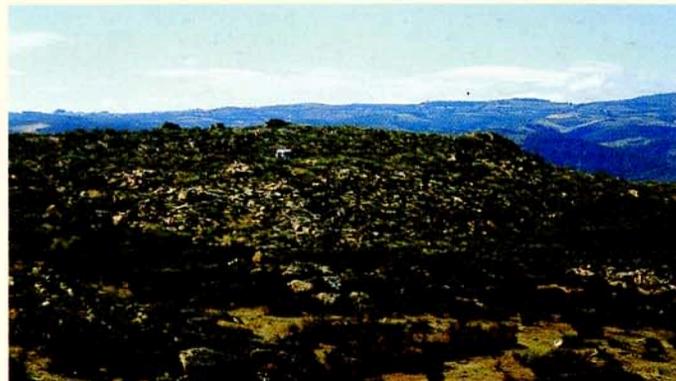


Fig. 3 – O planalto das Chãs foi sucessivamente ocupado durante o Neolítico e as idades do Cobre e do Bronze, de que é exemplo o sítio do Neolítico antigo de Quebradas, localizado junto ao veículo branco no centro da fotografia. (Fot. do PAVC)



Fig. 4 – Machados fabricados em pedra polida, ambos provenientes do sítio das Quebradas (o da esquerda, fracturado, só conserva a parte correspondente ao gume). (Fot. do PAVC)



Fig. 5 – Fragmentos de cerâmica do Neolítico antigo das Quebradas (Chãs).
(Fot. do PAVC)



Fig. 6 – Fragmentos de cerâmica do Calcolítico do Castelo de Algodres (Algodres), apresentando a característica decoração penteada (linhas incisadas onduladas executadas com um pente). (Fot. do PAVC)

No Baixo Côa conhecem-se os sítios de Quinta da Torrinha (Tomadias) e de Quebradas (Chãs), acampamentos temporários ou sazonais eventualmente relacionados com ocupações permanentes situadas nos vales mais largos. Aqueles sítios localizam-se em planaltos, junto de cursos de água e nas proximidades de solos leves e arenosos, os mais apropriados a uma agricultura primitiva.

Os vestígios recolhidos incluem cerâmicas, por vezes extensamente decoradas, destinadas a vários fins: confeccionar e servir alimentos, armazenamento de produtos, possivelmente os excedentes da produção agrícola, etc. Ainda inseridos nesta actividade estão utensílios em pedra polida para moagem de cereais e outros alimentos. Estes utensílios eram fabricados sobre blocos de granito e compostos por duas peças principais: uma base, ou dormente, com a superfície côncava, no interior da qual o grão era moído através da percussão ou do movimento de vai-vem realizado por um bloco arredondado e de menores dimensões, o movente.

Como estas regiões se encontravam cobertas de florestas, foi necessário proceder ao seu abate ou queima para criação de pastos e campos de cultivo. A economia agro-pastoril conduz, assim, aos primeiros impactos humanos na paisagem.

A complexificação da sociedade pré-histórica

Muito comuns na Beira Alta, as antas ou dólmenes são actualmente de todo desconhecidos na região do Baixo Côa. Nunca edificadas ou totalmente destruídas após a recente introdução de maquinaria pesada na agricultura, o facto é que se desconhecem os locais onde as comunidades pré-históricas enterravam os seus mortos durante o Neolítico e o período subsequente, o Calcolítico ou Idade do Cobre. Apenas da segunda idade dos metais, a Idade do Bronze, se conhecem duas necrópoles de cistas (pequenas câmaras de planta aproximadamente rectangular destinadas usualmente a enterramentos individuais): uma no Vale da Casa (Pocinho), outra nos Malhadais (Barca d'Alva).

Os períodos posteriores ao Neolítico são, no entanto, os que apresentam o maior número de sítios arqueológicos. Um nítido aumento da densidade demográfica parece aliás ocorrer nas idades do Cobre e do Bronze, que decorreram entre cerca de 3 000 a.C. e meados do I milénio a.C. Os lugares de habitação são por vezes amuralhados e situam-se em locais destacados na paisagem, de difícil acesso, e a partir dos quais se pode observar todo o espaço envolvente. Estes locais tinham, assim, uma dupla função: defensiva, porque inacessíveis e amuralhados; ostensiva, porque eram também eles visíveis de longe, assumindo desse modo uma certa carga simbólica. Destes locais podem citar-se, como exemplos, o Castelo Velho (Freixo de Numão) ou o Castelão (Escalhão). Paralelamente, uma importante rede de povoamento, materializada em acampamentos de dimensões variáveis, estende-se tanto pelas terras baixas como pelos planaltos. É o caso dos povoados do Fumo (Almendra), Barrocal Tenreiro (Algodres) ou Tourão da Ramila (Santa Comba).

Estes sítios arqueológicos ocupam já não só os solos leves e arenosos, à semelhança do período precedente, como também os solos mais pesados e argilosos. Esta expansão demonstra que houve um aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, que muitos autores correlacionam com a invenção do arado e a utilização de animais de tiro, verosimilmente o boi. A recolha de ossos de boi doméstico em sítios calcolíticos e da Idade do Bronze indica não só que aquela hipótese é plausível, mas também que há uma maior sedentarização das populações. Os animais abatidos incluem ainda, para além dos ovinos e caprinos, o coelho, o veado, o porco, o javali e peixes de rio. Dos animais domésticos retiram-se agora de forma mais intensiva outros produtos para além da carne; é o caso do leite (e a provável invenção do queijo) ou da lã (eventualmente usada na tecelagem, prática testemunhada pela recolha de pesos de tear em muitos povoados).

A maior sedentarização destas populações é-nos sugerida também pelas técnicas construtivas, quer dos povoados amuralhados, quer das próprias unidades habitacionais do seu interior. Por exemplo, no povoado do Fumo (Almendra), identificaram-se restos de cabanas de planta suboval construídas com ramagens entrelaçadas, apoiadas em

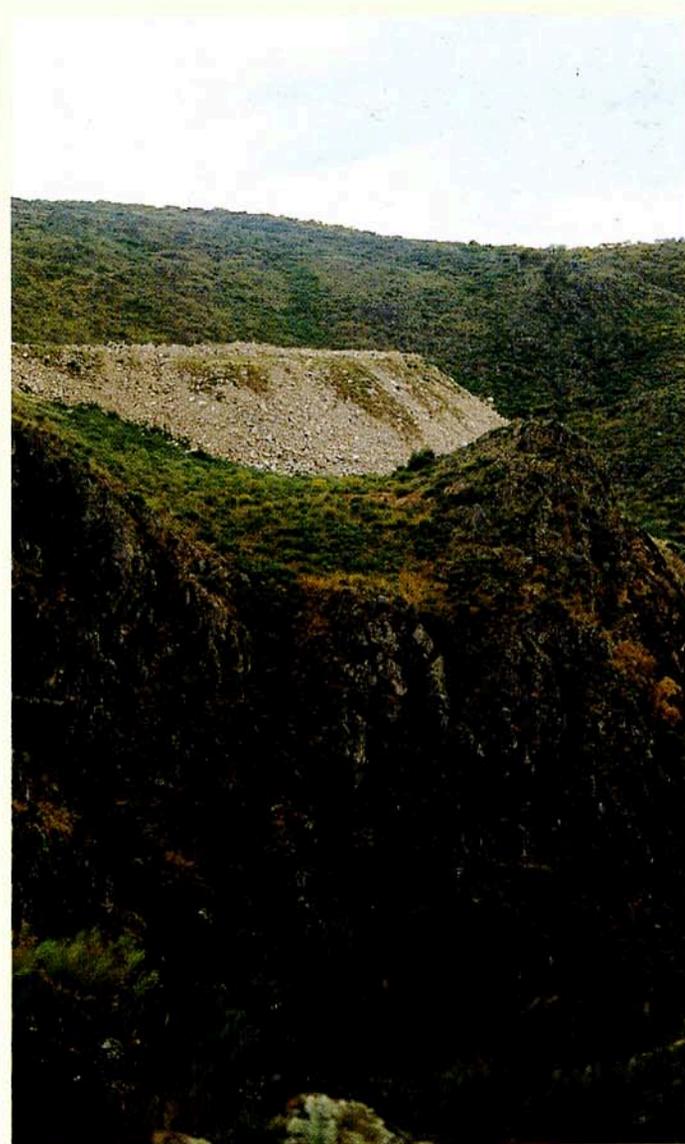


Fig. 7 – O povoado calcolítico do Fumo foi construído na depressão que se observa no topo da escarpa que se ergue em primeiro plano. O amontoado de detritos de cor esbranquiçada é a escombreira das pedreiras de granito que funcionaram no local durante o período em que decorreram as obras de construção da barragem de Foz Côa. (Fot. do PAVC)



Fig. 8 – Exemplo das frágeis estruturas domésticas preservadas desde a Pré-História: trata-se dos restos de uma fogueira do povoado do Fumo, da qual sobejaram até à actualidade apenas alguns carvões, ossos de veado e ovinos calcinados e meia dúzia de calhaus, visíveis na imagem, utilizados para a delimitar. (Fot. do PAVC)

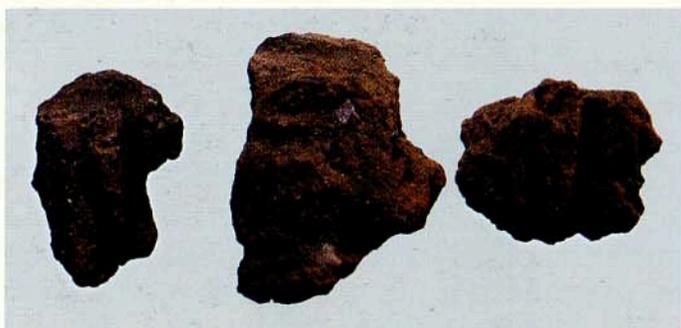


Fig. 9 – Bocados de barro utilizado para cobrir as cabanas construídas com troncos e ramagens no interior dos povoados, técnica muito frequente no Calcolítico. As peças ilustradas, que mostram nitidos negativos daqueles troncos, foram recolhidas no sítio do Fumo. (Fot. do PAVC)

postes de madeira e depois cobertas com uma camada de argila misturada com areão. Este tipo de estruturas é claramente mais duradouro do que as construídas inteiramente com materiais de origem vegetal. Outros indícios de um maior arraigamento ao local de implantação do povoado são, por exemplo, as grandes dimensões de alguns recipientes cerâmicos.

A metalurgia é inventada neste momento. Daí a própria terminologia empregue: na Idade do Cobre explora-se o ouro de aluvião e o cobre, sendo este metal objecto de uma adição deliberada de estanho no final da Idade do Bronze, o que lhe confere maior dureza. Estamos, assim, perante a primeira liga metálica conhecida na História: o bronze. Alguns sítios do Baixo Côa têm revelado evidências de práticas metalúrgicas primitivas semelhantes, o que não surpreende, dada a riqueza natural da Beira Alta em ouro e estanho.

As sociedades calcolíticas e da Idade do Bronze são, de um modo geral, mais complexas. Isto é, se até ao Neolítico a divisão do trabalho assentava predominantemente em critérios sexuais e etários, a partir destas épocas vemos surgir indícios indirectos da existência de tarefas que só poderiam ser levadas a cabo por indivíduos que se lhes dedicassem a tempo inteiro e que tivessem de passar por um processo de aprendizagem elaborado. São exemplos o fabrico em pedra de utensílios específicos, nomeadamente de alguns tipos de pontas de projectil; a prática da metalurgia e a transmissão do seu conhecimento; a arquitectura dos povoados com muralhas, etc. Pode supor-se, como consequência destas observações, uma maior hierarquização social.

Os povos pré-romanos e a alvorada da História

Os povos que habitavam a região antes da chegada dos romanos têm sido tradicionalmente designados por lusitanos. Tratam-se de um dos vários povos peninsulares de origem indo-europeia mencionados em relatos escritos por autores da Antiguidade clássica (Estrabão, entre outros), nos quais se fazem referências a vários aspectos do seu modo de vida. Os dados de que dispomos para esta época, a que se chama

Idade do Ferro, são, assim, de uma dupla natureza: vestígios arqueológicos e, pela primeira vez, documentos escritos.

Da interpretação conjunta daqueles dados temos podido concluir que os locais então habitualmente escolhidos para habitação eram os montes altos depois de reforçados com muralhas. Edificadas no interior daquelas muralhas, as casas eram de planta circular, construídas em pedra e com uma cobertura cônica feita de materiais perecíveis. Estes locais têm recebido o nome de «castros» e deveriam albergar um número variável de famílias amplas, isto é, famílias que incluíam os descendentes e cônjuges e respectiva prole. A horticultura e a agricultura cerealífera eram praticadas. Contudo, parece certo dizer que a pastorícia, a recolocção de alimentos silvestres e a pilhagem eram mais correntes.

No Baixo Côa conhecem-se dois povoados de tipo «castro»: Calábria (Almendra) e Urros (Moncorvo). Infelizmente, nenhum destes sítios foi até ao momento objecto de intervenções arqueológicas aprofundadas, pelo que se torna difícil tecer considerações a respeito do modo de vida dos seus habitantes. Porém, nas margens do Douro são inúmeras as gravuras rupestres que nos fornecem alguns «retratos» desta época, sendo típicas as representações de guerreiros a cavalo ostentando lanças e espadas.

Uma das características mais notáveis da Idade do Ferro peninsular é a existência de escritas alfabéticas, ainda não traduzidas, que registam a língua (ou línguas) destes povos. No território português, essas escritas ocorrem principalmente no Sul, área muito mais exposta a influências mediterrâneas (os fenícios, por exemplo, estavam estabelecidos no Sul da Península Ibérica desde o século VIII a.C.). No Baixo Côa, no entanto, foi descoberta e documentada uma inscrição desse tipo no núcleo de gravuras do Vale da Casa (Pocinho) antes da sua submersão pela albufeira da barragem do Pocinho.

A chegada dos romanos ao Norte de Portugal verificou-se em 138 a.C., data da campanha militar que, conduzida por Décio Júnio Bruto, percorreu o litoral Norte, chegando a ultrapassar o rio Lima. Embora desta campanha não resultasse a ocupação daqueles territórios, a romanização de toda esta vasta região estará, contudo, completa no século seguinte.

António Faustino de Carvalho



Fig. 10 – Hemimandíbula de boi doméstico recolhida *in situ* no povoado calcolítico do Fumo. (Fot. do PAVCO)



Fig. 11 – Inscricção alfabética, ainda não traduzida, identificada na Rocha 23 do sítio de Vale da Casa (Pocinho). Inscricções deste tipo são conhecidas sobretudo no Sul de Portugal, e datam da Idade do Ferro. (Fot. A.M.B., 1983)

A ARTE DO CÔA E ALTO-DOURO E O CENTRO NACIONAL DE ARTE RUPESTRE (CNART)

1. A arte rupestre é um dos mais significativos legados da humanidade pré-histórica e, pela carga simbólica e estética que transporta, é um dos aspectos que demonstram a modernidade do pensamento do homem pré-histórico. Raramente estudada em contexto, ela é o remanescente de um pensamento mítico mas estruturado, reflexo da própria estruturação complexa das sociedades pré-históricas. No contexto da arqueologia pré-histórica a arte rupestre é um campo muito específico. Ao contrário de uma escavação em que o arqueólogo, para estudar um sítio, necessita de “destruir” as evidências estratigráficas que lhe permitem compreender as estruturas, e o seu registo, por mais completo, nunca será exaustivo, em arte rupestre a interpretação começa logo pelo desenho rigoroso das rochas historiadas. Por isso mesmo nunca é um trabalho acabado. O investigador em arte rupestre, se for consciencioso, não precisa de “destruir” para tentar compreender. O seu trabalho de campo não é mais do que uma tentativa de refazer os próprios gestos pré-históricos. E outros investigadores que se lhe sigam podem sempre tentar refazer os mesmos gestos, porque os painéis, em tese, permanecerão prontos para novas interpretações. O investigador em arte rupestre não precisa de coligir peças para o “museu”, pois o sítio é o próprio museu e as obras artísticas podem ser apreciadas nos próprios locais da sua criação. Daí a importância que hoje assume a conservação dos “ambientes rupestres”.

No entanto, são muito frágeis os restos artísticos que chegaram até ao nosso tempo, exigindo um cuidado redobrado o seu estudo e particularmente a sua conservação. Se a interpretação arqueológica de um painel rupestre requer um trabalho por vezes de uma enorme paciência (atente-se, por exemplo, nas rochas 3 e 10 da Penascosa), a sua conservação está hoje, mais do que nunca, em primeiro plano. Por isso se encerraram inúmeras grutas com arte paleolítica, após décadas de visitas pouco controladas e se terem constatado as degradações de muitos dos seus painéis historiados, fruto de variados agentes erosivos. Hoje a investigação, para além de um grande e sempre renovado rigor nos levantamentos artísticos, base de toda a interpretação que se pretenda convenientemente documentada e arqueologicamente

fundamentada, centra-se também nas formas de melhor conservar e permitir o seu usufruto por parte dos visitantes interessados.

Em Portugal, a arte rupestre era, até há pouco, um domínio muito pouco conhecido e divulgado da nossa arqueologia. Primeiro a descoberta fortuita do Escoural e depois a revelação e salvamento da arte pós-glaciar do Vale do Tejo afloraram episodicamente na nossa comunicação social. Seria porém o “caso Côa” que, fruto já de uma outra mentalidade e de um outro tempo cultural, traria para as primeiras páginas a importância de um complexo rupestre que, não tendo talvez as dimensões espaciais do do Tejo, o sobreleva em antiguidade, em qualidade artística e em dimensão temporal.

O ano de 1995 foi crucial pela polémica desencadeada com a defesa da arte do Côa contra uma mega-barragem já em construção, com alguns episódios pitorescos e romanescos, de que a seu tempo

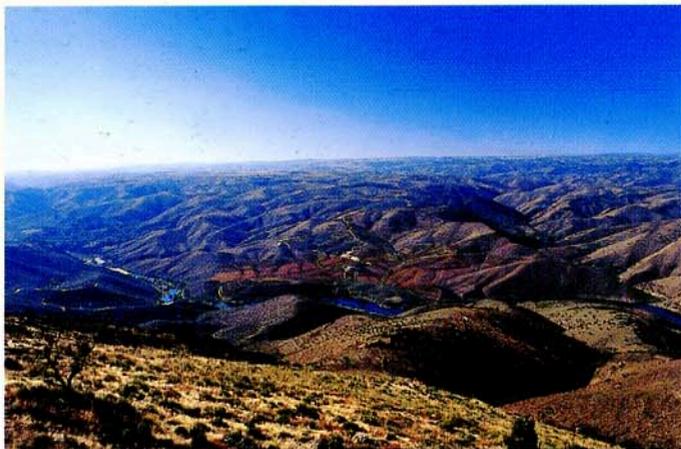


Fig. 1 – O Vale do Côa entre a Penascosa e a foz da Ribeira de Piscos (à direita). (Fot. CNART)

esperamos dar testemunho. O final desse ano veria consolidada a posição quase unânime dos arqueólogos portugueses e de uma maneira geral de grande parte da opinião pública, quando o recente governo socialista, numa histórica decisão, resolveu "salvar as gravuras" do afogamento e fazer pender o prato da balança para o lado dos defensores do património histórico e do seu usufruto. Esta decisão, que terá seguramente uma carga política inegável, é, antes de tudo, a assunção por parte do poder político da importância que hoje se concede à memória histórica onde os povos se revêem cada vez mais, e assinala uma importante e decisiva viragem, não só na arqueologia portuguesa, mas também em todo o posicionamento com que a partir de então passaram a ser encaradas as questões respeitantes ao património.

Relativamente à arqueologia portuguesa, ela permitiu que se lançassem as bases da sua reestruturação, um processo em curso. E permitiu a criação do primeiro Parque Arqueológico em território português, devidamente dotado, única alternativa afinal àquela decisão no que ao Vale do Côa diz respeito. Em paralelo e consequentemente, permitiu também a criação do Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) que, por razões óbvias, só poderia estar localizado em Vila Nova de Foz Côa, a "capital" da polémica que fez transportar o seu nome para todos os cantos do planeta e centro do mais longo "ciclo" de arte rupestre hoje conhecido na Europa, alongando-se desde o Paleolítico Superior até ao século XX.

A arte paleolítica é unanimemente considerada como o mais notável legado do homem pré-histórico ao mundo do nosso tempo. Redescoberta a partir da segunda metade de Oitocentos e ainda hoje objecto de grande controvérsia na sua sistematização cronológica, a descoberta da Arte do Côa, pelo facto de se espriar ao ar livre e numa grande extensão e com motivos de grande qualidade estética, contribuiu decisivamente para um renovar do estudo da arte paleolítica na Europa, chamando simultaneamente a atenção para o estado de abandono em que se encontrava a generalidade da nossa arte rupestre. Embora sejam conhecidas em Portugal muitas rochas com gravuras e pinturas pós-glaciares, integráveis na sua generalidade nos horizontes artísticos da



Fig. 2 – Rocha 10-A da Penascosa (pormenor). Cabeças de cabra pireneica e equídeo obtidas por incisão e traço múltiplo. Atribuíveis ao período de transição entre o Solutrense recente e o Magdalenense Antigo. (Fot. CNART)



Fig. 3 – Rocha 1 da Quinta da Barca. Cerca de três dezenas de animais sobrepostos em diferentes períodos do Paleolítico Superior. (Fot. CNART)

arqueológico das nossas estações rupestres, a diversificação da oferta de um turismo cultural baseado na arte rupestre e que hoje se centra ainda apenas no Côa.

O CNART nasce assim do esfriar de uma polémica, mas essencialmente da necessidade de sistematizar, conservar, estudar e dar a ver o importante legado rupestre que se guarda no nosso país.

Com pouquíssimos especialistas entre nós e daí a grande vacuidade dos estudos de arte rupestre em Portugal, a ausência de monografias científicas e a falta de estudos sistemáticos terão mesmo contribuído para o agudizar que a polémica do Côa chegou a assumir em 1995 entre os próprios arqueólogos. Faltará ao estudo da arte rupestre em Portugal a presença de um pensamento criador. Assim, há pouco mais de 20 anos, quando os conceitos de defesa do património histórico como que desabrocharam em Portugal e disso foi sintoma o enorme afluxo de criação de Associações de Defesa do Património, que rapidamente evoluíram para Associações de Defesa do Património e Ambiente, era então quase impensável a criação de uma estrutura do tipo de um Centro Nacional de Arte Rupestre. A polémica do Côa e a corajosa decisão política que levou ao fim de uma barragem já em construção - também ela impensável há 25 anos atrás, quando, por exemplo, foi afogada a arte do Tejo e se se consultar a imprensa da época em nenhum lado se “exigia” o fim de uma barragem a troco de um património histórico por mais relevante que ele fosse - terão certamente contribuído para a criação de uma estrutura como o CNART, que agora dá os seus primeiros passos. Talvez se tenham antecipado apenas uns anos, pois a criação de um organismo como este num país que tanta arte rupestre tem ainda e na sua maior parte por estudar, seria mesmo uma questão de anos. Integrado na orgânica do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e criado pelo Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio, o CNART está sediado em instalações provisórias cedidas pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC). A sua futura sede ficará localizada em edifício a erguer simbolicamente no local de construção da abandonada barragem do Côa, frente à Canada do Inferno, um dos lugares cimeiros da arte pré-histórica em território nacional.

2. Quando em 1982, a poucas semanas do encerramento da barragem do Pocinho, realizámos a pedido de Francisco de Sande Lemos, então Director designado do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, o levantamento de um grupo de rochas decoradas nas margens

“arte esquemática, simbólica ou abstracta”, até há pouco tempo apenas dispúnhamos de dois sítios com arte rupestre datáveis do Paleolítico Superior: um em gruta (Escoural) e outro ao ar livre (as fragas de Mazouco, sobre o Douro). A descoberta da arte do Côa coloca definitivamente Portugal no roteiro dos países com sítios maiores da Grande Arte do Paleolítico Superior europeu. Por tudo isto, justificava-se que o CNART ficasse sediado em Vila Nova de Foz Côa, prosseguindo desde logo o estudo exaustivo das importantíssimas jazidas rupestres do vale do Côa e do Alto Douro em geral, pois hoje é patente que muito mais rochas historiadas haverá por identificar em toda esta região do interior português. Por outro lado e tendo em atenção a importância e o impacto públicos que a partir de 1994 a temática da arte rupestre passou a ter entre nós, a filosofia de actuação do CNART teria de ter um âmbito nacional, procurando-se incrementar, para além do estudo

do rio Douro, em local que a partir de então entraria na bibliografia arqueológica com o nome de Vale da Casa, estávamos longe de suspeitar que levantávamos a ponta de um véu que escondia o mais longo “ciclo” de arte rupestre hoje conhecido na Europa! As gravuras do Vale da Casa (ou Vale da Cerva, como também é localmente conhecido) foram na altura uma novidade, em especial os motivos atribuíveis à Idade do Ferro, mas também as gravuras de época moderna então descobertas junto à foz do Côa, com motivos de boa qualidade estética, como as representações de combóios e barcos. Infelizmente, por não se terem as prospecções do SRAZN interiorizado no Côa, ter-se-á perdido a oportunidade histórica de se descobrirem as gravuras paleolíticas do Côa e talvez evitado a citada polémica de 1994-95! Porém, a história não se faz no condicional ...

No entanto e para sermos mais precisos, a primeira ponta daquele véu fora já antes levantada com a descoberta em 1979 das gravuras paleolíticas de Mazouco, também nas margens do Douro, em zona de vale abrupto e alteado e com as águas do rio já subidas por acção do sistema de presas hidro-eléctricas do Douro. A revelação de Mazouco assinala, de facto, o primeiro passo na descoberta do vasto complexo de gravuras rupestres do Alto Douro português, hoje algo simplisticamente conhecido sob o nome de Arte do Côa.

A importância desta descoberta, que na altura nos levou mesmo a duvidar da sua atribuição a uma cronologia paleolítica com base em meros critérios de comparativismo estilístico, é hoje um marco na revelação da arte rupestre paleolítica de ar livre na Europa ocidental, agora um dado adquirido após um conhecimento mais apurado dos complexos inscultóricos do Côa, mas também após a revelação de conjuntos como os de Siega Verde e Domingo García, em Espanha e Fornols-Haut em França, entre outros.

Será ainda justo referir que também antes da descoberta da arte do Côa foram igualmente reveladas (mas nunca publicadas) as pinturas do abrigo do Gato, localizadas na mesma zona, que hoje também poderemos considerar como de morfologia paleolítica e que serão as primeiras pinturas quaternárias claramente de ar livre conhecidas na Europa ocidental.

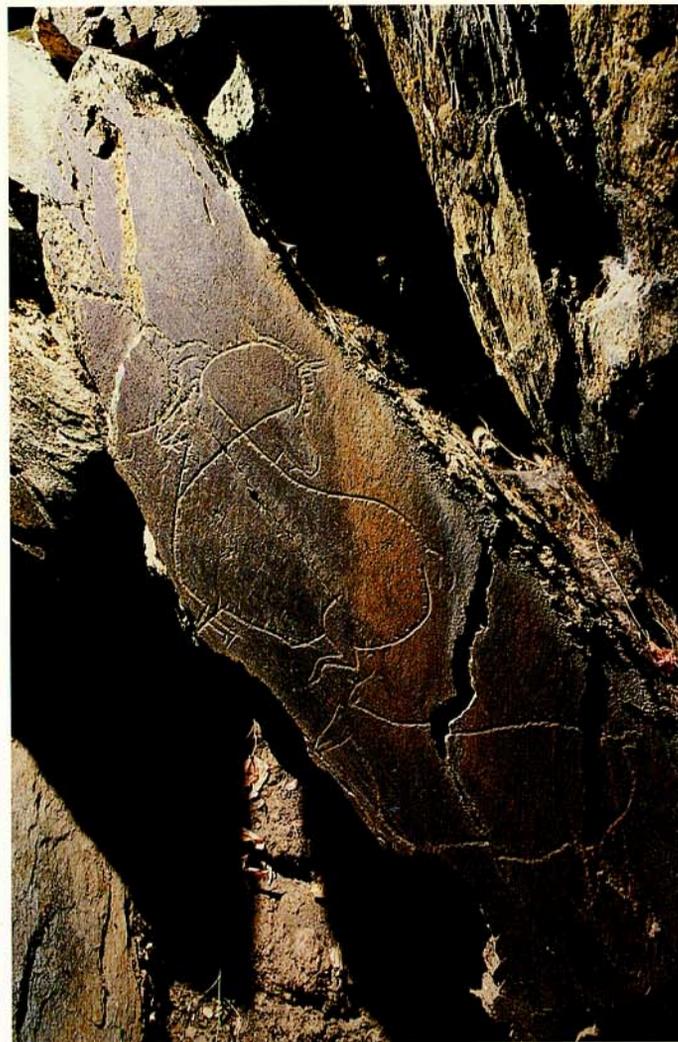


Fig. 4 – Rocha 3 da Quinta da Barca. Cena com três exemplares da cabra pirenaica, ostentando a figura central (um macho) duas cabeças. Período Magdalense. (Fot. CNART)



Fig. 5 – Painel n.º 1 do Vale da Casa. Conjunto complexo de sobreposições com quatro fases de gravação, todas da Idade do Ferro. (Fot. A.M.B., 1983)

Finalmente em 1994 (mas conhecidas presumivelmente desde 1992) são reveladas as primeiras gravuras do Côa, no sítio da Canada do Inferno, descobertas que seriam consideravelmente ampliadas, em processo conturbado, ao longo de 1995.

Esses e outros achados posteriores vieram a revelar que o Alto Douro português, em rochas predominantemente gravâquicas, conserva exemplos de um longo “ciclo” artístico, que começado em momento ainda indeterminado do Paleolítico Superior, se estende, embora sem soluções de continuidade evolucionista, praticamente até aos nossos dias, sendo ainda vivo o último gravador do Côa, um moleiro que até há poucas décadas laborou num dos moinhos fluviais da Canada do Inferno! Curiosamente conhecedor de algumas das gravuras paleolíticas, que afirmou sempre ter respeitado.

As fases arcaicas do “ciclo rupestre” do Côa e Alto Douro começam como se disse no Paleolítico Superior, provavelmente ainda no Gravetense (fases antigas das rochas 1 da Canada do Inferno e 3 da Penascosa), seguramente já vigoroso no Solutrense e prolongam-se pelo Magdalenense até ao fim da chamada Idade do Gelo. Algumas gravuras de características epipaleolíticas sugerem a continuação da tradição naturalista de gravação já em tempos pós-glaciares. Porém, estas gravuras e algumas (poucas) pinturas são já bastante mais raras.

A arte quaternária do Côa é hoje o mais notável exemplo da arte de ar livre do Paleolítico Superior europeu, com gravuras de grande qualidade artística, cujas características foram já descritas em várias publicações. Importará aqui ressaltar que entre as mais pertinentes e à semelhança da chamada arte das grutas, a grande maioria delas são obtidas por técnica filiforme, algumas tão ténues que se tornam hoje quase invisíveis ao olhar de um leigo. Isso não invalida, de uma maneira geral, a sua grande qualidade artística, onde são raros os exemplos mais toscos. Este facto leva-nos a considerar que no Paleolítico Superior a gravação dos motivos do Côa (e a pintura que terá desaparecido) não seria consentida a todos os elementos dos grupos humanos, mas antes só “autorizada” a talentosos iniciados. Só assim se compreende a qualidade estética hoje comumente reconhecida à generalidade da arte do Côa. Esta não seria também

uma actividade que se inscrevesse nas atribuições do quotidiano, como é evidente pelas diferenças estilísticas perceptíveis entre as cerca de um milhar de gravuras atribuíveis ao Paleolítico Superior. Por outro lado, para além das pinturas desaparecidas, muito se terá perdido pela escolha intencional das zonas alteadas dos lisos e verticais painéis de xisto e da intencional sobreposição de motivos nesses locais. Não sabemos ainda rigorosamente em que momentos especiais do longo período do Paleolítico Superior essa intencionalidade foi mais patente, mas ela fornece-nos um importantíssimo elemento de cronologia relativa, pois é possível desmontarmos as sequências de gravação pelo estudo das sobreposições de motivos e estabelecermos assim a sua evolução estilística. Porém, se os painéis verticais de xisto são por natureza bastante resistentes à meteorização das superfícies, a sua desmontagem é também mais facilitada por efeito dos diversos agentes erosivos, que por vezes arrancam grandes lascas com motivos insculpidos e nos colocam hoje graves problemas para a conservação das superfícies historiadas.

O segundo momento mais vigoroso de gravação no Alto Douro processa-se já na Idade do Ferro ao longo dos últimos séculos do 1º milénio a.C. A figura humana é agora dominante e centro da acção, isolada ou montada em cavalos, constituindo estes também um dos temas principais das historiações deste período. Cenas em que intervêm guerreiros armados com arcos e armas metálicas como lanças (de uma ou duas pontas), espadas e falcatas são então comuns. Em algumas destas cenas os guerreiros lutam entre si, presumivelmente disputando combates rituais, como na Vermelhosa; noutras caçam veados com o auxílio de cães, como na rocha 23 do Vale da Casa. Noutras ainda são figuradas armas isoladas, como as magníficas falcatas do Vale da Casa. Muitas destas armas, por figurarem elementos da cultura material passíveis de serem encontrados em futuras escavações que venham a realizar-se na região, fornecem também excelentes elementos de cronologia. Foi aliás este facto, para além da própria tipologia e estilo deste tipo de gravuras, que permitiu desde logo a sua atribuição à Idade do Ferro. Ocupando o mesmo espaço antes percorrido pelos caçadores do Paleolítico Superior, a arte da Idade do Ferro é agora o reflexo de uma sociedade de guerreiros e de mitografias muito diferentes. O próprio ordenamento espacial dos motivos nos painéis é também ele muito diferente, sobrepondo-se mesmo em alguns deles a gravuras paleolíticas, como na Vermelhosa.

A arte paleolítica, pelas razões apontadas, tem ofuscado a densidade e importância desta arte da Idade do Ferro, mas perante as gravuras deste período que já se conhecem na região, pode igualmente afirmar-se que estará também aqui a maior concentração na Península Ibérica de motivos rupestres datáveis desta época. Os trabalhos arqueológicos futuros que aqui venham a realizar-se não deixarão de relevar este facto.

António Martinho Baptista

LER NA PAISAGEM CONTEMPORÂNEA PAISAGENS MEDIEVAIS E MODERNAS

Os espaços dotados de um estatuto particular de protecção, sejam as Áreas Protegidas sob tutela do Instituto da Conservação da Natureza (Ministério do Ambiente) seja, no caso vertente, o Parque Arqueológico do Vale do Côa, dependente do Instituto Português de Arqueologia (Ministério da Cultura), são áreas privilegiadas para o estudo da formação da paisagem nas suas várias componentes: núcleos povoados e relação com o relevo e rede hidrográfica; rede viária e a forma como conduz de um lugar habitado a outro e de cada um deles aos vários recursos que o território oferece; área agricultada e sua relação com a área de monte, de pastagens ou florestada. Escapando em grande medida à pressão demográfica dos centros urbanos e suas periferias e ao furor construtivo – ainda que não alheias à tensão imobiliária que se faz sentir em Portugal de uma forma muito viva nas últimas décadas – obedecendo, ao menos em tese ou em projecto, a planos de ordenamento em vigor ou em elaboração que travam algumas mutações de maior monta, a paisagem escapa com mais facilidade à *transformação do rural em urbano* que se generaliza noutros pontos do território. No entanto, a própria classificação como áreas dotadas de regime especial de protecção introduz alterações de relevo. Entendidos como espaços de lazer, defrontam-se com a magna questão de como gerir a procura turística. E se o turismo é erigido em recurso primacial e quase exclusivo, fonte indispensável de receitas face à ruptura dos anteriores sistemas de subsistência de raiz agro-pastoril, contém as mais das vezes uma contradição e um desvirtuamento essenciais: sendo espaços procurados pela sua feição não urbana, pela sua ligação ao mundo rural e natural o facto de, em tantos casos, terem perdido ou estarem em vias de perder anteriores utilizações, correspondentes a um dado modo de vida que ordenou essas áreas em zonas de campos agricultados, baldios, matos, florestas, determina que o visitante urbano se depare com um espaço que funciona tendo como meta e recurso o próprio turismo. Buscando o contacto com uma paisagem distinta da do seu quotidiano, em que se plasmaria a alteridade, sob a forma de aldeias ou quintas, terras de vale ou alturas da serra, reserva de pastagens, bosques e animais, confronta-se afinal com uma outra realidade. Um mundo que caminha no sentido de espelhar os valores que traz enquanto turista ou reflectir a representação que as comunidades locais se fazem do que deverá ser uma paisagem, um bem e um serviço procurados por um visitante oriundo de um centro urbano nacional ou de um país remoto.

Vilas, aldeias, quintas, caminhos. Área agricultada e incultos. Como se estabelece o equilíbrio em cada período histórico entre estas várias componentes, de que forma a paisagem reflecte o balancear entre épocas em que o pastoreio ganha em importância ou recua, a agricultura alarga o leque de cultivos ou se especializa em determinada cultura, em que a área de monte se mantém por vastas áreas ou, pressionada pelo aumento demográfico, cede por vezes drasticamente perigando um equilíbrio vital para a produtividade dos campos. Trata-se de perceber o complexo jogo do aproveitamento de recursos ligado às estratégias de sobrevivência de uma *comunidade de vida* que combina, tantas vezes, a agricultura e a pastorícia com a exploração dos produtos silvestres, o fabrico de bens essenciais, como a olaria, a cestaria, a tecelagem..., a exploração de minérios, o comércio. Por vezes, atingido um dado ponto de equilíbrio na exploração de um conjunto de recursos, perdurará por centúrias. Noutras ocasiões, há rupturas evidentes. Em qualquer caso, a interacção com outras comunidades mais ou menos distantes desempenha papel importante nem sempre fácil de discernir. Como poderíamos, por exemplo, prever, que o trabalho sazonal no Douro Superior e vale do Côa, teria sido um complemento fundamental para a estratégia de vida de tantas famílias das franjas orientais da serra da Peneda presas a manchas de terras escassas e ainda assim de fraca produtividade? Para citar um ou outro exemplos avulsos, constatámos que vários

homens naturais da freguesia e concelho de Castro Laboreiro foram sepultados nas igrejas da região nas primeiras décadas da centúria de Oitocentos. Em Março de 1806, um castrejo vai a enterrar na Misericórdia da Vila de Sortelha, dois outros, no mesmo mês e ano, na Matriz de Torre de Moncorvo; em Fevereiro de 1807, Pedro, natural do lugar das Cainheiras, Castro Laboreiro, morre em São Bento da Meda; quatro anos depois, já no mês de Maio, outro castrejo é sepultado em Longroiva, enquanto em Janeiro e Fevereiro de 1819 são sepultados dois na igreja de São Pedro de Marialva. Morriam lá para onde tinham migrado no Outono escapando aos rigores do Inverno serrano que impedem outros trabalhos e invalidam o sustento. Voltariam na Primavera não fora depararem antes disso com a doença ou o infortúnio e repousarem para sempre nas terras mais brandas do Nordeste tantas vezes *sem testamento por ser pobre* (Registo Paroquial, óbito em Torre de Moncorvo de Francisco Gonçalves, natural da vila de Castro, em 24 de Janeiro de 1816). Talvez o desenvolvimento da investigação permita que um dia possamos ligar com fios seguros importantes migrações de homens do Alto Minho aos vários períodos de expansão da vinha nas diferentes regiões do Douro.

A paisagem guarda em si marcas das sucessivas formas de apropriação e utilização do território que estiveram subjacentes à sua formação e transformação. Interpretar essas marcas é desvendar a vida das pessoas que o habitaram e moldaram ao seu jeito. Uma observação cuidada permite que saibamos ajuizar da importância de determinado caminho ao longo da Época Moderna pela presença de cruzeiros e alminhas que o pontuam, ou presumir a relevância de uma outra via que ditou a construção, na baixa Idade Média, de uma capela de apoio aos viandantes. Avaliar períodos de prosperidade agrícola pela imponência dos solares rurais, etapas de retorno de uma emigração mais violenta pelo surto de caprichosas construções *à brasileira*, casas orladas pela quase inevitável palmeira que trouxeram o colorido e exotismo às sedes de concelho ou freguesia. Percebemos na paisagem a vida e morte dos povoados – abandono de aldeias e lugarejos, criação de vilas, construção de quintas, despovoamento de centros urbanos... – ao sabor de variações demográficas, decisões políticas, modificações económicas que procuramos identificar. As mais recentes marcas neste território falam-nos de uma barragem que foi interrompida e, sob a forma de cercas, centros de interpretação, sinalizações, da criação de um Parque Arqueológico que muito nos elucida sob o *modus vivendi* de um tempo em que o património e a arte se erigiram em valores cimeiros.

No entanto, é também sob o nosso olhar que se observa hoje uma movimentação desusada em franjas deste território do norte e centro orientais do país: solos revolvidos por potente maquinaria que, num ápice, transforma destinos seculares de campos e encostas em novos usos, ora enveredando por rumos de continuidade, como seja plantando vinha, ora impondo à paisagem feridas profundas, extraindo saibros desordenadamente, plantando manchas contínuas de eucaliptos e pinheiros, alagando extensos vales cujos campos, tornados improdutos, se transformam em reservatórios de água ou energéticos. Outras vezes, a nova apropriação do território manifesta-se no abandono de espaços até aí intensamente aproveitados e os matos ganham terreno, galgando encostas, dissimulando antigos socacos, ruínas de moinhos, levadas, calçadas que as novas vias fizeram inúteis. Por vezes a agressividade das marcas que são impostas espelham de uma forma muito evidente regimes artificiais de exploração do território votados a duração efémera: especulação ou aproveitamento impróprio como seja vedando áreas outrora destinadas a vinhas e olivais que se arrancaram ao sabor de um prometido subsídio para introdução de cabeças de gado que um novo óbolo convidará a abater. Noutros casos, extensões de campos aos quais se exigiu uma produtividade impossível – chamados a alimentar um número desusado de gentes que, objectivamente, não comportavam, quando a partir do século XVIII a curva demográfica teimou em ascender assustadora e ininterruptamente – tenderão a transformar-se em incultos, coutadas de caça, ordenados em função de um novo tempo em que,

dos centros urbanos, os caçadores virão em dias certos procurar esta forma tão genuína quanto contraditória e funesta de contacto com a natureza no interior do país. No entanto, a despeito das múltiplas e profundas transformações protagonizadas pelas sucessivas gerações que habitaram a área delimitada agora como Parque Arqueológico, desde a época em que a monarquia se consolida e em que as terras do Ribacôa incorporam firmemente o território nacional, por um período que ultrapassa o meio milénio o modo de vida não sofreu alterações de natureza, o sustento mantém-se preso à terra. (E se em certos casos se verificou recentemente um recuo das áreas agricultadas, a presença de algumas culturas importantes e particularmente o prestígio da vinha, poderão perpetuar no interior do Parque uma relevante vocação agrícola.)

○ Parque Arqueológico tem como mais-valias a presença do património ímpar que as gravuras paleolíticas representam, uma paisagem rural que ainda *vive* – e num ou outro caso saudavelmente – e que ordenou um vale tão belo quanto diversificado, e uma sequência longuíssima de ocupação humana que marcou todo o território. É assim possível conciliar idealmente actividades pré-existentes com um turismo que procura a arte das gravuras e que poderá estender o seu interesse a toda a área envolvente – desde que devidamente interpretada, cada calçada, cada ponte, cada aldeia, tem uma fascinante e grada história a contar – trilhando caminhos que não sente rasgados à sua medida mas há muito utilizados por camponenses, pastores, moleiros e que o novo uso turístico e de passeio acrescenta mas não desvirtua. Olhará uma paisagem e uma terra que, ao invés de ser ordenada à sua medida, continua a operar na quietude incomparável da atmosfera, essa sublime transubstanciação da agrura dos solos na doçura dos azeites e dos vinhos e da esteva que rescende.

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima

DAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS AO MUSEU DE SÍTIO DA ERVAMOIRA: UM PROGRAMA GLOBAL DE INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Em 1984 a administração da Casa Ramos Pinto, proprietária da antiga Quinta de Santa Maria entretanto rebaptizada da Ervamoira, tomou conhecimento da existência de uma estranha pedra de granito que aflorava por entre o rosmaninho numa colina de xisto por surribar junto ao Côa. Para ali estava destinado, como para grande parte dos 200 ha da Quinta, o plantio da vinha ao alto de castas seleccionadas. Mas o insólito do achado levou a agir com prudência e a chamar dois arqueólogos do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, que identificaram a peça como sendo um sarcófago medieval, tendo então sugerido que a mesma fosse estudada com cuidado e escavada a sua envolvente. A vinha ficou assim ali ausente, enquanto prosseguia o plantio nas restantes colinas e ladeiras. No ano seguinte, na Primavera, foi a sua área de implantação escavada e descobriu-se que por baixo daquela peça existia uma sepultura talhada no xisto. Porém subsistia a interrogação: o que fazia ali aquele sarcófago e quem fora sepultado naquele outro túmulo? Pesquisando as redondezas, num terreno plano dantes lavrado para semear centeio, apareciam à superfície aqui e ali fragmentos de cerâmica medieval e de tégula romana. No Verão seguinte, uma equipa mais dilatada, dirigida pelo autor destas linhas e por M^a da Graça Peixoto, descobria a estação arqueológica, tendo começado por escavar uma habitação medieval, datada por um dinheiro de D. Afonso III, a qual, voltada ao Côa, pouco aflorava no terreno. A uma cota superior, encontram-se também os vestígios de uma outra construção que depois foi interpretada como sendo uma oficina de fundidor medieval.

Face ao aparecimento destas estruturas não contíguas e ao facto de continuar a surgir cerâmica, mas ainda não estruturas romanas, em 1986, para além da continuação da intervenção nos sectores já referidos,

foram feitas duas sondagens no que poderiam ser os limites ocupados pela estação, a crer nos vestígios de superfície. Assim, numa zona de escorrimento de materiais, a Norte, escavamos o que se veio a revelar apenas como um pequeno murete de contenção de terras, onde apareceu um fuzilhão visigótico, enquanto noutra quadrante, uma vala de sondagem continuava a revelar a pouca possança arqueológica de alguns locais onde o arado terá destruído quase por completo o que restava das construções romanas e medievais. Mas continuava a abundância de cerâmica.

Em 1987, a Norte da oficina de fundidor, são detectados os alicerces de uma outra casa medieval, com porta voltada a Noroeste, em frente da qual existia uma enorme lareira com muitos fragmentos cerâmicos, ósseos e até metálicos, a qual continuou a ser escavada nos anos seguintes. Viria a revelar-se muito bem estruturada, com um lajeado lateral de pequenas pedras e ainda com um forte “pau” de xisto in situ, que deveria fazer parte de um tripé para suspensão de vasilhas sobre o fogo. Uma estrutura semelhante a esta tinha igualmente sido encontrada num canto do alpendre da oficina de fundição.

Em 1988 prosseguiram ainda os trabalhos na primeira casa medieval encontrada. No ano anterior tornara-se ali evidente um nível de tégula e de cerâmica romana muito fragmentada que constituíam, por assim dizer, o “piso” da casa. Mas foi no exterior desta que se revelaram os alicerces de uma grande cela rectangular romana, bem encaixada no afloramento xistoso, talhado para o efeito, com buracos circulares e regulares onde tinham assentado os postes que suportaram um telhado que ali jazia abatido e fragmentado no local onde caiu. O aparecimento de bronzes dos imperadores Constantino e Constancio, bem assim como as características da muita cerâmica de copa e cozinha ali existente, indicavam-nos que estávamos perante uma taberna do séc. IV. A casa medieval, de eixo excêntrico em relação ao da construção romana, apenas



Fig. 1 – Museu da Quinta da Ervamoira

destruiu uma parte desta ao alisar o terreno para se implantar. Mas ignorou por completo a construção subjacente, de muito melhor qualidade. De tal modo que em cima da sua planta foi também implantada uma grande lareira, fora portanto da habitação medieval, com a mesma abundância de cerâmica, ossos e alguns restos metálicos, a qual foi lajeada com tegulae reaproveitada da construção que lhe estava subjacente. A continuação dos trabalhos nos anos seguintes, veio a determinar o perímetro total deste sector e a boa construção das suas paredes.

Em 1989 prosseguiram portanto as escavações nesta casa romana enquanto noutro sector, por baixo de um caótico derrube medieval junto de um lajeado de placas de xisto, apareceu um muro romano alinhado com aquele que entretanto também tinha aparecido numa outra área. Prosseguindo a escavação entre os dois sectores, verificou-se que se tratava do mesmo muro, o alicerce da parede de um grande edifício romano com 27,5 metros de frente e uma soleira central, onde existira uma porta. Começamos então a convencer-nos que estávamos perante uma mutatio que controlava naquele lugar estratégico a passagem a vau do Côa, para quem vinha das Chãs para Castelo Melhor ou Caliábria, ou no sentido inverso.

No ano seguinte escavou-se parte do interior do edifício definido por aquela grande fachada, onde foram encontrados grande quantidade de fragmentos de tégula concentrados apenas numa parte do edifício, o que poderá querer dizer que ele não foi todo coberto, mas que teria uma abertura interior central. Iam igualmente aparecendo alguns muros e muretes de aparelho nitidamente medieval, formando pequenas celae, com lareiras em pequenos átrios exteriores às estruturas descobertas.



Fig. 2 – Museu da Quinta da Ervamoira. Aspecto de uma das salas de exposição

Aqui apareceu um dos mais decorados vasos cerâmicos da estação, os fragmentos de um grande dolium, infelizmente ainda sem os do fundo, o qual acusa uma influência mediterrânica atribuível ao século X-XI. Presença de berberes? Uma questão em aberto a confirmar.

Até 1990 tinham sido já escavados 436 m², mas a estação estava longe de esgotar as suas surpresas.

Nas campanhas dos anos seguintes finalizou-se a intervenção na taberna e na lareira que lhe estava sobreposta e a que já aludimos, sempre recolhendo abundante espólio tardo-romano e medieval. Se até então o horizonte cronológico mais recente parecia estar determinado, ainda não sabíamos a data para o início da ocupação romana. Alguma cerâmica dispersa sugeria que deveria ser anterior ao séc. IV.

Entretanto em 1993 escava-se o alicerce bem conservado da parede Sudoeste do grande edifício romano. Sobre ele existia uma outra lareira medieval, na qual foi encontrada uma mó dormente em granito e fragmentos da mó movente. No lado oposto deste edifício, do lado Norte, aparecia também nesse ano uma outra estrutura, constituída por um alicerce igualmente bem conservado, mas diferente dos muros romanos até aí encontrados. No seu enchimento havia mesmo fragmentos de sigillata não rolada. Este edifício veio a definir-se no alinhamento quer da taberna, quer da mutatio - assim chamamos estes edifícios, de acordo com os dados até agora disponíveis. No seu interior encontrava-se todo o telhado abatido, como já acontecera no sector do séc. IV, mas as tegulae eram aqui diferentes, no que diz respeito ao fabrico menos cuidado, mas em compensação mais decoradas, com meandros paralelos e outras incisões e, entre elas, um chrismon cruzado. Os próprios fragmentos dos imbrices apresentavam decoração. Mas, ao contrário da taberna, aqui não havia qualquer vestígio de louça de cozinha ou de copa ou de quaisquer outros objectos; apenas um botão semi-esférico de vidro azul-esverdeado, e dois fragmentos de maxilar inferior humano. Por todas estas razões pensamos estar perante o que restava de uma basílica martirial, o que significava estar perante um dos mais antigos vestígios da chegada do cristianismo ao Vale do Douro e seguramente do Côa.

A escavação da área deste edifício prosseguiu em 1994 e 1995, quando tinham já sido intervencionados um total de 875 m² a uma média de

72 m² por campanha. Neste último ano é descoberta uma nova estrutura encostada ao ângulo sul do grande edifício romano, a qual, escavada em 1996, viria a revelar-se como uma ferraria medieval, provavelmente do século XIII, constituída por uma área de forja num canto e uma banca de trabalho em pedra de xisto ocupando toda uma parede, com dois nichos laterais, num dos quais apareceu uma pedra de granito alisada com o que resta de uma inscrição onde parece ler-se TAN/G..., talvez de um Tanguinus, que ali vivera séculos antes. Dada a dificuldade da leitura, esta interpretação ocorreu-nos aquando da apresentação de uma comunicação de Armando Coelho Ferreira da Silva e de Mário Rui dos Reis Soares sobre a epigrafia da região cudana numas jornadas em Freixo de Numão entre 25 e 27 de Abril de 1997. Em frente desta banca de trabalho apareceu igualmente um grande cubo de pedra granítica, com as faces almofadadas e um polido fôculo central, que servira para afiar as ferramentas ali forjadas, como o demonstra o desgaste de um dos seus bordos. Era óbvio que se tratava de uma peça reaproveitada, como aliás a delida inscrição atrás referida. Pela sua configuração cremos tratar-se de uma lipsanoteca da basílica martirial, que conteria relíquias de um santo na cavidade do fôculo, talvez os fragmentos de mandíbula humana atrás referidos e tendo eventualmente como tampa a pedra com a inscrição, que apresenta uma protuberância circular que parece adaptar-se à abertura do fôculo, embora lhe falte metade. Isso justificaria também o facto da inscrição pagã ter sido quase totalmente apagada.

Quando em 1985 iniciamos o estudo desta estação não sabíamos que de há muito estava prevista a construção de uma barragem no curso terminal do rio Côa. Quando tal começamos a ouvir e a constar, nem queríamos acreditar que a beleza de tal Vale e dos inúmeros vestígios arqueológicos que o mesmo contém viessem a ser submersos. E nem sequer suspeitávamos da existência de tantos e tão importantes monumentos paleolíticos; sabíamos apenas de algumas referenciadas estações romanas e medievais e constatámos a existência de vestígios que nos pareciam calcolíticos no Monte Fariseu, que não estavam de imediato ameaçados. Quando o nosso colega Nelson Rebanda, em situação difícil a todos os títulos, descobre as gravuras que não tinham sido detectadas por outros arqueólogos que já tinham percorrido a região, nomeadamente por nós, uma nova era começou para a arqueologia do Vale do Côa e mesmo para a arqueologia nacional. O que até 1993 era só salvamento de informação arqueológica perante a ameaça da barragem, transforma-se em 1994 em esperança e em 1995 na certeza de



Fig.31 – Museu da Quinta da Ervamoira. Outro aspecto do interior

que os valores culturais prevaleceriam sobre uma tecnologia de duvidoso rendimento, pelo menos neste local. A história, ainda que incompleta ou parcial, do que foi esta saga, anda por aí contada. Pela nossa parte apenas diremos que 1995 foi o ano-chave para a estação arqueológica da Quinta da Ervamoira quando, constatada a suspensão dos trabalhos da barragem, houve que repensar toda a metodologia da intervenção que vínhamos fazendo e reflectir sobre o destino a dar às ruínas e aos achados. É então que no relatório desse ano propomos a musealização das ruínas e da Casa Velha da Quinta, o que vem a ser aceite pela administração da Casa Ramos Pinto e acarinhado por todos aqueles que compreenderam que no Côa se lavrava com o arado da qualidade um futuro diferente para a Terra Quente e para a fronteira duriense.

Na campanha de escavações de 1996, na qual foi encontrado um denarius de Geta que finalmente confirmava a ocupação romana anterior, pelo menos, desde o século III, procurámos definir um dos limites da estação, sem no entanto o conseguir. Logo após o seu fim redigimos de imediato o programa de musealização da Casa da Quinta, enquanto o Arqto. Arnaldo Barbosa e seus colaboradores, em sintonia com esse mesmo texto, elaboravam o respectivo projecto de reconversão arquitectónica.

A 12 de Outubro de 1996 as escavações, o programa e o projecto do Museu são apresentados ao Primeiro Ministro Eng^o. António Guterres quando este visita Ervamoira. Aí propúnhamos que a Casa da Quinta se transformasse num Museu de Sítio que mostrasse aos visitantes o

Património Natural do Douro Superior, a Arqueologia Romana e Medieval de Ervamoira e a Etnoarqueologia do Vale do Côa, para além dessa notável obra de Ciência e Arte Vitivinícola que é a própria Quinta. Abria-se assim a possibilidade de criar uma instituição com uma oferta cultural diferente e complementar do circuito das gravuras paleolíticas, a qual poderia dar ao visitante uma visão simples, mas total, do que tem sido a ocupação histórica deste Vale.

Para tal rodeamo-nos de alguns amigos e colaboradores, desde os nossos ex-alunos de Património da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, passando pelos biólogos da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto até aos engenheiros da Universidade da Beira Interior, para além de outros, os quais participaram na 1ª Semana de Estudos Especializados de Ervamoira que decorreu na semana da Páscoa de 1997.

No Verão desse ano, como habitualmente, a equipa de escavações dividida em dois turnos de uma dúzia de pessoas para cada quinze dias, escava durante um mês do sempre quente Julho/Agosto, a área oeste da estação, procurando um limite a partir do qual se iniciem os trabalhos de consolidação e restauro das ruínas. E de novo a surpresa de uma área medieval de cozinha, sobre o que parece ser a necrópole envolvente da basílica martirial. Novas interrogações a confirmar ou infirmar nos trabalhos que se seguirão nos próximos anos.

Inaugurado a 1 de Novembro de 1997 pelo Ministro da Cultura, Professor Doutor Manuel Maria Carrilho, o Museu de Sítio de Ervamoira é uma instituição privada com propósitos culturais, turísticos e científicos cujo interesse não se restringe à sua estação arqueológica mas pretende concentrar em si muita da investigação que até à data se produziu sobre o Vale do Côa, quer nas Ciências Humanas quer nas da Natureza e, ao mesmo tempo, incentivar a produção de novos estudos realizados por jovens investigadores das diversas áreas. Uma primeira amostra desses estudos será publicada ainda em 1998. Essa colectânea está com certeza longe de traduzir a riqueza cultural da região cudana e da história das gentes que a habitam. Pretende apenas partilhar o fascínio que este vale sagrado provoca em todos aqueles que o percorrem interrogando o

tempo, o espaço e as coisas que o transformaram em lugar de eleição, traduzindo em linguagem profissional esse encantamento.

O facto de alguns investigadores terem ignorado, ou mesmo não saberem, que o Vale do Côa teve uma intensa ocupação pós-paleolítica, levou-os a conclusões erradas sobre a cronologia da sua impressionante arte de ar livre. Ao aplicarem o método das datações directas sobre a alteração da superfície das gravuras paleolíticas não sabiam - mas deviam ter pelo menos intuído - que estavam a datar a revolução metalúrgica do calcolítico ou da idade do bronze e a revolução agrícola da romanização que, sobre os sulcos pré-históricos, deixaram combinações de iões mais recentes, o que é, de tão lógico, quase risível. O seu erro foi ignorar que o Vale do Côa foi uma região antropologicamente viva até ao presente, embora o seu declínio se acentuasse após o século XVI.

Tal como o vinho aqui produzido condensa em cada gota Natureza, Ciência e Tradição, também os estudos sobre Ervamoira procurarão mostrar como a Arqueologia se estende da Natureza às Humanidades através das várias Ciências.

Com este contributo estamos com certeza no início de uma necessária, efectiva e frutífera interdisciplinidade para compreender a globalidade do Vale do Côa.



Fig. 4 – Esquema representando planta interpretada da área escavada.
(Reproduzido e adapt. do Catálogo do Museu de Sítio de Ervamoira)

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO TERRITÓRIO DO MONTE DO CASTELO (ALMENDRA)

O rio Douro, pólo aglutinador de diferentes culturas, com um posicionamento estratégico e uma beleza incomum a que ninguém pode ficar indiferente, é dotado de características sociais e económicas bem definidas. Neste contexto, foi criado um Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID), em 1995, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, um grupo jovem e dinâmico, original nos termos em que trabalha e verdadeiramente orientado para a realidade regional que visa estudar: a história da vinha e da viticultura na região e, em particular, as rupturas e continuidades do povoamento do Alto Douro. É neste grupo e mais exactamente no grupo de História Medieval que se integra o Projecto de Investigação Arqueológica sobre o Território do Monte do Castelo (freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda).

Este projecto propõe-se realizar um estudo do território envolvente do Monte do Castelo com vista à localização da cidade de *Caliabria*, sede de bispado visigótico e compreender a estrutura político-económica do território.

O âmbito espacial abrange o território circundante ao Monte do Castelo, determinado através de acidentes geográficos bem definidos: ao Norte o rio Douro, a Sul, a Este e a Oeste montes e ribeiros que poderão ter tido papel importante na organização do território. A Ribeira de Aguiar atravessa de sudeste para noroeste a área do projecto.

Em termos geológicos, a área do projecto situa-se dentro da mancha de xistos grauváquicos, terrenos propícios à cultura da vinha, destinada essencialmente à produção do vinho do Porto. A oliveira e amendoeira são as outras culturas centrais na economia da região. O Monte do Castelo ou a *Tapada de Calabre*, como lhe chamam em linguagem popular, encontra-se a Sudeste, ocupada por um amendoal ainda hoje explorado. Na restante área predomina a vegetação rasteira, sobretudo giesta e, esporadicamente, algumas carvalheiras.

O âmbito temporal do estudo é o período de transição da época tardo-romana à alta Idade Média (séc.III ao séc.X), com principal ênfase no mundo visigótico, momento de criação e abandono do bispado de *Caliabria*.

Para a realização do projecto concebeu-se uma metodologia interdisciplinar que combine as técnicas de investigação arqueológica com os resultados obtidos nas análises laboratoriais, quer de cerâmicas, de metais ou de madeiras. Procura-se também conjugar resultados de sondagens geofísicas com sondagens arqueológicas. As características do território impõem, necessariamente, uma colaboração com especialistas nacionais ou estrangeiros de outras áreas de investigação – através de consultorias ou simples aquisição de serviços, importantes para o estabelecimento de canais de transmissão de conhecimentos e de discussão científica entre investigadores com interesses comuns.

Os objectivos mais importantes são, portanto, a identificação da localização de *Caliabria*, interesse esse que é reforçado pelo conjunto de problemas históricos e arqueológicos que este local suscita, com vista a um melhor conhecimento da ocupação visigótica nesta região

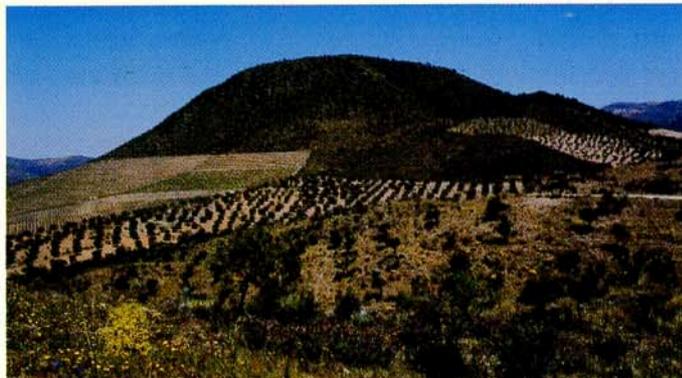


Fig. 1 – O Monte do Castelo ou Tapada do Calabre

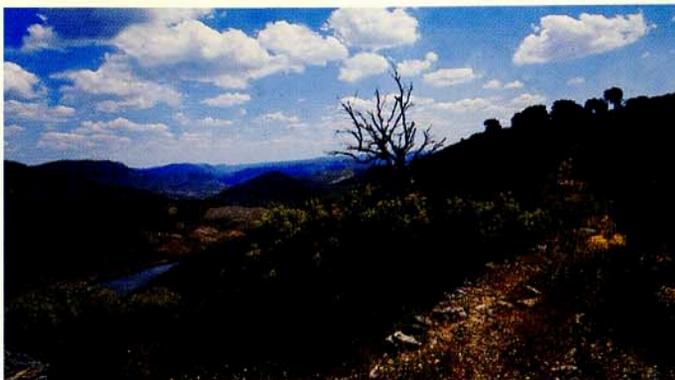


Fig. 2 – Monte do Castelo. Aspecto da muralha

no Poio do Gamoal; há vestígios da Idade do Ferro na área envolvente à Igreja Matriz e vestígios romanos num local denominado Chão do Morgado (COIXÃO, 1995; 1996).

As primeiras referências escritas a Almendra surgem-nos no séc. X, altura em que pertencia à Condessa D. Flâmula, o que se pode comprovar pelo seu testamento realizado em 960. Terá recebido Foral de D. Sancho I em Fevereiro de 1202 e Foral Novo de D. Manuel I em 1 de Fevereiro de 1510. Era uma das vilas mais povoadas da região, tendo-se mantido assim até meados do séc. XVIII (FRANKLIM, 1932).

Aquando da Restauração, os seus donatários eram os Condes de Castelo Melhor, tendo sido nesta altura que a fortaleza de Almendra foi restaurada. Dentro da fortaleza ficava a Praça, o Pelourinho, a Casa da Câmara, a Cadeia e a Torre do Relógio. Um pormenor curioso é o facto da Igreja Matriz estar fora da fortaleza e conseqüentemente da Vila. Ainda hoje apesar de estar integrada na malha urbana, a igreja encontra-se numa linha periférica em relação à aldeia.

No séc. XIX o concelho de Almendra foi extinto por decreto de 24 de Outubro de 1855, passando a pertencer ao concelho de Vila Nova de Foz Côa. (COSTA, 1929).

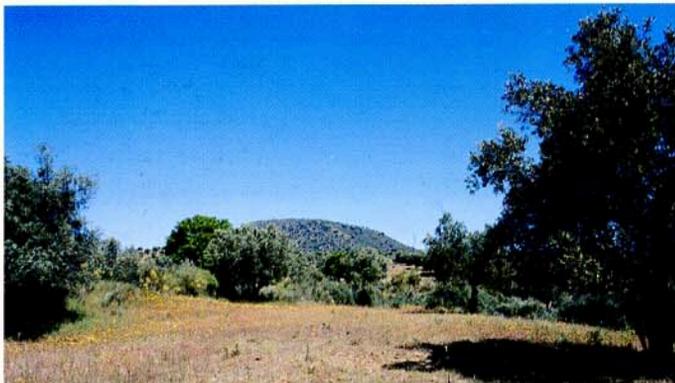


Fig. 3 – Olival dos Telhões. Em fundo, o Monte do Castelo

fronteiriça do país; estudar a história do vinho e da viticultura na região, assim como valorizar o património construído e os vestígios arqueológicos, desenvolvendo-os enquanto aspectos económicos e culturais da região e do país.

Os trabalhos iniciaram-se em 1995 com recolha bibliográfica acompanhada de prospecção no Monte do Castelo e em alguns locais circundantes. O que aqui apresentamos são os resultados destes trabalhos introduzidos por uma pequena resenha histórica de Almendra, hoje sede de freguesia integrada no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Não se conhecem as origens da fundação do povoado, se bem que existam referências a vestígios calcolíticos nos sítios de Casa do Fumo e

O património arquitectónico desta aldeia é importante, tendo em conta a sua dimensão, e conserva as características da região.

No que diz respeito aos edifícios religiosos, a Igreja Matriz é sem dúvida o monumento mais imponente pelo seu aspecto robusto de feição militar, destacando-se ainda a Capela de Nossa Senhora do Socorro localizada junto à Igreja Matriz. A Capela de S. Sebastião, na Rua do Calvário, datável do séc. XVII, e no largo da Amoreira, a Capela de Nossa Senhora da Misericórdia ou Capela de Nosso Senhor dos Passos de base quinhentista.

Quanto aos edifícios particulares o Solar dos Viscondes de Banho, edifício barroco, do séc. XVIII e a Casa do Conde de Almendra, do séc. XIX, são os exemplares mais significativos.

O caminho que conduz ao topo do Monte do Castelo é tão somente um caminho de pastor, íngreme, sobretudo no seu último troço, tornando a subida bastante difícil. O planalto com que nos deparamos resulta de dois planos inclinados, descendo um de nascente e outro de poente, confluindo numa linha que se orienta de Noroeste e Sudoeste, sendo o declive Este mais suave que o de Oeste.

Na zona de confluência dos dois planos inclinados notam-se traços da existência de uma linha de água que ali correrá em época de maior abundância, como referem aliás os testemunhos orais.

No decorrer da prospecção já efectuada, desde logo se tornou evidente uma muralha, de datação imprecisa, como vestígio mais significativo da presença humana no local, a qual é perfeitamente visível

a partir da meia encosta. Esta muralha contorna todo o perímetro do planalto, numa extensão de aproximadamente 1200m. Construída em xisto, sem recorrer ao uso de qualquer argamassa, subsiste apenas ao nível das suas fundações, sendo boa parte do pano Noroeste apenas adivinhável pela existência de um talude. Dos troços de muralha que subsistem, há que considerar possíveis alterações do aparelho, levadas a cabo ao longo do tempo pelos habitantes da região nomeadamente pelos pastores que frequentemente por ali passam, como se pode comprovar pelos abrigos e outras estruturas certamente associadas ao pastoreio que abundam no interior do recinto muralhado. Não se encontram quaisquer vestígios de portas, torres ou baluartes, que confirmem a sua função defensiva.

A prospecção levada a efeito na área cercada permitiu detectar dois silhares, um dos quais almofadado, e ainda uma ara descontextualizada aparentando vestígios de uma inscrição de difícil leitura, fracturada ao nível do capitel (COSME, 1996).

O projecto de investigação tem como principal objectivo esclarecer a existência no Monte do Castelo de uma ocupação humana, qual o seu tipo e quais as suas relações com a área circundante. A principal problemática que se levanta é o confirmar da tradição historiográfica segundo a qual no Monte do Castelo se localiza a *cidade visigoda de Caliabria*.

Caliabria nas actas do Concílio de Lugo é referida como uma paróquia do bispado de Viseu, adiantando que este local passou a ser sede episcopal nos tempos dos godos (ALMEIDA, 1967; COSTA, 1979). Com efeito, o Paroquial Suévico (579) refere a paróquia de *Caliabria* dentro do bispado de Viseu. É no entanto a Vitérico (603-610), a quem provavelmente se deve a edificação da diocese de *Caliabria*, desmembrando-a da de Viseu, tendo sido também nesse período que aí se cunhou moeda (MATEO Y LLOPIS, 1938; CABRAL, 1963). Os bispos de *Caliabria* figuram nos Concílios de Toledo, desde 633 até 693, deixando de existir após a invasão árabe, sendo *Caliabria* arrasada pelos invasores. A sede episcopal passa para Ciudad Rodrigo, depois da conquista da cidade pelos reis de Leon (FLOREZ, 1786; VIVES GATELL, 1963). Em 1171, D. Fernando II doou as ruínas da cidade, juntamente com outras propriedades, à catedral de Ciudad Rodrigo, cujo primeiro bispo usou o título de *Episcopus Calabriensis*, enquanto o Papa não reconheceu a edificação da nova diocese, o que só veio a suceder em 1175 (CINTRA, 1959). Em 1209 encontramos *Caliabria* fazendo parte do termo de Castelo Rodrigo (CABRAL, 1968).



Fig. 4 – Moeda cunhada entre 353-355, do Imperador Magnentius, proveniente das escavações arqueológicas no Olival dos Telhões

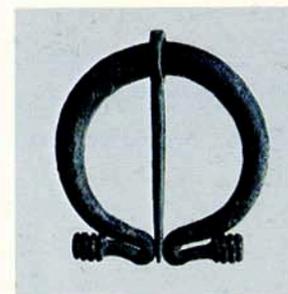


Fig. 5 – Fibula anular, datável do séc. IV, proveniente das escavações arqueológicas no Olival dos Telhões

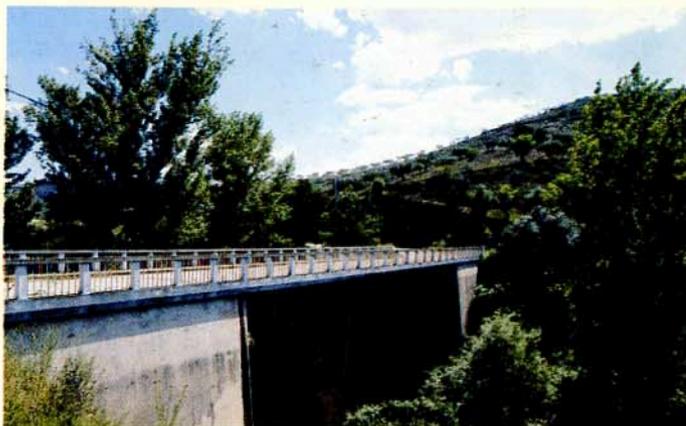


Fig. 6 – Ponte sobre a Ribeira do Aguiar, junto à capela de Nossa Senhora do Campo

classificar como Olival dos Telhões (o local está coberto por um olival e o solo coberto por fragmentos de material de construção romano: *tegula* e *imbrex*) o lado direito da estrada (COIXÃO, 1996), não nos podemos esquecer do lado esquerdo da mesma via, onde nos aparecem materiais à superfície e estruturas no corte. Com efeito, e tendo em conta que a área total da Estação ainda não está definida, os materiais e estruturas encontrados nas duas campanhas de escavação efectuadas levam-nos a crer que estaremos perante uma *Villa* tardo-romana (COSME, 1997). A primeira campanha realizada em 1996 não se revelou muito frutuosa, visto que das três sondagens realizadas apenas a última nos forneceu elementos de interesse arqueológico, as duas primeiras revelaram rocha-base (xisto) a 10 cm de profundidade.

Na segunda campanha, em 1997, alargou-se a sondagem do ano anterior pondo a descoberto vários muros, um deles com cerca de metro e meio de altura, com um aparelho em xisto, apresentando um dos muros, dois silhares de granito num dos cunhais. Junto a um dos muros



Fig. 7 – Capela de Nossa Senhora do Campo

Após estes trabalhos, recolha bibliográfica e de prospecção, decidimos realizar sondagens em Aldeia Nova/Olival dos Telhões, de forma a aclarar a possível relação entre o Monte do Castelo e Aldeia Nova/Olival dos Telhões o que nos parece provável, dada a proximidade dos dois locais e a contemporaneidade dos materiais aí encontrados. O facto de não se ter optado por sondagens no Monte do Castelo deveu-se essencialmente à falta de apoio logístico que não de interesse arqueológico, pois e apesar dos resultados frustrantes das sondagens realizadas por Nelson Rebanda, nos anos 80, que forneceram uma potência estratigráfica mínima, continuamos com intenções de realizar sondagens no local.

A Estação Arqueológica de Aldeia Nova/Olival dos Telhões encontra-se na Estrada Municipal 332, ao Km 4, e aquando da abertura dessa estrada foi brutalmente devassada. Hoje, se bem que continuem a

encontrou-se uma canalização construída em lajes de xisto e associada a um piso em *opus signinum*.. Verificámos que a rocha-base (xisto) foi cortada para encaixar as diversa edificações, solução para um aproveitamento do declive do terreno. Não foi possível, no entanto, conhecer a funcionalidade destas estruturas, esperamos por uma próxima campanha e que ela se torne mais reveladora neste aspecto. Foi ainda detectado um nível de ocupação industrial, um forno, sobreposto ao derrube do telhado de *tegula* correspondente à edificação ou à área de edificação escavada. Este nível era formado por uma superfície composta de cinzas, carvões e terras negras, produto da actividade metalúrgica, que estava claramente associada a um forno de redução ou fundição de mineral. Este forno tem características similares à maior parte dos achados no NW da Península Ibérica, particularmente os encontrados no Norte

de Portugal, Zamora e Astúrias. Trata-se de um forno circular, escavado na terra, cujas paredes foram realizadas com argilas refractárias, claramente marcadas pela actividade industrial. Uma parte desta estrutura, a conservada em planta, corresponde à área destruída na última fornada para extrair a massa composta pelos óxidos de ferro reduzidos, uma vez que o seu arrefecimento produziria uma inversão do processo de redução e, portanto, um ferro rígido e pouco moldável. A outra parte, a integrada no corte, parece conservar-se em bom estado, devendo estar oculta a parte do forno em que entrava o ar através de um fole de couro.

Apesar de em início de estudo, foram encontrados materiais cerâmicos tardo-romanos e alti-medievais. Do derrube de um telhado, para além de *tegula* praticamente inteira, foram detectados 32 pregos e pedaços de madeira do travejamento em relativo bom estado de conservação. De salientar ainda uma moeda cunhada entre 353-355 pelo imperador *Magnentius*, cujo centro emissor é Lyons, e uma fíbula anular datada do séc. IV.

Estão previstas para o local futuras campanhas arqueológicas, que esperamos que contribuam para uma melhor caracterização do sítio.

Ainda dentro da área definida para o desenvolvimento do nosso estudo há a referir um outro núcleo composto pela ponte sobre a Ribeira de Aguiar e a Capela da Senhora do Campo. Existindo referências a vestígios romanos junto à referida Capela, não foram no entanto ainda realizadas prospecções sistemáticas nesta área pela nossa equipa.

Na ponte sobre a ribeira de Aguiar podem observar-se, sob o actual tabuleiro em cimento, dois interessantes arcos em cantaria siglada, com talhamares triangulares, apresentando alterações ao seu traçado original (incluindo a sua solidificação com cimento), e que, provavelmente, será medieval. Em conjunto com estas estruturas existe um esbelto cruzeiro sem data de edificação ou qualquer outra inscrição (COSME, 1997).

Quanto à Capela de Nossa Senhora do Campo, é local de frequentes romarias, principalmente na segunda-feira de Pascoela (BIGOTTE, 1948). É uma capela simples, em cujos muros exteriores se observa a Via Sacra. A frontaria apresenta um campanário e pináculos triangulares encimando os cunhais em forma de pilastras de capitel dórico. A capela é de uma única nave, com um altar em talha dourada de influência setecentista, com vãos rectos de moldura simples. Tem duas imagens, uma de Nossa Senhora do Campo e uma de Nossa Senhora dos Prazeres.

Embora desconhecendo-se a data da sua fundação, sabemos que em 1758 já existia. Não será de excluir, no entanto, a possibilidade de neste local e em épocas anteriores já terem existido estruturas religiosas (COIXÃO, 1995; 1996).

De salientar, ainda, uma inscrição invertida num silhar exterior, que dada a sua posição deverá ser uma pedra reaproveitada.

Neste momento é este o ponto e o balanço dos resultados do projecto de investigação, isto é, são ainda escassos e não muito esclarecedores das questões a que nos propusemos encontrar resposta. Assim, foi entregue uma candidatura ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos para alargar este projecto a pelo menos mais quatro anos, visto o Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID) ter o seu *terminus* em 1999, prazo insuficiente para os objectivos esperados.

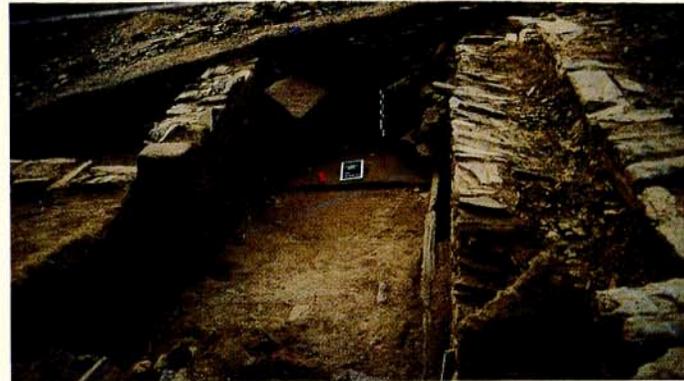


Fig. 8 – Aspecto das escavações arqueológicas no Olival dos Telhões

Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol.I, 1967, p.63.
- BIGOTTE, P. José Quelhas – *De Nossa Senhora na Diocese da Guarda*, Guarda, 1948.
- CABRAL, A. A. Dinis – *História da Cidade de Calibria, em Almendra - subsídios*, Ed. da Casa da Beira Alta, Porto, 1963.
- CABRAL, A. A. Dinis – *Carta dos Foros da Vila de Castelo Rodrigo (1209-1508)*, in, «Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra», vol.XXIII, Coimbra, 1968, pp. 147-150.
- CINTRA, L.F. Lindley – *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, 1959, pp. 22-23.
- COIXÃO, A. N. Sá – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Ed. da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, V. N. Foz Côa, 1996, pp.126-127 e 202-203.
- COIXÃO, A. N. Sá, TRABULO, António A. R. – *Por Terras do Concelho de Foz Côa - Subsídios para a sua história, estudo e inventário do seu património*, Ed. da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, V. N. Foz Côa, 1995, pp.143-169.
- COSME, Susana M. Rodrigues, MARQUES, M.ª do Rosário – *Monte Calabre - Rupturas e Continuidades na Organização do Povoamento...*, in, «Actas do II Congresso Internacional do Rio Douro», realizado entre os dias 25 de Abril e 1 de Maio de 1996, Vila Nova de Gaia (no prelo).
- COSME, Susana M. Rodrigues – *Aldeia Nova - Resultados de uma primeira Sondagem*, in, «Actas do Ciclo de Comunicações e Visitas - Foz Côa Ano 2000», A.C.D.R. de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, em Abril de 1997 (no prelo).
- COSTA, Américo – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Lisboa, vol.I, 1929, pp. 787-790.
- COSTA, M. Gonçalves – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, II, Lamego, 1979.
- FLOREZ, Pe. Henrique – *España Sagrada*, Madrid, 1786, XIV, pp.36-55, XIX, pp.364-376, Ap.II, tratado XLIII.
- FRANKLIM, Francisco Nunes – *Memória para servir de índice dos forais das terras do reino de Portugal e seus Domínios*, Edição anotada por Baptista de Lima, Póvoa do Varzim, Tipografia Camões, 1932, pp. 114-116.
- LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, vol.I e II, Lisboa, 1874, p.150 e pp.47-48.
- MATEO y LLOPIS, Felipe – *Catalogo de las Monedas Previsigodas del Gabinete Numismática del Museo Arqueológico Nacional*, N.º 312, Madrid, 1938.
- NETO, Joaquim Maria – *O Leste do Território Bracarense*, Torres Vedras, 1975.
- SOUSA, D. Gonçalo de Vasconcelos e – *Subsídios para o levantamento do Património Construído de Almendra*, Ed. da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, V. N. Foz Côa, 1993.
- VIVES GATELL, José, MARIN MARTINEZ, Tomas, MARTINEZ DIEZ, Gonzalo – *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, Instituto Enrique Florez, Barcelona-Madrid, 1963.

Sumário

Introdução	7	CAPÍTULO III	
CAPÍTULO I		CONSTRUÇÃO E ESPAÇO SAGRADO:	
CENTROS DE POVOAMENTO:		UM PERCURSO PELA ARQUITECTURA RELIGIOSA	
UM PERCURSO PELAS VILAS MEDIEVAIS		Património Religioso Edificado e Arte Sacra.	
Notas de viagem pelas vilas do Riba Côa e algumas vilas no Riba Douro	15	Registo de ocorrências discretas	103
I – Quatro antigas vilas que guardavam o Douro:		<i>O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Aguiar</i>	117
Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros e Alva	15		
II – No final do século XIII a aldeia de Torre de Moncorvo		CAPÍTULO IV	
substituiu a vila de Santa Cruz da Vilarça	18	SABERES TRADICIONAIS: O BARRO, O FERRO E A SEDA	
III – Vila nova do rei D. Dinis na foz do rio Côa	22	A Olaria	135
IV – Vila Velha de Numão - Um projecto de investigação		– A olaria de Felgar / Larinho	136
arqueológica em curso	24	– A olaria de Santa Comba / Barreira	137
V – Três Comendas Velhas da Ordem de Cristo:		A Olaria de Malhada Sorda	141
Longroiva, Muxagata e Meda	30	O trabalho do ferro	144
VI – Da «cidade» romana dos Aravi à vila medieval e moderna		Olhares sobre a seda nas terras do Côa	151
de Marialva	32		
VII – Da <i>penela</i> alto medieval de «Moraria» à vila fortificada		CAPÍTULO V	
de Moreira de Rei	36	TERRAS DO CÔA: DOMINANDO A PAISAGEM	
VIII – A vila de Trancoso onde D. Dinis festejou as bodas do casamento		Património Natural do Vale do Côa: uma abordagem	163
com D. Isabel de Aragão	38	Senhora do Castelo de Urros	166
IX – Castelo Melhor e Almendra: duas vilas do reino de Leão		Senhora do Castelo da Adeganha	168
que passaram a ser uma só no Reino de Portugal	41	Senhora dos Montes Ermos	170
X – A vila leonesa de Castelo Rodrigo, a vila portuguesa de Pinhel		Marialva	173
e o passo do Côa na Ponte Velha	43	Sabugal Velho	174
XI – A vila medieval de Almeida sob a praça militar de fronteira		Caria Talaia	176
dos séculos XVII e XVIII	51	Sortelha	178
XII – A vila leonesa de Castelo Bom, a vila portuguesa de			
Castelo Mendo e o passo do Côa no Porto de S. Miguel	55	CAPÍTULO VI	
XIII – Duas pontes do Côa no caminho entre três vilas leonesas		TERRAS DO BAIXO CÔA:	
e duas vilas portuguesas	59	PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA	
		As gravuras, a beleza e a liberdade	183
CAPÍTULO II		O povoamento paleolítico da bacia do baixo Côa	184
O APROVEITAMENTO DE RECURSOS E A CONSTRUÇÃO		Do fim do Paleolítico à aquisição da Escrita no Baixo Côa	190
DA PAISAGEM: UM PERCURSO PELAS QUINTAS		A arte do Côa e Alto Douro e o Centro Nacional de Arte	
Apontamentos sobre a Vinha e o Vinho no Douro Superior	77	Rupestre (CNART)	196
O Côa, as quintas e o povoamento romano subjacente	85	Ler na Paisagem Contemporânea Paisagens Medievais e Modernas	202
– As Quintas	85	Das Escavações arqueológicas ao Museu de Sítio da Ervamoira:	
– Quintas, <i>villae</i> e povoamento em época romana	87	um programa global de investigação multidisciplinar	205
– Outras modalidades do povoamento romano	90	Projecto de Investigação Arqueológica do Território do Monte	
– Percursos	92	do Castelo (Almendra)	209

Promotor e Editor:

ESTRELA - CÔA

Agência de Desenvolvimento
Territorial da Guarda

Produção:

FCD / Suporte
Comunicação Empresarial, Lda.

Concepção e Coordenação:



Parque
Arqueológico
Vale do Côa

Fotografia / Secretariado:



Centro Nacional
de Arte Rupestre

Edição co-financiada por:



Programa de
Desenvolvimento
Integrado do Vale do Côa
(PROCÔA)



Promoção do
Potencial
de Desenvolvimento
Regional (PPDR)